

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

3.º TOMO

A EPOCA REPUBLICANA

2930

LIVROS DO MESMO AUTOR

TRILOGIAS:

- O REI DO BRASIL (Vida de D. João VI) — Livr. José Olímpio — Rio, 1935.
O REI CAVALEIRO (Vida de D. Pedro I) — Comp. Editora Nacional — S. Paulo, 1933.
O REI FILOSOFO (Vida de D. Pedro II) — 2.^a edição — Comp. Editora Nacional — S. Paulo, 1933.
-

- HISTORIA SOCIAL DO BRASIL — 1.^o (Espírito da Sociedade Colonial) — 2.^a edição — Comp. Editora Nacional — S. Paulo, 1937.
HISTORIA SOCIAL DO BRASIL — 2.^o (Espírito da Sociedade Imperial) — Comp. Editora Nacional — S. Paulo, 1937.
HISTORIA SOCIAL DO BRASIL — 3.^o (A Epoca Republicana).
-

LITERATURA HISTORICA:

- PEDRA D'ARMAS (contos) — Monteiro Lobato & Cia. — S. Paulo, 1923.
O TESOURO DE BELCHIOR (Novela, 1.^o premio da Academia Brasileira, 1929) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
OS MALÊS (Novela) — Pro Luce, Petropolis, 1933.
O CRIME DE ANTONIO VIEIRA — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
ANCHIETA, O SANTO DO BRASIL — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
O MARQUÊS DE ABRANTES — Guanabara Editora — Rio, 1933.
GOMES CARNEIRO, O GENERAL DA REPUBLICA — Guanabara Editora — R'õ, 1933.
VIDA E AMORES DE CASTRO ALVES (2.^a edição) — Editora A Noite — Rio, 1937.
FIGURAS DE AZULÊJO — Editora A Noite — Rio, 1939.

HISTORIA:

- HISTORIA DA INDEPENDENCIA DO BRASIL — Imprensa Nacional, 1928.
HISTORIA DA BAHIA (2.^a edição) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
HISTORIA DAS BANDEIRAS BAHIANAS (esgotada) — Imprensa Nacional, 1929.
HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (3.^a edição) — Comp. Editora Nacional, 1937.
GREGORIO DE MATOS (Biografia, Obras, vol. VI, edição da Academia Brasileira).
POR BRASIL E PORTUGAL (sermões do Padre Vieira, anotados) — Comp. Editora Nacional — S. Paulo, 1937.
PEQUENA HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (4.^a edição) — Comp. Editora Nacional — S. Paulo, 1939.
HISTORIA DO BRASIL, Secplo XVI (As origens) — Comp. Editora Nacional — S. Paulo, 1939.
HISTORIA DA CASA DA TORRE — Livr. José Olímpio — Rio, 1939.

DIREITO:

- DIREITO DE PROPRIEDADE (À margem dos problemas) — Imprensa Nacional, 1926.
A REFORMA CONSTITUCIONAL DA BAHIA (Discursos) — Imprensa Oficial, — Bahia, 1929.
A FEDERAÇÃO E O BRASIL (Rumos constitucionais) — Livr. Freitas Bastos — Rio, 1933.
INTERVENÇÃO FEDERAL — Livr. Freitas Bastos — Rio, 1936.
CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO — Livr. Freitas Bastos — Rio, 1937.
CURSO DE DIREITO PUBLICO — Livr. Freitas Bastos — Rio, 1938.

Serie 5.^a

BRASILIANA

Vol. 173

BIBLIOTECA

PEDAGOGICA

BRASILEIRA

PEDRO CALMON

Da Academia Brasileira

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

3.^o TOMO

A EPOCA REPUBLICANA



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

1939

DO MESMO AUTOR:

Nesta série:

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

1.º Tomo: Espirito da Sociedade Colonial..... Vol. 40

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

2.º Tomo: Espirito da Sociedade Imperial..... Vol. 93

HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.... Vol. 14

O REI FILOSOFO — Vida de D. Pedro II..... Vol. 120

No Prelo:

HISTORIA DO BRASIL — 1.º Tomo — As Origens

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo

INDICE

EXPLICAÇÃO	XIII
I — OUTRO REGIMEN, EM SECULO NOVO	1
II — A REPUBLICA TRIUNFANTE	7
O Governo Provisorio — Odio ao passado — Federação.	
III — O DELIRIO DO “ENCILHAMENTO”	17
Aventura financeira — Jogo, riqueza e desastre — A volta... dos conservadores — Deodoro e a assem- bléa — A espada na balança.	
IV — A ESFINJE	31
Florianô — Golpe de Estado — O elemento novo — A demissão do “Fundador” — A “legalidade” astuta — O governo do marechal — Agitação intermitente — O Rio Grande — O chôque de principios — A Revolução.	
V — A CONSOLIDAÇÃO TRÁGICA	53
O poncho solto ao pampeiro... — A questão presiden- cial — A vez da armada — Custodio e Saldanha — Marcha sobre S. Paulo — O General Carneiro — O epilogo da revolta — Quando desaparece Gumerindo — A represalia — Prudente de Moraes — Clemencia oportuna.	
VI — A PACIFICAÇÃO	71
A epopéa dos sertões — Proseguimento da crise — Supremacia do poder pessoal — O ultimo chôque — O assassinato do marechal Bittencourt.	
VII — A RECONSTRUÇÃO	89
A bancarôta — Regeneração financeira — Os banqueiros.	
VIII — O REGIMEN DEFINIDO (Síntese e crítica)	96
Politica dos governadores — Os dous partidos — A	

	máquina — Desilusão... — Centralização — O presidente — A União e os Estados — Descoordenação — E a justiça? — Fim do século.	
IX	A POLITICA EXTERIOR	126
	Rigorosa continuidade — Cabo Frio e Quintino — Onde surge Rio Branco — Cordialidade sul-americana — As arbitragens — El barón.	
X	A CAPITAL FEDERAL	148
	O Café — Agitação de idéas — Reação — A rua do Ouvidor — A epidemia — As avenidas.	
XI	O NOVO BINÔMIO: CAFÉ E BORRACHA	183
	A expressão paulista — Indole e rumos do café — Industrialismo — Imigração — Os portos — Ouro negro — Café e cacão na Bahia — A crise do "outro verde" — Primeira intervenção.	
XII	DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA	221
	Itinerários do planalto — Centro e norte — Cana de assucar, algodão...	
XIII	O "CLIMA" DE 1902	234
	O exito de Campos Salles — Os conselheiros.	
XIV	O PROGRESSO, AFINAL	191
	1904 igual a 1897 — A revolta dos cadetes — Epilogo das arruaças — Vitória total — A cidade redimida.	
XV	A PRESIDENCIA PENNA	248
	Minas Gerais á frente — Ritmo novo — Para o oeste — Um apogeu: 1908 — Crise politica.	
XVI	PINHEIRO	259
	O civilismo — No domínio do môro da Graça — As "salvações" — Super-autonomias — Díficeis momentos — Entre os Cariris e o Contestado — Sertões do sul — Minas e S. Paulo.	
XVII	EM TEMPO DE GUERRA	284
	O ocaso do chefe — A conflagração mundial — O Brasil no conflito — Animação civica — Consequencias economicas — Numeros — Indices — Finanças.	
XVIII	UM SEculo DEPOIS DA INDEPENDENCIA	298
	Presidencia Epitacio — Fatos culminantes — A sucessão dramática — 1922.	
	Bibliografia	310

EXPLICAÇÃO

Este livro é o terceiro da série de "Historia Social do Brasil". Interpretamos no primeiro o "espírito da sociedade colonial". No segundo, o "espírito da sociedade imperial". No presente volume se expõe a evolução nacional sob a égide da Republica Federativa. 1889, 1922...

O método adotado anteriormente não poudeser reproduzido aqui. Deixamos acolá descrita a formação brasileira. Cumpria-nos apreciar agora, n'uma síntese compreensiva e larga, a movimentação, as forças próprias, o sentido desse regimen, e como o país o entendeu... Sem detalhes que distráiam a atenção das linhas mestras; sem o meúdo crivo do regionalismo; despersonalizando a crítica; com o interesse informativo e realista d'uma reportagem; com a tolerante serenidade das narrações...

Certo, a proximidade dos fatos prejudica-lhes o julgamento. Não ha definitiva história de contemporaneos. Não é junto da montanha que se terá a impressão de sua grandeza. O tempo dá a perspectiva, na placidez do ho-

rizonte despraiado. Involuntariamente, sômos induzidos a pensar com os da nossa geração. Quantos preconceitos dela não se insinuam e agazalham em sentenças que julgamos extremes de paixão, limpas de insidioso subjectivismo, imparciais, incontestáveis?

Traçamos, porém, o nosso roteiro.

Começamos a vencê-lo em 1935, com o tomo inicial desta coleção de télas retrospectivas. Não devíamos parar em meio da jornada. Outros farão melhor. Exatamente para provocar-lhes a iniciativa, mais brilhante ou mais rendosa, foi que nos abalançámos a peregrinar, com o leitor paciente, pelos itinerários obscuros da história social da Pátria. Vimos a colonia. Conhecemos o Império. Temos agora a Republica.

Nos livros, o principal não é o que o autor pretende ensinar. E' a idéa que desperta. O pensamento que impêle. A consciência que alerta. E, em tudo isso, as meditações que suscita.

Não é suficiente dizer o que se sabe das realidades nacionais. Importante é também indicar o que resta saber... Por que se estude, com profundo e intuitivo designio de verdade, o nosso passado. E, na coincidência dos traços, na conjunção das côres, na combinação dos retratos, na austeridade e na autoridade dos relatos, resurja, autentico na sua fisionomia sincera, o Brasil, que tanto amamos!

P. C.

Rio de Janeiro, Janeiro de 1939.

I

OUTRO REGIMEN, EM SÉCULO NÓVO

O seculo histórico não coincide, no Brasil, com o seculo cronologico.

O nosso seculo XVI começou em 1532, com a fundação de S. Vicente; o XVII em 1625, com a restauração da Bahia; o XVIII, ao contrário, em 1694, com o descobrimento das minas; o XIX, em 1808, com a chegada da côrte portugûesa. O Seculo XX iniciou-se em 1888-89, com a abolição da escravatura, que transformou a economia, e a fundação da Republica, que modificou a face politica do país.

A revolução de 1888-89 foi profunda e geral.

Não era um regimen que capitulava, vencido pelas novas circunstancias da vida nacional: federalismo, liberalismo revolucionário e americanista. Era uma sociedade diferente que tomava o logar á hierárquica e respeitavel sociedade imperial. A rutura de equilibrio entre os velhos

antagonismos da evolução brasileira — côrte e provincias, agricultura e industria, imitação francêsa e imitação americana, ordem e idealismo, os barões da monarquia e os bachareis, a estabilidade tradicional e o progresso impetuoso — fôra, até aí, protelada e disfarçada pelas hábeis formulas conciliatórias do parlamentarismo de D. Pedro II. Mas a maquina desandára, nos tumultos da década de 80: campanha abolicionista, questão militar, cepticismo dos partidos descontentes (o liberal, que perdia eleições por idealismo, 1881, 1884..., o conservador, que inutilmente as ganhára na sua exausta batalha contra as reformas esbulhadoras), velhice e doença do Imperador.

A gente nova pedia leis nóvas.

As provincias do sul queriam industrias favorecidas pela proteção da Alfandega; e as do norte exigiam amparo á lavoura decadente, créditos e livre-cambismo.

A subita emancipação dos escravos inaugurou a epoca imigrantista. O bom preço do café suportou em S. Paulo o golpe da abolição, sem que se desarranjasse a agricultura aristocratica. Os fazendeiros podiam remunerar o trabalho sem a perda dos braços indispensaveis, adquiridos nos ultimos anòs aos traficantes de negròs. Os colonos estrangeiros — a partir de 1888 entravam anualmente 100 mil pelo porto de Santos! — completaram os quadros do trabalho.

Na provincia do Rio e no Reconcavo, enlanguesceu e definiu a lavoura, porque as suas condições eram precarias, anómalas: terra esgotada, antigas e retalhadas pro-

priedades de rendimento escasso, formação patriarcal da economia sustentada ainda pelo espirito de classe, pela histórica vinculação das familias a seu chão tri-secular... A usina esmagou o engenho. A grande fabrica instalada pela sociedade anonima, extinguiu o "banguê", assimilou os velhos bens da nobreza... O eixo da riqueza, e, com ele, o eixo do poder, deslocou-se do Reconcavo para o sul. Em 1887, os pólos da politica foram Cotegipe e Antonio Prado, ou Paulino e Silveira Martins. O ciclo do açúcar contra o do café e o do gado. O binômio do seculo XIX (açúcar e café), talvez a fórmula agricola da unidade do imperio na epoca das culturas oligárquicas (latifundio de conteúdo nobiliárquico, periodo dos barões-coroneis), québrou a sua primitiva solidariedade. O café, que podia sobreviver sem o escravo, comportou o "chisma" de Antonio Prado. O açúcar, porém, bloqueado no Brasil pelo espantoso desenvolvimento dos outros centros produtores, não resistiu ao "chisma" de João Alfredo. O açúcar fizera a Independencia: 1822. O café fez a Republica de 1889.

Não que as forças conservadoras da lavoura de café fossem, por definição e indole, anti-monárquicas. Ao revéz disso, apoiaram-se, até 1888, ao arcabouço imovel das instituições. Mas estavam ligadas á mentalidade da civilização veloz. Pertenciam ao tempo das iniciativas ousadas.

A divergencia entre as duas zonas economicas é essencialmente um contraste de ritmos. E' uma desigualdade de movimentos. O açúcar ia devagar, o café, vertiginosamente: um era a cultura fixa, de poupança, o outro a

cultura extensiva, de expansão. A vertical (açúcar) combinára-se com a linha horizontal (café) para definir o “dinamismo” do Brasil: solido e instável, paralizado numa conquista, Brasil estrutural do norte, Brasil polimorfo do sul...

Os plantadores de café surgiram com o liberalismo, que é o ambiente do individual e ilimitado enriquecimento. Dispensaram a madureza e a serenidade da outra lavoura, da lenta cultura da cana, que cristalizára os seus tipos sociais á sombra do engenho colonial, ganhando em raízes sentimentais o que lucrára o fazendeiro em horizontes novos...

Se uma palavra póde resumir uma confusão politica, na fase intermediária de regimens que se substituem, essa palavra foi — impaciencia.

O efeito da abolição não fôra menor nas consciencias do que na ordem material.

Em tres dias caíu o infâme sistêma que durára tres seculos. Se assim as refórmãs eram fáceis, totais, porque se hesitaria, em iluminar o país com as quentes luzes do seu tempo? Federação, á americana; republica, á francesa; governo forte, segundo Auguste Comte; industrias, fábricas, companhias, bancos, inflação, negocios, como nos Estados Unidos: e nada de prudencias senís...

O movimento de idéas que envolveu o golpe militar de 15 de Novembro carregava essa impaciencia informe, como o vento de verão carrega a tépidez do solo, o fogo do espaço... Levantou-se uma vaga cruzada contra os

dogmas. Uma insurreição espiritual, contra o passado, os valôres consagrados. Uma substituição de symbolos, de principios, de fins. Em vez da continuidade politica, a revolução; em logar do ruralismo monárquico, a cidadania republicana; não mais *unidade* nacional, mas *união*, com Estados autonomos; governo de mão firme, e não débeis governos de gabinete; discursos na rua e não no parlamento; nacionalismo aliás, “jacobino” e lirico, como em 1831, porém com modêlos distintos — igualdade democratica, barulho de reivindicações populares; e, para succeder ao Imperador ancião, um presidente-marechal. Para que o gigante andasse... — justificavam os propagandistas. Para que os costumes patriarcaes se enchessem duma democracia operosa; para que os Estados, desembaraçadamente, aparelhassem uma prosperidade sem obstaculos; para que o cidadão não sentisse o governo, na sua liberdade recortada pelo figurino de Gambetta e Castellar.

O exercito arrédou o Imperio desse caminho clareado pela lua romantica. O exercito precipitou a transformação: sobretudo lhe assegurou a paz externa, a apparencia de transição sem sobresaltos. Licenciados os partidos constitucionais, a classe dirigente, déra ele, com a sua organização, uma disciplina e uma ordem á federação nascente. Um official assumiu o governo da provincia; apoiou-se á sua guarnição; manteve nos seus póstos o funcionalismo, garantiu a magistratura; e essa circumstancia obstou á anarquia.

De fáto, a revolução menos sensivel foi a politica, do trôno apeiado pela segunda brigada, do Rio de Janeiro,

tendo á testa o marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Alterára-se, na sua propria razão de sêr, a sociedade brasileira. Não fôra uma tempestade superficial: convulsionára todas as camadas sociais. Era menos regimen novo que seculo novo. Republica? Melhor: seculo XX.

Aristides Lobo, correspondente do "Diario Popular" de S. Paulo, escreveu para os seus leitôres uma carta que tem a nitidez d'um retrato — em 15 de Novembro de 1889:

"Por ora, a côr do governo é puramente militar, e devêra ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento cviil foi quasi nula. O povo assistiu áquilo bestializado, atônito, surprêso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada." (1).

(1) Moreno Brandão, *Aristides Lobo*, p. 108, Rio 1938.

II

A REPUBLICA TRIUNFANTE

O governo provisório, chefiado pelo marechal Deodoro, no dia seguinte á partida do vapôr "Alagôas" com o Imperador banido, meteu-se a reformar tudo.

O ano de 1890 é de demolições freneticas no campo politico, de delirio e sonho na Bolsa e no mercado, de luxo e prazer nas esféras sociais da "Capital Federal". O ruido dessa agitação abafou os protestos esparsos, inutilizou as vózes oposicionistas. Não havia tempo para lastimar a monarquia depósta: os barões do Império resarsciam febrilmente, na confusão financeira, os prejuizos da abolição. Enchem-se as cidades de fazendeiros fascinados pela facilidade do crédito. O Rio de Janeiro exerce de subito sobre o resto do país uma atração tirânica. Paradoxo inicial: nunca foi tão completa a concentração como em 1890, quando começou a descentralização federativa. Os senhores de engenho arruinados, os cafézistas ambiçiosos de novas atividades, uma inquiéta geração, que saíra

da propaganda republicana com grandes projéto de obras públicas, de civilização material, os “saint-simonianos”, os discipulos de Mauá, os optimistas, atropelam-se nos corredôres dos bancos onde tumultúa o “encilhamento”. Prevaleceu-se o governo desse derivativo — “pratiotismo” (de prato...) disse Benjamin Constant com mordacidade, (2) definindo o materialismo daquilo — para emprender depressa as suas realizações.

Aventura financeira

Que filosofia orientava o ministério, que doutrinas o conduziam?

O governo provisório não interpretava uma ideologia, senão todas as correntes que áquele tempo dominavam o liberalismo. Deodoro, sem nada entender de politica, pensava e agia como um austéro comandante: impulsivo, ás vezes violento, magnânimo, empirico, desconfiando — no seu instinto de autoridade — dos demagogos, dos ortodóxos, mais inimigos seus do que os sebastianistas. Ruy Barbosa, principal figura do gabinete, era substancialmente jurista: possuía o segredo do Direito americano; seria melhor ministro da justiça que da fazenda.

Começára, porem, redigindo o decreto numero um, que mudou o nome ao país: agora, Estados Unidos do Brasil. Republica federativa. União de autônomos Estados.

(2) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 217, S. Paulo, 1923.

Fôra providencial Ruy Barbosa, em 15 de Novembro.

Se os positivistas se antecipassem, decretando, no papel, uma divisão territorial arbitrária; se vencessem as doutrinas anti-“yankees”; se não se postulasse logo o descongestionamento federalista? Poderia ter sido a aventura; Ruy trouxe a razão. Imprimiu á nova ordem de cousas o sêlo de suas convicções. Escrevendo a primeira lei do regimen, de fato o atirava de encontro ás forças atrativas do continente: suspendeu o europeismo teimoso de nossas inclinações. Trocou America por França; popularizou — o que até aí fôra frascado de jornal ou assunto acadêmico, de recintos fechados — a politica dos Estados Unidos, as soluções dos Estados Unidos, o seu hibridismo invejavel. Com o decreto numero um, coroára Ruy a sua carreira de reformador politico. Apagára a superstição francêsa do nosso constitucionalismo. Inaugurava esse americanismo de que foi, até morrer, o advogado nem sempre compreendido. Teórico e heroico...

Benjamin Constant estava deslocado na pasta da Guerra. Egresso da caserna, professor antes de tudo, e apostolo da cátedra, ficaria á vontade na repartição do Ensino. Quintino Bocayuva sempre fôra jornalista: levava para o governo a sua literatura da imprensa de catequese e combate; esbarraria, por isso, nas desilusões do tratado com a Argentina.

Nesse conjunto de mentalidades distintas, talvez desavindas, teria de impôr-se o positivismo de Benjamin, de Demetrio Ribeiro. Impoz-se. Começou pela bandeira

nacional. Na primeira hora adotára-se a do "club" de Lopes Trovão: copia inestética, em listas auri-verdes, do pavilhão norte-americano. Pareceu ridícula. Em 19 de Novembro foi decretada a definitiva, proposta por Teixeira Mendes (3) por intermedio de Benjamin Constant: respeitava o desenho da bandeira imperial, menos o escudo, em cujo lugar resplandece o globo estrelado com o distico de Comte: Ordem e Progresso. Esse lêma apregoava o predomínio d'uma filosofia. Dir-se-ia o novo regimen embrulhado nas faixas da religião da Humanidade. Era ilusório. Não revela a bandeira a preeminencia d'uma convicção, porem d'um homem: a ocasional preeminencia de Benjamin. Culto e sentido de uma geração: das Escolas Militar e Politécnica, de 1878-88... (4). Nos fatos politicos e sociais de então a projeção do positivismo é mais de uma educação, disciplinante, do que de um programa, em execução. Explica Sampaio Corrêa o sentimento de ordem que, apesar de tudo, se manteve naqueles tempos confusos, "pela disciplina mental dos nossos homens, que recebiam a influencia, diréta ou indiréta, da escola positivista..." (5). Um sub-consciênte de resistencia á anarquia conserva as velhas linhas do liberalismo 'imperial. Flamêja, de contra-partida, o laicismo comum ás idéas radicais.

(3) Ivan Lins, *Benjamin Constant*, p. 79, Rio 1936.

(4) Vd. carta de Lauro Sodré, a Jorge Hurley, *Noções de Historia do Brasil e do Pará*, p. 572, Belem 1938.

(5) *Francisco Pereira Passos* (conferencia), p. 21, Rio 1936.

Instituiu-se o tratamento de “vós”, em vez de “excelencia”, aboliu-se o “Deus guarde”, em proveito do galicismo: “Saúde e Fraternidade”. Decretára-se, em 7 de Janeiro de 90, a separação da Igreja e do Estado (que Benjamin julgava precipitada e o bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, (5) aprovára previamente, entendendo — ele que fôra prisioneiro na monarquia — separação como libertação da Igreja) e o casamento civil — em 24 de Janeiro — que pedia Ruy desde o seu “O Papa e o Concilio” (7). Foi além o decreto de 26 de Junho de 90: obrigatoria seria a precedencia do casamento civil ao religioso, este facultativo, questão de fôro intimo... Déra-se de secularizar, laicizar tudo. Separação irritadiça. Não indiferença, mas rompimento, apesar da attitude afavel do clero, solidário com a Republica, segundo a pastoral coletiva de 19 de Março. Não durou. Em 1904, citou Delcassé no parlamento francês o Brasil como exemplo de separação da Igreja e do Estado sem rutura, sem hostilidades... (8). Dramatico era o primeiro impulso. Quiz o governo mudar o nome do cemiterio de S. João Batista: chamar-se-ia Sul-Colombiano. O Conselheiro Paulino, provedor da Santa Casa, com a finura

(6) Ruy Barbosa, *Discurso no Senado*, 12 de Janeiro de 1890.

(7) Ruy, *O Papa e o Concilio*, p. CCLXIX; Waldemar Ferreira, *O Casamento religioso de efeitos civis*, p. 4, S.º Paulo, 1935.

(8) Magalhães de Azeredo, *O Vaticano e o Brasil*, p. 101, Rio 1922.

do seu sarcasmo, objetou: faltava o consentimento dos que lá estavam... — E respondeu ao officio em que se comunicava a exigencia da fórmula, "Saude e Fraternidade": Nesta casa ainda ha Deus...

Os politicos em evidencia tiveram honras militares: Quintino, Glicério, Campos Salles, o próprio Ruy... Uma alegoria!

ODIO AO PASSADO.

Um odio frivolo ao passado circulou pelas cidades. Os antigos simbolos desapareceram. A intranquilidade dos quarteis aguçou essa ira de massas. Os populares que arrancaram as corôas dos gradis do Campo de Sant'Ana (agora Praça da Republica) quizéram derrubar a estatua de D. Pedro I ao Rocio (aliás praça Tiradentes). Por pouco esse admiravel monumento não desabou do seu sóco de bronze. O Colegio Pedro 2.^o ficou sendo Colégio Nacional, o Largo do Paço, Praça 15 de Novembro, a Estrada de Ferro Pedro 2.^o — Central do Brasil. A estrêla apunhalada pelo gladio da justiça — do timbre republicano — tomou o logar das armas imperiais. A tradição mais comovida e poderosa do calendário civico passou a ser Tiradentes. Os que na vespera não acreditavam na Republica, agora a julgavam eterna, estranhou Nabuco. Escritores positivistas tentaram uma revisão critica da história: para condenar as guerras, promover a devolução de troféos, a extinção de emblemas guerreiros, da glorificação do velho heroísmo. As culpas da monarchia, do parlamentarismo, a pessôa

do monarca, adquiriram proporções insólitas naquela fúria destruidora. Sómente o hino foi logo restabelecido: o povo não se conformaria com a substituição daquela musica de Francisco Manoel que as fanfarras de Tuiuti e Itororó atacaram nos campos de batalha, á frente dos regimentos... Rebelam-se os estudantes contra os mestres, acusados de sebastianismo. Pleiteiam e conseguem, em S. Paulo, a jubilação do conselheiro Justino... (9). Os do Rio, com o diretor da Faculdade de Medicina, Erico Coelho, á frente, oferecem-se a Benjamin para defender a Republica: são os batalhões academicos que se improvisam... Houve um movimento para que se rompêsse com a França, porque prestou honras de soberano a D. Pedro II, por ocasião de sua morte (10). O nacionalismo exacerbou-se. Lembra o romantismo alar-mado e juvenil dos tempos da Regencia.

Federação

As provincias — a maior novidade! — tinham sido elevadas á categoria de Estados. Estados Unidos do Brasil, dísse o decreto numero um, de 15 de Novembro. A vara de condão da ditadura fizera brotar do bloco nacional a fonte federalista. E Estados no rigôr do termo — exageraram os politicos locais, deslumbrados com uma

(9) Alcantara Machado, *Brasilio Machado*, p. 20, Rio 1937.

(10) Rodrigo Octavio, *Minhas Memorias dos Outros*, 1.^a série, Rio 1934.

descentralização cômoda. O Ceará teve até um ministério, ao qual não faltou ministro... da marinha.

Como o direito norte-americano era mal conhecido, espécie de mistério entendido de poucos, não se percebia a impropriedade do sistema nos seus excêssos triviais. Os Estados olharam d'alto, com arrogancia, o poder central. Deodoro, é verdade, nimbára-se de um prestígio magnífico: mas, caído ele, podia acontecer a desagregação. Ou, pelo menos, uma profunda diferenciação de regiões.

Cada Estado, uma organização... No Maranhão se decretou, antes da União, a separação da Igreja e do Estado (11). Em dissidencia com os históricos, o visconde de Pelotas, governador do Rio Grande Sul, falou de plebiscito, para continuar no cargo (12). Mais tarde, a Constituição rio-grandense, de Castilhos, autorizou o presidente do Estado a nomear o vice-presidente, seu eventual substituto. A Constituição do Amazonas habilitava o governador a decretar estado de sítio (13).

A propaganda, em S. Paulo, extremára, antes da Republica, a sua concepção de autonomia, o desafio ao uni-

(11) Alberto Pizarro Jacobina, *Dias Carneiro*, p. 140, S. Paulo, 1938.

(12) Othelo Rosa, *Julio de Castilhos*, p. 164, Porto Alegre 1928.

(13) Arthur Cesar Ferreira Reis, *História do Amazonas*, p. 258, Manaus 1931. Esse artigo constitucional foi declarado nulo por um telegrama do ministro da Justiça...

tarismo velho, quando a "civilização do café" amadurecia em progressos inquietos e largos. O "movimento de 1887" enche de compromissos federalistas a ala avançada do partido anti-monarquico. D'uma apostila de Martin Francisco é esta indicação: "1886. Começo da propaganda da idéa separatista e visita do Imperador Pedro II á provincia de S. Paulo" (14). Aparecem no mesmo ano, 1887: A Patria Paulista, de Alberto Sales (Tip. Gazeta de Campinas), S. Paulo Independente, de Martin Francisco (Tip. União, S. Paulo), do Dr. Joaquim Fernando de Barros, A Pátria Paulista (Tip. da "Provincia de S. Paulo"); e com igual titulo, um folheto do Dr. Francisco Eugenio Pacheco e Silva... Este, com o pseudônimo de FEPS, no "Diário Papular", e aquele, n'A Provincia de S. Paulo, sustentaram uma campanha em favor desse regionalismo... (15). O novo regimen não lhes consagrou as idéas: mas encontrava, difficil, um terreno de gerais desconfianças, sempre que não favoneasse o principio autonomista. Campos Salles, por exemplo, fazia questão do qualificativo "soberano", para o Estado...

Apenas o tumulto se amorteceu numa propagação subsequente de conflitos, divergencias, interesses. A aspereza da luta ritmou-se com a animação economica. O distico da bandeira correspondia em metade á realidade: muito progresso, numa ordem minima, mesmo numa desordem crescente. Desordem financeira, do "encilha-

(14) *Contribuindo*, p. 59, Rio 1921.

(15) Notas cm. pelo Dr. Carlos Pinto Alves (S. Paulo)

mento”. Desordem politica, na crise de instalação do poder permanente depois de promulgada a Constituição federal, de 24 de Fevereiro de 1891. Desordem moral, no vazio causado pelas demolições sistematicas, pelo “em-plastro adesivo que cobrira o país” — na frase de Carlos de Laet, pelo litigio de convicções... Mas, por toda parte, a despeito dessas perturbações graves, os indicios d’uma prosperidade espontânea, duma riqueza múltipla, d’uma civilização penetrante e expansiva.

O DELIRIO DO “ENCILHAMENTO”

Encilhamento é neologismo esportivo. Porque nas barracas onde se *ensilham*, no Derby ou no Jockey Club, os cavalos, campeasse o jogo, as apostas, o frenesi dos palpites, o elegante azar do hipódromo, se chamou assim a louçura financeira, que entre 1889 e 91 — depois do que sucedêra na Argentina, de Juárez Célman — infestou o Rio de Janeiro.

Iniciou-se antes da Republica, com as medidas dos ministerios João Alfredo e Ouro Preto em favor da lavoura. Desenvolveu-se, desencadeou-se, no dia immediato á extinção do Imperio.

O governo provisório viéra com transcendentés compromissos economicos: montagem da industria com a proteção aduaneira, sempre combatida pelo Imperador; barateamento do credito com a emissão de dinheiro-papel, legislação estimulante das sociedades anónimas, politica de

animação das iniciativas, de concessões de obras imensas com a garantia de juros, visando á applicação de capitais de todas as origens. E cumpriu-os, com imprudente precipitação, com entusiasmo infausto.

Aventura financeira

A Republica encontrára o erario forte, o cambio acima do par, as notas do Tesouro valendo mais que o correspondente em metal. Ouro Preto, fundára um banco emissor com o triplo do capital em ouro, e concedêra a faculdade de emitir a companhias com capital de 10 a 5 mil contos. Nunca estivera tão prospera a fazenda publica.

O governo provisório fêz o oposto. Abandonou o velho criterio da emissão sobre lastro metalico, e, por decreto de 17 de Janeiro de 1890, permitiu a bancos nacionais que o fizessem sobre apolices: papel, garantido por papel. Admitiu-se, por outro lado, que as sociedades anônimas se constituissem com todas as facilidades, ficando as diretorias isentas de responsabilidade pelo voto da assembléa geral. Essa isenção favorecia o abuso, a fraude, até o crime, pelos negocios fantasticos que burlavam os incautos, de maneira a succeder uma falencia escandalosa a uma emissão de má-fé, de titulos da bolsa... A jogatina empolgou a praça, asfixiou o commercio, corrompeu os costumes, iludiu o povo, como se fôra o sinal de uma riquêza estavel e milagrosa, desequilibrou as finanças do Estado... Mas amorteceu a politica: foi o derivativo, que cimentou o "fato consumado". "Se o enci-

lhamento não tivesse vindo por si, devia a Republica tê-lo inventado, por que não houve melhor diversão da politica" (16). Entre Novembro de 89 e Outubro de 90, crearam-se sociedades anonimas com o capital de 1.160.000 contos, enquanto em todo o periodo anterior esse capital não passára de 813.489 contos (17). Não houve empresa, para os fins mais bizarros, que se não fundasse então: cometimentos espantosos, iniciativas atordoantes, ligação perpendicular ou em diagonal por estradas de ferro, exploração de quantos minérios se cobiçava, fabricas de todos os artefactos, fantasticos contratos de imigração, sociedades de credito para todos os propositos, — a ponto de "já escassearem ao genio inventivo denominações", disse, mezes depois, o barão de Lucena. "A Republica — escreveu Euclides da Cunha — feita numa madrugada, criára a ilusão de grandes cousas feitas da noite para o dia" (18). Pensou-se mesmo em resgatar as companhias estrangeiras, expulsar o capital europeu... (19).

Parecia um fecundo rumor, de país novo que se enriquece, a exemplo da Argentina, de 1890. (20).

(16) Oliveira Lima, *Memorias*, p. 81, Rio, 1937.

(17) Antonio Carlos, *Bancos de Emissão do Brasil*, Rio 1933.

(18) *Discursos Academicos*, I, 276, edição da Academia, Rio 1934.

(19) Visconde de Taunay, *Império e Republica*, p. 59.

(20) Horacio C. Rivarola, *Las Transformaciones de la Sociedad Argentina*, p. 153, Buenos Aires, 1911.

Era, porem, uma artificial animação de especuladôres que se aproveitavam da ingenuidade publica, das esperanças provocadas pelo advento da Republica, do interesse dos capitais estrangeiros pela America, da rutura dos dogmas...

Tombou a taxa cambial, de 27 a 9.

Circulavam, em 1889, 193 mil contos de papel-moeda. Deodoro emitiu 321 mil.

Jogo, riqueza e desastre

A tarifa protecionista de 1890 (ministério Ruy Barbosa) inspirou a fundação de numerosas industrias. Justificára o grande orador, pensando na America de 1862: a democracia apoiar-se-ia a essa nova fórmula de riqueza. Deu-lhe uma razão politica. Mas a queda das importações perturbou o ritmo economico, lucrando o café, pelo preço crescente, em consequencia do abatimento do mil-réis. Em 1891 o Estado arruinava-se, e o particular estava rico. A Republica encontrou em São Paulo uma cômoda base economica. Em 1897 foi o contrario: o Estado arranjou-se, e o particular empobreceu, com a alta da moeda. A agricultura satisfez-se: mas a Bolsa se surpreendeu com indignação. O "crack" das companhias ficticias aterrou a cidade, no ultimo quartel do ano. O sonho durou pouco.

Porque era absurdo.

O "jogo" suplantou, dispersou o "negocio".

E era bem simples.

Corria um postulante a um ministério e obtinha uma *concessão*. Por exemplo: para colonizar cem legoas de floresta no Araguaia, evidentemente uma fantasia. Mas a idéa soava esplendidamente. Tinha em seu favôr uma publicidade fácil: todo mundo entendia que a colonização era o futuro, a revelação das maravilhas sertanejas... Logo o concessionário — que gastára naquilo apenas a estampilha do requerimento — vendia o seu privilegio a uma companhia incorporada por hábil corretor que distribuía, em ações, um capital nominal. No dia seguinte á noticia, as ações levadas á bolsa obtinham uma procura frenética. Os primeiros compradores vendiam-nas com “agio”. Os segundos compradores revendiam com vantagem. Dobrava-se o dinheiro. 5, 10, 20. Era tentadór, sumário, febricitante. Tudo dependia da sugestão publica. A “corrida” ás ações tanto que eram atiradas ao mercado, para melhores preços, no dia immediato duplicados, triplicados, com as vendas sucessivas, enchia a cidade de um barulho de feira, de um alarido de leilão. Dominavam-no os “zangões”, os intermediários sabidos, os financistas arrastados pelo turbilhão, e cujo trabalho se reduzia a imaginar empresas de belos titulos, sófregamente aceitas pelos subscriptôres em delirio. A crédulidade popular tornára-se desnorteante, incomparavel. Na sua novéla realista “O Encilhamento”, mais retrato do que sátira daquela psicóse coletiva, o visconde de Taunay cita exemplos magnificos. Um banqueiro célebre anunciava uma companhia para cultivar o peixe “bijupirá”; recomendava outro a “Melhoramentos de Cuiabá”; um

terceiro, o “Banco de Credito Confirmado”... Era receber e largar; arriscar e recolher; multiplicar, como na rolêta; ou afundar-se, como nos “casinos”: peor do que especulação, que se refere a uma transação de substancia economica, de fundo real — troca de papeis, inundação de papeis, engôdo e confusão... (21).

1890 foi o ano do optimismo; 1891-92, de um desencanto irritado. Em 1890 se esquece a monarchia; em 91, quasi esquecida ficou a Republica.

A nuvem de papeis — titulos da Bolsa! — que em 1890 escondeu o horizonte imperial, se dissipou em 92, sobre um campo de destrôcos. Dir-se-ia a Republica esgotada, quando apenas ensaiava os primeiros passos: embriagára-se de fantasias, que se esvaneceram como uma alucinação.

A maior das companhias do “encilhamento”, a Geral de Estradas de Ferro, presidida pelo mesmo personagem que dirigia o Banco de Credito Universal ao qual o governo (21 de Novembro de 91) mandou recolher as sóbras do Tesouro, só porque esta ultima ordem foi dero-

(21) Vd. Visconde de Taunay, *O Encilhamento*, 2.^a ed., S. Paulo 1923. (A 1.^a é de 1893). Vd. Americo Lacombe, *Ruy Barbosa — Mocidade e Exilio*, p. 162, S. Paulo 1935: sobre empresa do seguros, presidida pelo Conselheiro. Valentim Magalhães, Sylvio Roméro, os intellectuais do momento, todos se deixaram atrair pela móda, das companhias.

gada (26 do mesmo mez) teve as ações desvalorizadas de 95%! (22).

As falencias encadearam-se, numa série solidária. Com igual rapidez, corretores se tornaram milionarios, e milionários conheceram a miseria. Multidões de prejudicados prometeram as suas represálias contra os espertos "incorporadôres". As mállhas de um vasto escandalo tolheram o mundo dos negocios. Nem o governo escapou a essa atmosféra. Caíu, em virtude de desinteligencias insanáveis, de incompatibilidades irreparaveis, de descrença na própria obra, de pontos de vista desavindos.

Num ano pediu Ruy Barbosa demissão sete vezes (23). Por fim resistiu Deodoro á pretensão de Francisco Glicério (substituto de Demetrio Ribeiro na pasta da Agricultura) de dar-se á companhia "Hidraulicas" garantia de juros sobre 100 mil contos applicados em obras gigantescas, que lhe eram concedidas no Rio de Janeiro, (24), e quiz impôr aos ministros, em contra-partida, garantia de juros para o capital utilizado na abertura do porto de Torres, no Rio Grande do Sul. Ambos os negocios eram inoportunos ou injustificaveis: o porto de Torres não valia o sacrificio (diziam os ministros, citando a barra do Rio Grande) e a "Hidraulicas" pedia demais. . .

(22) Almirante Custodio de Melo, capitulo de Memorias, publ. no *Jornal do Comércio*, 3 de Abril de 1938.

(23) Fernando Nery, *Ruy Barbosa*, p. 62, Rio 1930.

(24) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, p. 328, Rio 1913.

A desavença em torno desse caso serviu de pretexto para exonerar-se o ministério. Simples pretexto — acentuou Deodoro, na carta de 21 de Janeiro de 1891 em que lhe concedeu a demissão.

O governo provisório — com efeito — realizára um ingente esforço. Presidira á eleição da Constituinte (15 de Setembro de 90) que se instalára em 15 de Novembro, no palacio de São Cristovão. Bem ou mal, ajustára o país ás condições novas de sua vida economica. Caíra ao pêsso dos seus erros: mas nenhum destes era irremediavel.

A volta . . . dos conservadores!

21 de Janeiro de 91 é uma data-limite.

O prurido liberal da propaganda, a influencia dos “historicos”, dos republicanos da primeira hora, não passaram daí. Deodoro naquele ano de consulado fôra sóbrio na sua ação pessoal, dócil ás conveniencias administrativas demonstradas por seus auxiliares, sobretudo sensível ás ponderações de Ruy Barbosa. Abandonado por eles, entrou a fazer politica própria.

Até então houvera uma ditadura plural, uma especie de governo colegiado. A partir de Janeiro de 91, o ditador singular exerceu a sua autoridade. Desamparado dos ortodoxos, pediu a colaboração aos amigos intimos, do antigo partido conservador, á frente o barão de Lucena, magistrado e presidente de provincia na monarchia.

Produziu-se inesperado fenômeno político. Numa tentativa de reorganização, os conservadores se ligaram a Deodoro. E os liberais procuraram, por instinto, a figura silenciosa do marechal Floriano Peixoto, primeira patente do exercito. A dualidade de militares-índices, de chefes de espada, esboçada no passado regimen (Caxias e Osorio, Deodoro e Pelotas, já no gabinete Ouro Preto, Deodoro e Maracajú ou Floriano), quando os partidos constitucionais cultivavam os seus "heróis", os generais prediletos, reviveu mais nitida e humana. Revelou-a a crise mais séria das instituições recentes — exatamente a sua crise sintomática: a eleição do chefe do Estado.

Deodoro e a Assembléa

A Constituinte fôra eleita pelos republicanos. Silva Jardim, porém, não conseguiu eleger-se no seu Estado. Não tinha monarquistas. Poucos eram os conservadores adeptos do novo regimen. Alguns liberais, também egresos do monarquismo, se perdiam lá, na grande maioria de gente "descoberta" pela Republica. Apenas 38 vinham do parlamento do Imperio. Para 128 bachareis, havia 55 militares... (25). Saraiva cometêra a fraqueza de vir senador pela Bahia ("para dar juizo aos meninos", (26) dissêra, com bonhomia) e humilhado, incompatível com essa geração irreverente, renunciára o man-

(25) Tavares de Lyra, *Organização política e administrativa do Brasil* (tése apresentada ao 3.º Congr. Nac. de Historia, 1938).

(26) Visconde de Taunay, *Reminiscências*, p. 121.

dato. Custodio em vão insistira com ele, depois, para aceitar o governo da Bahia. A maioria não perdoou a Deodoro a briga com os ministros de 15 de Novembro e a volta — ameaçadora — aos arraiais conservadores, pela mão de Lucena, suspeitado de “sebastianismo”.

O Fundador não mostrava uma crença suficiente nessa Republica que proclamára á testa das tropas: não é na velhice que se mudam os habitos, que se trócam os crédos e substituem as devoções. Fiel até o derradeiro instante ao Imperador, embóra desapegado da monarquia (sutilêza compreensível no Império liberal), entrára constangido, empurrado por Benjamin e Quintino, conduzido pelos acontecimentos, convencido do seu papel providencial, por solidariedade com os companheiros, num mixto de convicções e impulsos, hesitante e consternado, ora resolutivo e brilhante, ora pessimista e inquieto — na ordem de cousas delimitada pelo seu sabre impoluto. Não comprehendêra a politica nas suas miudêzas: menos a entendeu nos seus caprichos. Dispensando os homens que lha faziam — áquella politica de construção d’um governo, d’uma reorganização total — pensára imitar D. Pedro II, chamando os do outro lado.

Chamára Lucena. Mas esquecia a assembléa. Votou ela a Constituição promulgada em 24 de Fevereiro.

Constituição federal e presidencialista.

A assembléa era indissolúvel. Tremendo obstaculo! O Imperador resolvêra os seus problemas mudando ministros... e parlamentos. Ele derrubára os ministros; porém não podia tocar no parlamento. Era um poder

novo e arrogante: com a arrogancia própria á sua novidade. O Senado constituia-se de delegados dos Estados autonomos: não eram os senadores de Sua Majestade. A Camara formava-se de deputados do povo: eram os representantes da Republica! De repente, desequilibrou-se a balança: assembléa forte, em contraste com o ditadôr coagido. A Constituição autorizára a eleição do primeiro presidente da Republica pela assembléa. O destino do marechal, portanto, dependia daqueles homens irritados, desconfiados, coligados contra a sua autoridade cada vez menos republicana.

Se não o elegessem? Se o depuzessem, sufragando outro nome? Seria mais do que uma derrota: a expulsão do cargo, um ultraje...

Deodoro deu essa significação temivel ás vozes oposicionistas que cresceram no Congresso. Indignou-se. E prometeu — ao que propalaram os seus correligionários — dissolver a assembléa. A maioria desta levantou a luva: aconselharia a revolução.

A espada na balança

Em Fevereiro de 91 o conflito estava travado: o Congresso pretendia libertar-se do ditador e o ditador resmungava advertencias sinistras, intimidando o Congresso. Os rapazes de colête encarnado (um dos símbolos de fidelidade á Republica na rua do Ouvidor) prestigiavam o parlamento; os militares, descontentes com a marcha dos fatos, a luta politica, rodeavam o marechal. Viam-no com

interesse os monarquistas, que preferiam Lucena a Glicério e Ruy; e, com desconfianças crescentes, os positivistas, que abominavam o “retrocesso”. O retrocesso possível, anelado pelo alto commercio, pelos grupos conservadores refeitos da desilusão de 1888 — era o retôrno da monarquia. Se o marechal se zangasse — imaginavam muitos — telegrafaria a D. Pedro II em Cannes, pedindo-lhe para voltar.

Ferreira Vianna, Gaspar, Penedo, Ouro Preto, no exílio, compunham uma espécie de conselho de Estado da “restauração”.

Dependia d’um impulso de Deodoro.

Em todo caso, a eleição de outro presidente conflagraria o país.

Em 25 de Fevereiro ocorreu a eleição num ambiente de sobresaltos. Os estudantes queriam armar-se, para defender o Congresso — e Prudente (27). Contaria depois o almirante Custodio de Mélo, deputado pela Bahia, que tomára providencias para levantar a armada, se o marechal fosse derrotado. Levantaria preventivamente a armada, para salvar a Constituinte. Quando o presidente da assembléa proclamasse o resultado, contrário a Deodoro, explodiria a desordem, a começar pelas galerias, infestadas de policiais á paisana, agentes do governo...

Custódio não precisou apelar para os couraçados, majestosamente adormecidos na Guanabara. Esse trunfo

(27) Visconde de Taunay, *Imperio e Republica*, p. 20, S. Paulo 1933.

teria a sua hora. A Constituinte foi salva pela moderação do Partido Republicano Paulista.

A oposição combinára o binómio — para a presidencia e vice-presidencia da Republica: Prudente de Moraes e Floriano Peixoto.

Prudente, presidente severo do Congresso, a cujos esforços disciplinadôres se devia a pronta votação da Constituição, encarnára afinal os ideais do “civilismo”. Do “civilismo” contra o “cesarismo”, o que era razão velha. Do “barrête frigio” contra o maréchal de idéas ambiguas: no fundo, da farda contra as bécas (a generalização foi de Sena Madureira). Propagandista de 1870, da “guarda velha”, tão responsavel pelo regimen como os apóstolos da primeira linha — inspirára á maioria parlamentar uma confiança pressurosa. Floriano, como seu companheiro de fórmula, aguentaria a crise: ficaria como condestavel desse governo arriscado ao azar de acontecimentos trágicos. Para que a espada do Fundador encontrasse outro aço — na trajetória da usurpação, e não se dissésse que era só “bacharelismo”... E onde estava o sacrificio pela Pátria? — apelaram os pacifistas, os politicos de sangue frio, como Campos Salles. Este e Bernardino de Campos — com Prudente e Glicério, os homens de São Paulo — pleitearam a desistencia da candidatura civil (28). Foi mantida pelos intransigentes. Em consequencia: Deodoro saíu eleito por 129 votos con-

(28) Tobias Monteiro, *O Presidente Campos Salles na Europa*, p. XIX, Rio 1928.

tra 97. Para vice-presidente: Floriano com 153, contra o candidato deodorista, o almirante Vandenkolk, com 57 votos.

Respirou-se. Passára a tormenta. Ou antes: fôra adiada a crise. Mas se definiu a 26 de Fevereiro, posse do primeiro governo constitucional.

Floriano entrou debaixo de palmas. E uma friêza sombria acolheu o velho marechal: a hostilidade palpavel e intolerante. Via-se que o Congresso, festejando o vice-presidente, que era o astro novo, abrira um vacuo em torno do Fundador, vingando-se da humilhação da vespera: porque Prudente de Moraes só não fôra eleito pela coação, que andava no ar!

Era o conflito.

Um dos dous teria de ceder.

Floriano ou Deodoro, Vandenkolk ou Custódio de Mélo, Prudente ou Lucêna, o regimen estréante ou a politica decaída e renascente...

IV

A ESFINJE

Entre Fevereiro e Novembro de 1891, a luta ferida entre o Congresso e o Presidente concentra e determina a politica do país.

Com a extinção dos partidos históricos, tudo se personalizára, tomára a fórma de paixões individuais, o character de psychologías dispersivas.

Deodoro caprichosamente impuzéra o barão de Lucena ao regimen. O Congresso, em represália, elegêra vice-presidente da nação (portanto presidente do Senado) o marechal Floriano. As velhas divergencias — o conservador contra o liberal, de outr'ora — adquiriram uma expressão decisiva. Vencêra a tactica dos deputados inérmes: ferro contra ferro...

E não se pareciam, os dous expoentes do exercito.

No palacio Itamaratí (séde do governo provisório) Deodoro lembrava o Imperador. Mas não “o rei constitucional”: evocava D. Pedro I, explosivo, enfurecido, im-

pulsivo. A sua linguagem era violenta. Sofria. Por vezes, em crises de dispnéa, cardíaco e desanimado, prometia largar aquilo: e logo, numa reação, sublime, alterando o largo busto constelado de condecorações, afrontava os adversários com ameaças tremendas.

Floriano

Floriano, ao contrário, abusava da estratégia do silêncio. Numa caricatura, Angelo Agostini lhe traçou o perfil: a Esfinge. Sempre fugira aos debates. Ninguém lhe sabia o pensamento. Só se imaginava e se deduzia a sua vaga atitude de anti-Deodoro. Deixou-se com habilidade transformar em simbolo, em mito, em personagem. Afetava indiferença, uma calma desinteressada, um alheamento teimoso. Mas conspirava. Conspirou antes da derrocada do trôno, embóra confiasse nele o visconde de Ouro Preto: conspirou por omissão, por tolerancia, por cépticismo, conhecendo a trama e fechando-lhe os olhos, num fatalismo espérto? Esse sagaz fatalismo é a sua atitude durante o consulado de Deodoro. Conspirou com os deputados que procuravam reagir contra o “golpe de estado”, caso fosse eleito Prudente: diz Custódio de Mélo que assistira ás suas reuniões. Não se precipitava: observava. Segurava a tropa, centralizando os descontentamentos, inspirando ás patentes jóvenes — frementes de indignação contra Lucena — uma confiança que preconizava o fanatismo: a béla fidelidade dos militares moços, de 1893. A’ medida que Deodoro se afasta da caserna,

nela se instála Floriano. Acaricia e cultiva a força que utilizará no momento exáto. O seu plano é obscuro: mas é certo. A politica perdêra o primeiro e achára o segundo marechal. Fundador e consolidadôr... Os dias daquelle estavam contados. Não podia governar contra a assembléa. E esta não pretendia permitir que a dissolvessem: para isso, elegêra Floriano!

A Constituinte transformou-se em Congresso ordinário. Mata Machado foi eleito presidente da Camara por uma maioria de tres votos sobre o candidato da opposição, Bernardino de Campos. Os inimigos do governo dispunham da máquina parlamentar. Não pensaram em acomodá-la á situação: investiram com ela. Em S. Paulo, fôra destituído o presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, e nomeado Americo Brasiliense. O Partido Republicano Paulista mudou de tom. Enfileirou-se, para o combate. Prudente, na vice-presidencia do Senado (da qual Floriano se afastára para fórrar-se das meúdas manobras politicas) foi irreductivel. Debalde Lucena, por intermedio de Campos Salles, o mais razoavel dos oposicionistas, negociou um acôrdo. As medidas financeiras do governo esbarraaram nessa intransigencia. Passou a lei de responsabilidade do Presidente, vétada por Deodoro, confirmada pelo Senado. Sabia-se que, a essa lei ameaçadôra, se seguiria a denuncia, com o "impeachment". Seria a deposição! Aprovada segunda vez no Senado, foi logo mandada para a Camara, (cuja presidencia assumiu então Bernardino de Campos), onde, com calôr, a maioria saíu ao debate, exprobrando a Deodoro a sua conduta.

A Custodio de Mello afigura-se que mais irritou o barão de Lucena a resistencia á reforma do banco dos Estados Unidos do Brasil, em que se interessava. Com a ditadura — diz o almirante — a reforma rejeitada pelo Congresso seria logo decretada (29).

Golpe de Estado

O marechal perdeu a paciencia. E — a 3 de Novembro — decretou a dissolução do Congresso Nacional. Respondia com a fôrça ás impertinencias do próprio regimen que nunca chegou a compreender. Dispersou a representação popular. Voltava a ser ditadôr.

•Por quanto tempo?

Os governadores dos Estados, exceção feita de Lauro Sodré, no Pará, apoiaram a violencia. Mesmo Julio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, custou a definir-se. Aprovou tacitamente, num telegrama: “Porto Alegre 4. Ordem publica será plenamente mantida aqui. Julio de Castilhos.” (30). Dessa attitude indecisa resultou a complicação inicial que pôz abaixo Deodoro.

A Republica fôra feita no Rio de Janeiro: mas a sua energia civil, o alento económico, viêram de São Paulo. Joaquim Nabuco tratou-a de “republica militar cafézista...” Formára-se entretanto no sul outra mentali-

(29) *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, I, 89.

(30) Almirante Custodio José de Mello, *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, I, 170. Othelo Rosa parece não ter conhecido este telegrama.

dade. Não era mais o liberalismo. Era o positivismo, a política "orgânica".

Tinha um chefe moço, capaz e sugestivo: Castilhos.

Atléta da "propaganda", como Glicério, veterano da federação, como Ruy, fiel á sua filosofia, como Benjamin, possuía além desses titulos um poder de comando, de direção, de arregimentação, ainda não demonstrado por outro politico-bacharel. Fôra vencido na Constituinte pela ciência juridica de Ruy Barbosa. Valera-se, porém, da ampla autonomia estadual para lhe dar uma Constituição "sui generis" (31). Exagerou a autoridade pessoal no seio do seu partido, provocado para a luta das urnas, breve tambem para a das armas, pelos antigos dominadores do Rio Grande, a gente de Gaspar da Silveira Martins, entre 1872 e 1889 maioria absoluta do eleitorado. Não pôde, com isso, evitar a cisão (Barros Cassal, Demetrio Ribeiro, Assis Brasil). Os dissidentes, acusando Castilhos de ditadôr, lançando-lhe em rosto a desobediência ao espirito das instituições, aproveitaram-se da perplexidade causada pelo "golpe de estado", tomaram a sua prudencia como uma adesão a Deodoro, e, a 12 de Novembro, revolucionaram Porto Alegre. Dignamente, renunciou Castilhos a presidencia, assumida por um triunvirato encabeçado por Assis Brasil: e a junta protestou, a sua oposição ao governo central.

(31) Vd. Victor Russomano, *Historia Constitucional do Rio Grande do Sul*, p. 228, Pelotas, 1932.

O elemento novo

Essa reprovação repercutiu como um sinal de guerra, em meio ás incertêzas de uma ditadura desorientada. Havia uma resistencia. Se tivesse no Rio de Janeiro um ponto de apoio, a legalidade seria restaurada.

O almirante Custódio revelou-se então. O eixo da conjura é Floriano (32).

Entrou na contenda o elemento arredo e decisivo que se mantivera á margem dela desde 15 de Novembro: entrou a armada.

Até 23 de Novembro o dissidio é de marechais. Depois intervêm os almirantes. Por fim, combatem o sabre e a ancora.

A marinha fôra uma força de equilibrio. E', de sua natureza, aristocrática. O exercito fundára sem ela a Republica (33). Os dous officiaes que, em 1891, polarizam as energias inquietas da armada — Custódio e Saldanha da Gama — estavam ambos ausentes do Brasil quando tombou o Império. Mas a marinha continuou sendo, na dinâmica da evolução, um fatôr estático. Conservou, graças a esse isolamento, o seu integro potencial militar. Melhor: Saldanha, sua figura romanêsca, sucessôr do prestigio dos Tamandaré, Inhaúma, Barroso, apro-

(32) Euclides da Cunha, *Contrastes e Confrontos*, p. 86, Porto 1907.

(33) Vd. Custodio José de Mello, *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, I, 124.

veitou a confiança de Deodoro para aumentar a eficiencia do regimento naval, do corpo de marinheiros. Organizou, com evidente intuito de atirar algum dia aqueles trunfos na mêsá — uma pequena milicia de elite cujo quartel era Villegaignon. No dia em que a anarquia rolasse pelas ruas, desembarcaria, com os fuzileiros: Saldanha tornou-se um observador silencioso e respeitado. Teceram-lhe á volta uma lenda. Crearam com ela uma esperança: se uma espada poderia restabelecer o trôno de D. Isabel, essa espada era a sua. Opunha-se a Custódio, como Deodoro se opunha a Floriano. Luta de gigantes... Alem disso, experimentavam ambos uma arma que nunca fôra manejada: a pezada marinha, fundeada, com os seus navios de ferro, diante da ilha das Cobras, como instrumento de ação ou de reação na politica interna. Poderia o “Riachuelo” ou o “Aquidaban” fazer calar o palacio da rua Larga? A ancora sujeitaria o sabre?

A demissão do “Fundador”

Em 22 de Novembro, declarou-se na Estrada de Ferro Central a “gréve” operária, premeditada para aturdir o governo. Custódio e seus companheiros de conspiração apoderaram-se de surpresa dos tres maiores barcos da esquadra. Tentou em vão Saldanha — disposto a defendêz Deodoro e Lucena até ao desespero — aparelhar e articular a resistencia. Percebeu o marechal a enormidade da briga. Se perseverasse, os couraçados abri-

riam fôgo. Contava talvez com a guarnição, e Floriano lhe assegurava indiretamente, molemente, um apoio dúbio. Dependia de sua vontade de lutar. Aparentava, possuí-la. Mas foi traído — não pelos soldados, porém pela saúde. Sentiu-se opréssso pela sua dispnéa, fraco de coração, velho demais para uma batalha. Foi D. Pedro I em 3 de Novembro e D. Pedro II em 23. Preferiu largar o fardo, a tingí-lo de sangue. Indignado, altivo, feroz na sua cólera impotente, chamou o vice-presidente, renunciou o mandato, recolheu-se á sua residencia humilde. Vingou-se de Floriano na hora dramatica, falando de “funcionario”, que o substituiria... Faleceu meio ano depois: e quiz ser sepultado sem uniforme. Nunca mais pégou na espada que a mão trémula não poude brandir na manhã da revolta. Na sua paz descontente rompeu com a classe, escondeu a farda, esqueceu as condecorações do seu heroísmo e extinguiu-se num desengano sem indulgencias.

Os pessimistas agouravam fim semelhante para o regimen.

A “legalidade” astuta

Sobreviveu, porém, ao Fundador.

E sobreviveu, devido a Floriano.

Subira por fôrça de um contra-golpe; logo, governaria com a “legalidade” republicana, os ortodóxos, os rapazes de colête vermelho, as patentes jóvens, os “puros”. Ao contrário dos impulsos desordenados do coléga, palpitava na sua placidez uma vontade tranquila, calculista

e paciente. Não era homem de planos mas de disciplina, economico de palavras, sóbrio de gestos, pacato no seu solido bom senso, irreduzível na sua opinião calada. Imagem da pachorra, educado na tarimba, soldado até a medula, bastante ascéta para desprezar o confôrto da vida resplandecente, mas suficientemente pessoal para encarnar a própria Republica, confundindo-se com ela, correndo-lhe a sorte, afrontando os mesmos inimigos — Floriano resumiu e viveu nm proposito severo. Era dar geito e estabilidade ao regimen que ia por agua abaixo!

A 26 de Janeiro de 1892 — vá um excmplo da opinião que formára — um militar probo assim falava dele a um jornalista combativo (carta do coronel Gomes Carneiro a João Brigido, no Ceará):

“Tudo se vae encaminhando pela Divina Providencia ou pelo determinismo historico, pelo acaso ou pela logica dos acontecimentos, para o restabelecimento de um governo forte e respeitado, ou antes, para afirmar essa força e esse respeito no atual governo, que sobretudo nos tem dado desde seu inicio a mais intransigente moralidade e amplissima liberdade de imprensa, cousas que haviam desaparecido inteiramente do Brasil desde 15 do Novembro de 1889, não por causa da republica, mas por causa da deshonestidade de uns e inexperiencia de outros dentre os que a fizeram” (34).

(34) Carta ms, inéd. cm. pelo Dr. Mário Tiburcio Gomes Carneiro.

O Governo do Marechal

O governo de Floriano appareceu ao país — realmente — em situação de invejavel solidez. Firmava-se sobre um triangulo: a mariuha (Custodio encarregara-se da pasta de ministro), o exercito, personificado no proprio presidente, o Estado de S. Paulo, representado pelo conselheiro Rodrigues Alves no ministerio da Fazenda. Fernando Lobo, ministro das Relações Exteriores, José Higinio na pasta da justiça, Antão de Faria na da agricultura, completavam o caracter civico dessa administração “consolidadôra”. Levava consigo, entretanto, o fermento de uma pronta dissolução: o seu sentido revolucionário. Das palavras de Custodio, a exprobrar a Floriano a sua hesitação em “derrubar”, logo de inicio, os governos estaduais que se tinham conformado com o “golpe de estado”, ressumbra a incompreensão do sistema federativo que, finalmente, havia de singularizá-lo. Considerava o almirante, como principal responsavel pela mutação politica, que os governadores, exceção feita de Lauro Sodré, no Pará, estavam incompativeis com a nova ordem de cousas porque não se tinham rebelado, antes aceito submissamente, a violencia de 3 de Novembro. Julgando-os presos a Deodoro pelo vinculo do “adesismo”, queria-os todos no chão... (35). A sua retidão de homem de honra e de espada insurgia-se contra a acomodação, algo humilhante, daqueles politicos ladinos, na véspera solida-

(35) *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, I, 143.

rios com o marechal-fundador, agora subservientes ao marechal-substituto... Não lhes perdoava os telegramas dóceis e prestativos do dia 4 de Novembro. Esquecia que, eleitos pelos respectivos Estados, embora muitos deles eleitos em pleitos inacreditaveis, (36) indemissiveis em todo caso, não poderiam eles legalmente opôr-se á exorbitancia do presidente nas suas relações com o legislativo federal, e condenaveis eram apenas os que, além da obediencia confessada, haviam prometido apoio e aplausos ao barão de Lucena... A praxe da deposição dos "manhosos", dos "malabaristas", dos "indecisos", subverteria o regimen, iludindo-lhe as normas constitucionais: os governadores passariam a ser pessoas "de confiança" do centro, como na monarquia... Tudo, porém, ao calôr da crise militar se justificaria bem, se Floriano adotasse o plano de Custodio, qual a exoneração prévia e simples dos partidarios de Deodoro. Sem querer feri-los de frente, foi mais cruel: cobrou-lhes de começo uma adesão alvoroçada e inútil, e mandou a força federal, aliada dos grupos locais de opposição, lançá-los fóra de palacio... Propiciou pequenas revoluções em cada uma das capitais: desde Manáos até Florianopolis. Instaurou um "método" proprio. Dava instruções reservadas aos comandantes dos batalhões, para que, cooperando com os adversarios regionais dos governadores, lhes intimassem a deserção, por bem ou por mal. Tipo desse "sistêma" foi,

(36) Vd. v. g. General J. B. Bormann, *Dias Fratricidas*, I, 23, Curitiba 1901.

no Amazonas, a deposição do tenente-coronel Taumaturgo de Azevedo. Nove oficiais de terra e mar, em nome do governo federal, requereram passasse o governo ao comandante da flotilha, e assim fez (37). José Gonçalves, na Bahia, (38) Araujo Góes em Alagoas, (39) foram premidos a largar o cargo apenas se soube do advento de Floriano. No Estado do Rio, renunciou Francisco Portella, em consequencia da insurreição que se declarou em Paraíba do Sul (40). Em Santa Catarina, Lauro Muller resignou nas mãos do chefe da guarnição militar (41). O general José Clarindo, no Ceará, foi deposto pelos alunos da Escola Militar e tripulantes de dous navios de guerra (42); o presidente do Paraná, Generoso Marques, substituído por uma junta (43). Clara ou indiretamente, Floriano demonstrava ao país que a "legalidade" era... revolucionaria, ou melhor, anti-deodorista. Agindo de acôrdo com as leis intenções de Custodio, num dia só, abateria os dezenove inimigos. Para ele, todavia, a mais

(37) Artur Cesar Ferreira Reis, *Historia do Amazonas*, p. 259, Manaus 1931.

(38) Braz do Amaral, *Historia da Bahia do Imperio á Republica*, p. 362, Bahia 1923.

(39) Craveiro Costa, *Historia de Alagôas*, p. 163, S. Paulo.

(40) Antonio Figueira de Almeida, *Historia Fluminense*, p. 211, Rio 1930.

(41) Lucas Boiteux, *Peq. Historia Catarinense*, p. 122, Florianopolis 1920.

(42) Vd. Custodio José de Mello, *op. cit.*, I, 164.

(43) Rocha Pombo, *Historia do Paraná*, p. 124, S. Paulo.

breve estrada era o zig-zag das ordens confidenciais e das surpresas táticas.

O caso do Rio Grande, por isso mesmo, tinha absoluta gravidade. Lá a própria política havia derrubado o governador suspeito de aderente a Deodoro: mas era por sua índole e princípios infensa a Floriano. Este, cruzou os braços. Deixou que Julio de Castilhos, com os próprios recursos, se desembaraçasse da junta de Porto Alegre.

A este tempo, a questão mais séria afigurava-se, no Rio de Janeiro, aos homens de partido e de jornal a sucessão de Floriano, o tempo que lhe restava do mandato. Far-se-ia a eleição presidencial, ou governaria ele até completar o quatriênio iniciado pelo antecessor?

A agitação intermitente

Não podia aspirar a um ambiente tranquilo quem, ao troar dos canhões, imprimia ao país uma plasticidade inesperada. Sucessor de Deodoro contentara a armada, mas ofendêra as altas patentes militares. Desgostara os "conservadores" da vespera, misturados, á sombra de Lucena, com os monarquistas, e desmantelando a arrumação constitucional dos Estados desnorteára muitos dos que o tinham aplaudido, como vingador do Congresso... Em torno de Deodoro continuaria a fremir a conspiração ininterrupta: para repô-lo, se possível; para obrigar Floriano a decretar a eleição presidencial, se a dispnéa do marechal o impedisse de retomar o poder; em todo caso para reins-

talar as situações estaduais apeiadas. Nem a excitação partidaria se limitava ao Rio de Janeiro. Era geral e anárquica. Habitára-se a politica a empunhar as armas. O exercito subdividira-se. Dissolvia-se visivelmente — declarára o general Ewbank, ao ser forçado a voltar da viagem ao Mato Grosso pelas tropas revoltadas no forte de Coimbra. O aviso para as medidas extraordinarias, que restaurariam a ordem, foi dado pela insurreição das fortalezas de Santa Cruz e Lage, em 19 de Janeiro de 92. Comandava aquela o sargento Silvino de Macedo, á frente dos calcêtas que conseguiram prender a guarnição. Debelado o movimento com um luxo de manobras de terra e mar que indicava a preocupação do governo em entorpecer as multiplas ligações revolucionarias — ouviu o almirante Custodio do proprio sargento Silvino os nomes de generais e politicos implicados (44). Em S. Paulo e no sul de Minas Gerais inquiétações populares, logo a seguir, revelaram a extensão e complexidade da trama. Adquiriu um aspecto nitidamente politico em 5 de Abril, quando treze officiais generais divulgaram o manifesto em que convidavam Floriano a mandar proceder quanto antes á eleição protraída (45).

Diz ainda o almirante Custodio que o marechal hesitava, quando ele, na reunião dos ministros, defendeu com energia a unica solução conveniente: immediata reforma dos signatarios do manifesto. Floriano adotou-a em silencio.

(44) Custodio, *op. cit.*, I, 220.

(45) Vd. Custodio, *op. cit.*, I, 259.

Como que lhe custava vibrar golpe assim diréto na classe cujo apoio era a sua obsessão e a sua esperança. Em 10 de Abril, porém, deixára de lado todas as indecisões para, sózinho, impôr aos rebeldes um castigo pronto. Foi quando organizaram eles uma homenagem popular a Deodoro, convertida logo em tentativa de marcha sobre o palacio do Itamarati com o fim de depôr o presidente, e aclamar o "Fundador" (46). Este saiu para a rua, entre os soldados fieis. Dispersaram-se os manifestantes. No dia seguinte estava decretado o estado de sitio por 72 horas. Ato complementar era a deportação ou a prisão nas fortalezas dos principais amotinadôres do povo. Imunidades parlamentares? O marechal não considerava as "legalidades" em detalhe, mas em grande. Prendeu quatro senadores, sete deputados... Desterrou para o alto Amazonas o deputado Seabra, o financista conde de Leopoldina, José do Patrocínio... "Foi o 10 de Abril um divisor de aguas." (47).

Voltemos, porém, aos sucessos estaduais. .

A centêlha que abrazou o panorama turbulento da Republica no ano de 92 não partiu do centro; saltou do "fogão gaúcho".

(46) José Lavrador, *Heróis de Noventa e Tres* p. 85, Rio 1938.

(47) Helio Lobo, *Um verão da Republica*, p. 128, S. Paulo 1937.

O Rio Grande

Florianópolis preferiu Castilhos aos “gasparistas” e “federalistas”.

Não ousou agredir a junta de Porto Alegre. Deixou — apoiando-o indiretamente — (48) que Castilhos a abatesse com o seu aguerrido partido recomposto, revigorado, graças a um elemento inédito de luta política: a militarização civil, para a escalada, a ofensiva.

Desde a “guerra dos farrapos”, a *gauchada* de lança alta não corria os campos natais numa fórmula de combate, que era antes manifestação de forças espontâneas, de índole social em contacto com as rudas influências do meio físico. A República despertara esse amor da ação e da bravura, adormecido no Rio Grande como uma remota vocação guerreira ali á espera de um choque traumático, que a desencantasse. A queda de Castilhos, pelo motim, preveniu os animos: á força se replica com a força; insensivelmente se abria a era da violência; foi o licenciamento da política, em proveito das armas. Não se achára outra solução. Na côrte e na provincia, em terra e no mar, na opposição e no govêrno, no liberalismo e no positivismo, em todas as esfêras partidárias. O “cesarismo” da primeira hora convertera-se numa mística, que o tempo tornou absorvente: a da sanção das armas, á justiça das causas. — A cavallo, pois! — comandou oportunamente o Dr. Julio Prates de Castilhos.

(48) Custodio José de Mello, *op. cit.*, I, 308, 313, 315...

A revolução castilhista inaugurou na República dous tipos de reacção “paisana”: milicias civis, cujos chefes se concertam na fronteira (foi preparada sob os auspícios de Pinheiro Machado, na cidade argentina de Caseros); (49) *ação directa*, como recurso de reivindicação da “legalidade”. Em 1892, aliaram-se, para esse efeito, Castilhos, Pinheiro, o general Rodrigues Lima, outras influencias territoriais do Estado cada um oferecendo — como no tempo dos “farroupilhas” — certo numero de homens armados. E, num golpe inteligente, auxiliado pelo desgosto da policia estadual que o presidente interino, Pelotas, pretendia remover de Porto Alegre para Bagé, reconquistaram o governo, dous dias antes das eleições, que lhes seriam então contrarias. A Constituição local permitia que o presidente nomeasse o vice-presidente. Antes de abandonar o cargo, Pelotas nomeou o general João Nunes da Silva Tavares (Jóca Tavares) que se achava em Bagé, e contava com os “gasparistas”.

A volta de Silveira Martins ao Rio Grande reacendêra a flama liberal. Com aquella herança trágica — o governo transmitido telegraficamente por Pelotas ao general Tavares — os “gasparistas” eram chamados ao campo da luta. Contra a vontade de Gaspar, que não acreditava — com o seu robusto espirito civil — em revoluções; contra as tradições de sua politica, de pala-

(49) Vd. João Francisco, *Psicologia dos acontecimentos politicos sul-riograndenses*, p. 54. S. Paulo 1923 A primeira revolução com civis armados ocorreu em Mato Grosso, para repor no governo o coronel Generoso Ponce em 1892.

vra e voto; contra os designios dos homens experientes do partido — mas por uma fatalidade ambiente...

Os dous primeiros anos do regimen tinham dissipado os anelos partidários, a confiança numa evolução incruenta. Como em 1890 se creára a mentalidade economista, e todos jogavam na Bolsa, em 1892 se fixára a mentalidade belicosa, e todos sobraçavam uma arma. Se esse desvio do senso politico não foi sensível no norte e no centro, no Rio Grande — onde a sociedade madrugára pelejando, no “pampa”, área das cavalarias heroicas — se tornou inevitavel.

O chόque de principios

Fracassou a revolta da flotilha. Os grupos “federalistas” foram inicialmente dispersados. O governo federal estava contra eles. Dir-se-ia que a vitória do jóven caudilho da lei, Castilhos, era completa. Mas o antagonismo se definira, radical. Chocára-se a Republica com os que não a percebiam á maneira positivista, da mão forte, da mística. Gaspar é, como Deodoro ou Saldanha, como Lucena ou Barros Cassal um rebelado contra o “comtismo” geométrico, sistematico, “orgânico”. Floriano e Castilhos personalizam essa idéa de governo irresistivel, unguida de uma fé, que aos adversarios parece sofisticada: porque resulta do principio de autoridade, de uma organização inteiriça, que a fórma, e nela se continúa. Liberalismo (e Gaspar era cada vez mais parlamentarista!)

é antítese de sistematização, de militarismo. Castilhos montou no Rio Grande uma primorosa máquina política que lhe permitia administrar como chefe supremo, eficiente. Gaspar detestou esse regimen; em nome do seu passado civilista (“chefe da democracia rio-grandense”, chamára-lhe Quintino em 1878) tentou evitar a insurreição, não pôde impedi-la, e, por solidariedade com os amigos, se meteu nela. (50).

(50) A divergencia entre Castilhos e Gaspar, de que resultou a tremenda crise de 1893, não se revestiu inicialmente de intransigencia. Com “espírito republicano” propuzera aquelle eleições livres, que diriam qual a maioria real no Estado, com a condição de ambos os partidos concordarem com o “veredictum”. Mas Silveira Martins exigia, de acôrdo com o resolvido no congresso de Bagé, de 31 de Março de 1892, que antes de tudo se substituisse a Constituição “comtista”, por outra, “republicana representativa modelada segundo os principios do governo parlamentar”. E nenhum quiz cedêr. A questão de “principios” superou as considerações de paz, de regimen “em si”. Foram á luta — pelas idéas. Quarenta anos a história do Rio Grande do Sul refléte essa fidelidade — ás idéas nitidas, de um lado federalistas, com o programa de Gaspar, do outro republicanos, com a organização de Castilhos.

— Vd., sobre Gaspar, José Mariano Porto, *Apontamentos biograficos de Gaspar da Silveira Martins*, Rio 1891; José Julio da Silveira Martins, *Silveira Martins*, Rio 1929, e Osvaldo Orico, *Silveira Martins*, Rio 1935. Sobre Castilhos, o livro de Othelo Rosa, citado.

A revolução

O anti-castilhismo (federalistas) imitou o castilhismo (republicanos) naquela novidade de 1892: o movimento tramado ao abrigo da fronteira, milícias “paisanas” em lugar de tropa regular, ação diréta! “Armas, cada um se servirá da que tiver. Quando ha bôa vontade, até a cacete se briga” — escreveu um dos generais “federalistas”. “Às armas, bravos Rio-grandenses”, intimou um dos chefes governistas, o general Isidoro Fernandes de Oliveira. Cincoenta anos de paz politica tinham desacreditado esse paroxismo. A guerra do Paraguai empregára em outros horizontes os sobêjos da energia rural, dos instintos marciais da gente “gaúcha”. A Republica — exatamente reclamada pelos que ambicionavam a tranquillidade justa e digna — desfraldára, ao contrário, um estandarte sangrento. Trancadas as urnas, os “peões” saltaram sobre os cavalos. Os sacrificios poupados em 1889 eram cobrados com avidez em 1892.

A revolução foi urdida no Estado Oriental. Em resposta á comunicação do governador interino do Rio Grande — ácerca dos planos “federalistas” de invasão da zona fronteiriça — Floriano definiu (51) a sua missão “providencial”: “sempre acautelado para fazer casti-

(51) Vd. telegramas de Floriano, Custodio José de Melo, *op. cit.*, I, 359. Sobre o “golpe” de Castilhos: “Não me surpreendeu conduta brilhante e patriótica dos illustres membros do Partido Republicano...”

gar conspiradores sebastianistas”, “a consolidação republicana ha de ser feita”... (telegrama de 3 de Novembro de 92).

Assim creava o rótulo — *sebastianistas* — e o titulo — *consolidação*.

Preparava-se para entrar na História punindo aqueles, consolidando a Republica. A sedição aconteceu no Rio de Janeiro em 6 de Setembro do ano seguinte: mas já estava classificada e condenada pelo marechal. Sebastianistas, para ele, eram tanto os parlamentaristas, de Gaspar, como os civilistas, de Prudente, a marinha, de Custódio, e atraz dela os imóveis fuzileiros e os aspirantes, de Saldanha; os negociantes portuguezes, a alta finança “conservadôra”, os remanescentes do regimen passado; poétas, legistas, a vasta opposição... Contra eles, agitou um “republicanismo” ardente: dos radicais, ou jacobinos, dos militares moços, que tinham substituido o culto de Benjamin pela admiração de Floriano, dos “ordeiros”, dos positivistas, que achavam a “autoridade” uma panacéa...

Essa aliança do presidente com o castilhismo, dividiu em partidos nacionais a contenda provincial. Quando se estabeleceram as ligações — lógicas — entre o “gasparismo” e a armada de Custódio, os “restauradôres” do Rio e do norte e os “federalistas” de um lado, e os republicanos integrais do outro (Floriano, o Partido Republicano Paulista com Bernardino de Campos á frente do Estado, Castilhos e o seu “caudilho” Pinheiro Machado,

Barbosa Lima em Pernambuco, Lauro Sodré no Pará...)
— estava delineado um imenso panorama de guerra.
Afiml a guerra intestina, que evitára D. Pedro II em 15
de Novembro: indispensavel — ai de nós! — para o
equilibrio, a serenidade posterior... Descarga de eletrici-
dades suspensas, latentes!

A CONSOLIDAÇÃO TRÁGICA

O poncho sôlto ao pampeiro

Jóca Tavares concentrára em Cerro Largo, no Uruguai, a sua força.

A 2 de Fevereiro de 1893 (no dia 25 de Janeiro Castilhos assumira o governo) atravessaram a fronteira os primeiros destacamentos comandados por Gumercindo Saraiva e Vasco Martins.

Gumercindo — logo alcunhado de “Napoleão dos pampas”, uruguaio de nascimento, mas brasileiro pela sua vinculação aos assuntos do Rio Grande, fôra nas situações “liberais” um aliado prestimoso de Silveira Martins. Ainda na ultima eleição da monarquia *policíara* a vitória “gasparista” (52). Era, porém, um cabo de

(52) Carta do ministro Diana, de Agosto de 1889, ms. cm. por Olinto Sanmartin.

guerra, do estôfo e do perfil dos melhores “caudilhos” orientais.

Bravo, sagaz, estrategista, generoso e implacavel a um tempo, nenhum dos seus companheiros de aventura naquele bisonho exercito via mais longe. Foi, por isso, o inimigo mais perigoso que, em terra, defrontou Floriano. A marcha sobre São Paulo vae ser o feito culminante da revolução “federalista”: o seu heróe foi Gumerindo. A estatura desse guerrilheiro cuja fisionomia atraente lembra os retratos de Garibaldi — enrolado no mesmo poncho “guasca” — é gigantesca. Engendrou a lenda um antipoda de Bento Gonçalves — o republicano: Gumerindo — o sebastianista. Teve, é certo, a intuição nacional da luta: para não a asfixiar no Rio Grande, onde acabaria esmagado, projetou-a atrevidamente para o norte. Quando a vanguarda de Gumerindo ameaçou os limites de São Paulo com o Paraná, o edificio do regimen estremeceu.

Estremeceu mas não cáiu.

A estrêla de Floriano resplandecia: enquanto os outros, Gaspar no exilio, a opposição parlamentar, Custódio nos seus navios, Saldanha na Escola Naval ou na caserna de Villagaignon, faziam um jôgo contrafeito, obrigados a uma violencia destrutiva contrária á sua formação espirital, á sua vocação patriótica, por fatalidade, por destino — integrava-se ele na sua função. Nascêra para isto: para o combate tenaz e a resistencia inclemente. A impulsividade de Deodoro fundou e desmantelou a Republica: a calma de Floriano aguentou-a. Sem essa pa-

ciência cabôcla — sem o cigarro de palha do marechal, símbolo de uma perseverança “caipira”, de sua estoica tranquilidade de “caçador de espera” — o regimen rebentaria, como uma bomba. Ele congelou o explosivo. Esfriou a crise. Dominou-a, com metodo, força e vagar.

O presidente da Republica decreta a intervenção federal, para sustentar Castilhos. Une, assim, os efetivos militares do Rio Grande ás tropas estaduais. Jôca Tavares assume a chefia aos insurrétos. Manôbra com habilidade. Evitando uma ação geral, deriva para Dom Pedrito, que conquista, em 23 de Fevereiro. Debalde defenderam a vila o 6.º de cavalaria e duzentos civis. E' a guerra. Tenta o general federalista tomar Sant'Ana do Livramento: é obrigado — pela aproximação dos legais — a suspender o cêrco. Outros grupos se desatam para Alegrete e Quarahy. Perdem, em Itaroquem, e ganham, em Jararaca. Barros Cassal adere á revolta e Pinheiro Machado acóde á reação. Fôrma a “divisão do norte”, comandada pelo general Rodrigues Lima. No arroio Inhanduhy, seis mil revolucionários pelem com quatro mil governamentais. E' a batalha campal, de inaudita violencia (53). Retiram aqueles, em tres colunas (Tavares, Gumercindo e coronel Salgado). “Revolução estrangulada” — telegrafam a Castilhos os que ficaram no campo (Hipolito Ribeiro, Rodrigues Lima, Pinheiro e Fernando Abbott). Ilusão! Era “revolução propaga-

(53) Vd. José Lavrador, *Heróes de Noventa e Tres*, p. 78, Rio 1938.

da". Dissipa-se aqui para resurgir adiante. Fragmenta-se. Passa e repassa a fronteira. Deslisa por entre os piquêtes do govêrno. Instala-se nos costumes "gaúchos": e procura ligações externas.

A questão presidencial

O almirante Custodio, o homem de 23 de Novembro, demitiu-se, indignado, da pasta da marinha, em 28 de Abril de 93. Desde a reposição de Castilhos e o levante da flotilha em Porto Alegre, divergira completamente da politica do marechal. Naqueles turvos dias virar-se este caso raro: o presidente apoiava o governador Vitorino Monteiro (nomeado por Julio de Castilhos) e o ministro da marinha quasi o insultava, dizendo n'um telegrama que, pela doutrina da "reposição", Deodoro teria de ser chamado para... reassumir. Convencera-se da participação de Floriano, através do comandante do distrito militar general Vasques, nesses acontecimentos decisivos. Pretendera remedia-los, quando o general Tavares pela segunda vez desembainhou a espada, exigindo dele a "pacificação". Parecia-lhe fácil, porque ainda estava em tempo — diziam os federalistas. Floriano prometeu, adiou, iludiu, e, finalmente, falando em Constituição, mudou de conversa... (54). Custodio demitiu-se pensando na reacção da armada.

(54) Depoimentos do almirante, no seu livro citado, 1.º vol., 2.º tomo.

O almirante Vandenkolk contrapõe, em aguas rio-grandenses, á intervenção militar em favor de Castilhos, a intervenção naval em favor de Gaspar. A bordo do vapor "Jupiter", fôrça a barra: porém o golpe fracassa, e o cruzador "Republica" — partido do Rio de Janeiro ao encalço do almirante sedicioso — o aprisiona. Réo de morte — julga o conselho de guerra a que comparece Vandenkolk; presidente do Club Naval — respondem os officiaes de marinha, elegendo, n'um acinte, o companheiro prêso. Que faltava para o "pronunciamento" da esquadra? A "frente unica", de Custódio e Saldanha. E o incremento da insurreição, no extremo sul.

Salgado invadiu segunda vez o Estado (10 de Agosto) e unindo-se a Gumerindo, destroçou, em Serro do Ouro, a brigada governista, que lá deixou 357 homens. Esse triunfo animou sobretudo Gumerindo, disposto a concluir a ação com os outros chefes, ou sem eles. O sinal para a sua marcha larga seria a revolta dos navios.

A vez da armada

Na noite de 5 de Setembro, (55) embarcou o almirante Custódio no "Aquidaban" com alguns officiaes e

(55) O movimento devia rebentar a 7, durante a parada, com a prisão de Floriano, posse, consecutiva, de Prudente, como presidente do Senado, e, talvez, a eleição de Ruy para a presidencia da Republica, Lavrador, *op. cit.*, p. 85. Antecipou-se porque Custodio se sentiu ameaçado pela policia.

políticos (deputados Seabra, Anfrísio Fialho, Vinhais, Francisco de Matos, Jaques Ourique); hasteou o pavilhão de comando e a bandeira branca da revolta; e logo obteve a adesão de quinze navios, dominando a Guanabara. Amanheceu a cidade sob a pontaria dos canhões da esquadra.

Um só couraçado derrubára Deodoro. Os quinze barcos não abalaram Floriano. Esperára de animo alerta a réplica de Custódio. Longe de intimidar-se, redobrou de energia. Distribuiu a tropa pelo litoral. Exercendo o estado de sitio, concedido em sessão secreta pelo Congresso, reprimiu a agitação popular que se declarou em varias estações da estrada de ferro. Mostrou, na decisão de castigar exemplarmente todas as desobediencias, um rigôr suggestivo, que só têm os governos estáveis. Essa impavidez foi a sua salvação. Porque, enquanto, coagidos, silenciavam os “sebastianistas”, e os homens representativos se recolhiam ás legações estrangeiras ou fugiam para Minas Gerais, o “jacobinismo” — de mãos dadas á policia — saía para as ruas com o seu frenesí comunicativo. Os jornais, inspirados pelo governo, sobretudo “O País”, propagaram a fórmula: a consolição da Republica contra a revolução restauradôra. Quem não iria lutar com os retrógrados, os “saudosistas”?... Artilharam-se os môrros; convocada, a guarda nacional se apresentou; os alunos da Escola Militar tomaram posição, os governadôres apoiaram Floriano, a rua do Ouvidor estrugiu de declamações republicanas.

Custodio e Saldanha

Apenas, o conflito não tinha solução.

A 13 de Setembro a esquadra bombardeou a cidade terrível e ineficazmente. O exodo popular para os subúrbios dilatou o pavor pânico e manteve impassível Floriano. Dispunha das fortalezas, da cidade de Niteroi, que sómente no dia 8, tardiamente, os revoltosos pensaram conquistar, de todas as forças do Rio, com exceção da infantaria naval de Saldanha, que se conservava... neutro. A neutralidade de Saldanha, sem poder ser utilizado pelo governo legal nem engajado pela revolução, estático em meio á tormenta, em Villegaignon, era uma incognita: poderia alterar-se a cêna, quando ele falasse, com os seus aspirantes, fascinados pela sua impecavel elegancia de chefe, com os seus fuzileiros... Aderiu Villegaignon, a 9 de Outubro. Novo assalto á Armação, em Niteroi, se inutilizou em 27 de Novembro.

Passou-se Saldanha para o lado de Custódio em 9 de Dezembro.

Assumiu o comando da esquadra rebelde. Custódio encarregar-se-ia das operações no sul. Constavam da instalação, em Santa Catarina, de um governo revolucionário (missão do "Republica", sob o comando do capitão de mar e guerra Frederico Guilherme Lorena, saído do Rio em 17 de Setembro), e da submissão do Paraná, ponto de apoio necessario á marcha dos "federalistas" sobre São Paulo e ao direito de belligerancia, que pleiteava Custódio

das nações estrangeiras. Capitulou a cidade do Desterro, onde Lorena fez governo, e se reuniram os representantes “federalistas” e os da armada, combinando a ação conjunta. Salgado embarcou na Laguna para Desterro e Gumercindo, galgando a serra rio-grandense, sempre perseguido pela “divisão do norte”, atingiu Santa Catarina e o Paraná, enquanto Jôca Tavares ocupava a cidade de Quarahim, aprisionava, na estação do Rio Negro, tres batalhões (aí foram degolados o coronel Pedroso e quatrocentos homens) e levava o assédio a Bagé, que resistiu admiravelmente, desde 24 de Novembro até 8 de Janeiro. O cerco de Bagé, mantido pelo coronel Carlos Telles com mil e trezentos soldados contra efetivos quatro vezes superiores, foi suspenso á aproximação da “divisão do sul”, organizada pelo próprio ministro da Guerra.

Marcha sobre São Paulo

O Paraná tornou-se, em Janeiro e Fevereiro de 94, o campo de batalha em que se jogou a sorte do regimen. Saldanha não logrará quebrar a resistencia florianista em Niteroi, perdêra a ilha do Governador, estava ameaçado de falta de viveres e munições, tropejando em vão a fúria impotente no golfo do Rio de Janeiro. Se São Paulo, máximo sustentáculo do governo, aliado efetivo do castilhisimo, do Rio Grande, se São Paulo cedêsse á revolta, entre dous fôgos o marechal resignaria o poder. Bastava — diziam ali os adeptos do movimento — que as avançadas

de Gumercingo transpuzessem o desfiladeiro de Itararé. A velha guarda nacional, saudosa da monarquia, os antigos conservadôres, os adversarios do Partido Republicano e de Bernardino de Campos, apressariam a rendição do Estado. Tudo dependia da velocidade daquela marcha.

O General Carneiro

Custódio com o "Republica" e, em vários vapôres, uma força de desembarque, tomou Paranaguá em 15 de Janeiro. Gumercingo irrompeu no Paraná por Ambrosios e Rio Negro. O comandante do distrito militar, general Pego Junior, descreu da resistencia e preferiu retirar-se. O governador, Vicente Machado, sem força para opôr-se á invasão, abandonou Curitiba, onde, no dia 20, entrou triunfalmente o almirante. A 21 foi na capital paranaense constituido um governo provisorio, sob a chefia do Dr. João de Menezes Doria. A defêsa da "legalidade" circunscreveu-se á cidade da Lapa — após a rendição de Tijucas. Ficava a Lapa no caminho de Gumercingo, para o norte. O coronel Antonio Ernesto Gomes Carneiro — em quem confiára Floriano, como homem capaz de galvanizar as energias militares naquela região impropria para operações decisivas — dispôz-se a dar á sua classe um exemplo memoravel. Fortificou-se com uns novecentos combatentes na cidade facilmente varejada pela artilharia dos invasôres, e não arredou pé dali. Rodeado por 5 ou 6 mil homens, investido

diariamente (entre 13 de Janeiro e 9 de Fevereiro) por todos os lados, tendo de disputar-lhes, casa a casa, a sua pobre praça de guerra, foi formidável no seu espirito de resolução e heroísmo. Salvou Floriano, retardando Gumercindo (56). O mez de avanço que levava este sobre as tropas mandadas para barrar-lhe o passo no rio Ribeira, consumiu-se nas trincheiras da Lapa. Lá se esgotou a revolução, perdendo o que tinha de irresistível: o seu ímpeto. Demorou-se e sucumbiu. E' verdade que sucumbiram primeiro o coronel Carneiro, morto na refréga, e a Lapa, que se entregou, exausta, dois dias depois (11 de Fevereiro).

Começou por aí a derrocada.

O epilogo da revolta

A vanguarda de Gumercindo (Juca Tigre e Piragibe) alcança Jaguaraíva, sabe da aproximação do exercito legalista, de 5.800 soldados, e retrocede (57). Aparentará o governo uma esquadra — adquirida por altos preços no estrangeiro — em Montevidéo e na Bahia. Comandava-a o velho almirante Jerónimo Francisco Gon-

(56) Vd. Pedro Calmon, *Gomes Carneiro, o General da Republica*, Rio 1933.

(57) A volta foi convencionada em Ponta Grossa pelos chefes revolucionarios, que renunciaram á idéa d'uma desesperada separação dos tres Estados do sul, José Lavrador, *Heróes de 93*, p. 117.

çalves, chamado á ativa para organizar a marinha florianista. Concentrou-a na Bahia, rumou em seguida para Cabo Frio, e a 10 de Março appareceu na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. A' iminencia de um combate naval, entre as duas esquadras, a dos n6vos barcos tripulados por marinheiros de todas as nacionalidades, e a dos navios de Saldanha quasi sem muniç6es, adotou este a resoluç6o de abandonar a luta. No dia 11, por intermedio do comandante da corveta portugueza "Mindelo", surta no porto, Saldanha ofereceu as suas condiç6es de retirada. Queria que lhe garantissem a ida para o estrangeiro, com os officiaes que o acompanhassem, respeitadas as vidas, restituídos os prisioneiros... Floriano recusou qualquer ac6rdo e annunciou a repress6o definitiva, a ferro e fogo. Ent6o — a 13 de Março — o almirante e a maioria das tripulaç6es revoltadas pediram hospitalidade aos tres navios portuguezes, que comandava o almirante Augusto de Castilho.

O bombardeio de terra n6o foi nesse dia respondido pelos barcos insurgentes.

A esquadra de Gonçaves entrou, ufana, a Guanabara.

A vit6ria do marechal era completa. Teria um caracter atroz, se caíssem em seu poder Saldanha e os companheiros: mas estavam sob a dupla proteç6o, da bandeira de Portugal e da honra de Augusto de Castilho. A camaradagem naval encerrou galantemente um episodio funesto: hostilizado pelas notas irritadas do governo, pela imprensa jacobina, pela excitaç6o das ruas, Castilho, insen-

sivel a outros consêlhos alem do seu dever — saíu no dia 18 a barra com os refugiados, que foi depositar no porto de Montevidéo.

Quando desaparece Gumerindo

Queimou Custódio o ultimo cartucho na barra do Rio Grande, tentando, por mar e terra, desalojar a guarnição local. O coronel Telles voou de Bagé em socorro da cidade do Rio Grande. O almirante, repellido, teve de desembarcar a sua infantaria no porto de Castilhos, e — secundando a Saldanha — largou a luta, levando para Buenos Aires a sua esquadra. A 17 de Abril, invocando o asilo argentino, entregou-a ao governo da vizinha Republica. Na vespera, no porto de Santa Catarina, o “Aquadaban” — derradeiro navio de bandeira branca — foi inutilizado por um torpêdo. A guarnição dele juntou-se ao exercito de Gumerindo, em retirada. Gonçalves retonnou Desterro, no mesmo dia 17 de Abril. A 23, apoderou-se de Paranaguá. Os revolucionários abandonaram Curitiba, ocupada pelo exercito legal, do general Ewerton Quadros. Reentrou Gumerindo no Rio Grande e foi batido no alto Uruguai pela “divisão do norte”, atacado em Passo Fundo, atingido afinal, no planalto de Carovy (10 de Agosto de 94), onde uma bala perdida prostrou sem vida o grande guerrilheiro.

A represalia

O ciclo das ásperas lutas encerrava-se. Se, porém, a vitória fosse magnanima, como heroica fôra a pelêja, uma conciliação breve desarmaria os espiritos. No Paraná e em Santa Catarina, foi inclemente. Moreira Cesar, no Desterro, e Ewerton Quadros, em Curitiba, autorizaram ou consentiram fuzilamentos que consternaram e indignaram o país. A punição complicou-se com o crime. Lorena e o barão de Batovy, veteranos do Paraguai, foram fuzilados (58). O barão de Serra Azul, respeitavel industrial, foi vilmente assassinado no trajeto para Parana-guá (59). O odio soprou as brazas da insurreição que se extinguia. Saldanha passou a ser, no Uruguai e na Europa, para onde viajou, um atormentado pela idéa da desfôrta. A "consolidação" da Republica nimbava de lenda a figura fleugmatica do marechal; mas fizêra incontentaveis. Os excêssos na guerra e após a guerra limitaram os campos com um rio de sangue. Os degolamentos no Rio Grande, as execuções no Paraná e em Santa Catarina, a perseguição aos remanescentes da revolta da armada, alimentaram o furôr dos exilados que achavam indigno o repouso, sem a vingança. A anistia fôra o hábil recurso de D. Pedro II para pacificar o Brasil, nos

(58) Lucas Boiteux, *Pequena Historia Catarinense*, p. 123, Florianopolis 1920.

(59) Valfrido Piloto, *Paranistas*, p. 18, Curitiba 1938 (resumindo o que se apurou da tragédia).

primórdios do reinado. Floriano não a concederia. Tirava do triunfo as suas consequências. Ficaria isto para um temperamento moderado, a autoridade civil, que lhe sucederia...

Prudente de Moraes

Paradoxo da politica: Floriano ganhára a guerra e perdêra a partida.

Enfrentando Custódio, não vira Prudente de Moraes.

“Consolidando” o regimen, teve o cavalheirismo de respeitá-lo, no seu ritmo eleitoral. Soára a hora da eleição presidencial no territorio indêne da conflagração. O Partido Republicano Paulista, fatôr importante da “situação”, (60) conservára invulneravel o seu simbolo: Prudente. Vencido em 1891 pelo militarismo (como ele definira a sua candidatura), ficára como o estadista á espera da pacificação, para dar á Republica o seu feitto civil. Concorreu sem competidôres; foi eleito sem entusiasmo, quasi surdamente, em meio a uma descrença sintomática — do exercito que só enxergava Floriano, da politica atônita na sua atmosfêra de terror. O exito desse bacharel austêro, em cujas barbas de patriarca resplandecia uma tradição de dignidade individual, de idealismo civico — consistiu na sua fé. Se o Partido Republicano

(60) Candido Motta Filho, *Uma Grande Vida*, p. 102, S. Paulo 1931.

Paulista tolerasse o adiamento do pleito, postergasse aquilo para um momento socegado, prorogasse num artificio constitucional o periodo governativo do “marechal de ferro”, de premio ao triunfo, aumentando-o, a Republica não emergeria tão cêdo da confusão em que se atuára. Prudente não torceu. Responsavel pessoal pela obra da Constituinte, ligando a cada artigo da Carta de Fevereiro uma importancia supersticiosa, ansiava pela concordia sob o palio da lei, como a tinham preconizado os propagandistas, no decênio de 80, na linha da Mogiana e em Campinas... Por seu lado, Floriano não era homem de iniciativas audazes que desfigurassem o seu papel de condestavel do regimen. Deixou correr a honesta aventura politica de Prudente: eleito, reconhecido, proclamado, a empossar-se presidente em 15 de Novembro de 1894. Dir-se-ia pelo seu silencio que não acreditava nisso. Os jóvens officiais promovidos pelos feitos d’armas, os florianistas ébrios de alegria nas manifestações da rua do Ouvidor, os nacionalistas exaltados contra a pretensa intervenção dos navios estrangeiros em favor dos rebeldes, idolatravam o marechal. Far-se-iam matar por ele. A Republica e Floriano confundiram-se. A lenda dilatava-se. Quando Ruy Barbosa — exilado na Inglaterra — o comparou a Rosas, teve em vista a solércia, que lhes foi comum, e essa popularidade exorbitante. Deodoro não comprehendêra o regimen, juridico demais para a sua mentalidade de velho soldado: por isso dissolvêra o Congresso. Floriano não o comprehendêra, quando centralizou nas suas mãos ativas todos os negocios do Estado,

nomeou para o Supremo Tribunal um medico e um general, deportou parlamentares, utilizou o estado de sitio ao seu alvedrio. Era natural, pois, que respondesse com ironia ao optimismo de Prudente, e mandasse-o embóra, por um alferes, na manhã de sua posse.

Floriano não fez isto. Deixou correr a cousa... Á ultima hora, quando a officialidade prometia opôr-se pelas armas á transmissáo do governo, exigiu disciplina, largou o palacio Itamaratí vazio, sem funcionarios, sem criados, como uma casa que o inquilino larga, silenciosa, ao senhorio antipático — e recolheu-se á vida privada. Faleceu em Junho do ano seguinte. Como Deodoro, não sobreviveu muitos mezes á inação. Venceu-o decerto a saúde esgotada. A exemplo do *Fundador*, foi atraído por ela. O sol da glória levantara-se demasiado tarde para a sua carreira paciente. Uma eleição discreta e a doença do marechal, fizeram sem ruido o que, seis mezes, os canhões da armada, estrondeando na Guanabara, não conseguiram.

Prudente, a 15 de Novembro, de chapéo alto e corrêta sobrecasaca, saltou de um carro de aluguer á porta do Itamaratí. Era sombrio o aspecto do palacio deserto. Se fôsse dado a leituras americanas lembrar-se-ia de Lincoln chegando, com tósca simplicidade, á Casa Branca. Olhou á volta: não havia quem lhe tomasse a cartóla. Sorriu com amargura.

A circumstancia de não lhe ter Floriano passado o governo (desculpou-se, dizendo que se apparecesse em publico a tropa subverteria a cêna...) não o humilhou:

preveniú-o. Frizava o dissidio: acabava ali a situação florianista, do colête encarnado; começava o civilismo de Prudente. A' "consolidação", esbrazeante, se seguiria a "pacificação" humanitária... Note-se que a palavra "humanidade", á força de ser repetida pelos positivistas, perdêra a sua sonoridade: Prudente preferia outra fórmula. "Justiça e lei".

Clemencia oportuna

A quem se apoiaria, para governar? O exercito parecia não o suportar. As forças politicas mal se desvençillhavam da pressão militar. O sul não fôra apaziguado. No Rio, era impopular. Os "jacobinos" rompiam em opposição. Os "puros" continuavam a falar de Floriano, da ditadura redentorial... A expedição desesperada de Saldanha — em 22 de Abril de 95 — prometia prolongar a guerra intestina. Cuidou Prudente, ansioso de normalidade (61), de enviar um delegado de confiança — o general Innocencio Galvão de Queiroz — para combinar as pazes entre o *castilhismo* e os "*federalistas*". Em 24 de Junho, a pequena tropa de Saldanha foi dizimada em

(61) Em carta de 10 de Setembro de 94, dirigida a Max Fleiuss, Prudente já se mostrara enfadado com a excitação reinante... (M. Fleiuss, *A Semana*, p. 120, Rio 1915). A pacificação chocava-se com as idéas de castigo, de eliminação, manifestadas por Julio de Castilhos, cf. documento cit. por Alfredo Varela, *Res. Avita*, p. 369, Rio 1935.

Campo Osorio pela cavalaria legalista. Morreu o almirante no “entrevero”, selando, com o sacrificio novelêso, um sonho malogrado: o “ideario” de Gaspar.

Cinco dias mais tarde, faleceu Floriano.

O general Galvão de Queiroz apalavrou-se, em Pelotas, com Jôca Tavares, em 10 de Julho. Era o armistício virtual, garantido pela paz prometida, com a anistia, que o Congresso — remoendo razões difíceis, incompatibilidades irreconciliáveis — concedeu afinal: a anistia de 19 de Setembro de 1895, plena e conciliatória, assim aos revoltosos do sul como aos da esquadra, a militares e civis, restituídos aos póstos e aos cargos numa larga medida de clemência.

VI

A PACIFICAÇÃO

O quatrienio de Prudente de Moraes integrou o regimen na normalidade legal.

Dispensou da mistica revolucionária a evolução republicana, correspondendo ao cansaço, á consternação do país de finanças esgotadas, credito abatido, populações separadas por odios excusaveis. Sobretudo se prevaleceu da confiança das classes conservadôras — aterrorizadas pelo florianismo — e da simpatia dos antigos rebeldes — aliciados pelo generoso perdão — para impôr a ordem civil sem timidez.

A tremenda provação de 1893 mostrára que a solução das armas era ilógica na democracia do voto, da palavra.

O próprio Presidente foi o exemplo da vitória pacifica e hábil sobre as forças materiais: poder-se-ia ter economizado aquella revolução, esperando pelo pleito, que o sagrou. A impaciencia dos anti-florianistas destruiu as possibilidades de restauração da monarquia, os inimigos

fórtes da Republica, e também o militarismo, como sua forma permanente. A marinha anulára-se como fatôr de opinião. O exercito queria voltar á missão apolitica, profissional. A lavoura e o comercio pediam paz, para recuperar os dânos sofridos. Restava o desarmamento espiritual, nas zonas do "jacobinismo". "O túmulo do marechal Floriano foi transmudado na arca de aliança da rebeldia impenitente..." (62). Aquíetados os moços da rua do Ouvidor, que se não conformavam com a anistia dos insurréto, o país retomaria o seu ritmo constitucional.

A epopéa dos sertões

Foi preciso um acontecimento espantoso, para que Prudente consumasse com a sua intrepidez civil a "consolidação", de Floriano. Esse acontecimento foi a «campanha de Canudos», diversão das cóleras "jacobinas" excitadas com a concordia do sul. Os mitos creados com o regimen — salvação da Republica com a descoberta dos *sebastianistas*, identificação dos restauradôres que a ameaçavam, conspirações monárquistas — exageraram a significação d'um modesto chóque sertanejo, entre um destacamento punitivo e os fanaticos de Antonio Conselheiro.

Canudos foi mais invenção de publicidade nefasta do que arraial de revoltosos. A' beira do Vasa-Barris, no municipio de Monte Santo, no mais sêco interior da

(62) Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 5.^a ed., p. 293.

Bahia, “sertões” calcinados pelas estiagens, onde os caracteres humanos adquirem o aspecto desolado e agressivo da flóra rala e feia — ùm “monge” cearense, Antonio Conselheiro, fundára uma aldeia de fieis. Sexagenario semi-louco, vestido de uma tunica comprida, cabelos e barbas incultos, uma cruz pendente do peito magro, o ascéta não era original nem perigoso. Outros “monges” perambulavam — menos sociáveis, mais estúpidos — pelas “caatingas” do nordéste, pelos caminhos do centro e do sul, mesmo nas regiões lavradas pelos colonos estrangeiros. A matança dos “mukdens”, em São Leopoldo, em 1874, fôra — entre alemães — produto da mesma psicóse. A Canudos sucederia o Contestado, em Santa Catarina... A gente simples seguia o falso proféta: engano já advertido pelas Escrituras. E o governo não soube distinguir do lado ingênuo do problema a sua expressão social. Explica-se o equivoco: após a vitória legal, de Floriano, se aguçára a sensibilidade republicana, contra qualquer ajuntamento que pudésse servir de apoio a rebeldes, sebastianistas... Começou deploravelmente a contenda. Comprára o “monge” a negociantes de Joazeiro umas madeiras para a igreja que construia em Canudos — povoação de cinco mil casebres, cheia de “jagunços” dóceis ao Conselheiro. Houve obstáculos á entrega. Irritaram-se os fanaticos, anunciando a intenção de ir tomar a mercadoria. Achou preferivel o governador do Estado, conselheiro Luiz Vianna, expedir uma centena de homens, que os dispersassem em Uauá. Se a expedição fosse numerosa, a lenda de Canudos não se teria formado. Os “jagun-

ços”, porem, apercebidos da debilidade do destacamento, saíram contra ele, alçando estandartes, de rosarios chocalhando ao pescoço, brandindo as armas rústicas, em torvelinho velhos e crianças, como se se tratasse de resguardar o seu santuário, e o “monge”, a quem a gente do governo queria prender. Surpreendidos em Uauá, os soldados foram destroçados, repellidos em desordem, caçados pelos campos: uma catastrophe.

Em outra epoca seria um “caso” no policiamento do sertão: mas a imprensa, interessada em documentar o perigo que corria o regimen contra o optimismo conciliadôr de Prudente, alarmou o país, sacudiu a opinião de norte a sul, romantizou a rebeldia, manipulou noticias graves, ligou sentimentalmente a repressão de Canudos — no interior da Bahia, ponto que não se via nos mapas — á rua do Ouvidor. O “Conselheiro”, em 1895, disséra não reconhecer a Republica. Possivelmente — argumentavam os exaltados — era um instrumento dos “restauradôres” (63). Precisava ser esmagado, antes que o incendio se espalhasse...

E foi esmagado.

Apenas as proporções da tragédia deixaram perplexo o país.

(63) Nenhuma prova existe de entendimento entre os politicos e o “Conselheiro”. Das investigações policiaes quanto a comboios de armas em direção a Canudos, Elyσιο de Araujo nos dá um relato sem conclusões, *Através de meio seculo*, p. 111, S. Paulo 1932. No espolio do fanatico, nada se encontrou em abôno das suspeitas.

De fato, o “Conselheiro” não compreendia a Republica. E a Republica não compreendeu o “Conselheiro”... Decerto lhe disséram — em 1890 — que a Igreja se separára do Estado, o casamento civil dispensava o religioso, o lema da bandeira era impio, suprimira-se o “Deus guarde” das saudações, enfim, o regimen começára acatólico... O “beato” ligou facilmente as ameaças policiais á nova ordem de cousas; deu-se como perseguido pelo anti-Cristo; concentrou em Canudos a ralé celerada dos “sertões”. O governo — em contra-partida — considerou o demente um revoltoso; localizou-o, na sua “fortaleza” da “caatinga”; atirou-lhe — em substituição ao contingente destroçado — meia brigada, que lá não chegou, e, a seguir, uma brigada inteira do exercito nacional.

Proseguimento da crise

O dissidio na politica federal deu um colorido novo á crise.

O vice-presidente da Republica, eleito com Prudente, era o Dr. Manoel Vitorino Pereira. Revelára-o o regimen. Grande medico, orador admiravel, considerado um dos chefes do “republicanismo” na Bahia, tinha os requisitos pessoais para galvanizar os *florianistas* cujo chefe natural — Castilhos — ficára no Rio Grande. A divergencia de mentalidade entre presidente e vice-presidente — do primeiro governo constitucional — se projetou sobre o segundo. Prudente orientava-se para a pacificação fria:

queria a ordem. Vitorino tendia á realização dos fins espirituais — poderíamos dizer, místicos — dessa República á maneira dos vencedores de 1894: entusiastica, extreme, estética... Seguramente a diferença temperamental entre os dous altos magistrados não afectaria a vida do Brasil se a grave enfermidade de Prudente não dêsse ao jóven substituto eventual a sua “oportunidade”. Adoeceu o presidente em principios de Novembro de 96. Para ser operado de calculos vesiculares precisava transmitir o governo. Operação difficil. Ao diagnostico sombrio se somava o deapauramento do enfermo. Manoel Vitorino assume a direção do país em condições raras. Poucos acreditavam no retôrno de Prudente. Dir-se-ia que a sua vida perdêra, com a anistia de Setembro, a própria razão de ser. O astro adventicio fulgurou sobre o horizonte transtornado. Folgaram os adversários do homem moderado que pretendêra asfixiar a exaltação republicana. Reparassem: Deodoro fôra um converso, Floriano um militar, Prudente um juiz. Com Vitorino, começava série distincta: dos “portadores de ideal”... A rua do Ouvidor tripudiou então sobre o infortunio do Presidente que ia morrer e promoveu festas interesseiras em honra do sucessôr. Vitorino não soube, ou não pôde evitá-las. Sentiu-se estável. Aliás, tinha responsabilidades definidas: não era um suplente, mas o “indicado pela nação”, para a vaga... Inaugurou, em 24 de Fevereiro de 97, o palacio do Cattete, como séde do governo. Ciênte do fracasso da segunda expedição a Canudos, escolheu um official famoso para comandar a terceira: o menos suspeito aos “jaco-

binos”, Moreira Cesar — com artilharia, quatro batalhões de infantaria, um esquadrão de cavalaria... Para pôr cõbro áquilo! Foi popular: estatura de Presidente moderno; outro homem — aplaudiam os jornais, espicaçados pelo recrudescimento dos boatos de insurreição restauradõra...

Mas Prudente recuperou a saúde. Escondêra no seu repouso a irritação que lhe causára a politica de Manoel Vitorino. Não dissêra palavra. A noite de 3 de Março — cálida, num verão propicio ás “vilegiaturas” — passou-a o vice-presidente na Tijuca. No dia immediato, sem se fazer anunciar, surgiu no palacio do Cattete o velho presidente. Repetia a cêna de 15 de Novembro de 94. Tomava uma casa vazia. Dependurou num cabide o chapéo e mandou um recado ao substituto: Reassumira o govêrno.

Uma decepção forte girou pelos corredõres do Congresso. A opposição a Prudente estrugiu a sua cólera coe-vênte: então quando a Republica estava “em perigo” se perseverava em abandoná-la? — Com isto, indigitavam a anistia, que acoroçoára o *sebastianismo*...

O Partido Monarquista reorganizára-se (manifesto de 12 de Janeiro de 96) com uma guarda velha, que era bem guarda de honra: Ouro Preto, João Alfredo, Andrade Figueira, Lafayette, Carlos Affonso, no Rio de Janeiro. O coronel Gentil de Castro, intimo do visconde de Ouro Preto, possuia a “Gazeta da Tarde” e geria o jornal “Liberdade”, que faziam a propaganda da restauração. Eduardo Prado e Affonso Arinos secundavam, no “Ço-

mércio de São Paulo”, essa campanha de imprensa. Campos Salles — que sucedêra a Bernardino de Campos no governo do Estado — mandára fechar o “Centro Monárquista”. Acusava-se Prudente de não empregar a mesma energia... Esqueciam que a Constituição amparava as propagandas pacíficas.

A intolância era um corolário da vitória armada: a violencia andava no ar.

Canudos explicou o resto.

A ida de Moreira Cesar — responsavel pelas execuções de Santa Catarina — déra hierarquia á obscura guerrilha. Mandára-se um “puro”. E’ imaginar o espanto público — a 7 de Março, quando a excitação era mais viva — ao chegar a noticia de que a triunfal expedição se esfrangalhára num desastre inaudito. Moreira Cesar? Morto. O coronel Tamarindo? Morto. A brigada? Despedaçada. O arinamento? Tomado. Mil e tantas carabinas Comblain e Mannlicher. Munição para um ano de cêrco. Os “jagunços” poderiam substituir as suas “lazarinas” por espingardas do ultimo tipo. A temeridade do coronel — lançando-se á frente da tropa contra o arraial, para expungi-lo a arma branca — déra em resultado a transformação de Canudos numa praça forte. Os sertanejos andrajosos chamavam ironicamente de “fraqueza” do governo á “força” do governo. Enchiam o deserto com o seu clamôr selvagem. “Morra a Republica, os maçons, os protestantes” — era o seu grito inconsciênte. O exercito fôra ultrajado na pessoa dos officiais, assassinados na retirada, extirpados, dependurados ás arvores,

degolados depois de mortos, deixados pelas estradas, assinalando os limites do “Conselheiro”, novo Estado no Estado, espécie de Menelik (a literatura fazia comparações) no seu retalho de Etiópia, zombando dos brancos...

Vitorino expedira Moreira Cesar: mas a indignação se voltou contra Prudente. O povo amotinou-se. A rua do Ouvidor voltou aos seus dias terríveis, do “jacobinismo” incendiário. Num instante foram empastelados os tres periodicos monárquicos. Magótes de exaltados depredaram, na rua do Passeio, a casa de Gentil de Castro. Procuravam o “sebastianista”. Surpreenderam-no na tarde do dia seguinte, na estação de São Francisco Xavier, quando tomava o trem para Petropolis em companhia de Ouro Preto e Afonso Celso: foi cobardemente assassinado. O visconde e seu illustre filho salvaram-se em condições quasi milagrosas (64). O “Club Tiradentes” decidiu agir em defesa das instituições, sobrepondo-se ao governo. A opposição parlamentar apoiou com frenesi essa attitude pre-revolucionária. Açoulou a desconfiança do exercito, ferido nos seus melindres. O ministro da justiça, Amaro Cavalcante, teve de ir aplacar as iras na rua do Ouvidor (65). A grossa expedição que foi bater Canudos, sob o comando do general Artur Oscar, inspecio-

(64) Affonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, p. 196, Porto Alegre 1936.

(65) Vd. discurso de Ruy Barbosa no Senado, 6 de Novembro de 1897, em que descreve a situação do país na crise “jacobina”.

nada pelo ministro da guerra marechal Carlos Machado Bittencourt, acompanhada de abundante material, — não o aquiétou. Lográra-se desacreditar o Presidente da Republica, cujos sentimentos foram pôstos em duvida. Tolerancia e cumplicidade, pareciam sinônimos... A Escola Militar trepidava de indignações ruidosas. Os motins de 1895 reproduziram-se. Tinha em deposito 50 mil cartuchos: requisitados pelo ministerio da guerra, os cadêtes se negaram a entregá-los (26 de Maio). Essa provocação descobriu o voluntarioso, o intemorato, que se ocultava sob o aspecto glacial de Prudente. Deu ordens fulminantes. Dous navios de guerra postaram-se diante da Praia Vermelha e tropas das tres armas correram á Escola revoltada. Os rapazes despertaram do seu delirio, entregando as armas. E logo uma atmosphéra de respeito modificou o clima de impopularidade do governo: a ordem, mantinha-se...

Supremacia do poder pessoal

Mas o caso dos cadêtes era episódico. A verdadeira luta travava-se no Congresso, onde a representação republicana, graças á normalidade constitucional, lembrava a agitação atrevida do ultimo parlamento do Império. Francisco Glicerio dizia-se general de vinte brigadas, aludindo á disciplina das *bancadas* estaduais á sua voz de comando, como interprete daquele Partido Paulista, que era o do Presidente. Creára, para dar um pouco de coesão a essa

politica, o *Partido Republicano Federal*: coligação dos partidos estaduais a que pertenciam os respectivos governadôres (o Paulista, o Riograndense, com Castilhos; o Paranaense, com Vicente Machado; da Bahia, com Luiz Vianna, de Santa Catarina, com Lauro Muller, do Pará, com Paes de Carvalho, do Estado do Rio, com Porciuncula, de Minas Gerais, com Affonso Penna).

Numa carta a Bernardino de Campos (antes da doença), desabafára Prudente: “Sei que os jacobinos têm-me odio — e tornam-se dia a dia mais arrogantes — á proporção que vão sendo animados pelos chefes — generais Quintino e Glicerio: e logo que se sintam com forças para substituir-me por algum “general” — que faça a politica forte do Marechal, não adiarão para o dia seguinte. Mas enquanto não chega esse dia — continuarei meu caminho — traçado pelo meu programa de governo, que é o mesmo do Partido Republicano Federal, cujos chefes têm-me creado dificuldades e embaraços, dizendo-se amigos”. E num remate: “Estou cada vez mais enojado da politica e dos politicos” (66).

Pois o deputado Scabra apresentou uma noção de congratulações com o governo pela sua severidade no caso da Escola Militar. Equivalia a um petardo. Os que a apoiassem — ficavam com a conduta legal e intransigente do governo, contra o jacobinismo; mas os que a combatessem, teriam os aplausos do club Tiradentes, dos florianistas e da rua do Ouvidor. Glicério, em nome de suas

(66) Doc. in Motta, *Uma Grande Vida*, p. 272.

vinte brigadas, opôz-se á moção numa linguagem tímida. Preferiu recordar comovidamente as tradições republicanas da Escola, as gloriosas parêdes, os alicerces beijados respeitosa e pelo mar... Nunca se viu numa atitude mais estranha e mais temível. Caíu naturalmente a moção do deputado bahiano — que, com a sua iniciativa oportuna, desvendava o mistério daquela incompatibilidade soturna, entre Prudente e o seu general parlamentar. Caíu por 86 contra 60 votos.

A resposta do Presidente foi indiréta e mortal.

Constou de uma “*varia*” do *Jornal do Comercio*. Dizia apenas que Glicério “*não interpretava perante o Congresso a politica do governo*”...

Essas palavras anonimas dissiparam as *brigadas* e demoliram o “*leader*”. O presidente da Camara, Artur Rios, demitiu-se. Seis dias depois, a luta se circunscrevia em torno desse lugar. Os governistas sustentavam o nome de demissionário e Glicério fez-se candidato contra ele. Quintino agourou, na imprensa, a intervenção militar (67). Insensivelmente voltavam os tempos sobressaltados do conflito entre Lucena e a assembléa. O novo Lucena não mudou; mas a assembléa não era a mesma. Glicério foi derrotado (88 contra 76 votos). Sumiu-se, pela brécha que no Partido Republicano Federal abriu esse revéz. Não conseguiria reeleger-se no ano immediato...

(67) Tobias Monteiro, *O Presidente Campos Salles na Europa*, p. LXXVIII.

O último choque

Ficavam contra o Presidente nove governadores, a começar por Julio de Castilhos, cujo procurador, no Senado, era Pinheiro Machado. Estavam com ele os de São Paulo, Minas, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro.

O equilíbrio tornava-se mais instável.

Contaria d'outra feita com a tropa, para reprimir um motim, esfriar, na rua do Ouvidor, os animos afoqueados?

Artur Oscar e o marechal Bittencourt cuidavam de ultimar a guerra de Canudos: um novo desastre seria fatal ao governo.

A questão presidencial deu á separação dos partidos um sentido prático: as eleições de 1.º de Março. São Paulo (solidariamente com Prudente) indicou Campos Salles (68). Pernambuco dava o vice-presidente: Rosa e Silva. Aquele, civil, antigo ministro de Deodoro; este, correligionário do barão de Lucena. A oposição lançára os nomes d'um discípulo e d'um auxiliar de Floriano: Lauro Sodré e Fernando Lobo. O fim d'uma querela começada em 1891... Manoel Vitorino fôra requestado pela coligação de Glicério, Quintino, Barbosa Lima. Os símbolos continuavam a ter vida própria. A "pacificação" civil de um lado, a "espada salvadôra", do outro. Mas o florinianismo, invencível com Floriano, esbarrava na firmeza severa de Prudente.

(68) Oliveira Lima, *Memorias*, p. 85.

Em 5 de Outubro o rugido de Canudos extinguiu-se, num horizonte de hecacombe. A' frente de 5.800 soldados, Artur Oscar arrazou a cidadéla. Acharam numa sepultura o corpo do "Conselheiro", numa furna alguns sobreviventes agarrados ás clavinhas, pelas choupanas abraçadas montões de cadaveres... Um traço de sangue fechou o capitulo. Quantos prisioneiros caíram nas mãos dos vencedores? Nunca se soube. Porque não chegaram... (69). Foram sacrificados, aos lótes, metodicamente — numa explosão de odio barbaro que empanou o brilho do triunfo. Este, realçára o heroismo do exercito, das policias de vários Estados, sobretudo da Bahia, resistente e estoica. Aquele exagêro de crueldade («as degolas truculentas e atrozes de Artur Oscar em Canudos», acusou Ruy) encheu de surprêsa, de indignação crescente, (70) os meios idealistas. Os estudantes de Direito da Bahia lançaram um protesto bravio (Methodio Coelho, Vital Soares, Abilio de Carvalho, Madureira de Pinho, Celso Spinola, Elpidio Canabrava, Ariston Martinelli, Raul Alves, Raul Passo, Heraclito Carneiro, Augusto Pedreira Maia, Henriques de Casaes, Afonso Maciel Filho... a geração que despontava) em 3 de Novembro de 97. Ruy Barbosa — que reclamára da tribuna o castigo dos crimes de Março, no Rio, aplaudiu os moços: quando os estadistas se faziam crianças, era justo que crianças se fizessem

(69) Braz do Amaral, *Historia da Bahia do Imperio á Republica*, p. 375, Bahia 1923.

(70) Doc. in Rocha Pombo, *Historia do Brasil*, X, 432-3. Rio 1914.

estadistas. Um academico de medicina, Alvim Horcades, contou, num opusculo, o que vira (71). E surgiu Euclides da Cunha, para marcar com um estilo agreste e soberbo os contornos á Iliada humilde: homenagem de um sonhador da Republica á bravura sem história dos fanaticos do "Conselheiro"...

O assassinato do Marechal

Vitoria: — rejubilou-se o povo. O marechal Bittencourt chegára da Bahia com o coração contente. O Presidente fingiu não ouvir as intrigas dos adversários que lançavam contra ele o exercito. Quiz — a 5 de Novembro — assistir pessoalmente ao desembarque dos primeiros contingentes que voltavam do inferno sertanejo.

Aconteceu então o esperado. Profetizára-o Ruy (disse no Senado, no dia seguinte) ao considerar a impunidade dos delitos um incitamento para as violencias maiores... Gritos de viva Floriano — saudaram hostilmente o Presidente, que não se perturbou. A' porta do Arsenal de Guerra um anspeçada do 10.^o — o cearense Marcelino Bispo, de 24 anos — atirou-se, de garrucha em punho, sobre o grupo que se formára á roda do chefe de Estado. Tres vezes negou fogo a arma. O marechal Bittencourt e o coronel Mendes de Moraes atracaram-se com o criminoso, que, aos trambolhões, munido já de um

(71) *Uma Viagem a Canudos*, p. 114, Bahia 1898.

punhal, a um tempo fugia ás mãos daqueles oficiais e os atingia com a sua lamina. Quando foi dominado, jazia mortalmente ferido o ministro da Guerra, e com o abdomen rasgado o coronel Moraes (72).

Poucos momentos mais de vida teve o marechal Carlos Machado Bittencourt.

Salvára, com o seu sacrificio, o Presidente. Não fôra isto, e o “simile” de Lincoln estaria completado, pelo holocausto, na hora do regozijo civico... Em Março, Gentil de Castro; em Novembro, o proprio Presidente da Republica.

Essa “demagogia do revólver” — como lhe chamou Ruy — abusára da ação diréta.

A figura de Prudente avultou naquele dia trágico. O manifesto incisivo que endereçou á nação, prometendo não desertar do devêr, emocionou a alma generosa da cidade, o espirito público ludibriado pela exaltação das ruas. Como que uma trégoa triste se abriu, para dar passagem aos despójos do militar cheio de nobreza vítima de sua dedicação, da honra de seus bordados. Elaborou-se uma lenda de frieza heroica em torno de Prudente, quando, desprezando os cautelosos avisos dos amigos, saíu a pé, acompanhando o feretro. Ganhou, numa jornada lugubre, a popularidade alijada nos dias felizes. O exercito — como que petrificado pelo atentado, que só podia ter sido concebido por alguns insensatos — acalmou-se com dignidade.

(72) Vd. Pelino Guedes, *O Marechal Carlos Machado Bittencourt* p. 43, Rio 1898.

5 de Novembro é uma data terminal.

Acaba aí, na porta do Arsenal de Guerra, com a vida exemplar do marechal Bittencourt, o ciclo das agitações crônicas e latentes.

A policia persegue os jacobinos, e emudece-os.

Os exaltados tratam de escapar, ás malhas do processo.

Manuel Vitorino, inocente, sem outra culpa alem da presunção de beneficiário, como substituto eventual de Prudente e seu antagonista, amargou no acaso politico a decepção de uma denuncia, as mortificações da insidia partidária...

As urnas, em 1.º de Março, déram o poder a Campos Salles. Não as urnas leais, de uma Republica apetrechada para realizar a democracia: mas os governadôres, que supriam o eleitorado... Pleito sincero? Não se cogitava disso, num regimen mal firme, na sua débil estrutura, nas bases trémulas, quando o problema da ordem era agônico, premente.

Prudente não pedira, em 1894, boas eleições, o que seria pueril, em plena guerra intestina; pedira apenas eleições. Graças a elas, entalára a Republica nas suas faixas constitucionais. Não pensára desinteressar-se da própria sucessão, como Floriano. Bafejando o nome de Campos Salles, que tinha direitos iguais á alta magistratura — (como ele propagandista, mais do que ele, ministro e presidente de Estado) guardava para São Paulo a situação dominante. Punha de manifesto a importancia de sua organização, o seu interesse em vertebrar, apumar o

regimen, com um forte governo civil — numa época em que os demais Estados dispunham de partidos fictícios ou governadôres assoberbados por dificuldades ingentes, incapazes, por isso mesmo, de lhe inculcarem a necessária confiança. Silvio Romero definiu o dilema: oligarquia ou anarquia (73). Com aquele pessimismo de Eça de Queiroz: ditadura ou conquista...

O Pacificador não deixou em meio a sua obra de normalização do país. Nem a ela se limitou. Devéras, pacificando permitia, indicava o resto: solução favorável dos litígios internacionais, restauração financeira, incremento economico, civilização e cultura.

Até 1897, a Republica é uma experiencia.

A partir da Pacificação, até 1910, é construtiva e operosa.

Mas os acontecimentos se encadeiam, solidários. Sem Deodoro não haveria o 15 de Novembro. Sem Floriano não se consolidaria a Republica. Sem Prudente não prevaleceria a ordem legal, com a tolerancia e a prosperidade, a reparação dos erros passados e o largo progresso.

(73) *Discursos Academicos* (saudação a Euclides), I, 326.

VII

A RECONSTRUÇÃO

A mistificação económica dos primeiros dias da Republica — com o *encilhamento* — empurráram para o abismo o crédito publico.

A guerra civil não podia reerguê-lo.

Nas dóbras da contenda, entre o cesarismo e o civilismo, havia de insinuar-se o interesse estrangeiro — da fiança internacional — pelo seu capital que ficára desamparado, pelos dividendos suspensos. O tratado de commercio de 1891, com os Estados Unidos, foi providencial a Floriano, porque, com a ajuda da diplomacia de Salvador de Mendonça (74), fixou a simpatia da grande Republica pelo governo do Rio de Janeiro. Graças a essa aliança, arranjou o marechal a esquadra suplementar, com que acabou a revolta no mar. Teve dinheiro para aguentar a ordem periclitante e resistir á pressão européa. A Europa

(74) Oliveira Lima, *Memórias*, p. 146.

era em tésse favoravel á revolta, encarada com esperanças eloquentes pelos mercados de Londres (havia 100 milhões esterlinos empregados no Brasil) (75), de Paris, de Lisboa, de Roma.

A razão era prática.

No Congresso de Washington, um senador falou — intuitivamente — em tentativa das potencias européas de re-monarquizar o Brasil.

Era falso.

Aquelas potencias começavam por não rodear de cuidados especiais a pessoa do Imperador exilado, cuja pobreza, digna, silenciosamente sofrida, destacou melhor o seu character estoico. D. Pedro II, como recusára, em 15 de Novembro, a hospitalidade da esquadra chilena surta na Guanabara, confessava em Paris, aos brasileiros que o procuravam, um desejo ingénuo, de prestar á pátria serviços desinteressados, no seu ostracismo: á imigração, á educação... O governo portuguez naturalmente veria com satisfação e desafogo a restauração do trôno de Bragança: a propaganda republicana, a que se seguira a revolução do Porto, ganhára lá uma animação insólita, uma verosimilhança imediata, com o banimento da dinastia brasileira. Daí, em parte, o papel relevante que desempenhou Augusto de Castilho no epilogo da revolta da armada: e o nativismo enfurecido, dos florianistas, contra o commercio por-

(75) James Wells, *Revista da Sociedade de Geografia*, tomo III, 184, Rio 1887.

tuguês, o rompimento diplomatico, o delicado restabelecimento de relações no governo de Prudente de Moraes (missão de Tomás Ribeiro)...

Mas as afinidades entre Saldanha e a Europa eram de natureza mais concréta. A Europa desconfiava da Republica jacobina que lhe "bloqueava" o ouro aplicado na America, os 30 milhões da dívida externa, existente em 1889, e propiciaria o advento d'uma administração que cumpriisse os contratos, e pagasse.

A bancarôta

A' alucinação de 1890 se seguiu, já tardia, a moderação de 1891, logo, com a restrição dos negocios, as falencias encadeiadas, e o *crack*, do fim daquele ano. Desmantelou-se o castelo de cartas. A montanha de papel bancário desmoronou-se sobre um público aturdido, que continuava a sua estupefação: de 15 de Novembro, da rutila jornada do *encilhamento*, da desilusão das québras... Viuse que tudo fôra artificial. As especulações não podiam prolongar-se. As empresas tinham rótulos e ações, mas não tinham produção; as "concessões" vendidas eram apenas idéas; a jogatina absorvêra o negocio real; a miséria substituia a inflação; desencanto amargo, volta ás realidades tradicionais, pessimismo paralizante...

Sobreveiu a luta. Esgotou-se o erario nacional. Floriano teve de lançar mão de £ 2.500.000 do lastro dos bancos e 80 mil contos de papel moeda d'uma emissão que

nem sequer lhe autorizára o Congresso (76). Displicente em relação aos numeros, encomendára ainda material de guerra e navios, sendo o ultimo contrato, lavrado na vespera da posse de Prudente, de dous milhões esterlinos. Vencida a primeira prestação, de 300 mil libras, não havia cambiais para a remessa... O empréstimo de seis milhões de libras negociados pelo presidente civil, importava a confirmação do descrédito: fôra feito ao tipo de 85 (15% de abatimento), talvez uma das menores cotações da bolsa de Londres... Resolve o governo (1896) arrendar as estradas de ferro federais e põe em concorrência, em Londres, a Central do Brasil. O sacrificio é imenso: salva-nos a timidez da finança internacional. Ninguém quer candidatar-se á exploração da principal Estrada da Republica... E' a "crise permanente", lastimou Bernardino de Campos, ministro da fazenda de Prudente. Não se iludiu este: o unico fatôr capaz de neutralizá-la, seria a confiança. Outra mentalidade politica. Paz interna. Entendimentos diréto. A eleição de Campos Salles depois da aquietação das ruas, da vitoria republicana. Por isso, eleito o sucessôr, aconselhou-lhe a viagem á Europa, para discutir com os banqueiros as finanças do país e estabilizar a divida, sustentando o cambio, atraindo capitais, normalizando relações. A viagem, por outro lado, era uma propaganda: depois de tantas incertezas, aparentava um regimen consolidado; e belamente representado por um cidadão respei-

(76) Tobias Monteiro, *O Presidente Campos Salles*, p. LXII.

tavel, saído da terra do café, coração economico da Republica, disposto a dar ordem aos negocios. . .

Regeneração financeira

Bernardino de Campos acertou o acôrdo do "funding loan", que Campos Salles — em 10 de Abril de 98 — foi ajustar na Europa. Chegava então ao Rio o representante do London & River Plate Bank autor do projéto (77) o sr. Tootal. O contrato definitivo é de 15 de Junho. Consiste o "funding" numa operação ficticia: um emprestimo de consolidação. Emitiam-se "bonus", a juros de 5% e prazo de 63 anos, representando os juros acumulados, que formariam a divida nova. Era a melhor cousa no momento (78). Porque abrangia os juros devidos ás companhias inglêsas e francêsas que tinham empregado no Brasil capital garantido pelo governo (eram treze): assim poderia ele cuidar da reorganização interna e ainda seduzia as iniciativas estrangeiras. Mas forçava a administração a duras economias: a principal delas, a incineração de papel moeda (a Republica emitira 521 mil contos!) á proporção dos titulos do "funding" emitidos. De fato o cambio se normalizaria. . . Mas a crise de numerario se agravá-

(77) Calogeras, *Formação Historica do Brasil*, p. 444, Rio 1926.

(78) Vd. Nuno Pinheiro, *A' Margem da Historia da Republica*, p. 117, Rio 1926.

ra. A alta cambial (a taxa alcançára a casa de 6, em 1898) feriu fundo a lavoura. Declarou-se, no fim de 1897, a crise do café. Quando enriquecia o Estado, depauperava-se o particular. A situação economica entenebreceu-se, em contraste com a melhoria dos negocios públicos.

A vocação do segundo presidente civil estava determinada: sanearia o tesouro. Prudente deu-lhe bôa politica; e ele fez bôas finanças. Deixou o cambio a 12, tres milhões depositados em Londres, resgate de titulos ouro no valor de 4.400.000 esterlinos, de papel na importancia de 115.997 contos...

Os banqueiros

Os capitais estrangeiros — afugentados na “decada republicana” — acharam de novo os itinerarios do Brasil. Vinham caros e fecundos, com usura e oportunidade, regateados e propicios, emprestados com juros devoradores e indispensaveis ás realizações vastas. Um calendário de negocios excelentes para os banqueiros, mas materialmente úteis para a nação retardada, a transformar-se: 1901, “Rescision bonds”, para a encampação de estradas de ferro. 1903, para as obras do porto do Rio de Janeiro, 8.500.000 libras (tipo 90 e 5%). 1906, para o Lloyd Brasileiro, e já ao par, 1.100.000 libras. Até aí, emprestam Rothschild & Sons. 1909, 100 milhões de francos (Banco de Paris e Paizes Baixos) para a construção da

Noroeste, 40 milhões para o porto de Recife... Devéras a riqueza explorável é tão abundante que a própria agiotagem internacional, endividando o país, não lhe embaraça o progresso: compromete-o, mas o fertiliza. Peores são os empréstimos pedidos para obras improdutivas, "deficits" orçamentários, remodelações urbanas, construções suntuárias, que constituem um engôdo do prestamista, com a desmoralização do devedor (famosos empréstimos estaduais e municipais cujos títulos, irretribuíveis, haviam de pesar no crédito e na fama do Brasil...)

E' o ciclo das migrações do dinheiro. A éra dos bancos. A moda de aplicarem as suas economias nas miragens dos trópicos os pequenos capitalistas de Paris e de Londres. Um "americanismo" confiante.

Assim em 1911. E' a plenitude desse capitalismo tentacular. Destinaram-se naquele ano ao Brasil, em francos, 331 milhões oriundos de França, 336.596 mil da Inglaterra. O capital estrangeiro distribue-se então: 6 bilhões no Brasil, 4 bilhões na Argentina, 1 bilhão respectivamente no Uruguai, no Chile, no México... (79)

(79) Georges Lafond, *L'Effort français en Amérique Latine*, ps. 104-5, Paris 1917.

VIII

O REGIMEN DEFINIDO **(Sintese e critica)**

Não é a republica dos meus sonhos... — queixaram-se os “puros”. A principiar por Silva Jardim, Benjamin Constant, padre João Manuel, que déra o primeiro “viva” á nova forma de governo, em 7 de junho de 89, e do seu isolamento, em Minas Gerais, atacava os marechais; pelo generalissimo Deodoro que confessou a Oliveira Lima sofrer duplamente, do fisico e do moral; Ruy Barbosa, Quintino... Experimentára ella duas fases opóostas. A anarquia das ruas e a onipotencia do poder armado. Flutuára, entre um extravagantè federalismo e a abolição táctica das autonomias estaduais. Provára os mais diversos *climas* políticos: o idealismo das primeiras medidas, a luta regional pelas posições, o choque entre os “fundadôres” e os “organizadôres”, o abandono da Constituição pela necessidade de ordem. Corréra depois muito sangue. Prudente não se aguentára ao sabôr das idéas, mas por força

das circunstâncias. O país varrêra de si a fantasia dos dogmas francêses, que o tinham empolgado nos ultimos anos do Império. Queria trabalhar. Pedia paz. Nessa atmosphêra de saturação, de desencanto e fadiga, é que submerge a Republica teórica, que não fôra exequível, e se impõe a Republica que pudemos ter. A que foi possível. . .

Com a monarquia se extinguiram nominalmente os partidos. Nomeára Deodoro para governar os Estados officiais do exercito ou republicanos da terra, que montaram, empiricamente, a maquina do regimen. Fariam cousa melhor se houvesse luta. O acúmulo de adesões dificultou-lhes o trabalho. A sobrevivencia dos partidos antigos, transformados em grupos de interesses, ensejou uma separação imperfeita. De resto, onde quem não era conservador era liberal, contando-se pelos dedos os republicanos de antes de 1888 — os interesses estavam naturalmente delimitados. Quem caíra com o golpe militar? A facção liberal, de Ouro Preto. Doutrinas á parte, folgavam os conservadôres. . . Mais se regozijaram com a subida de Lucena, que acentuava a simpátia de Deodoro pelos correligionários de outr'ora. Os rapazes de colete encarnado, os "propagandistas", os liberais, acharam em Floriano a sua estrêla polar. Navegaram com ela. Lucena derrubou os governadores da opposição; Floriano repetiu a manobra com os governadores da situação. A revolta da armada plantou entre os dous campos uma balisa trágica. Mas os *florianistas* ganharam o presente e perderam o futuro. Hostilizado por eles, Prudente de Moraes alcançou a confiança dos vencidos. A sua pacificação exacerbou os irredu-

tiveis. A sua firmêza conteve-os. Glicério julgára valer, com as *vinte e uma brigadas*, como uma força moderadôra ou intermediária, acima do Presidente, (80) que não tinha a espada dos marechais nem a mística dos “republicanos”.

O Partido Republicano Federal era illusório.

O presidencialismo (só então se dêram conta disto) não se harmoniza facilmente com partidos nacionais: a sua base são os Estados, e os Estados são os governadôres.

Prudente, na sua “fleugma”, viu melhor que Glicério, na sua audacia.

Uma “varia” do Jornal do Comercio dissipou o patronato da agremiação, cuja vida, enlanguescente, se prolongou até 1.º de Março, quando, nas urnas, foi sagrado o sucessôr de Prudente. Eleição fraca, sem possibilidade de surpêsas, prólogo de conciliação espêrta, mostrava mais desânimo — em face d’uma luta impertinente — do que atrito de ideais.

Os homens apartavam-se antes por suas tendencias, pelo passado, por uma coerência, a que se apegassem. Silveira Martius, Ruy, os amigos pernambucanos de Lucena, com Rosa e Silva á frente, Luiz Vianna e os velhos *conservadores* da Bahia, (81) como Severino Vieira e

(80) Glicério, por exemplo, quiz impôr a Luiz Vianna a exclusão de Ruy Barbosa do Senado. O governador da Bahia, opondo-se á manobra, reelegeu Ruy (Fernando Nery, *Ruy Barbosa*, p. 100).

(81) Sobre os fátos da Bahia, Braz do Amaral, *op. cit.*, p. 367.

Seabra, José Tomaz Parciuncula no Estado do Rio, sustentam Prudente, combatido pela fina flôr do *florianismo*: Castilhos (e Pinheiro Machado), Lauro Sodré, Barbosa Lima, Lauro Müller, Vicente Machado...

Politica dos governadôres

O presidente, porém, é um civil, que tem na lei a sua segurança, a razão de ser. Não podendo mais demitir governadores, como Deodoro e Floriano, e precisando do Congresso para as medidas essenciaes, abandonou — com um translúcido senso pratico — a idéa de Glicério e Castilhos, do partido, e inaugurou o sistema “dos governadores”. Prudente iniciou-o, sobrepondo aos congressistas, solidários com Glicério, os governadores, solidários com ele; mas Campos Salles lhe deu a consagração final.

“Nada mais convinavel e cômodo ao poder central — estigmatizou Ruy —, cuja oligarquização, para se consumir, e se considerar eternizada, não necessitava de mais que de vêr executada a oligarquização dos Estados. Desde aí a intervenção nos Estados encontrara a sua norma conciliatória, mediante um tacito ajuste entre eles e a União. Uma troca de atribuições e uma cessão mutua de garantias harmonizavam as diferenças. O Governo Federal entregava cada um dos Estados á facção, que dele primeiro se apoderasse. Comtanto que se puzesse nas mãos do Presidente da Republica esse grupo de exploradôres privile-

giados receberia dele a mais ilimitada outorga..." (82). "Longe de se mostrarem ciosos de autonomia local, os partidos nos Estados disputam o apoio violento e inconstitucional do Presidente da Republica..." (83) O "autonomismo" é, por vezes, reação veemente. Por exemplo, no Estado do Rio, em protesto pela "derrubada "florianista, quando — em 1895 — se fêre a eleição disputada pelo deposto presidente Portella. Este, na opposição, tem 10.137 votos, contra Mauricio de Abreu, 20.068 (84). A *idéa* não dá para vencer, mas congrega... Demais disto, ironiza o romancista em 1911, "duas Câmaras que se apuram, se elegem, se pagam, sem a menor importancia do papel sujo que as fórmulas ainda preparam e que suprem representar eleições que não se realizaram... e vinte governadores e presidente de Estados que se revezam, se conchavam, se traem e nos exploram..." (85) "Nenhum ideal coletivo..." (86)

"Um dos flagelos que desgraçam hoje este país — continuava Ruy, esboçando o programa do fugaz Partido Republicano Liberal, em 1913 — são as chamadas oligar-

(82) Ruy, O Art. 6.º, n.º 3, *Documentos Parlamentares*, Intervenção Federal, XIV, 469, Rio 1921.

(83) Carlos Maximiliano, *Comentários á Const. Bras.*, 3.ª ed., p. 158.

(84) Elysio de Araujo, *Através de meio seculo*, p. 148.

(85) Afrânio Peixoto, *A Esfinje*, p. 470, Rio, 1911.

(86) Oliveira Vianna, *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, p. 104, S. Paulo 1922.

quias estaduais, que o Governo da União acoroçôa, explora, sustenta e agrava, servindo-se, para isso, já dos exercitos militares de mar e terra, já do exercito civil, que o nosso inumeravel funcionalismo lhe proporciona. No dia em que a União deixe de ser o guarda-costas das oligarquias locais, e entre a velar seriamente, com as atribuições que a Constituição já lhe dá, e as que a reforma constitucional lhe der, contra os desregramentos, pelos quais, nos Estados, se anula ou subverte o sistema republicano federativo, a autonomia dos membros da federação começará, desde logo, a ter fóros de verdade, e a politica brasileira deixará de ser, como é, o sindicato dos Governadores presidido pelo Chefe do Poder Executivo” (87). Este, “o sol do nosso sistema...”

Em 1891, a formula fôra: obediencia ou intervenção. Em 1898: defêsa mútua. Produziu os seus frutos, já na sucessão de Prudente. A Concentração (ala governista do Partido Republicano Federal), cujos nomes mais evidentes eram Bernardino de Campos, Aristides Lobo, Severino Vieira, Ubaldino do Amaral e Tomaz Porciuncula, acertou a candidatura d'un correligionário e conterrâneo do Presidente. Campos Salles! Dali saíu Severino para o telegrafo (89). No dia seguinte, Luiz Vianna

(87) *Comentarios á Constituição Federal Brasileira*, textos col. por Homero Pires, V, 17, S. Paulo 1934.

(88) Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, p. 211, S. Paulo 1929.

(89) Sertorio de Castro, *A Republica que a revolução destruiu*, p. 151, Rio 1932.

lançava — como iniciativa da Bahia — aquela candidatura. Severino seria ministro da viação de Campos Salles e sucessor, no Estado, de Luiz Vianna. Assim, os Estados apareciam, em vez dos partidos. Pezavam, como entidades politicas que teoricamente dispunham de tantos mil votos. De fato, valiam como unidades de força. Quantos Estados teria o Presidente? Contra Prudente tinham ficado o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e o Pará... N'outros tempos dir-se-ia: o partido liberal. Agora, á americana: o sul e o extremo norte...

Os dous partidos

Duas agremiações estaduais são vivazes: os *Partidos republicanos* paulista e rio-grandense, exatamente os que tinham antecedido á Republica.

Acham, porém, o segredo de sua preservação num processo antagonico: o de São Paulo dá sucessivamente tres presidentes e faz a grande politica, derivada de sua robustez economica; o do sul se retráe, recuperando, no regionalismo, uma força crescente, e limita-se — irresistivelmente — á pequena politica. A tendencia paulista é expansiva, a rio-grandense é de fixação. O malôgro das idéas de Castilhos na Constituinte federal por certo lhe desatára n'alma o fel das renunciás, que se tornam inconformidade, revolta intima, cisão virtual. Fazendo diferentes das demais a Constituição do Estado, (a "ditadura com-

tista”, chama-lhe Ruy Barbósa) (90), determinára-lhe um isolamento metódico, compatível com a sua particularidade geográfica, iniludível espirito próprio. Naturalmente outra seria a configuração politica do Rio Grande se vingasse, contra Prudente, uma candidatura *florianista*, haurida das mesmas fontes ideologicas do *castilhismo*. Castilhos elegeu Borges de Medeiros, que governou, ao todo, vinte cinco anos. Essa singularidade deita a sua raiz numa tése — o positivismo —; numa condição — o partido “orgânico”, que fundára o extraordinário homem de ação que foi Julio de Castilhos; e numa decepção — a paz de 1895. E aprumou-se, graças ao sistêma erigido pelo mesmo Prudente: a politica dos governadôres. Se os “federalistas” houvessem dispôsto de um apoio federal, semelhante ao que Floriano dispensára aos republicanos em 1892, a guerra civil teria, sem duvida, alterado esse panorama de tintas uniformes e perspectivas calmas, que perdurou até 1923.

Borges de Medeiros reduziu as ambições rio-grandenses no âmbito nacional, para que lhe não perturbassem a vida interna, do Estado solidamente firmado na “organização” castilhista.

O partido republicano paulista, ao revéz, se fazia no Estado a politica diuturna, era para a nação que volvia os olhos experientes. O “rio-grandense” era *uni-pessoal*, de mão forte, dogmático, com Castilhos e depois Borges;

(90) Ruy, *Conferencia no Politeama*, 24 de Maio de 1897.

o “paulista” era *colegiado*, aristocratico, dirigido por um estado maior, cuja unidade de vistas foi mais aparente ou exterior, do que real. Provou-o o “shisma” de Glicério. Mesmo a vontade do Presidente da Republica e membro do partido se exercia com reservas. Prudente preferia Bernardino de Campos, e teve de aceitar Campos Salles, então governador de S. Paulo, para a sua successão: (91) em breve se declarou a dissidencia paulista, encabeçada por Julio de Mesquita, apoiada pelo ex-presidente. . .

Esses dous partidos, enfim, em meio ao desconcerto geral tiveram um poder de coesão e a sua bandeira, disciplina aguerrida e intelligencia condutôra, que assegurariam a estabilidade do regimen com o auxilio de uma força complementar, conservadôra e numerica, que lhes supria as insuficiencias inatas. O Estado de Minas. Formava Minas o centro — moderado e cauteloso — de alas divergentes: a mentalidade civil de Prudente, o “irredentismo” florianista de Castilhos. Campos Salles soube desenvolver a politica do antecessor, que apresilhára á situação federal o concurso mineiro, graças ao “sistêma dos governadôres”, e Pinheiro Machado completou a aliança dos tres Estados. Essa união, estabilizou a concórdia.

(91) Sobre a divergencia entre Prudente e Campos Salles, vd. carta de 1890, cit. por Motta Filho. *Uma grande vida*, p. 275.

A máquina

Campos Salles, embora candidato de luta, de Prudente contra Glicério, ou, por uma abstração doutrinária, de Deodoro contra Floriano, a cuja sombra se aliára Glicério — no seu programa declarou que não pertencia a esta ou aquela facção, mas ao Partido republicano histórico (92).

N'outras palavras: pertencia aos seus antecedentes, a si mesmo...

Reconhecido por unanimidade, batalhando pelo credito nacional, cujo valor imponderavel é a confiança, sem interesse por uma reorganização partidária, bastando-lhe a do seu Estado — levou a “politica dos governadôres” ás extremas consequencias. Aceitou-os todos. A começar por Borges de Medeiros (e Pinheiro Machado)... Para cativá-los áquela solidariedade indispensavel — alegando a conveniencia de ter Congresso que lhe referendasse as propostas financeiras — ordenou um critério novo para o reconhecimento dos congressistas que acabavam de ser eleitos. O critério official — e porque não dizer, oligárquico? — de abrir a porta aos que viessem confirmados pelas juntas apuradôras. Estas eram manipuladas pelos governadôres. Dest'arte, fariam eles a re-

(92) Alcindo Guanabara, *A Presidencia Campos Salles, Política e Finanças*, p. 31, Rio 1902,

apresentação; e eles só. E fizeram — com o protesto vivo e trepidante da dissidência paulista, de uma oposição esparsa, idealista e escandalizada.

O Rio Grande — para continuar em paz — estava de acôrdo. Pinheiro destaca, no Senado, o perfil anguloso e empolgante de caudilho parlamentar. O ciclo de sua influencia, decisiva, na politica do país, inicia-se nesse episodio, para só expirar com ele mesmo, em 1915. Transformou-se em “leader” dos *reconhecimentos* de diplomas, árbitro, primeiro como representante de Castilhos, depois por conta própria, de parte desse Congresso cuja porta de entrada se fazia gradualmente mais difficil: para entrarem obediêntes os que não chegavam — e foram tão poucos! — em nome de oposições locais restritas e indomáveis...

Visitando Belo Horizonte, quatro mezes após a sua posse, foi Campos Salles banquetado pelo presidente do Estado, Silviano Brandão, que lhe assegurou “apoio incondicional.

O “apoio incondicional” era a peça que faltava para a regularidade desse singélo sistêma astronômico, Presidente do mesmo teôr ideologico do antecessor, governadores seus correligionários, como satélites, municipios enfeudados pelos governadôres e representação nacional, solidária com eles e, portanto, com o Presidente, centro, de uma harmonia monotona e inflexivel,

Depois, como antes, o Presidente interviria, para a escolha dos governadores... (93).

Desilusão...

A República comprou o seu farto período de paz com um quinhão largo de idéas.

Articulá-la Deodoro com a única organização possível, em 1890: o exército. Campos Salles exigiu uma uniformidade parecida: a máquina do governo.

Em lugar dos comandantes de distrito, de 1889, os governadores, de 1899.

E a agitação partidária, o ardor dos postulados, os princípios?... Abriga-os a imprensa vivaz, e se refugiam nas capitais, onde a inquietação — sob o amparo da lei, que é liberal, e da autoridade, nem sempre intolerante — se instala, e permanece. O interior silencia. Ou, como durante as “derrubadas”, do Império, por vezes se ilumina com o clarão de insurreições breves. Ruy Barbosa alvitra — maior na pregação energética, em nome da *verdade* constitucional, que podia definir melhor do que ninguém — a solução razoável e jurídica. Seria a revisão da Carta de Fevereiro, para temperar o *presidencialismo* e restaurar o regime nas suas linhas liberais. Justiça e representação. Liberdades substanciais: de opinião, de

(93) Vd. Mauricio de Lacerda, *Outras revoluções virão...*, p. 36, Rio 1932.

reunião, de consciencia e voto... Ha quem fale — em 1899 — em socialismo. Como na Europa! (94) Os vencidos mais radicais, que não tinham apagado a sua flâma, das jornadas militares, põem em Lauro Sodré esperanças lancinantes: preparam a revolução. A politica dos governadores equilibrára a situação federal e fortalecêra-a, mas — obstando ás mudanças de cenário, á periodicidade das dominações locais, inspirou a rebelião como “ultima ratio”. Rcagrupam-se, ao mesmo tempo, os monarchistas: Andrade Figueira é então a sua figura mais combativa. Tramam a sua conspiração de saudade — pelo velho liberalismo — e desforra — pelos agravos de 97. Silveira Martins néga-lhes solidariedade (95), descrendo do golpe, e, depois, a policia de Campos Salles os persegue. Esse incidente de 1900 encerra uma fase de latentes intranquilidades, que, a partir de então, se circunscrevem, aos arraiais da ortodoxia republicana: opposição verbal de Ruy, em nome da Constituição desrespeitada, revisionismo preconizado por ele no jornal “A Imprensa” (1898-1901); prédica revolucionária de Lauro Sodré e Barbosa Lima; desencanto e revisionismo de Manoel Victorino em 1902; impopularidade de Campos Salles, em virtude das “depurações” do Congresso, dos impostos que creou (apelidam-no de Campos “sêlos”), da crise economica, acentuada pela quêda dos preços da exportação, angus-

(94) Vd. Martim Francisco, *Contribuindo*, p. 62, S. Paulo 1921.

(95) José Julio de Silveira Martins, *Silveira Martins*, p. 412.

tia da lavoura, perplexidade do comércio premido pelas taxas impiedosas, do programa do ministro da fazenda, Joaquim Murtinho...

Um republicano histórico confienciava em carta (1905): "De mim penso que uns restos de mocidade nacional estão nas almas de meia duzia de sexagenarios dos bons tempos de outr'óra. Entrè esses desfibrados e jóvens imbecis tenho ás vezes vontade de perguntar a um Andrade Figueira, a um Lafayette e a um Ouro Preto se já fizeram vinte anos" (96).

Centralização

O nosso presidencialismo era plástico. Providencial ou infecundo, creador ou destrutivo, indispensavel ou nominal, conforme a aplicação que lhe déram. Utilizando-o com igual firmeza, Prudente aquíetou o país, Campos Salles restaurou-lhe as finanças, Rodrigues Alves fez melhoramentos públicos; Afonso Penna desdobrou a viação. Com o presidencialismo Floriano e Hermes modificaram a fisionomia da federação, Wencesláo Braz restabeleceu o seu equilibrio político e empírico. Cada homem, portanto, valia por uma interpretação inesperada da Republica. E esse personalismo propagava-se, do centro para a periferia, com a mesma nitidez. A experiencia de Glicério,

(96) F. Venancio Filho, *Euclides da Cunha a seus amigos*, p. 154.

com o partido nacional, não pudéra mais ser renovada. As tentativas de mudança de rumos, na surpresa d'uma consulta optimista ás urnas, haviam de coincidir com as sucessões presidenciais: parecendo uma reacção, contra o personalismo, realmente o confirmava. Ao homem que baixava pretendia impôr-se o que subisse, oferecendo á coletividade eleitôra melhores garantias de representação e justiça.

Emquanto viveu, foi Ruy Barbosa um candidato implicito. Apostolizava o contra-personalismo, o anti-conformismo, a “republicanização”, numa refôrma profunda de hábitos e idéas. Por isso, em 1909, o marechal fôra consagrado candidato por uma Convenção de governadores, e Ruy — corrétivamente — por uma convenção de municípios. Aqueles sobrepujaram a estes.

Até 1930, a Republica se manteve sobre esta base sólida, crúa e visível: o seu “estatismo” (poder presidencial incontrastavel) é feito de “estadualismo”.

O presidente

Bagehot descobriu, na Inglaterra, além da Constituição legal, a “convencional”. Mais agudo na sua analyse, Sidney Law achou, sobreposta á “convencional”, uma Constituição “real”... Esta, no Brasil, discordava essencialmente da Carta de Fevereiro.

Nesse regimen ha uma figura politica que adquire crescente, irresistivel autoridade: é o Presidente.

A monarquia — dir-se-ia — vingou-se da República, legando-lhe, de começo, a desconfiança “positivista” dos governos débeis: em contraste com eles, surgiram os de braço forte, pessoais, gradualmente omnipotentes. Deodoro e Floriano representam a fase incerta e tumultuosa da consolidação: foram expressões isoladas, “providenciais”, na história das instituições. O presidencialismo tem em Prudente o primeiro magistrado civil, imbuído da teoria de sua função, empenhado em pacificar e organizar.

Por mais energico e estoico que fosse Prudente, em comparação com os sucessôres fez um governo fraco.

Resistiu-lhe o Congresso; a sua vontade generosa, como no caso da anistia, por pouco não se anulou, vencida, na atmosfera de odios jacobinos em que a opposição lhe preparou e moveu luta feroz; e houve de prevalecer-se de acontecimentos emocionantes — como o assassinato do ministro da guerra — para impôr definitivamente a ordem. Pretendeu regulamentar o artigo 6.º da Constituição (*intervenção federal nos Estados*): e os partidos paulista e rio-grandense frustraram-lhe a intenção, em nome da autonomia estadual que não tolerava restrições (97).

A severidade republicana de Prudente agarrava-se áquella esperança d’uma ação diréta e sincera do governo federal que puzesse em bom caminho os assuntos estaduais. Pedia que lhe déssem o direito de chamá-los á ordem. A “intervenção”, que desejava, devia ser legal e frequente:

(97) Alcindo Guanabara, *A presidencia Campos Salles*, p. 26.

reparar-se-ia assim a impotencia aparente do governo federal, d'outro geito forçado a interferir tardia e violentamente, á moda de 1891...

“O regimen federativo, advertia ele, não funciona regularmente”. Solicitava: “E’ do mesmo modo urgente que regulamenteis os preceitos do art. 6.º da Constituição não só quanto á interpretação positiva e clara do texto constitucional, como estabelecendo o meio pratico da intervenção federal nos casos em que ela é permitida”.

A recusa do Congresso foi peremptória.

Campos Salles opôz-se: era o “coração do regimen”... O Rio Grande não quiz.

O geito seria utilizar a arma do “estadualismo” como lhe foi apresentada: Campos Salles consumou essa tácita aliança, montando a “máquina”.

Serviu-se do Congresso, por intermedio das “oligarquias” estaduais. Fez a política de *reciprocidade*, que não é, por certo, a de *dominação*, diferença preliminar que achâmos entre o incipiente “pinheirismo”, de 1900, e o “pinheirismo” supremo, de 1910.

Rodrigues Alves é um presidente á moda americana. Tem vontade, tolerancia e força, nos seus atos que revelam espirito publico e coragem civica. Faltou-lhe, em certo momento, a engrenagem. Para ser eficiente como administrador, perdeu o contacto das influencias partidárias, que se agruparam, renovando a cêna politica, em torno de Afonso Penna. E’, quanto á politica individual do Presidente, uma crise benéfica. Rodrigues Alves e Afon-

so Penna não manejaram as bancadas do Congresso com a habilidade de Campos Salles. Destacam-se os núcleos diretivos. Pinheiro Machado contrariava oportunamente o Cattete, e a espada do marechal Hermes brilha, imprevista, nos bastidôres da intriga presidencial. O quatrienio de 1910 a 14 só não foi nitidamente o do poder pessoal e incontrastavel do chefe da nação, porque, ao lado dele, sobrelevava o perfil imperioso do "condestavel". Peor de que um homem, predominou um sistêma: o do "grupo", que Pinheiro dirigia. Esse grupo subverteu a fisionomia politica do país, derrubando quantos obstaculos se lhe antepuzeram, acabando com as "oligarquias", fundadas na epoca de Prudente e Campos Salles, distribuindo os governos locais e tentando crear, em bases novas, uma situação "pinheirista" que, se prevalecesse, extinguiria a mecânica das compensações estaduais: S. Paulo, Minas Gerais...

\ Rodrigues Alves e Bueno Brandão — os dous Estados intactos — derrotaram Pinheiro, elegendo Wenceslão Braz.

A morte trágica do vice-presidente do Senado, em 1915, e as preocupações do governo em tempo de guerra, puzeram de manifesto a utilidade de um presidencialismo temperado, legitimista e complacente. E' a bonança, após a procéla. Dependia dos homens. Epitacio Pessoa fez um governo de iniciativas individuais, de inspiração própria, de atos rigorosos: fugiu á regra, no principio e no fim. No principio, porque não era "estadualista"; e no fim, porque não cuidou de sua sucessão, entregue ás for-

ças “estadualistas”, em conflito com a “reação republicana”. Contenda eleitoral, inconsequente como em 1909; exacerbação da juventude militar; reaparição do marechal Hermes; revolta do forte de Copacabana, em 1922...

Praticamente, dispunha o Presidente da maioria do Congresso, da quasi totalidade dos governadores, dos meios necessarios para administrar como quizesse. Foi um soberano de prazo certo. Tirando da America do Norte a doutrina de sua autoridade, de muito a ultrapassou na realidade brasileira. Faltaram-lhe, para imitar o estadista de Washington, o Senado Federal, censôr da administração, a Côrte Suprema, fiscal da constitucionalidade das leis, e a ciosa autonomia estadual. Filiou-se ao tipo latino-americano dos presidentes organizadôres, creadôres, poderosos, sem os quais não se compreende a disciplina social nos paises recentes e heterogênos.

Salvador de Mendonça, signatário do manifesto de 1870, estranhava em 1913: “Dentro em pouco, se não é este já o fáto, o Presidente da Republica será o poder unico no Brasil” (98).

A União e os Estados

Dir-se-ia, em 1891, fadada a federação a desarticlar-se com a rebeldia inevitavel e lógica dos Estados “so-

(98) Azevedo Sodré, *Discursos Parlamentares*, p. 53, Rio 1924.

beranos". Ao contrario disto, os Estados não lhe crearam dificuldades duráveis. A "soberania" era débil e transitoria. A tendencia centrifuga do regimen estava nas palavras e não nos fatos. Deodoro e Floriano removeram facilmente os governadôres hostís. Até a "consolidação", a autonomia estadual dependeu da "confiança" do presidente. Com a paz, o movimento centralizadôr toma duas direções: a "politica dos governadores" de Prudente e Campos Salles e a "intervenção", pura e simples, do poder central. A "politica dos governadores" assegura a harmonia total do sistêma; mas a "intervenção" é a sua garantia. Aquela segue o destino das presidencias civilistas e cautas: faz-se sob a égide do Partido Republicano Paulista. A "intervenção" drastica é "pinheirista": tem o apelido de "salvação".

A história desse instituto de direito público é a propria história da expansão presidencialista no federalismo brasileiro.

Até 1906, a "intervenção federal nos Estados" é atribuição que exercita o Congresso, a quem o executivo e o judiciario reconhecem autoridade para dirimir as questões politicas. O Presidente não interfere diretamente nos conflitos estaduais: mantem a ordem sem perturbar o exercicio dos poderes regionais, ou transmite ao legislativo as dúvidas sobre a "fôrma republicana", que é obrigação comum das unidades federadas. Predomina o exemplo norte-americano... Em 1906, travando-se no Mato

Grosso trágica luta partidária, Rodrigues Alves manda restabelecer a ordem e sugere ao Congresso a possibilidade, que encarou, de nomear interventor seu no Estado conflagrado. Interventor á moda argentina... Um absurdo, clamou, na Camara, Carlos Peixoto; uma exorbitancia, disse, no Senado, Ruy Barbosa... Fausto Cardoso no mesmo ano, em Sergipe, pagou com a vida a sua exaltação flamejante de eloquencia romântica e filosofia de Tobias. Recbido em festas quando ia agradecer ao povo a eleição para a Camara, dez dias depois, com um pugilo de entusiastas e a multidão fanatizada pela sua palavra, depoz o presidente Guilherme Campos. Esse tumulto de rua tinha grandêza imaginativa, simbolismo e originalidade. Um professor apaixonado pelas idéas lançava-as contra o mecanismo legal, o "statu quo", o sistêma, com uma bravura insólita e inconsequente. Se Rodrigues Alves dêsse por bem destituído Guilherme Campos e lhe reconhecesse a revolta, venceria o protesto, vingaria a reação — um pouco a escola teuto-sergipana... — e a máquina dos estadualismos compactos se desarranjaria de começo. Para isso, precisaria sobrepôr-se ao Congresso. Rodrigues Alves não foi tão longe. Preferiu mandar repôr a autoridade apeiada. Dous batalhões ocuparam Aracajú. O general Firmino Rego intimou a decisão do governo. Foi quando Fausto Cardoso quiz morrer, num exemplo que tivesse esplendôr dramático, num gesto capaz de dar ao episodio uma intenção mais extensa.

um sentido mais durável: balearam-no nas escadas do Palácio; expirou pouco depois (99).

Na presidencia de Nilo Peçanha, porém, o "clima" era bem diferente. Ha duplicata de assembléas no Estado do Rio. O chefe da nação, tambem principal figura da politica fluminense, confia o caso ao Congresso. Relatando-o no Senado, Antonio Azeredo defende a tésé da intervenção presidencial "de officio", para salvaguardar a tranquillidade e a fórmula republicana, perturbadas nos Estados. Ruy Barbosa escreve ao Senado uma carta profética: acha que a interpretação extensiva do dever de intervenção afrouxará,¹ comprometendo-o irremediavelmente, o liame federativo... Na Camara, Irineu Machado e Pedro Moacyr propõem que sejam nomeados interventôres para todos os Estados cujas Constituições discrepassem do modêlo federal: Rio Grande do Sul, Pará, Alagoas, Sergipe... A nentalidade "intervencionista" empolga o Supremo Tribunal: entra na querêla, beneficiando, com uma ordem de "habeas corpus", uma das assembléas do Estado do Rio... A questão de 1910 careceu de importancia, porque o governo federal "reconheceu" assembléa e governador de suas simpatías, maneira americana e legitima de solução do problema da "dualidade"². Mas fez escola. Foi principio de série. As intervenções "pinheiristas" de 1911-1914 abalaram o país, de norte a sul. Os canhões ribombaram no

(99) José Calasans, *Fausto Cardoso e a revolução de 1906*, discurso no Centro Estudantino de Sergipe, 28 de Agosto de 1938.

Amazonas e na Bahia. Correu sangue no Ceará, no Pará, em Pernambuco, na Bahia. Foi por isso recebido com emoção e espanto o ato inicial da presidencia Wenceslau, mandando cumprir o "habeas corpus" que assegurava o governo do Estado do Rio a Nilo Peçanha... O Supremo (resalvou o Presidente) fôra alem de sua jurisdição: porém devia ser respeitado... Wenceslau imita Rodrigues Alves e Nilo Peçanha, encomendando ao Congresso a pacificação dos Estados: entretanto, não sofre mais duvida a competencia que tem o governo para intervir. Em 1917, um interventor apazigúa Mato Grosso. Em 1920, queixa-se Ruy da intervenção feita na Bahia sem a substituição do governador, contra cuja autoridade se tinham levantado em armas muitos chefes sertanejos. Em 1923, o presidente Bernardes intervem no Estado do Rio com interventor que afasta ambos os candidatos litigantes e propicia a criação de uma ordem nova. (100)

A Constituição não discriminára as faculdades que se contém na clausula da intervenção federal. Ficavamos equidistantes das fórmulas "yankee" e "argentina". Comportou esta meúda e iñtensa fiscalização dos assuntos que pertencem á autonomia estadual; e aquela os isentou sempre da tutéla federal, nos Estados Unidos distante e tímida. A nossa experiencia republicana creou um "tipo

(100) Vd. Documentos Parlamentares, *Intervenção Federal*, IV a XII, XIV-XVI. Pedro Calmon, *Intervenção Federal*, Rio 1936.

brasileiro” de sistema federativo. Plasmado pelas crises cíclicas do regimen; feito de transações politicas, de choques necessarios; peculiar á nossa evolução «descoordenada” e desigual...

Descoordenação

O estadualismo, porém, não se deixou manejar pelos cordões d’um partidarismo coordenador.

Como se julgára — em teoria — contrária a federação ao sistema parlamentar (Castilhos), na pratica se considerou infenso ao presidencialismo a movimentação de um partido nacional (Prudente). Exatamente a necessidade dele reaparecia sempre que — nas crises de sucessão — os homens se tinham de entender. O nome de partido era excessivo então: havia coligações transitórias; ou partidos nominais e insubsistentes. Glicério pode dirigir as “vinte e uma brigadas” enquanto o poder presidencial, na evolução da luta civil para a paz desarmada, foi débil e incolôr. Pinheiro, com o Partido Republicano Conservador, tentou, aproveitando-se da fraqueza do governo do marechal, sobrepôr-se á convenção das forças estaduais que devia indicar o sucessôr daquele. O estadualismo, pela voz inicial de Dantas Barreto, em Pernambuco, desligou-se sem demóra do grêmio e impoz, com a união útil de S. Paulo e Minas, a pacifica solução de Wencesláo Braz. Efêmero como o de Pinheiro, situacionista, foi o partido de Ruy, oposicionista... A Republica de estilo

presidencial não podia articular energias morais superiores ás do governo, para subordinar a elas uma politica realista, progressivamente desapegada das idéas, indifferente aos programas, (101) ou fiél a eles apenas nos periodos retumbantes de publicidade eleitoral.

Ausentando-se, todavia, os ideologos, sumindo-se o espirito de disciplina partidária, desfeitas as tradições do Império, dissociadas as coletividades influentes, restava um embate de correntes regionais n'uma mecânica sem precedentes: as soluções violentas estariam, por certo, incluídas no seu fatalismo.

E a justiça

E o poder judiciário?

Ruy Barbosa puzéra nele uma confiança temerária: copiára-se o regimen norte-americano, porém não a educação norte-americana, inimitavel.

A justiça constitucional dos Estados Unidos formára-se numa paciente sedimentação de atos decisivos, energicos, respeitados: não se improvisára, ao sabôr das leis.

Em 1891 continuavam ministros do Supremo Tribunal Federal os do velho Supremo Tribunal de Justiça: os órgãos eram diferentes (na força que lhe déra a Cons-

(101) Vd. Oliveira Vianna, *O Idealismo da Constituição*, p. 55, Rio 1927.

tituição da Republica) mas os homens iguais. Dependia dos magistrados a inclusão do seu Tribunal entre as peças reguladoras do sistema, ou o confinamento dele na aparelhagem judiciária sem projeção politica? Foi o proprio Ruy, no seu desenganado senso juridico, quem lhe tirou a prova, batendo-lhe ás portas em 18 de Abril de 1892.

Floriano prendêra, na vigencia do *sitio* de 72 horas, quatro senadores e sete deputados. Infringira a Constituição. O remedio consistiria n'uma ordem de "habeas corpus". Se lha concedesse, ficaria evidente a influencia politica da justiça, mesmo a custo de sua invulnerabilidade... Mas recusou, contra o voto isolado do ministro Pisa e Almeida (102). Neste momento, confirmava-se a supremacia do executivo. E o judiciário encetava a sua jurisprudencia hesitante, e incerta ácerca dos "casos politicos"... (103).

Fale, porém, o proprio Ruy:

"Distinguia-se, então, no Supremo Tribunal Federal, entre os seus ministros, um magistrado, que passava pelo mais instruido entre os seus pares — conta emi que tambem o tinhamos, e temos... Um dia, encontrando-se em

(102) Ruy, *O Estado de sitio*, p. 221, Rio 1982; Fernando Nery, *Ruy Barbosa*, p. 68.

(103) Pedro Lessa, *Do Poder Judiciario*, p. 169, Rio 1915; Herman G. James, *The Constitutional System of Brasil*, p. 109, Washington 1923. E o juizo critico de Levi Carneiro, *Pela Nova Constituição*, p. 43, Rio 1937.

um bonde, por sinal que na praia do Flamengo, onde a esse tempo residíamos, nos interpelou ele com expressão de séria estranheza, perguntando :

— Ouvi dizer que o senhor vae acionar a União, em nome dos militares e paisanos reformados e demitidos pelo Marechal Floriano, para obrigar o Governo Federal a reintegrá-los, ou indenizá-los. Será possível?

— E' exato.

— Mas como?

— Muito simplesmente. E' que, no regimen de agora, não só os atos administrativos, mas até os legislativos, em sendo contrarios á lei constitucional, são nulos, e a justiça é o poder competente para lhes declarar a nulidade, pronunciando-lhes a inconstitucionalidade.

“O meu interlocutor não se convenceu, obrigando-me a lhe apontar os textos da nova Constituição, onde estribava a minha tese, e assim nos separamos, prometendo-lhe eu, para o familiarizar com a novidade, pô-lo em relações com a grande obra de Carson, acerca da Suprema Côrte dos Estados Unidos, obra de que, daí ha dias, lhe ofereci um exemplar.

“Tempos depois esse Ministro mergulhava a fundo no direito norte americano, com as produções do qual sortiu em abundancia a sua copiosa livraria; e essas noções, cuja primeira invocação entre nós tão extravagante lhe parecera, nele, como juiz, e, mais tarde, como advo-

gado, vieram a ter um aplicador habil, convencido e frequente" (104).

Devéras Ruy não mudou de opinião, querendo que a ordem de "habeas corpus" amparasse todos os direitos, inclusive os politicos, na hipotese de esbulho facioso (105). O poder presidencial, porém, não se deixou convencer. A proposito das dualidades de governadores ou assembléas, de investiduras municipais e insegurança dos órgãos da administração estadual, o "habeas corpus" foi liberalizado, desatendido, ilaqueado por violencia ou omissão, e ás vezes acatado, por entre manifestações de regozijo dos que ainda confiavam no predomínio da toga... Melhor afirmação de independencia tivéra ela quando, no rigôr do sitio do quadriênio Hermes, e exigida pela censura policial a publicação dos discursos de Ruy Barbosa sómente no "Diario Oficial", apelou este para o Supremo Tribunal afim de serem as orações parlamentares estampadas na imprensa em geral, o que reputava essencial á independencia do legislativo, que as medidas de exceção não podiam suspender... Expedido o mandado de "habeas corpus", a imprensa passou a publicar os libélos da opposição. Oscilou, entretanto, a côrte de justiça, no seu

(104) Ruy Barbosa, *O art. 6.º Documentos Parlamentares*, Int., XIV, 467-8.

(105) Ruy, *Commentarios á Constituição* (edição de Homero Pires), V, 504, Rio 1934.

critério de definir os “casos políticos”, até 1926, quando foi revista a Constituição de 1891 (106).

Comprovava-se — por experiencia velha — o assêto alheio: de pouco valem as leis, sem os costumes...

Fim do seculo

O seculo finalizou com a paisagem politica delinea nos seus traços caracteristicos.

O aparêlho, bem ou mal, fôra equilibrado, de um modo oligárquico, porém rendoso. A ebulição popular estravaza do Rio de Janeiro (a rua do Ouvidor não cedia os seus fóros de órgão do pensamento nacional) para as capitais dos Estados: mas o trabalho sôa mais forte do que a politica — e o Brasil prospêra.

De que valia riqueza sem liberdade? — lastimavam os republicanos, em 1889. De que valia liberdade sem autoridade? — refletiam os positivistas em 1893. De que valia autoridade sem riqueza? — convinham os desiludidos, em 1899.

(106) Vd. nosso “*Direito Constitucional Brasileiro*”, p. 187, Rio 1937. — Em 1895, não deu o Supremo “habeas corpus” para garantir o governador de Sergipe, processado pelo juiz seccional: considerou competente o Congresso. Entendeu diversamente em 1910 (Estado do Rio), 1912 (Bahia), 1913 (Ceará), 1914 (Estado do Rio), 1917 (Matto Grosso), 1922 (Estado do Rio)...

O signo de 89 fôra a Idéa; de 93, a força; de 99 era a civilização material, o progresso rápido, a volta do capital estrangeiro com a dissipação do jacobinismo, a síncope do café, mas o entusiasmo da borracha, eletricidade, indústrias, colonização, o cacáo da Bahia, a herva matte do Paraná e Matto Grosso, estradas, pontes, portos...

O século XX inaugura-se numa atmosfera febricitante.

Na sombra daqueles dez anos de politica, um Brasil diferente se formára.

A POLITICA EXTERIOR

Rigorosa continuidade

A politica exterior não pôde ser estudada, no periodo que vimos tratando, em conexão com as crises do regimen.

Ficou á margem dele, como uma atividade que se desenvolvia segundo tradições irrecusaveis, nórmas precisas; manteve, com a do Imperio, uma continuidade que — pesadas as influencias perturbadôras, a renovação das mentalidades — nos parece um milagre de sentido histórico.

Entre as razões dessa coerência está a “*carrière*”, essa *profissão* diplomatica bem vigiada e escoreita de outr’ora, a cuja formação se applicára a monarquia, em sucessão diréta do sistêma portuguez, dando-lhe uma importancia particular. Na America do Sul singularizou-se o Brasil neste critério, de constituir uma diplomacia de escola, em contraste com a accidental, a descosida diplo-

macia das Republicas vizinhas, confiada a homens politicos assim de articulaçãõ difficil, de projeçãõ desigual, sofrendo, a subitas, desnorteantes injunções partidárias.

O "sistêma do Brasil" deve figurar, no conjunto dos "sistêmas" internacionais do seculo passado, como uma linha de conduta que apenas ligeiramente se flexiona, com as alterações institucionais, arrancando das origens da pátria, peculiar ao seu crescimento e á indole de suas relações com os países limitrofes. Os vestigios portuguezes (reinado de D. João VI) do "sistêma do Brasil", foram decerto preservados pela unidade dinastica, do Império de avô, filho e neto: resentir-se-ia do espirito de familia, como, no seculo XVIII, a politica estrangeira, na Europa. Mas não era uma fórmula imperial, uma doutrina pessoal: consistia na defêsa da integridade do territorio imenso mediante um acôrdo juridico (exclusão da força para as convenções de fronteiras) e uma açãõ externa tendente ao "equilibrio sul-americano". No mais, o Brasil, mesmo de D. Pedro I, sempre foi americanista, menos interessado em ultramar do que no Prata, destituido de paixões aggressivas, porem sensivel ás alheias e por isso inclinado a aliar-se a governos calmos e constitucionais, tanto quanto desconfiava e aborrecia os ambiciosos e exórbitantes. Não fizera a guerra ao general Rosas para engrandecer-se materialmente. Adotando, em 1828, a independencia do Uruguai como uma condiçãõ de paz na bacia do Prata, a este principio permaneceu fiel quando circumstancias desgraçadas para a jóven Republica poderiam tê-lo tentado a recuperar uma situaçãõ

dominante, nesse país tão invejavelmente aparelhado de virtudes cívicas para uma perene vida autônoma. Seria um erro imperdoável, justificado pelo tempo cruel: o imperialismo de Napoleão III... Lutando contra López, o Imperador não lhe cobiçara a terra, em 1870 terrivelmente devastada: queria, com impaciência, restituí-la a um regimen razoável, exatamente o que reparou os estragos da guerra, em varios decênios de normalidade, de reconstrução. Caíndo o trôno, viu-se que não havia "irredentismos" adjacentes, a pleitearem da Republica *positivista*, imbuída de religião da Humanidade, do idealismo de Miguel Lemos e Benjamin, do pacifismo de Quintino Bocayuva, da galharda generosidade de Deodoro (sentimento próprio do heróe que vertêra o sangue nos pântanos paraguaios, onde lhe ficaram tres irmãos!) — uma revisão de tratados.

Mas o "sistêma" estava encarnado num funcionário, representado por uma elite de diplomatas que a Republica aproveitou, embora distribuindo legações aos propagandistas recomendáveis por seus talentos literários.

O funcionário era o visconde do Cabo Frio.

Diretor geral do ministério de Estrangeiros, aceitou a Republica, e esta a ele, com a condição de não mudar de habitos. Passou a ser a história viva da casa, sobrecarregada de perto de um seculo de grandes questões internacionais resolvidas com habilidade proverbial. Assegurou-lhe a disciplina antiga, o aspecto respeitável, o decôro, que tornariam o Itamaratí (palacio ocupado pelo ministério em 1897) notavel entre as chancelarias do uni-

verso. Cabo Frio foi providencialmente conservado: nas suas mãos seguras a política exterior da nação não descaiu em aventuras ridículas e iniciativas fúteis. Sustentou-se, elevada e digna. Agarrou-se a tradições obsessivas, ilustres.

Cabo Frio e Quintino

Inicialmente, Cabo Frio e Quintino defrontam-se. Era como se se chocassem o Império, metódico, e a República, indignada com a rotina, estranhando a sábia pasmaceira de outr'ora... O problema mais difícil, que então obscurecia o nosso horizonte pan-americanista, era o do território das *Missões*, que, por pouco, em 1882, não se extremara em "casus belli". Fremente de idealismo, achou Quintino de retribuir o gesto amável da Argentina, a primeira a reconhecer a República, cuja intimidade com o seu ministro, Enrique Moreno, tão simpática a fizera aos homens de 15 de Novembro. Cabo Frio manipulára a decisão de 7 de Setembro de 89, do gabinete Ouro Preto, que mandava a arbitramento a questão. Rejeitára o ponto de vista de Buenos Aires, qual a divisão fraterna do território contestado. Cabo Frio argumentava com o direito integral do Brasil; o governo portenho pleiteava a renúncia de metade dessa pretensão.

Quintino, a bordo do couraçado "Riachuelo", foi festivamente liquidar a pendência. Assinou em Montevideo, com Estanisláo Zeballos, o tratado que sufragou a tésé

argentina, partindo pelo meio a área disputada. Rejubilou-se a imprensa do Prata; armou-se de ásperas prevenções a do Rio de Janeiro. A opinião conservadora do Brasil recebeu consternada aquele primeiro ato do ministro-jornalista. Foi censurado com acrimonia, combatido com violencia, derrubado sem defesa, numa desaprovação, quasi unanime, do Congresso Nacional. Prevaleceu o parecer inflexivel de Cabo Frio. A vitória da doutrina clássica — do arbitramento — dissuadiu a Republica de novas experiencias do mesmo genero. Entregue o caso á sentença arbitral do presidente dos Estados Unidos, foi nomeado representante do Brasil junto ao presidente Cleveland o barão do Rio Branco.

Onde aparece Rio Branco

O aparecimento de Rio Branco na cêna politico-diplomatica dependêra de uma conjunção de circumstancias propicias. Vago o logar, com o falecimento do barão de Aguiar d'Andrada, Nabuco sugeriu-lhe o nome a Souza Dantas, que estava na presidencia do Banco do Brasil, e este falou a Floriano. A comissão era devida ao general Dionisio de Cerqueira, segundo plenipotenciario: mas o marechal preferiu o barão, (107) conhecido e acatado por seus estudos de geografia histórica, pela sua prática

(107) Oliveira Lima, *Memorias*, p. 184.

dos assuntos diplomaticos. Rio Branco foi muito feliz na sua missão. O laudo de Cleveland entregou ao Brasil quasi todo o territorio pretendido (30.622 quilometros quadrados): e projetou de repente o nome do negociador, como um insuperavel advogado em querélas de limites. A integração territorial, do *ciclo Rio Branco*, com os successivos tratados, que confirmaram os contornos geograficos do Brasil, começou com a decisão de 1895. Cabo Frio sobrepujára Quintino. E não mais abandonaria o ministerio das Relações Exteriores a poderosa sugestão desse êxito.

Sobrevem o incidente da Trindade.

E' ministro de Prudente o jurisconsulto Carlos de Carvalho.

Iluminado pela sua convicção juridica, dotado de uma energia comparavel á do governo civil a que pertence, em luta com a desordem ambiente, recusa a arbitragem oferecida pela Inglaterra, que se apossára da ilha como "terra de ninguem", e qualifica de extremamente grave a fórmula de lord Salisbury, sobre a impossibilidade de continuar deshabitado um trêcho de solo, numa epoca de necessidades imperiosas, das potencias... Resiste á Inglaterra, usando de uma linguagem digna: e sentindo a sua semrazão — porque a Trindade sempre fôra portugúesa e brasileira, retira ela a bandeira que lá plantára.

Cordialidade sul-americana

Campos Salles fez timbre de uma politica amistosa, em relação á Argentina, sem prejuizo do cordial entendimento que vinculava o Brasil ao Chile e ao Uruguai. O ministro do Exterior, Olintho de Magalhães, desenvolveu uma hábil diplomacia de duplo alcance: confirmavamos as tradições pacifistas do regimen (politica dos encontros amaveis, de Quintino) e o nosso interesse pela concordia sul-americana (politica de equilibrio, do Império). Não era preocupação exclusiva do Itamarati a aproximação da Argentina, que a segunda presidencia do general Julio Roca, após a sentença de Cleveland, tornára perfeitamente espontânea e natural. A situação em 1899 era grave. O Império poderia ter-se beneficiado da luta de vizinhos, quando precisava resolver problemas militares próprios. A Republica, porém, vira alarmada entenebrecer-se o horizonte do continente, com o conflito de fronteiras entre o Chile e a Argentina, paises igualmente armados, prontos para a guerra, e póstos decisivamente um em frente ao outro pela exacerbação de sua querela. Momentaneamente a troca de cumprimentos entre os chefes das duas Republicas, nas aguas do estreito de Magalhães, arrefecêra o desconcerto. Era tempo de definir o Brasil a sua intenção de preservar a paz, por uma demonstração prévia e eloquente de neutralidade, justificada tanto pelo desinteresse nacional, ácerca da contenda entre as nações amigas, como pelas circunstancias internas, da pros-

tração do crédito publico, da reorganização lenta das forças armadas, sobretudo da recuperação morosa e difícil d'uma armada que preenchesse os claros abertos pela revolução de 93. Culminou essa politica com as visitas do presidente Roca ao Rio de Janeiro (1899) e do presidente Campos Salles a Buenos Aires (1900). Veio Roca com brilhante séquito reafirmar ao governo do Brasil o seu apreço (108). Correspondia com magnificencia á visita de Quintino. A viagem de Campos Salles deu uma ressonancia duradoura a esse intercambio oficial. Lá e aqui, a multidão completou o júbilo das autoridades, assegurando a ambos os governantes a veemencia dos seus sentimentos pacíficos. Morriam, nos estridôres da festa popular, os écos dos velhos desentendimentos. E caía na balança do equilibrio sul-americano um pêso oportuno: não haveria guerra, com a atmosphera de confiança internacional que se restabelecêra gradualmente.

Teve ainda Olyntho de Magalhães o bom senso de não mandar delegação brasileira á conferencia da paz, de Haia, de 1899, onde se discutiram, por sugestão do tzar da Russia, a solução juridica dos conflitos entre os povos e o desarmamento geral. Em primeiro lugar, da America do Sul apenas o Brasil fôra convidado, por ser a unica Republica que mantinha legação em S. Petersburgo. Seria, em seguida, irrisório pactuar com a Europa tratados desar-

(108) Ismael Bucich Escobar, *História de los Presidentes Argentinos*, p. 344, Buenos Aires 1934. Da visita de Campos Salles e Buenos Aires o Dr. Cesar Viale escreveu um relato sugestivo (1935).

mamentistas, quando nos achavamos praticamente desarmados e num periodo de restauração metódica de forças essenciais (109). Foi previdente a nossa ausencia do

(109) Destacando o acerto da ausencia do Brasil na conferencia de 1899, em artigo estampado n'*A Noite*, do Rio de Janeiro, tivemos, como reforço dos conceitos expendidos, a seguinte carta do eminente sr. Olyntho de Magalhães, antigo ministro do Exterior e embaixador brasileiro, cujo afastamento da vida publica não diminúe o seu interesse pelas questões primordiais da nossa diplomacia.

“Rio, 9 de Junho de 1938.

.....

“No momento do convite (Conferencia de 1899) o Brasil estava desarmado, e, ao invéz, necessitado de reorganizar as suas forças. Tinhamos dous vizinhos bem armados — a Argentina e o Chile, que estavam na iminencia de um conflito por causa do litigio sobre a posse dos territorios de Atacama. A honra do convite era decerto grande, mas o Brasil foi o unico país sul-americano a ser convidado, por ser o unico que mantinha então representação diplomatica junto da côrte de Nicoláo II. O Conde de Monroviéff, seu Ministro das Relações Exteriores, que eu conhecera em S. Petersburgo, desejando limitar o numero dos Delegados á Conferencia, julgou que o meio mais seguro de evitar descontentes, seria este: dirigir convites apenas ás nações acreditadas perante o Imperador da Russia, que tomára a iniciativa da convocação. A nação não poderia decerto aprovar que o Brasil, desarmado, se compromettesse a não encarar o futuro, com as suas responsabilidades e interesse na paz comum, quando dous vizinhos nossos, bem armados, não comparacendo á Conferencia, não estavam obrigados a se desarmarem. Na iminencia de um conflito no nosso Continente as reservas e prudencias do Governo Campos Salles se justificavam.

congresso de 1899. O governo de Campos Salles acentuou com isto o seu sistema pan-americanista. Não lucrou o Brasil em alterá-lo em 1907, quando Rio Branco deu á segunda conferencia de Haia a eloquente participação do nosso país com a alta voz de Ruy Barbosa. Conservou-o o barão, porem, na sua politica de aproximação com os Estados Unidos, coerência diplomatica e sentido continental a que o Itamarati se manteve fiel.

“A nossa politica não podia ser de “grandes gestos”, mas de grandes cautelas, no intuito de harmonizar os nosos vizinhos e resguardar os nossos proprios interesses. E’ sabido que, depois da troca de visitas entre os Presidentes Roca e Campos Salles, melhorou a situação internacional no nosso hemisfério, e que os dous referidos vizinhos acabaram concordando com o arbitramento do rei da Inglaterra Eduardo VII, no litigio que os ia encaminhando para um desfêcho armado.

“A só demonstração da amizade que, na hora oportuna, o Brasil ofereceu á nobre nação argentina, com a qual queria ser tão bom amigo, como era de longos anos amigo sincero e leal do Chile, teve salutar efeito.

“A politica bismarckiana das “altas vozes” não tinha, pois, cabimento, nem podia ser feita, sem um halo de ridiculo.

“A diplomacia é, como a pintura, uma arte. Os grandes mestres, porem, dão grande relevo no contorno de suas figuras e paizagens. A arte da diplomacia é de linhas menos acentuadas, como nos “grisailles”, e por isso as suas atitudes nem sempre são entendidas e bem apreciadas pela maioria dos julgamentos.

“Eis porque muito lhe agradeço o comentário sobre o meu “retrafmento prudente” neste caso, que já hoje pertence á historia.”

.....

As arbitragens

O caso da Trindade foi pacífico.

Mas o do Amapá começára mal.

Francêses e inglêses defendiam o prolongamento das respectivas Guianas até o Amazonas, cujo acêso o Brasil preservara ciosa e resolutamente. A descoberta de ouro no Calçoene, entre os rios Oiapock e Araguaí, alvoroçou as autoridades de Cayenne, atraíu mineradôres brasileiros. Um destes, Veiga Cabral, em 27 de Dezembro de 1894 declarou a região independente da França. Contra ele enviou o governador da Guiana o capitão Lunier com 130 homens. Os francêses entraram na vila de Montenegro e o capitão quiz prender o pioneiro, que, mais ágil, o matou com a propria arma. Travou-se um combate mortífero. Cairam 38 "caboclos" e 28 estrangeiros, retirando-se os demais (110). No Rio e em Paris, a noticia desse conflito irritou as multidões. Carlos de Carvalho conseguiu encaminhá-lo para o arbitramento da Suissa; e Rio Branco foi advogar em Berna os direitos do Brasil, transparentes, visiveis. Dependia do laudo do presidente Hauser uma zona de 200 mil quilometros quadrados... A justificação de Rio Branco arrastou o honrado juiz: a sentença de 1 de Dezembro de 1900 deu o Amapá ao Brasil. Foi delirantemente festejada no Rio de Janeiro:

(110) Capitão Lima Figueiredo, *Limites do Brasil*, p. 14, Rio 1936.

e contou o ministro Pichon a Rodrigo Octavio, que a recepção popular do velho Kruger em Paris (através de manifestações anti-britânicas, em honra do patriarca do Transvaal) aproveitou ao governo francês, para atenuar o choque produzido em Paris... (111) A Amazonia permanecia brasileira! O Congresso Nacional galardoou Rio Branco com o titulo de "brasileiro benemerito".

Não fomos felizes na arbitragem subsequente, da Guiana Inglesa, confiada (e não podia ser melhor a escolha) aos talentos de Nabuco.

O autor de "Um Estadista do Império" arredára-se activamente da politica, com o advento da Republica. Protestára contra o que chamou a intervenção estrangeira, a favor de Floriano, em 93. O ministro do Exterior, de Campos Sales, Olyntho de Magalhães, soube atraí-lo ao serviço do país numa comissão diplomática que não exigia uma real adesão ao regimen. Nabuco aceitou o cargo. Perante o arbitro, o jóven rei da Italia Victor Emanuel III, demonstrou em mil e tantas páginas o direito do Brasil. A sentença, entretanto, foi favoravel á Inglaterra, que, mais afortunada do que a França, obteve assim uma passagem para o vale do Amazonas. Fieis á doutrina, beneficiarios dela duas vezes, acabando de conquistar ao poderoso antagonista a posse da Trindade, tinhamos de aceitar o laudo e prestigiar o principio. O revéz não abateu a popularidade de Nabuco, reclamado, a seguir,

(111) Rodrigo Octavio, *Minhas Memorias dos outros*, nova série, p. 133, Rio 1935,

para a nossa representação nos Estados Unidos, a que deu um fulgôr esplendido; mas destacou as vitórias de Rio Branco. Em 1902 foi retirá-lo da legação de Berlin um convite insistente do sucessor de Campos Salles, Rodrigues Alves, para ocupar o Itamarati. Veiu com dificuldade: e saiu dali, dez anos depois, para o cemitério, numa apoteose, saudado pelo conselheiro Ruy Barbosa como o “deus Terminus”...

“El Barón”

Os sucessos, de Washington e Berna, e a influencia alemã sobre a sua formação de homem publico, explicam a resolução do Rio Branco, de acabar com os litigios de limites, e o caracter inconfundivel, de “grande politica”, de diplomacia apoiada ao respeito efetivo que deve inspirar a nação, que teve o seu longo ministério. Quatro presidentes deixaram-lhe os movimentos livres. Serviram-se de seus triunfos sucessivos para robustecer a politica interna, e raramente o contrariaram. Poude ser ele pessoal, superior aos regulamentos burocraticos ,tão absorventemente ministro (112) como o chanceler europeu da melhor confiança de seu soberano. Não afastou o Brasil, porisso mesmo, de suas tradições internacionais e

(112) Vd. João Lyra Filho, *O Barão*, p. 66, Rio 1936. Sobre o seu modo de trabalhar: Rodrigo Octavio, *Minhas Memorias dos outros*, 1.º vol.

americanísticas. O Território do Acre é a inicial e retumbante consagração dos seus métodos. Juntou aí com pontualidade persuasão e força, a um tempo francez e germânico, na arte de negociar e na prontidão dos reforços militares remetidos em socorro dos “seringueiros” revoltados contra as autoridades bolivianas. De fato, as propriedades particulares dos brasileiros valiam pelo “uti possidetis”. (113) Anteciparam-se eles ás autoridades, cobrando, com armas na mão, o seu direito (114). Um dos segredos da politica do barão era a prodigalidade. Habituará-se a considerar a economia um elemento sórdido dos países débeis: o dinheiro gasto oportunamente é fator decisivo. O caso do Acre tomára uma feição alarmante, com a interferência do sindicato norte-americano a quem o governo vizinho transferira os direitos sobre a zona reclamada. Rio Branco pôz fóra de cêna o sindicato, para não melindrar os Estados Unidos, com uma indenização de um milhão de dolares. Assim o tratado de Petropolis, que incorporou ao território nacional os 200 mil quilometros quadrados do Acre, constituiu um ato pacifico, amenizado pelas concessões de ordem economica, que haviam de vincular ao comercio amazonico a Bolivia. Dando por outro lado — em 1909 — meiação ao Uruguai no gozo da

(113) Leão de Vasconcellos, *As terras e propriedades do Acre*, memorial, Rio 1905.

(114) José Freitas Nobre, *A epopéa acreana*, p. 24, Fortaleza 1938.

lagôa Mirim, e do rio Jaguarão, (115) o que não era novo, (116) mas constituía fraternal convite a uma politica de melhor entendimento, avivava a praxe de outr'ora, das boas relações de vizinhança, continuando, o segundo, o programa do primeiro Rio Branco, como se o "sistêma", a que nos referimos, devêsse ser mantido sem desfalecimentos.

Zeballos e o barão não se estimavam. (117) As relações com a Argentina tornaram-se delicadas em virtude dessa divergencia pessoal, é a impressão que se tem, ressonancia afinal do choque entre Quintino e Cabo Frio. Fôra Zeballos signatário do tratado de Montevideo, de 1890, triunfo adjudicado á sua diplomacia, porém recusado pelo Congresso e substituido pelo laudo de 1895. Coincidiram as desavenças de chancelaria com o recrudescimento dos preparativos militares. De resto, a renovação da armada, que mais impressionou a America do Sul, não se dirigia contra ninguem. Tinha de sobrevir á destruição da frota do Império, em 1893, provisoriamente suprida, em 1894, por uma esquadra de emergencia, e encomendada aos estaleiros ingleses, segundo o plano do almirante Julio de Noronha, de 1905, como uma das conse-

(115) Vd. H. D., *Ensayo de História Patria*, p. 795, Montevideo 1923; e Jose Aguiar, *Evocacion del Barón de Rio Branco*, Porto Alegre 1938.

(116) Coronel Sousa Docca, *Mensario do Jornal do Comércio*, Setembro de 1938, p. 723.

(117) Vd. Guilherme Guerra, *O Dr. Zeballos*, trad. de S. Marchesini, p. 44, Rio 1925,

quências da regeneração financeira do quatrienio de Campos Salles. A exaltação dos jornais prejudicou a exata compreensão dos fatos. Exagerou-se o intuito da encomenda dos dous "dreadnoughts", que foram os primeiros, e mais possantes, a singrarem o Atlantico sul: o "São Paulo" e o "Minas Gerais" (1908). Esses navios, rivais dos maiores do mundo, nesse ano, cobçados pelos almirantados inglez e "yankee", indicavam a importancia do nosso poder naval, e o proposito do governo da Republica de não o deixar cair. Efetivamente, o pacifismo brasileiro não sofreu a sinaléfa de objetivos extranhos ás boas práticas da diplomacia impregnada de espirito americano. Rio Branco fazia a politica "de prestigio".

Era, por igual, a de reabilitação aos olhos da Europa, uma vez debelada a febre amarela, renovada, em tres anos, a capital federal, reconhecida a vitalidade do país na sua reação economica, após a sucessão calma de Rodrigues Alves, o tratado de Petropolis e o programa de gigantescas obras públicas, da presidencia Penna.

Morto Rio Branco, em 1912, Lauro Muller, seu successor, conservou com habilidade a politica de entendimento espiritual e bôas palavras, do Governo Provisorio e do quatrienio Campos Salles.

Houve, com a Argentina, uma troca de "embaixadores de luxo", que compensasse a nossa ausencia nas festas de seu centenário, de 1910. De um lado, o velho Campos Salles, d'outro lado, o general Roca, no epilogo de uma carreira gloriosa, em missões especiais afirmaram

reciprocamente a vontade de uma conciliação definitiva e prática. Selou-a com o seu timbre augusto Ruy Barbosa, embaixador ás comemorações, também centenárias, de 1916, como supremo representante da intelligencia brasileira que apregoava a sua fé nas soluções jurídicas dos conflitos internacionais.

CAPITAL FEDERAL

1890 é o ano das imprudentes alegrias, d'uma revolução de costumes mais intensa, mais profunda que a revolução politica.

Cáem as travas da hierarquia, do polido e sóbrio "bom tom" imperial. O Rio de Janeiro transforma-se nas suas camadas extremas: decóta-o, em cima, a "igualdade" republicada, e lhe asseia as raizes a policia de Sampaio Ferraz. O "encilhamento", subvertendo os valôres economicos e fazendo do dinheiro um ideal comum e dominante, destróc de subito a moderada e elegante concepção da vida que andava implicita, inherente ao sistêma monarchico, com o Senado vitalicio, as honras da côrte, a tradição de empobrecerem os estadistas no serviço público em lugar de se locupletarem com êle, a irradiante, enfa-donha honestidade do Paço de São Cristovão. Os barões de recentes titulos acotovelam-se nos corredôres da Bolsa ou na rua da Alfandega, comprando e vendendo ações

de companhias; e os “tilburis”, que enchem o largo de São Francisco, são tomados por uma onda de milionários de fresca data — corretôres de negocio, advogados ativos, incorporadôres de emprêsas, politicos da nova geração, os homens do dia. Destes se afastam com dignidade os “abencerragens”, os inconformados, velhos-titulares ou politicos do Imperio que não aderiam: no ano seguinte o seu numero cresceu, com os desiludidos. Mas a Republica não é um movimento sómente contra *Suas Excelencias*, em nome de *vós*. Vem armado de prevenções especiais contra a “capoeiragem”, a desordem dos bairros populares. Sampaio Ferraz, nos primeiros dias do regimen, limpou a cidade da «malandragem» que a infestára cem anos, dividida por duas zonas, a zona dos *nagôs*, inimiga dos *guayamús*, estes protegidos dos liberaes, aqueles dos conervadores... (118)

Desaparecem concomitantemente os “capoeiras” e os môços-fidalgos: o simbolo da classe que prevalece é o “bonde”, que une nos seus *bancos burguêses* — á esquina da rua Gonçalves Dias — todos os “cidadãos”.

Impéra o prazer fácil, comercial, exótico. Os cafés estão cheios, a rua do Ouvidor repleta, os “bondes” api-

(118) Evaristo de Moraes, *Da Monarchia á Republica*, p. 199, Rio 1937. — A história dos “capoeiras” não foi feita. De suas designações se deduz que os “guyamús”, amparados pelos liberaes, eram mais nacionalistas, e os “nagôs”, de parceria com os conervadores, mais tolerantes em relação aos negociantes portugueses.

nhados. Instalam-se roletas em casas particulares (119), o “club” é centro de negócio, discutem-se as surpresas do “encilhamento” nas mesas das confeitarias onde se abalroam literatos, financistas, batoteiros, “cocottes” e homens do interior, atônitos, deslumbrados. “Cidade de vício e prazer”, resumia, enjôado, Anselmo, da “Capital Federal”...

O café

O café é a alma da cidade.

Do Pascoal poderia dizer-se como Balzac, do *Florian*, de Veneza: “instituição indefinível”, escritório de advocacia, Bolsa, “foyer” de teatro, gabinete de leitura (120)...

A botica de 1822, a charutaria de 1860, o café de 1890, a opera de 60, a rua do Ouvidor de 90, a marcha da sociabilidade feminina. Na dispersão das atividades, é uma concentração obrigatoria. Supre a ausência de grêmios, o espírito associativo incompatível com a confusão desse tempo de nervosismos desnorteantes. A inteligência e a especulação, a galanteria e a política, a arte e a intriga molham-se de licôres nos cafés de três ruas essenciais, triângulo econômico e social da metrópole: a rua 1.º de Março, a da Alfandega e a do Ouvidor.

(119) Coelho Neto, *A Capital Federal*, p. 189, 5.ª edição.

(120) H. E. Jacob, *Biografia del Caffé*, p. 243, Milano 1936.

Em 1889, “os grupos literarios mantinham firmes as suas posições: os naturalistas, no Cailtau; os romanticos, no Castellões; os parnasianos no Pascoal” (121). Faziam casa á parte os simbolistas, no Deroche...

A Academia appareceu em 1896, fundada por um aristocrata, Joaquim Nabuco, um retraido, Machado de Assis: até então, o café é o salão literario, da cidade, onde surgem os poetas com o seu ar sombrio, a gravata em borboleta e os cabellos compridos, e onde se aparam as farpas, escrevem-se artigos de imprensa, os escritôres convivem — bebendo — o que é indispensavel — e fazendo frases — o que é temivel. A “boêmia” esteriliza todos os generos de literatura, porque a Universidade, o parlamentarismo, o jornal conceituoso, a livraria, tudo isso é substituido pelo café. Como o alcool é inseparavel do café, o bom gosto está em se embriagarem os rapazes de espirito: a ala da “Conquista”, os que adérem em grupo á Republica em 17 de Novembro, como uma falange aguerrida — Bilac, Paulo Ney, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pardal Mallet, é composta de boêmios de talento, que dissipam a saúde por preceito, por *escola*, por moda intelectual, alguns n’uma agitação transitória, que abandonam mais tarde, outros perdidamente, ruinosamente. A primeira reunião de homens de letras, em grêmio, o Club “Rabelais” (1892-95), de Araripe, Pompéa, Lucio de Mendonça, Valentim Magalhães, Raymundo Corrêa, Urbano Duarte, e, mais

(121) Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 41, Porto 1929.

jovens, Rodrigo Octavio (122) e João Ribeiro, consistiu numa série de alegres banquetes, o primeiro dos quais no "Stad Munchen", famoso "restaurant" do Rocio. Assim faziam, em Portugal, os "vencidos da vida"...

A mediocridade é seria; a inteligencia é rebelde, escandalosa: e zomba do burguês, com os ademanos que usam os poetas. A gravata e o colête vermelho dos republicanos, a cabeleira, o ar de fadiga, a bengala, o bigode de pontas levantadas, o "tipo simbolista", da época de Baudelaire e Rimbaud, que não é mais o elegante exótico, da geração de Musset, de Fagundes Varela e Castro Alves.

A Republica não faz logo escola literaria (123).

Não vem, como a de 1789, com um corpo de doutrinas. São esparsos os discipulos de Tobias Barreto, como Martins Junior (124) e Silvio Romero, e os de Miguel Lemos e Benjamin, que querem atribuir-lhe uma filosofia, uma positividade.

A dúvida de Machado de Assis parece ser o seu saínête espiritual. Cepticismo galante, ferino, amargo, algo desdenhoso, como uma sintese de decepções. O resumo das ilusões do seculo XIX, que a realidade crestára, e faziam pena, como documento de uma ingenuidade inconse-

(122) Rodrigo Octavio, *Minhas Memórias dos Outros*, Ultima série, p. 49, Rio 1936.

(123) Vd. Pedro Calmon, *O Rei Filósofo*, p. 442, S. Paulo 1938.

(124) Oliveira Lima, *Memórias*, p. 86.

quente... Negar, tornou-se no estilo do nosso purista uma obsessão: é o seu "leit motiv". (125)

Parnasianos e simbolistas — ao contrario dos românticos da geração de Castro Alves — fazem uma arte contemplativa, interiorista, diáfana, que não convida á ação, mas á atitude. Bilac e Alberto de Oliveira são joalheiros do verso. Cruz e Souza, Alfonsus de Guimarães (126), Emiliano Pernetá, destacam-se á frente dos "baudelaireanos". Seguem-nos Petion de Vilar (Egas Moniz), Felix Pacheco, Nestor Vitor, Carlos D. Fernandes... Vêm com eles Emilio de Menezes, Mario Pederneiras, Silveira Neto. E' ao tempo em que as côres substituem os ritmos, predomina o lilás, o visualismo de Rimbaud, descrevem-se, ou fingem-se as torturas sentimentais. O seu livro de estréa, "Rosa Mistica", impresso policrômicamente em Leipzig, Julio Afrânio (Peixoto) dedica á trindade "que adora", Junqueiro, Eugenio de Castro, d'Annunzio... Esses íntimos martirios, aquela angustia da fórmula nos primôres verbais, correspondem a uma fase de transição penosa e confusa. No Brasil, revelam antes de tudo a incerteza de missão histórica, de sentido de vida e afirmação nacional, compreensão do meio e do homem — na dolorida imitação dos estilos peregrinos.

(125) Vianna Moog, *Heróis da Decadencia*, p. 202, Rio 1934.

(126) Enrique de Resende, *Retrato de Alfonsus de Guimarães*, p. 10, Rio 1938; Felix Pacheco, *Paul Valéry e o monumento a Baudelaire*, p. 8, Rio 1933.

Circunstancia imprevista — o chόque de 1893, a censura da imprensa, a coaçaό do pensamento, desviando da politica — vέdada aos profanos — as inteligencias moças, animou, apurou a literatura.

A “Semana”, de Valentim Magalhães e Max Fleiuss — disse Bilac — revelou numerosos “valōres” jόvens, uma geraçaό de poέtas e escritōres (127). E’ em 93 que inicia Nabuco a sua grande obra sobre o pae (128), que devia exercer, no meio nacional, uma influencia analoga á de Taine, sobre as origens de França.

Quem diria que as nossas infelizes lutas civis serviriam para dar ás letras uma cōr local, um nacionalismo forte — nāo mais o convencional e romântico; da dέcada de 30 — a que nāo pudéram aspirar até entāo?

Olavo Bilac compoz “O Caçador de esmeraldas” em 1894, no seu refúgio de Minas: creou o mito literario que sugeriu, em seguida, um pressuroso movimento de pesquisa das fontes heroicas da expansāo brasileira, do “bandeirismo”. O primeiro marco dessa jornada, sobretudo empolgante, decisiva para a formaçaό do espirito civico, em Sāo Paulo, foi a comemoraçaό, em 1897, do 3.º centenário da morte de Anchieta (Eduardo Prado, Teodoro Sampaio, Nabuco, Brasílio Machado, João Monteiro, Couto de Maga-

(127) Max Fleiuss, *A Semana*, Rio 1915.

(128) *Minha Formaçaό*, p. 301, Rio 1900.

lhães, padres Francisco de Paula Rodrigues e Americo de Novais). (129)

Inaugurou Nabuco a Academia, lembrando o fascínio que Paris continuava a desempenhar, sobre a nossa cultura sem originalidade (130). A própria Academia, moldada pela de França, não podia combater essa influencia. Foi necessário o traumatismo social, a tragédia bruta e alegórica de Canudos, que inspirou "Os Sertões".

O livro de Euclides da Cunha (1902) juntou ao país uma dimensão nova: a sua rude e curiosa paizagem interior.

Antes, romantizavamos, idealizavamos o sertão, confundindo-o com a zona da mata onde florescia as fazendas dos titulares do Imperio: era mais a região rural, cheia de interesse economico pela conjunção da iniciativa do «fidalgo» da casa-grande e do trabalho escravo, do que o Brasil sertanêjo. Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Bernardo Guimarães, José Verissimo, Afonso Arinos, com os seus contos ressumbrantes de panorama agreste (131): o visconde de Taunay, nosso primeiro novelista de cousas do sertão, — tinham substituído os tēmas liricos do romantismo por quadros nōvos, de geografia histórica.

(129) *III Centenario do veneravel Joseph de Anchieta* (Conferencias preparatorias), Paris 1900.

(130) *Discursos Academicos*, I, 14, edição da Academia Brasileira, Rio 1934.

(131) Vd. Afonso Arinos, *Historias e Paizagens*, p. 226, Rio 1921; e Mario Matos, *Ultimo bandeirante*, p. 44, Belo Horizonte 1935.

Não viram, porém, os “sertões” bravios, tócados de uma infernal magia de coragem e fanatismo, que Euclides encontrou nas “caatingas” de Monte Santo, na rampa da Favela, no leito sêco do Vaza-Barris diante do arraial dos “jagunços”. Euclides foi genial utilizando na sua descrição um estilo igualmente barbaro, ora de engenheiro, que mistura á sua estetica a sua técnica, ora de sociólogo, que entrelaça meio e homem... Contou — fatôr importante de exito — com a curiosidade pública. Toda gente queria conhecer a verdade da carniceria que arrastára, para tão longe, uma parte do exercito nacional, e puzêra em risco o regimen...

Canudos proporcionou livro e leitôres: “o unico livro digno de tal nome que se publicou no Brasil depois de 15 de Novembro”, segundo Ouro Preto... (132) O sertão tornou-se moda.

O café e a borracha continuaram a ressonancia “naturalista” daquela campanha obscura. (133)

(132) Francisco Venancio Filho, *Euclides da Cunha a seus amigos*, p. 85, S. Paulo 1938.

(133) O regionalismo de Domingos Olímpio, com *Luzia-Homem* (1903), de José Verissimo, de Alberto Rangel, com *Inferno Verde* (1908), de Gustavo Barroso, *Terra de Sol*, (1913), de Afranio Peixoto, *Maria Bonita* (1914) e seus romances de Lençóes, na Bahia; Rodolfo Teofilo; Alcides Maya e seus contos rio-grandenses; Xavier Marques e suas cenas praieiras da Bahia; de Graça Aranha com “Chanaan” — parece culminar em 1919, com *Urupês*, de Monteiro Lobato, que crêa o “Geca”, como tipo literario, como personagem que participa da vida...

Agitação de idéas

A ciência, em geral, a meia-ciência, em particular, demonstram o progresso das idéas.

A política é preponderante elemento dessa transformação.

A luta democratica, contra a monarquia, importava — no terreno da instrução — o dissidio entre as humanidades (muito latim) e a sabedoria nova, entre a “artinha” e o “evolucionismo”, entre o colégio do Caraça e a escola de Recife, entre o romantismo passado e o realismo cobiçado.

Tobias Barreto vae á dianteira, com o estandarte da emancipação do “ranço humanista”, do “aristotelismo” pretérito, em favor da cultura germânica que introduz com escandalo e admiração no ensino do direito, em Pernambuco. Fazendo popular Haeckel, vertendo do alemão a filosofia materialista, de subito transporta para a área modesta do pensamento indigena o duélo — entre a “Kultur”, o germanismo autônomo, e as romanidades que ele despreza, no orgulho das vitórias recentes, tornando a abraçar o escudo de Arminius, que derrotou as legiões augusteas... Mas o insigne Tobias (o mais espantoso auto-didáta da nossa historia intelectual) não ligou á sociologia a consideração conveniente (134). Divulgou, além da moderna inquietação científico-filosofica, a sua nomenclatura, que

(134) Clovis Bevilacqua, *Historia da Faculdade de Direito de Recife*, I, 120, Rio 1927.

ganhou mundo, falando á imaginação irreverente e “snob”, dos semi-cruditos. A “escola teuto-sergipana”, motejou Laet; (135) de fáto, a revolução mental! (136). Artur Orlando perdeu um concurso porque abusou do *haeckelismo*. Não houve bacharel, em 1892 e 95, que não dissertasse sobre o monismo, ontologia, seleção natural, o seu ateísmo arrogante, e as “mentiras” de Max Nordau... O Séclo XIX começára deslumbrado pelo para-raio de Franklin e acabava na monera, no microbio, no átomo... As livrarias portuguesas traduzem, vulgarizam os sábios do dia, alemães, ingleses, francêses, instalando-os nos liceus... Populariza-se, pedante, a tecnologia científica: é a ilusão da cultura!

O momento é propício ás revisões do nosso exiguo cabedal científico, a avaliação de quantidades esquecidas, no cálculo dos valores brasileiros...

O índio fôra assunto obrigatório do segundo reinado: motivo literario, filologico, arqueologico; e atraz dele, na sua selva, tinham andado os viajantes celebres.

Nina Rodrigues reivindicou para o negro o seu quinhão de analyse. Aplicou os ultimos estudos sobre raças e costumes d’Africa á etnologia afro-brasileira, á sua medicina legal, fundando a “escola bahiana” (cujos exponentes são, em 1898, os adolescentes Juliano Moreira,

(135) C. Sussekind de Mendonça, *Silvio Roméro*, p. 248, S. Paulo 1938.

(136) Leia-se Silvio Roméro, *Historia da Literatura Brasileira*, II, 476, Rio 1903; e Hermes Lima, *Tobias Barreto*, S. Paulo 1939.

Afrânio Peixoto, Manoel Bernardo Calmon, discípulos diletos do grande legista.

“Foi a escola bahiana que despertou a curiosidade em questões de patologia tropical...” (137). Iniciou, antes do Sul, a experimentação científica, com Wucherer, Silva Lima, Pacifico Pereira, Alfredo Brito... Podia Lombroso saudar Nina Rodrigues como “apostolo da Antropologia Criminal no Novo Mundo” (138).

Em plano mais vasto, fundou Osvaldo Cruz o Instituto de Manguinhos, o “laboratório” brasileiro (139)...

Teodoro Sampaio antecederia de vinte anos a Euclides, enriquecendo a exposição científica com uma literatura realista, na previsão do que seria a geografia humana do Brasil. Em muitas paginas de sua monografia sobre o São Francisco reluzem paizagens dignas da moldura dos “Sertões”. E’ de 1902 o seu “Tupí na geografia nacional”. Ratzel e Buckle refletem-se na obra dispersiva e séria de Capistrano de Abreu: culmina-a o livro que escreveu para o centenario da abertura dos portos, “Capitulos da História Colonial”, nos quais, pela primeira vez, a compreensão dos fatores fisicos-humanos iluminava os relêvos do passado. João Ribeiro faz tambem história

(137) Clementino Fraga, *Orações á Mocidade*, p. 73, Rio 1937.

(138) Afranio Peixoto, pref. a Nina Rodrigues, *As Raças Hermanas*, p. 7, Rio.

(139) Artur Neiva, *Esbôço historico sobre a Botanica e a Zoologia no Brasil*, p. 112, S. Paulo 1929.

nova de inspiração alemã. Deixa os antigos modelos e esboça os quadros sociais; acentua a influencia do rio de S. Francisco sobre a civilização brasileira; rompe com a monotonia dos compêndios amedalhados pela crônica official. Ambienta-se dest'arte o criticismo que Silvio Romero, fervoroso admirador de Tobias, fundára em 1880, e graças á mesma inspiração polemista e doutrinária uma sociologia adaptada ao Brasil floresce em ensaios vigorosos. E' a epoca da filosofia do direito. As escolas ressoam em ardentes interpretações do fenomenismo, do transformismo... Aparecem Clovis Bevilacqua, Martins Junior, João Higino, Anibal Falcão, João Vieira, Leovigildo Filgueiras. Laurindo Leão em Recife, o joven Alnâquio Diniz e Virgilio de Lemos na Bahia, Fausto Cardoso, Silvio Romero no Rio (140), divulgam os pensadôres alemães e italianos sacudindo de sua sonolência românica as ciências juridicas, prósperas apenas, até aí, no direito politico muito norte-americano e na criminologia antropologica, de mestre Lombroso... A codificação civil é que vulgariza, em 1899, o recente Codigo Civil Alemão e o prójeto suiso.

E porque essa inquietação global não clarearia a complexidade das questões nacionais? Artur Orlando vê o Brasil — terra e homem — segundo o método de Le Play; Graça Aranha descobre Chanaan (1902), o vale abençoado da colonização; Alberto Torres intenta orga-

(140) Vd. Clovis Bevilacqua, *Juristas Philosophos*, p. 133. Bahia 1897.

nizar a nação desdenhando o formalismo constitucional em proveito das soluções práticas. Não Carta política que fosse razão de técnicos; mas tegumento do organismo brasileiro, ajustada á sua vida real... Farias Brito faz um espiritalismo reformador; Gonzaga Duque legisla sobre os cânones artisticos num meio em que a incompreensão do público se somava ao abandono das vocações (141); Teixeira Mendes prosegue o apostolado de Miguel Lemos com uma constancia comovente. José Verissimo, Carlos de Laet, Constancio Alves, Medeiros e Albuquerque pertencem á mesma falange: são os mestres da crônica.

Em literatura, Dickens, Flaubert, Zola, e os russos, Tolstoi, Dostoiewski, ensinam um realismo que adquire feição rústica, um tom de verdade triste. Júlio Ribeiro (que contraste com a suavidade aristocratica de Alencar!) é terrível no seu romance "A Carne", apodado de "carniça" pelos antagonistas... (142). Aloisio Azevedo substitue os tipos novelescos de Macedo pelo motivo urbano, banal, familiar; "Casa de Pensão", "O Cortiço"... Raul Pompéa, Adolfo Caminha, Coelho Neto, Lima Campos, Lima Barreto, João do Rio, fazem um naturalismo a que não faltam pompas verbais; e a originalidade de Machado, a majestosa singularidade de Machado de Assis, consiste em tratar os seus enrêdos burguêses, sem ênfase e sem

(141) Vd. Rodrigo Octavio Filho, *Velhos Amigos*, p. 76, Rio 1938.

(142) Afranio Peixoto, *Noções de Historia da Literatura Brasileira*, p. 249, Rio 1931.

grandeza, simples e humanos, num vernáculo gabado por Camilo.

Reação

O português castiço de Machado, protesto silencioso do romancista incorruptível, contra a “política” dos solecismos... nacionalistas, ficára no meio do campo, como um pendão de batalha. Valentim Magalhães levantára a gramática contra o “bando nacionalista”, dos sectários de Alencar (143). Explicava-se, esse prélio muito do agrado de nossas elites letradas. Sendo o nacionalismo, de 1822, de 1831, anti-português, e vindo de Portugal as normas gramaticais, contrariadas na rua pela linguagem do povo, de prosódia e sintaxe rebelde a todo jugo, tinha um profundo sentido nativista a agressão aos clássicos, aos filólogos... Reacendeu-se em 1889.

D. Pedro II tentára difiundir a escrita corrêta: para isso contratára José Feliciano de Castilho e aborrecêra José de Alencar. Românticos contra arcádicos...

Respondendo á corôa, que pretendia colocar certo os pronomes, o positivismo entrou em cêna. Não se importava com a gramática: fazia questão da ortografia, de uma simplificada ortografia positivista... (Miguel Lemos, 1888). O “cientificismo”, do fim do século, defron-

(143) Coelho Neto, *Fogo-Fátuo*, p. 42.

tava agora com os devoradôres de clássicos portugueses, do tempo em que as humanidades gozavam de prestígio largo. A polémica entre Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro (1902-1905) filólogo da Bahia, seu antigo mestre, a propósito do vernáculo do Código Civil, teve o mérito de ministrar aos brasileiros uma lição impressionante — estávamos na época das calorosas polémicas de imprensa! — sobre as leis da gramática. Pode-se dizer que a partir de então velhos e voluntários vícios da escrita brasileira foram pôstos de lado, e os pronomes apareceram em bôa fôrma.

1900 proporciona uma “renascença” de cultura humanista, inevitável como reação aos absurdos da meia-ciência de 1895; é a moda das leituras clássicas, a grande extração de Vieira (que a oratória de Ruy elevou á categoria de modelo persistente), Frei Luiz de Souza, Camilo e Herculano.

A reação estende-se ao nacionalismo, que se bifurca, em jacobinismo, demolidôr e flamejante, e tradicionalismo, cuidando de restaurar os padrões do passado que nos faz honra.

O Instituto Histórico, principalmente no período em que o preside o barão do Rio Branco (continuado dignamente pelo conde de Afonso Celso), centraliza estudos básicos, cristaliza juízos indispensáveis, desagrava o “passado”, no que tivêra de orgânico, contra a indiferença ou os vitupérios, mantendo, nessa coerência, uma linha de conduta, que será atitude pacífica, respeitada, dez ou vinte anos depois.

Mello Moraes Filho colige as tradições do povo, Afonso Arinos defende as lendas brasileiras, Vieira Fazenda rebusca as “antiquinhas” do Rio de Janeiro, Capistrano faz escola, proseguindo as pesquisas de Varnhagen, arredando da historiografia nacional os erros grosseiros, do tempo em que ela se elaborava fóra dos arquivos, alheia ás ciências auxiliares, repetida, cortezã, «populista» e festeira. Nabuco, Afonso Celso, Eduardo Prado, o barão do Rio Branco, em seguida Oliveira Lima, opõem ao negativismo jacobino as suas visões ou revisões sugestivas da monarquia: a dos estadistas (Nabuco), do Imperador (Celso), do espirito público (Prado) ou da diplomacia (o Barão). A passagem deste pela chancelaria (1902-1912) reabilitou, não já idéas, como as exterioridades, o “processo” do Império, considerados pelo ministro como indicativos de um Brasil fóra da “regra geral”, das republicas continentais, isolado nos seus titulos de monarquia unica, expansiva...

Floriano fóra o colête vermelho, a gravata de borboleta e o bengalão dos republicanos “puros”. Ao contrário. Prudente governára com os generais. Campos Salles governára com os banqueiros. Os dous presidentes seguintes, conselheiros do Imperio, homens de outr’ora: por mais republicanos que fossem agora não renegavam a illustre carreira feita no regimen anterior. A policia de Afonso Penna não permite — em 1908 — o desembarque do principe D. Luiz, neto de D. Pedro II, pretendente do trôno; mas Rio Branco convida o rei D. Carlos, de

Portugal, para assistir á Exposição comemorativa do centenário da abertura dos portos.

A voz de Ruy Barbosa, com entonação profética, continúa a pedir a revisão constitucional, a refórma dos erros politicos, deformadores da Republica, que não era mais dos sonhos de ninguém. . .

Nenhuma deserção das idéas da mocidade parecia mais dramatica no proprio silêncio do que a de Euclides da Cunha, cadête da Escola Militar que se inebriára de positivismo e taciturno engenheiro, dez anos depois, a fazer-se socialista em S. José do Rio Pardo por desânimo e revide. “Os Sertões” só podem ser compreendidos, na sua intenção transparente, estudando-se a crise espiritual do escritôr áquele tempo. Crise analoga á de Antéro de Quental. . . Desinteressado da politica, imaginou reivindicações sociais; promoveu, com alguns amigos, um teórico partido operario; organizou passeatas de 1.º de Maio na suave cidade da Mogiana (1900); impregnou-se de leituras incandescentes — e as esqueceu depois, solicitado para as honrosas comissões técnicas em que seguidamente se illustrou. Essa agitação intima correspondia ao que se passava na Europa: mas não perturbou a mística liberal até 1919. Foi eventual e multiforme. Curiosidade insaciavel. Delirio de novidade. Sempre a moda intelectual. O materialismo historico. Os profétas da luta de classes. Os incendiários que doutrinavam em estilo enfático. Literatura mais difundida onde a imigração estrangeira se adensára: protestos esparsos e inconsequentes, contra o capital, que todos procuravam crear. . .

Em 1914, promoveu o mesmo Instituto — por iniciativa de Afonso Celso — o 1.º Congresso de Historia Nacional. Essa data é memoravel, como anuncio de uma independencia de critica, de uma reparação intelectual, de uma “renascença” de estudos brasileiros, a modo das comemorações anchietanas em relação á escola paulista de história. De um lado, é a geração nova que se apresenta, o espirito formado na tolerancia do primeiro decênio do seculo, ambiciosa de cultura substancial, de “realidades” sociais; do outro, as pazes que se celebram, entre os litigantes idealistas, em torno dos principios... Cada vez se discute menos a Republica, a federação, o laicismo politico; exatamente para que se exacerbassem os debates sobre as reformas técnicas, as melhorias morais do regimen, que não ganhára em solidez, siquer em créditos, á medida de sua prosperidade aparente... Enrolam-se as bandeiras no campo das lutas de antanho, quanto á fórmula de governo; e o jacobinismo se dissipa em manifestações esporádicas, retardadas.

Confundem-se, misturados, os antigos combatentes.

Ruy Barbosa proclamará, em 1921, a sua sábia indiferença pela exterioridade das instituições; e nenhuma voz se elevará a esse tempo, para opôr-se ao gesto piedoso do presidente Epitacio Pessoa, mandando um couraçado trazer da Europa os restos mortais de Tereza Cristina e D. Pedro II. Essa consciência coletiva é o fruto sazonado de uma resistencia restrita e heroica: dos que, nos dias da iconoclastia sistemática, tinham zelado com dignidade o

fogo das tradições... Paixões que esfriam trõem decadência, desenganos; perdia a politica; mas a cultura se enfeitava de outras galas.

A rua do Ouvidor

A democracia vem antes com os meios de transporte, a grande concentração urbana que torna impossivel a manutenção da nobreza antiga, do que com a Republica que faz — no “encilhamento” — barões, “nababos”, argentários magnificos...

O teatro ajuda a imprensa e, melhor do que ela, impõe ao povo uma critica mordaz a esses falsos aristocratas.

No “Bilontra”, Artur Azevedo, em 1886, ridicularizou o negociante que, enriquecendo, comprou a um esperalhão o diploma de fidalguia... Barões á maneira dos de Camillo, dos “Brasileiros” que ofendiam, em Portugal, a decencia grave dos costumes com a fortuna arrogante, e de máo gosto: e em contraste com a vulgaridade do “bonde”, do emprêgo público, da bacharellice, do “tilbury”, da politica republicana de estadistas escassos e recentes, expressões definitivas da sociedade carioca em 1895 e 1900.

As carruagens de preço, as parêlhas do Rio da Prata, as mil loucuras do periodo aureo da finança, 1890 e 91, desapareceram nos dias apavorados da guerra civil. A

revolução expurgou a capital. A' estrêla de Mayrink e de Alto Mearim, ditadôres da Bolsa, succedeu o govêrno taciturno de Floriano: e o Rio voltou á modestia anterior, á ponderação burguêsa de 1887.

O exemplo descia do palacio Itamaratí.

Floriano recolhia-se todas as noites, á sua casa de Cosme Velho, num lento "bonde" de Laranjeiras. Os auxiliares de Prudente não tinham carro oficial. O desencanto de tantas tribulações repuzéram a cidade no seu bom senso: apenas a rua do Ouvidor não decaíu de prestigio. Aí vive a metropole com uma intensidade frenética, até 1905, isto é, até a Aevnida Central, que desviou dela o monopolio do pensamento, do luxo, do esplendôr e da politica, das letras e da galanteria, da exhibição e da futilidade...

A história da rua velha, porém, oferece aspectos desconcertantes (144). Em 1890 lá se instalam corretôres de negocios e "boêmios", o "bilontra" e o literato. Em 1895, investe-a o jacobino. Sofre a vizinhança do largo de S. Francisco, onde — nos degráos do monumento de José Bonifacio — se fazem os comicios populares. A desordem rompe dali; demagogia e tumulto; a cólera irresistivel e sonóra... O crime de Marcelino Bispo, em 1897, esfria esses entusiasmos que atemorizam o comércio: e a rua do Ouvidor se ilumina de outros sorrisos. Resplandece. Restaura-se.

(144) Vd. Mello Moraes Filho, *Factos e Memorias*, p. 329, Rio 1904.

A epidemia

Essa Capital Federal — entretanto — refulgente de espirito e trepidante de excitações cívicas, tinha a sua estação de elegancia e os seus mezes tristes. E' certo que o carioca se habituou á febre amarela. Acostumou-se a ela como a um flagelo ciclico, a sua doença do verão, todos os annos repetida, entre Dezembro e Abril, o que de começo foi terrivel, sobretudo para os estrangeiros, e depois já não perturbava a grossa vida urbana que resolveu da melhor maneira o problema. Transportava-se para a serra. Fugia para os sitios altos de vilegiatura. Reentrava na natureza, abandonando a cidade — e quantos não podiam despegar-se dela — á sua tragedia periodica. Ficavam os pobres, os comerciantes, os funcionários. Petropolis sorria os seus encantos de cidade europeia invadida pela boa gente. Era mais imperial na Republica: mais opulenta, mais procurada, agora sem os exemplos de sobriedade, as lições de modestia de D. Pedro II... Ao comemorar-se o cincoentenario da chegada ao Brasil das irmãs de Notre Dame de Sion (desembarcaram no Rio a 9 de Outubro de 1888) foi divulgado o seu "diario", com as impressões decepcionadas do estio fluminense empestado, o horror que fazia a febre... Uma das religiosas, mère Felix, logo morreu; e as outras se passaram para Petropolis. Receberam ordem de lá ficar. com o colégio de meninas, que, entre 89 e 92, funcionou parte

do ano no Rio, a outra parte no alto da serra (145). Educandário que retivesse alunos no periodo da epidemia, isto é, durante o verão, cometeria um crime. Tornava-se inhabitavel a capital, principalmente para os forasteiros. O obituario aterrorizava. Centenas cada mez.

Renovação do Rio de Janeiro

Oswaldo Cruz e o prefeito Passos são os braços poderosos que agitam a cidade adormecida. Desperta em sobresalto, com as chusmas de trabalhadores que começam a demolir o Rio vetusto. E' a era do "bota abaixo".

A monarquia caiu em effigie, em 1889.

O passado caiu realmente, em 1904: com as viélas do centro urbano, com a angustia de espaço do coração da capital, para que, em avenidas modernas, circulasse fartamente um povo lisonjeado pela civilização que o investia assim.

Se o duélo entre o saneador e a desconfiança popular teve lancinantes aspectos, desde a fria descrença até a reação á mão armada — a luta do remodelador com a rotina não foi menos teatral e difficil.

Ambos contaram com a irrestrita solidariedade do governo federal: nem de outro modo Cruz e Passos acci-

(145) Artigo sobre a história do Collegio de Sion, prof. Maria da Conceição de Moraes Jardim, *Jornal do Comércio*, 9 de Outubro de 1938.

tariam a missão perigosa e decisiva. A lei de 29 de Dezembro de 1902 enfeichou nas mãos autoritárias do Prefeito poderes quasi ditatoriais. O artigo 25, por exemplo, autorizava-o a despejar os moradores dos predios condemnados com a intervenção da policia, sem ouvir o Judiciario. Obtivera tudo. Os recalchantes que batessem ás portas da justiça encontravam antes a escolta: era a arbitrariedade; terrivelmente injuridica, porque um homem só, metido nos segredos de suas plantas de urbanismo, disporia da sorte da cidade. Mas eficaz; indispensavel. Um emprestimo de seis milhões esterlinos que a Prefeitura ficou habilitada a lançar, fracassou na Europa: cobriu-o a propria praça do Rio de Janeiro, na importancia de 4 milhões. Com força e dinheiro — a sua vontade férrea faria o resto. Essa vontade não esmoreceu.

Cruz e Passos, lavraram, paralela e concertadamente, um chão ingrato.

A higiene dependia da remodelação da cidade, que lhe esmontasse as trapeiras e resolvesse o lixo velho; e o novo Rio só podia perfazer-se com a profilaxia da febre amarela. Em zonas independentes, os dous ditadores do melhoramento público arrostaram a mesma hostilidade. Osvaldo Cruz sustentou a batalha das convicções: era mais abstrata. Pereira Passos enfrentou a liga dos interesses: era espessamente concreta. Teve contra si o comercio. Os proprietarios. As classes morosa e solidamente conservadôras. A pacatez dos moradôres, a força do hábito, o liberalismo que o impregnava, a consciência da casa inviolavel, os costumes...

Se pretendesse realizar as reformas parciais, á semelhança das do fim do Imperio, como a abertura das ruas Gonçalves Dias, (1854), Senador Dantas ou do bairro de Vila Isabel, contaria com os aplausos de toda gente. O seu programa, porém, exatamente como o do higienista, era total e brusco.

Desde 1871, em comissão nomeada pelo ministro João Alfredo, cogitava Passos do seu grande projéto. Guardára-o até 1902. Em 1882 obtivera, com Teixeira Soares, o privilegio de construção da estrada de ferro do Corcovado... Consistia agora o seu plano, em alargar simultaneamente as ruas mais movimentadas (146), derrubar os pardieiros, desafogar o centro urbano, corrigindo, com traçados retilíneos e arborizados, a tortuosa planta colonial. Nada de alcovas sem luz, de casarões caindo em ruínas, de ruélas sujas, de fachadas desbotadas, de ranço e repugnancia de bécos pestilentos, do ar tórvo da colonia. Muniu-se de seus instrumentos de engenharia como de uma vassoura. Para varrer a imundicie de uma cidade comercial que crescera demasiadamente n'uma área estreita em que cabia a sua asfixiada prosperidade e as suas mazélas, a sua fartura e as suas doenças, os seus armazens e a sua sociedade entanguida, respirando mal, contrafeita na clausura dos seus muros históricos. Passos atacou o

(146) Em 1890, Dec. de 9 de Nov., de 16 de Agosto, mandara ampliar varias ruas centrais... Ao prefeito Barata Ribeiro, 1893, deve-se a primeira campanha contra as casas de habitação coletiva, insalubres e sórdidas. — Sobre as obras de Passos, Sampaio Corrêa, *conf.* citada, p. 30.

problema em conjunto. Desalojou inéxoravelmente os comerciantes atingidos pelas desapropriações e tomou para base delas as baixas declarações para o efeito do impôsto. Deu á construção das novas artérias a apparencia de uma catastrophe, repentina e fecunda. Tinha muita prêssa. Sabia que sem precipitação e energia, olhos fechados aos casos singulares, não levaria por diante o plano. E o peor seria deixá-lo a meio, as casas derrubadas e as avenidas por abrir, tudo mergulhado na poeira dos desinontes sem a compensação da obra concluída. Foi implacavel, para ser eficiente. Resistiam-lhe, os jornais injuriavam, os negociantes prejudicados se opunham, a justiça era chamada durante o dia e á noite o prefeito se antecipava a ela começando a pôr abaixo as paredes, o conflito se enrodilhava em questões inesgotaveis e as picarêtas não paravam. Sem essa violencia útil e larga fracassaria no principio. Ele e Osvaldo Cruz. O seu heroismo estava em insensibilizar-se diante dos protestos. Rodrigues Alves armou-se de igual estoicismo. O homem parecia ter en-doidecido. De chapéu "côco" e guarda-chuva, comandava o seu inevitavel exercito de demolidôres. A tática era hábil: derrubando logo, e em grande, ficaria com a liberdade de refazer, a seu geito. Ampliou doze velhas ruas: Estreita e larga de São Joaquim, Uruguaiana, Carioca, Sacramento, Camerino, Assembléa, ao tempo em que Paulo de Frontin, em complemento das obras do porto que Lauro Muller empreende apressada e definitivamente, rasgava a Avenida Central.

O primeiro trecho do novo porto do Rio de Janeiro foi inaugurado em 8 de Novembro de 1906.

Naquele ano a luz electrica banhou a cidade com um clarão famoso.

Quiz o prefeito que fôsse a mais iluminada do mundo.

Seria como a "féerie" indispensavel para que se visse o prodigio: o lineamento moderno da metropole remoçada, a destacar-se das profundas ruinas do ano das devastações...

"O Rio civiliza-se" — trauteavam os cantôres populares. E estes viam fugir a seus pés a cidade patriarcal que, nas noites alumiadas frouxamente de gaz, toda se enchia de suas serenatas lânguidas. E' quando os môrros completam a sua função de refúgio da pobreza. O de Santo Antonio, o do Castêlo, o da Conceição, a Favela... Em baixo, as turmas de operarios avançam sobre a nuvem de pó das derrubadas. E emergem as reluzentes pistas do "tilbury" e do automovel recém chegado. O prefeito é um romântico do urbanismo a idealizar as avenidas de contôrno. Para onde se voltavam os fundos das casas do Flamengo, e em lugar das humildes praias da Gloria e de Botafogo, desata-se agora, asfaltada, a Avenida Beira Mar. Resplandece de luz e arvorêdo. As avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá abreviam trajétos. Ao primeiro tunel de Copacabana, que o engenheiro Coello Cintra abrira em 1894, vae succeder o tunel novo, forçando o deslocamento, para outras praias que o "tramway" procura, antecipando-se aos moradôres, valorizando os terre-

nos, inventando paizagens “turísticas”, (147) orientando o povoamento, já dispersivo, centrifugo.

Passos, porem, não fica no gizamento dos itinerarios.

Indica os modelos arquitetônicos, inaugura monumentos públicos, ajardina as praças, constrói edificios típicos. O Teatro Municipal é um esplendor de marmores e bronzes, compatível com o senso contemporaneo do mundanismo artistico. O governo da Republica instala o palacio Monroe, a Bibliotéca Nacional (trabalhos do general Souza Aguiar), a Caixa de Amortização, no gosto clássico, o Supremo Tribunal, no indeterminado estilo vistoso, o palacio cardinalicio, de um impreciso “moderno”, em que predomina a cúpola — ornamento que faz furôr na arquitetura da Avenida Central. Entre o Municipal e o Monroe, continuava a exhibir a sua severa velhice o convento da Ajuda. Cairia mais tarde (148). Os monges beneditinos, sensíveis ás idéas do tempo, nas suas hortas sobre a Avenida levantaram uma casa gótica para escritórios. Os barbadinhos do morro do Castelo aguentaram-se no antigo Colégio dos jesuitas até 1922. O progresso era

(147) Decreto de 1874 concedera ao Dr. Francisco Teixeira de Magalhães a construção de uma linha de “bondes”, da rua dos Ourives — Copacabana. O tunel no morro do Livramento foi autorizado em 1875.

(148) O Decreto de 26 de Julho de 1876, prorogou o prazo para o arrasamento dos morros de Santo Antonio e Castelo... O Dr. Possidonio de Carvalho Moreira, por dec. de 8 de Março de 79, teve concessão para desmontar o do Senado e aterrar os pantanos...

inflexível: confundia inicialmente os moderados, os tímidos, espantados dessa febre de novidades; depois, em 1906, tranquilizára, envaidecêra a cidade vestida de novo, principalmente inundada de claridade, com jornais nervosos que a convenciam de ser a mais bela do mundo...

Amaro Cavalcante, Frontin e Carlos Sampaio proseguiriam o hercúleo trabalho remodeladôr (149). Não se hesitaria mais diante d'um arrasamento (mesmo dos morros do Senado e do Castélo), da recuperação de um pedaço de mar (a ponta do Calabouço), da construção da Avenida Atlântica. ...Era a transição, da cidade maisã para a "maravilhosa".

O saneamento

Seria isso possível sem o saneamento? Não. Só foi praticável depois dele.

O forasteiro temia o "vômito negro". Os marinheiros italianos, mortos ás dezenas durante a estada, na Guanabara, da frota de observação, estrangeiros ilustres vitimados pela epidemia, todos os anos renovada, num inclemente sincronismo, faziam daqui um "porto sujo", evitado com prudência pela navegação européa. Buenos Aires engrandecêra-se; na America, todas as cidades, no decênio de 1890-1900, tinham visto multiplicar-se população

(149) Max Fleiuss, *História da Cidade do Rio de Janeiro*, p. 225, S. Paulo.

e riqueza. Apenas o Rio se arrastava, no profundo desânimo de suas estações mórbidas. Foi quando apareceu o medico de fibra heroica, armado, pelos estudos infatigáveis, no Instituto Pasteur e em Manguinhos, (fundado em 1899) de ciência e character necesarios para extinguir o flagélo (150). A ciência descobrira-lhe o remedio; não bastava. Era insuprivel qualidade a ténpera, (151) para resistir, pelejar, vencer, arriscando a vida entre uma população irritada, afim de doar-lhe o beneficio final, da saúde publica. Em tres anos — prometeu — expurgaria a cidade... (152).

O heroismo do progresso

Se Rodrigues Alves não fosse o animador inteligente das iniciativas que tornaram inolvidavel o seu quatrienio, sómente a solidariedade dispensada a Osvaldo Cruz e Passos — sustentando-os a despeito de tudo — faria honra a seu patriotismo, e lhe asseguraria um governo memoravel.

Desafiára Prudente a revolução, para pacificar; Campos Salles enfrentou a revolução, para organizar; Rodri-

(150) Phocion Serpa, *A vida gloriosa de Osvaldo Cruz*, p. 57, Rio 1937.

(151) Clementino Fraga, *Orações á Mocidade*, p. 77, Rio 1937.

(152) Ruy Barbosa, *Osvaldo Cruz*, discurso, p. 31, Rio 1917.

gues Alves desarmou a revolução, como veremos adiante, para edificar.

O Partido Republicano naqueles doze anos foi uma força propulsora e um espirito de ordem, a cuja influencia o regimen adquiriu um sentido construtivo e uma solidez inflexivel, suficientes para que a sua estrutura perdurasse através das crises sucessivas. Sem a firmeza de Prudente, Campo Salles não regeneraria o credito, e sem este, não remodelaria Rodrigues Alves a capital. Passára-se portanto da fase das experiencias cautelosas, dos equilibrios instaveis, para a das obras essenciaes, das soluções definitivas. Mesmo se passára do liberalismo economico de Murinho para a "valorização do café..." O resultado era positivo: não se desenvolveu, porém, em harmonia com os ideais politicos da propaganda, com a Republica, "os sonhos", de 89... Daí, periodico, o choque, que devia abalar, ano após ano, a arquitetura do regimen como o plasmára o Partido Republicano Paulista, nos três quadriênios de muitos fatos e escassa doutrina.

Em 1897, a revolta é de chefes, sem povo; em 1900, de contribuintes, sem multidão; em 1904, de povo, sem chefes.

A sedição da Escola Militar, em que perdeu a vida o general Travassos, e o vasto motim da "vacina obrigatória", serviram para desanuviar um horizonte longamente carregado e — como o sangue do marechal Bittencourt — cimentar o prestigio do Catete,

As duas sedições dramáticas e fracassadas emolduraram a figura de Rodrigues Alves num cenário de energias corretivas, de *civilismo* vertical: e deram a Osvaldo Cruz a evidencia de um triunfo trágico. Mas puderam interromper o predomínio da política instalada com o “Pacificador”.

O “minuto” de Pinheiro Machado foi em 1906.

Luz e força

O capital estrangeiro chega com atrazo e abundancia. Traz a electricidade das grandes usinas, a experiencia dos Estados Unidos, a visão da Cosmópolis. São influencias entrelaçadas: o governo, que abre os rumos, o engenheiro internacional, que desembarca com os seus planos de bom negocio, o banqueiro, que o acompanha...

Rodrigues Alves tivéra a fortuna de dirigir o Brasil na epoca em que a tração electrica desfigurava a vida mansa das cidades populosas. Sem os canadenses da “Light and Power” Pereira Passos não poderia, em 1906, iluminar as avenidas que traçára.

Déra-se a William Reid, em 1899, concessão municipal para instalar usinas electricas, geradas por força hydraulica, no Distrito Federal. Em 11 de Junho de 1904 organizou-se no Canadá a “The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited”, com o imenso capital de 19 milhões de libras. Alexandre Mackenzie adqui-

riu a William Reid (20 de Maio de 1905) a sua concessão, e a transferiu para a companhia canadense, no mesmo ano autorizada a funcionar na Republica. Construiu ela em Ribeirão das Lages (1905-1908) poderosa usina, capaz de fornecer a força reclamada pelas industrias e pelo trafego de carris urbanos do Rio de Janeiro durante varios anos (secundada, em 1913, pela usina da ilha dos Pombos). Iluminou a cidade, antes da saída de Rodrigues Alves. E tratou de unificar as linhas de "tramways" (1907), adquirindo todas as companhias que faziam esse serviço, dispersas ou decadentes emprêsas de "bondes" de tração animal, logo substituidas pelos "carros electricos" que dêram á fisionomia da capital o definitivo retóque moderno (153)..

O mesmo fenomeno de descentralização graças a esse transporte rápido engendra, no Rio e em S. Paulo, outra febre de negocios: os de terrenos. São os suburbios que se unem aos bairros velhos pelos trilhos de "bondes". Estes desafogam as areas centrais, que a valorização e o urbanismo destinaram ao comércio ou á moradia cara: e descobrem arrabaldes, que compensam a distancia com o pitorêso. O veículo electrico rompe a concentração da vida nas cidades densas, e realiza, no perimetro urbano,

(153) Noronha Santos, *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, I, 409, Rio 1934. E' interessante notar que Londres só teve "tramways" depois de Janeiro de 1905 (Gaston Cadoux, *Revue des Deux Mondes*, Abril 1906, p. 581). A eletrificação dos transportes começou em Paris em 1900 e em 1895 em Berlim.

o que faz a estrada de ferro nas zonas rurais: atraz da linha, que se distende, marcha o povoamento. Aqui, povoamento das cercanias saneadas de fresco, apenas arrebatadas ás emanações palustres dos brejais, ou esquecidas, até á vespera, no seu deserto de praias ensombradas de cajueiros...

As avenidas

As avenidas do Rio de Janeiro remodelado desdobram a vida social, que até aí se entalára, mais elegante e aparatosa por isso mesmo, na estreita rua do Ouvidor.

A avenida Beira-Mar dá ao carro uma importancia total: é o "corso", duas vezes por semana, que, em 1905, ao entardecer, podia juntar uma multidão curiosa e galante a observar o desfile preguiçoso das equipagens de luxo... O proprio Presidente Rodrigues Alves ia vê-lo, da esquina da rua Silveira Martins, deitando á praia do Flamengo (um caes provincial transformado em arteria suntuosa) os olhos satisfeitos, de quem vencêra... Ao "coupé" tirado por cavalos platinos ia suceder, em 1907, o automovel, em luta com o "tilbury" até 1909, quando dominou — com as suas máquinas fragorosas — o trafego urbano. Ha um som novo na cidade: "fon-fon" (titulo da revista ilustrada, fundada em 1907).

Vêm, pitorescos, desastrosos, os primeiros automóveis, em 1903. (154) Adaptam-se com dificuldade: sete em 1904, doze em 1905, 35 em 1906. Rio Branco comprou — em 1907 — uma poderosa “limousine” para o rei D. Carlos, esperado no ano seguinte.

O exemplo convenceu: o prefeito Passos compreendeu — com as suas pistas de asfalto — a era dos motores de explosão. A cidade colonial não previra as viaturas: foi preciso um século para se ajustar a elas, com as ruas cimentadas, corrigidos os traçados tortos. A nova cidade, porém, antecipou-se, graças ao “tramway”, ao grande automóvel “Benz”. Há, com isso, um descongestionamento dos bairros centrais, a inclusão, pela facilidade do transporte, de subúrbios amênos na economia, na expansão e nas preferências da metrópole, que se desata pelos vales adiante, e mesmo, procurando o Leme e Copacabana (distrito criado em 1915), rompêra o granito das montanhas... A sétima do mundo, em perímetro urbano!

As praias, devêras, não esvaziam a rua do Ouvidor: mas lhe abalam o prestígio. Gostam disto os literatos que fielmente se reúnem na livraria Garnier: têm mais tranquilidade para a palestra diária... Ferrero lá os viu, em 1907. Machado de Assis presidia sempre, com a sua doce autoridade, o grupo dos prosadores: Silvio Romero, Araripe, Coelho Neto, Graça Aranha, José Ve-

(154) Noronha Santos, *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, II, 85, Rio 1934.

rissimo, João Ribeiro, Oliveira Lima, Souza Bandeira, “tutta l’Academia brasiliana...” (155)

Mas a Avenida Central desloca o eixo mundano. O “Jornal do Comercio” transfere-se do sobrado da rua do Ouvidor para o palacio de cinco andares da esquina da Avenida: essa mudança valia uma indicação. Ganhando espaço — é certo — a cidade perdia o velho apuro fidalgo, apressava-se, vulgarizava-se, solicitada por influencias rudes e saudáveis — o “sport” —, por uma necessidade de movimento — o trafego dispersivo, por uma libertação vantajosa — descentralizando-se, com ímpeto...

A transformação fôra brusca e atordoante. “A vida entre nós... mudou — queixava-se Euclides da Cunha numa carta de Novembro de 1907. Ha um delirio de automoveis, de carros, de corsos, de banquetes, de recepções, de conferencias, que me perturba... Que saudades da antiga simplicidade brasileira!” (156). E hoteis de luxo? Faltavam os “Palaces”, os internacionais e fartos hoteis “turísticos” — e João do Rio, severamente, duvidava deles ainda em 1911, achando que ficariam vazios, sem hóspedes... (157). Construíram-se, apesar de tudo. Ao tempo em que era de bom tom a ceia no Pavilhão Mourisco (1906, 1912), e o Teatro Municipal arrebatava ao velho Lirico o esplendôr social das grandes noites...

(155) Ferreiro, *Fra i due mondi*, p. 19, Milano 1913.

(156) Venancio Filho, *Euclides da Cunha a seus amigos*, p. 196.

(157) João do Rio, *Os Dias passam*, Porto 1912.

A arquitetura

Que relação terá com o espirito publico a arquitetura moderna? O satírico Emilio de Menezes comparou, com amargura: Gente nova, casa da Avenida. Muita frente e pouco fundo... A arquitetura subsequente ás demolições de Passos foi de fachada, exteriorizando com imponencia uma presunção de cultura que começa sem exagêros, nos primeiros edificios, que os negociantes conservadôres acham suficientes com tres pavimentos e a armação de ferro, e avança, encorpando, florindo, crescendo, até copiar, nos mais recentes, o desenho esguio dos fura-céos americanos.

Arranha-céos... de seis andares: — pasmavam, em 1906, os cariocas, diante do prédio de Guinle & Cia.

E reputava-se um mimo a Avenida, com o belo edificio d'O Paiz (1904), o Monroe ao fundo, fechando, com a sua cupola classica, um horizonte de pequenas tórres de ardosa, o colonado de marmore da Caixa de Amortização, a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal tendo a um lado a cêrca das clarissas com o entulho do convento da Ajuda arreado (1912) pela mesma fúria arrazadôra, que fizêra o milagre...

A arquitetura de 1900 é, por toda parte, um falso-clássico sobrecarregado de enfeites que dão a medida da capacidade de ostentação, da ignorancia folgazã da socie-

dade que adorava idolos bem diferentes dos do principio do seculo XIX.

Enriquecia-se prodigiosamente; subvertêra-se a antiga hierarquia social; o dinheiro comprava tudo; pedia-se o vistoso, o deslumbrante, o "trompe-d'oeuil".

No Brasil, o segundo Reinado desprezára o colonial-português (tão ternamente conservado nas provincias portuguezas) e adotára o estilo Império, uma combinação de fórmulas, da França de Napoleão III e das casas solarengas da Virginia, um pouco das linhas inglesas da era victoriana, do "modernismo" da Terceira Republica, do *confôrto* cosmopolitá... Mantivêra comtudo, nos bairros socêgados do Rio, a aristocracia recatada das chácaras, o sobrado entre arvores, um jardim com estatuas de louça do Porto, duas heráldicas palmeiras guardando o portão sobre cujos pilares enroscavam a cauda lanceolada dous dragões da casa de Bragança.

O aumento da cidade sacrificou esses sitios de isolamento nobre.

As ruas novas rasgaram os parques majestosos. Os ornatos, que podiam lembrar a monarquia, foram substituidos pela moda da estrêla — uma estrêla de estuque, num vago escudo de platibanda. A austeridade das arcadas deu lugar a escadas e varandas de ferro, e imperou o "chalet" amaneirado, onde a arte de construir fugiu á rotina dos quarteirões sem fisionomia própria, sem traço particular, sem estética e sem idade certa... E' um pe-

riodo arquitetônico sem originalidade ou nacionalismo (158). Em S. Paulo, pelo menos, a predominância do capital estrangeiro bate o sêlo de suas fôrmas preferidas: e é a Europa mediterrânea que renasce, na “garôa” do planalto, com o tom uniforme do casario (tão alegremente matizado no Rio de Janeiro como em Lisbôa), a repetição de “motivos” célebres, a importação dos “modêlos” de Veneza e Florença... Na capital federal, a luta entre o comercio cauteloso e o progresso, que lhe impõe a prefeitura, faz brotar uma selva desigual de prédios mássicos, faceiros ou tôscos, imensos ou fanados, que denotam

(158) O caso da capital federal é um exemplo e um convite às grandes obras de embelezamento urbano, que as capitais dos Estados aceitam, consagram e imitam. Entre 1907 e 1914, quasi todas se transformaram, ao sabôr dos recursos dos banqueiros estrangeiros, de administrações municipais ativas e ousadas, de projéto magnificentes. S. Paulo, Manáos e Belem não copiam o Rio, porque o anteciparam. A Bahia passa pela sua reforma vasta, e ganha avenida asfaltada e novos bairros da “cidade baixa”, a partir de 1912. O sr. Júlio Brandão, prefeito, e o secretario geral, Arlindo Fragoso, são os dirigentes desse amplo programa de melhoramentos. A engenharia sanitaria de Saturnino de Brito (1908) provê a cidade de excelentes serviços de agua e esgotos. Esse notavel construtor hidraulico liberaliza a sua técnica, desde Piracicaba (1893), Belo Horizonte (1895), Vitoria (1896), outras cidades paulistas (96-97), Petropolis, Campos, até Santos e S. Paulo (1905), Rio Grande, Paraiba, Aracajú... (Vd. *Saturnino de Brito*, dados para um estudo, p. 6, Recife 1930). Perde Recife o seu velho traçado, os seus principais vestigios da cidade colonial, para resurgir, com as largas arterias, rica de edificios modernos, do tipo internacional que está em voga.

— em 1907 — a perplexidade d'uma civilização sem fórmulas definitivas.

As sugestões chegam da America do Norte, o arquiteto é europeu, o mestre de obra é nacional e o proprietario, em maior numero, português... Aquele tempo tambem as idéas flutuavam, imaturas ou variáveis, num regimen sem ressonancias espirituais; o materialismo "saint-simoniano" empolgava a sociedade muito ocupada em viver sem protestos inúteis a sua hora; e o signo do trabalho substituiu o das ilusões — das épocas fecundas de outr'ora...

Ramos de Azevedo e Ricardo Severo a este respeito encarnam — associados — as divergencias psicologicas de que resultaria a renovação artistica de 1922. Vindo da Belgica, apaixonado pelas audacias da construção de efeito, o primeiro dá a medida do seu temperamento no Teatro Municipal de S. Paulo, nesse bizarro pavilhão paulista da Exposição Nacional de 1908, no pinturesco Palacio das Industrias. O segundo, emigrado português de 1891, no fundo um tradicionalista, ousa, antes dos outros, falar em S. Paulo na conveniencia e na singeleza da casa histórica, do tipo colonial tão ingratamente esquecido (1911). Foram palavras proféticas. 1922 assinala a eclosão desse movimento de reivindicação arquitetônica que encontrou na Exposição do Centenario, no Rio de Janeiro, um propicio e largo campo experimental.

O NOVO BINÔMIO: CAFÉ E BORRACHA

O café e a borracha não sofreram com as lutas da “consolidação” do regimen. Beneficiaram-se sofregamente de duas consequencias dele: a depreciação do mil-réis e a animação do comércio. A zona sacrificada pela revolução era a pastoril e a hervateira. Obstruiu-se o porto do Rio e deixou-se franco o de Santos.

O norte ganhou, desenvolveu-se. A era da borracha prolonga, Amazonia dentro, a festa do “encilhamento”: interna-a, ruraliza-a, instalando em Manáos — indice desse esforço súbito — uma inquiéta e deliciosa metropole de riqueza.

A prosperidade do café põe nos alvoroços da economia paulista uma audacia construtiva que lhe ficará característica, como um traço fisionômico.

O açúcar mantém-se estável (159). O revéz político somou-se ao desânimo da aristocracia dos engenhos, desalojada pela usina. E o mercado dessa industria já não pôde ser a Europa, os Estados Unidos: é, acanhadamente, o Brasil só.

A *seringueira* tem o condão de desviar oportunamente o interesse economico do norte para aquele mundo inédito e húmido: sem isto, um desequilíbrio grave perturbaria muito tempo a distribuição do trabalho e das correntes povoadôras. Decerto os “retirantes”, os jôvens cheios de ardôr, os “flagelados” das terras sêcas, refluiriam para as ricas lavouras do sul e as cidades resplandecentes de progresso illusório. E a Amazonia ficaria perigosamente enjeitada, na sua selvagem imensidade... A gôma abriu-lhe as portas a uma invasão benefica. Os seus rios atraíram dezenas de milhares de seringueiros. Enquanto a capital federal sugava substanciais energias dos campos, no centro e no sul, a miragem amazônica absorvia lévas inumeras de desbravadôres. Os estrangeiros, desde o começo do seculo XIX cobiçosos do Amazonas, (160), já o encontraram ocupado. O Brasil cresceu. Ganhou um contôrno septentrional e uma densidade sertanêja que prometiam rasgar-lhe os horizontes

(159) Período de 1861-1889: o café representa 53,8%, o açúcar 11,1% e a borracha 5,4% da exportação brasileira. 1890-1821: café: 55,5%; borracha 16,4%; açúcar 3,4%.

(160) Vd. Fernando Saboia de Medeiros, *A Liberdade de navegação do Amazonas*, S. Paulo, 1938.

do “Dourado”: de repente, as próprias fronteiras lhe parecêram estreitas... Um sonho!

A expressão Paulista

A solidez da economia do café, em São Paulo, depois da crise de 1886, ficou demonstrada no temporal da abolição.

Houve, na safra de 1889, uma queda, de 600 mil sacas. No ano seguinte, a exportação paulista (2.874 mil sacas) ultrapassava a de 1887. O preço máximo (unidade de 10 quilos), fôra, em 1889, de 7\$810, e em 1890, de 9\$870.

Que melhor estímulo, para o prosseguimento daquela investida, sem precedentes na história das culturas novas — sempre para o oeste?

A alta é constante, até 1896.

Salta o preço, de 11\$600 em 1892, a 17\$400 em 1895: café vale ouro. Descem por isso para o porto de Santos, 3.686.084 sacas em 1891-92, e 4.007.380, em 1894-95.

Regorgita, no Estado, uma prosperidade que não descança em faustos inativos: irrompe, creadôra, em todas as formas de animação, de valorização da terra.

Estacionária nos outros países, a produção paulista, em trinta anos, subiu de um para dez (161).

(161) Discurso de Alcindo Guanabara, *Documentos Parlamentares, Valorização*, II, 69.

Enrico Ferri disse que a cultura do café é a obra mais notavel do genio agricola do mundo!

Surgem, como por encanto, cidades cheias de vida onde era, ha pouco, o deserto hostil. A grossa imigração estrangeira (um milhão de italianos n'um decenio!) leva por diante os obstaculos da geografia e dos pacatos costumes rurais. Soma ás energias dos nacionais, "yankees do Brasil", como lhes chamou Couty, a sua experiencia das industrias, o seu espirito poupado e organizador, que contribúe para corrigir a mentalidade dispersiva e magnificente do fazendeiro.

O jornalista Max Leclerc que em 1890 visitou Santa Veridiana, a grande fazenda de Antonio Prado, maravilhou-se com a sua organização impecavel e achou colonos que liam as «Cartas de Cicero». (162)

O complexo psicologico que é o "economismo" paulista — genio industrioso, audácia agricola, trepidação de iniciativas grandiosas, largueza de vista e gastos, em contraste com a ponderação lenta das populações que não se renovaram ao contacto dos alienigenas — fórma-se em virtude desse choque: a ayidez de trabalho do colôno, ás voltas com a pertinácia do desbravador nativo.

Este não permite a desnacionalização da gleba. Notou-o argutamente Roberto Simonsen: "Nessa grande invasão do territorio paulista pelos elementos estrangeiros,

(162) Afonso Taunay, artigo no "Jornal do Comercio", Rio, 22 de Janeiro de 1939.

que em dez anos elevaram sua população de cerca de 1 milhão de habitantes, é que se pôde devidamente aquilatar do valor do tipo social do fazendeiro, ao qual comumente se atribuía o defeito de excessivo mandonismo e sentimentos nativistas. De fáto, o fazendeiro era o senhor e chefe de uma organização produtôra latifundiária, e, como sóe acontecer com os pioneiros de terras novas, teria de possuir qualidades de energia e de capacidade creadôra postas continuamente á prova nos embates ininterruptos com a natureza. Foi o fazendeiro plasmado na evolução cafeicultôra do Brasil que pôde, porem, pelas suas qualidades, manter sempre firme o comando dessa multidão de invasôres, conservando o sentimento nacional dos novos núcleos que se abriram e facilitando, assim, a colonização e absorção desses elementos e seus descendentes" (163). Fortunas brilhantes atiram para a Europa as famílias ser-tanêjas, que voltam com largos projétos de transformação social, de melhoramentos soberbos. O papel desempenhado, em 1850 ou 60, pelo senhor de engenho, cujos filhos frequentavam as universidades alemães, é preenchido, em 1890 ou 95, pelo fazendeiro de café, que concorre, em Paris, com o "estancieiro" platino, com o "cauchero" do Amazonas, nas prodigalidades célebres. Eduardo Prado e Santos Dumont são expoentes dessa geração elegante, ambiciosa e reluzente de filhos de fazendeiros, que comovem a Europa com a sua inteligência e a sua originalidade.

(163) R. Simonsen, *Aspectos da História economica do café*, tése apresentada ao 3.º Congr. de Hist., 1938.

O sibaritismo de Eduardo Prado inspirou a *Eça de Queiroz* o complicado Jacinto, dono das mais difíceis utilidades da moderna mecânica. “As reformas que Jacinto introduz em Tormes são as mesmas que Eduardo Prado introduziu na fazenda do *Brejão*, em São Paulo, com grande escândalo dos fazendeiros vizinhos, habituados á rotina e inacessíveis á idéa de associar os trabalhadores aos benefícios da produção” (164). Os requintes da remota fazenda do município de Casa Branca — para onde o nobre “latifundiario” transferira as suas comodidades de Paris — espevitára a fantasia do mais civilizado novelista do seu tempo... *Brejão* é uma proeza de espirito: do espirito paulista que traz a Europa para os cafezais. Com o seu conforto e os seus maquinismos, lembrou Santos Dumont (165). É um protesto amavel: o sertão, desdenhando o mar, a embeber-se do estrangeirismo que ha alem dele... Assim fizeram os senhores de engenho no reconcavo, ao começar o seculo XIX, e os fazendeiros fluminenses á beira do Paraíba, pelo meiado do seculo que acabou tão mal para ambos...

Em 1887, é em Campinas que Alberto Salles publica “*Patria Paulista*”. Federalismo ultra-americano: a mentalidade peculiar ao torrão mais enriquecido e avançado, California das bagas do “tipo Santos”...

(164) Vianna Moog, *Eça de Queiroz e o Século XIX*, p. 337, Porto Alegre, 1938.

(165) Santos Dumont, *Os meus balões*, trad. de Miranda Bastos, p. 49, Rio 1938.

Santos Dumont empregou soberbamente as rendas pingues: experimentando as máquinas de voar que, em 1903, lhe déram fama universal. Hauriu, nos cafezais pátrios, a abastança que applicou á descoberta do aeroplano; o que parecia extravagancia de jóven milionário (os parisienses diriam, adoráveis loucuras de americano pródigo) foi o invento que revolucionou os destinos humanos... (166).

A prosperidade na "terra roxa" revérte, em 1890, para uma série de obras formidaveis, que dão ao resto do país tipos definitivos de civilização material. A remodelação da capital do Estado — precedendo de doze anos á do Rio de Janeiro — mostrou primeiramente ao Brasil o que era, e podia ser uma *cosmopolis*, com o seu viaduto de ferro, as ruas retificadas, os atoladiços transformados em parques, altos prédios dominando varzeas ajardinadas, outr'ora paúes repulsivos, um conjunto estético, á européa, de cidade de estilo contemporâneo.

Sem o café, tardaria a S. Paulo Railway; sem esta, viria muito mais tarde o porto de Santos; sem os tres fatôres reunidos, o phenomeno urbâno de São Paulo — destinado a incluir-se entre as maravilhas do mundo atual,

(166) Antonio de Lacerda, o admiravel construtor do Elevador da Bahia, 1869-72, é um produto da sociedade enriquecida pelo açucar, que podia mandar os rapazes, em 1850, á Suissa e aos Estados Unidos. Santos Dumont é um expoente da sociedade cafézista: teve a gloria de corporificar o sonho de um paulista do século XVIII, Bartolomeu Lourenço, o Voador.

a par do que sucedê na America do Norte — não poderia produzir-se.

A raiz desse esforço gigantesco prende-se á *terra rôxa*, penetra o âmago do planalto, alcança-lhe as balisas fluviais; mas, nos seus primôres, na feição nova, na sua paizagem de chaminés de fábricas, no seu tumulto de comércio exuberante, na sua ressonancia universal, distinguimos a aliança do imigrante, o concurso fôrte do advena. Amarra-o ao Brasil sub-tropical, além do clima propicio, a dupla sedução dos seus problemas: aquella agricultura vantajosa, e toças as industrias, que estão por ser creadas. O capital estrangeiro é mínimo: o braço estrangeiro, poderoso. Ele não faz senão semear nos sulcos abertos pelos pioneiros paulistas: mas é hôa e oportuna a semente. Em 1883, seja cinco anos antes da temporada imigrantista, reparava Couty que a produção paulista era igual a quasi o total das demais provincias. Referia-se com optimismo ás industrias nascentes e pasmava: 1.500 kilometros de estradas de ferro em dez anos! (167). Daí o prodigio.

Indole e rumos do café

A estrada de ferro entra com o café, e sabe encontrá-lo. Progridem juntos, os trilhos e a plantação. O traçado ferro-viario impele a “onda verde” por sobre

(167) Couty, *Étude de biologie industrielle sur le Café*, p. 129, Rio 1883.

o dórso das serras, espraia-o, numa área crescentemente devastada, no rumo daquela penetração econômica e sistemática. Transforma a grande fazenda em tributária do transporte metódico. Basta a sua vizinhança para que fumégue a mata, no incendio creador: creador das ribanceiras de café, sobre cujos detritos encizeirados repontam os brótos ricos.

De começo, a lavoura puxou o progresso; agora é este que a desenvolve e intérna. Distribúe-se por zonas de linhas férreas: a Central indica o itinerario velho, do café que entrou, lento e avassalador, da provincia do Rio para os campos de Taubaté. Campinas foi o centro de sua irradiação paulista: por isso a Mogiana o levou para Ribeirão Preto, capital sertaneja do café, como fôra outr'ora Sorocaba dos gados do sul. A Paulista carregou-o para Rincão e Itirapina. Seguiram-se a Araraquense e a alta-Paulista. A Noroeste arrancou-o de Baurú para o Mato Grosso, por Pirajuhy, e a Sorocabana, de S. Paulo para os barrancos do Paraná... Terras de distinta opulencia. A privilegiada Mogiana, do melhor café possível; mais recentes e rendosas, as da alta-Paulista, "terra rôxa" ao longo da Sorocabana... E os sinais, nessa corrida civilizadôra, da ocupação destrutiva do solo. O enfraquecimento dêle, nas regiões exploradas. O declinio da produção e a marcha do café — queimando matas, trasmontando divisôres d'agua. Aquem dos núcleos atuais de prosperidade, a fisionomia decrépita das plantações em agonia. Adiante, o quadro estupendo das

colheitas de 300 arrôbas por mil pés. A riqueza devóra o chão acidentado. Atraz do “ouro verde” vem a erosão. Alternam-se os espigões sêcos e erosados e as baixadas férteis. Pelas encostas sem sombra enfileiram-se, geométricos, os cafezais. As chuvas arrebatam o humus das curvas de nível para os vales, e aí a pequena agricultura retém o colono, enquanto o plantador ambicioso se desloca, para os horizontes nówos. Por isso o café, varando o Estado, já lhe fôge pelas fronteiras, invadindo o Paraná, Minas Gerais, Goiaz. Não se deterá nas vizinhanças. Entrou, e sáe. E’ o cultivo móvel, o trabalho andêjo e impetuoso, no qual se misturam — razão do fenômeno social e agrícola do café — tendencias indigenas, psicologia européa, sentimento aristocratico, adaptação ás condições naturais. Do indio sumido é a primeira luta com a paisagem, o fôgo e a pósse intempestiva, o genio nómade dessa ocupação brusca. Do europeu é o negocio graúdo, o emprêgo dos capitais volumosos que devem voltar, em tresdôbro, com a segunda ou terceira safra. Da antiga aristocracia territorial o gôsto do “latifundium”, que vincula ao solo o homem rural contente do seu exito, absorvido por ele. E corresponde á alma brasileira, no conjunto de circunstancias que fazem do café aventura, risco, imprevidencia, vitória, recuperação, prosequimento. O gado na colonia, o algodão no nordéste, os canaviais em S. Paulo antes do surto cafeeiro, tiveram essa indole de penetração, de deslocamento, de conquista...

Antigamente o bandeirante, devassando os sertões, deixava no seu caminho fazendas de criar. Hoje, a via

ferrea semeia cidades. O plantador não entra sózinho. Segue-o o comércio. O crédito procura-o. A especulação, o povoamento, a eletricidade, a engenharia urbanista, a capacidade construtiva d'uma sociedade que se esméra em improvizações fixadôras, rastreiam-lhe os passos. A primitiva importação de muares do pampa consolidára, ao comprido das estradas, os pousos, que, um seculo depois, se chamaram vilas. O "rush" do café fez surgir povoados que em cinco anos se transmudaram em cidades, com o seu banco, a sua cathedral, a sua usina hidro-eletrica, o seu mercado, a sua praça de jardim e corêto, o cinema, o "omnibus", o hospital, o "club" e a escola grande. . .

O café transita, anda, derruba as florestas do oéste: mas essas pompas, que viéram com ele, não desaparecerão. Porque nas terras fatigadas branquejaram (depois de 1920) os algodoads. As cidades recentes industrializam-se. A policultura, em que se especializa o braço imigrante, descobre outras raizes de valôr (168). A imensidade subdivide-se. A colonização paciente substitue a ocupação transitória e isolada. A coletividade sem prêssa, e que fica, sucede ao individuo precipitado, e que passa. A monocultura puxa, sempre para mais longe, as pontas dos trilhos, enquanto o trabalho intensivo aprofunda, nas terras por onde o café estradeou, uma prosperidade complexa, sólida e múltipla.

(168) Vd. Comte Carton de Wiart, *Mes Vacances au Brésil*, p. 133, Paris 1928.

O café é o sertanista.

Bem o compreendêmos no clima histórico de Fernão Dias Paes Leme.

Industrialismo

Ruy Barbosa fizera da industria uma “questão politica” (169).

Considerára que Republica e industrialismo são expressões correlatas. Tivéra em vista emancipar o país das excessivas importações, que lhe drenavam o ouro, dar ás populações urbanas, sempre crescentes, trabalho rendoso, enriquecer com ele a terra ,atrazada na sua rotina agricola...

Foi essa mentalidade “ultra-protecionista” que creou um industrialismo exigente, concentrado (170).

A tarifa de Ruy (11 de Outubro de 1890), francamente protecionista, 45% a 60% sobre trezentos artigos, aumentou logo a receita aduaneira (117 mil contos em 1890, 301 mil em 1893), propiciou a fundação de muitas fábricas, estimuladas, seguidamente, pela tarifa de 1898-1900, pelo advento de capitais estrangeiros á procura do

(169) Affonso Bandeira de Mello, *Politica Commercial do Brasil*, p. 87, Rio 1933.

(170) Mattos Faro, *Congresso Brasileiro de Expansão Economica*, p. 158, Rio 1906.

bom negócio, pela instalação de colonos práticos nessas atividades. A indústria da fiação disseminou-se pelo país. Foi seu patriarca em Minas Gerais Bernardo Mascarenhas. É o Mauá da tecelagem. Teve o mérito de instalar teares que pessoalmente foi comprar aos Estados Unidos na longínqua fazenda do Cedro (origem, em 1883, da primeira sociedade anônima) e introduziu em Juiz de Fora a indústria hidro-elétrica, em 1889.

A cidade de Campos viu primeiro uma usina termo-elétrica e iluminação pública por esse sistema. Mascarenhas, porém, dotou Juiz de Fora (por isso, depois, a Manchester brasileira) com a eletricidade que seria força e nervo da civilização nova.

5 de Setembro de 89 é uma efemeride notável: a iluminação de querosene cedeu à lâmpada incandescente na cidade animada d'um progresso ambicioso. Completa-se, em 1898, com a inauguração, na fábrica de tecidos que Bernardo Mascarenhas ali fundára, do primeiro motor elétrico para a movimentação de suas máquinas (171). Era a passagem, afinal, da época dos combustíveis para a dos contactos, da indústria velha para as energias ultra-potentes... O que fizera Mauá com a estrada de ferro e o gaz, fez o fabricante mineiro com o dínamo e os alternadores de Westinghouse. O capital estrangeiro realizaria em grande, no Rio de Janeiro e em S. Paulo, o que

(171) Albino Esteves, *Bernardo Mascarenhas, estudo biográfico*, Juiz de Fora 1938.

em proporções modestas, porém n'um exemplo decisivo, tentára com heroísmo o pioneiro nacional. Em Minas havia 13 fábricas em 1885, 60 em 1915...

Mas em São Paulo se centralizou um parque industrial complexo e florescente, logo o mais importante da America do Sul. Explicam-no o concurso alienígena, a abundancia de dinheiro com a prosperidade do café, o transporte fácil da S. Paulo Railway, o sentido próprio da economia paulista (de iniciativas audazes, em articulação com o espirito construtivo inerente ao ciclo do café) em contraste com o "conservantismo" peculiar á zona do açúcar, a dispersão implícita na industria extrativa da borracha, nas atividades pastorís do sul e do oeste...

1898 é uma data ilustre na historia economica do Brasil. A exportação ultrapassa a importação. Terde esta a restringir-se; aquela, a avolumar-se.

Imigração

No decênio (1890-1900) a população brasileira, em S. Paulo, aumentára de 33%, enquanto a estrangeira se acrescêra de 605%! "De modo que, em 1900, os estrangeiros figuravam com 231 por mil habitantes e os nacionais se reduziam a 768 por mil, isto é, quasi 200 menos do que se verifica em 1890" (172). Em 1900 vivem no

(172) T. de Souza Lobo, *S. Paulo na Federação*, p. 191, S. Paulo 1924.

Brasil 1.500.000 italianos (173). Surgiu dessa colaboração “uno Stato fiorentino e una splendida città, come San Paolo” (174).

Entre 1817 e 1920, entraram no país 2.900.000 imigrantes. A década suprema da colonização foi a de 1887-97: 1.300.000 indivíduos incorporaram-se então ao nosso povo (175).

Os destinos da imigração cindiram-se, com a concentração econômica de S. Paulo e a dispersão agrícola dos Estados do sul. Nestes, a coexistência entre velhas e novas formas de trabalho não altera de súbito a fisionomia social da província. A absorção dos colonos pelo meio nacional é menos visível, porém intuitiva e gradual: a pequena propriedade, o método brasileiro de exploração do solo, a influência da terra sobre as famílias isoladas, em três gerações extinguem o alienígena (176). Em certas zonas transformam-no em “caboclo”: igual nos hábitos, na vida, na rotina, ao “caipira”, menos nos cabelos **loiros** e na face nórdica... O Brasil reage esmagadora-

(173) Maurice Baumont, *L'Essor industriel et l'imperialisme colonial*, p. 286, Paris 1937. A estatística indica: 1.400.000 italianos, 1.050.000 portugueses, 500.000 espanhóis... Também B. King e T. Okey, *L'Italia d'oggi*, p. 490, Bari 1910.

(174) Guglielmo Ferrero, *Fra i due mondi*, p. 111, Milano 1913.

(175) Carlos Martins, *Uma política de imigração*, p. 122, Rio 1929.

(176) Essa assimilação do estrangeiro não justificou o que v. g., diz Maurice Lair, *L'Impérialisme allemand*, p. 266, Paris 1914.

mente sobre o trabalhador estrangeiro onde ele não se junta para opôr-lhe, no cultivo da lingua de origem e das tradições européas, o espirito inassimilavel. O episodio dos "muckers", de S. Leopoldo (1874), fanáticos alemães capazes da mesma insânia coletiva dos "monges" de Canudos e do Contestado, próva que a selva facilmente aniquila a educação religiosa e a alma ancestral dos homens da Europa (177). Reunidos em "colonias", porém, domaram, venceram a selva, estendendo as culturas da região serrana do Rio Grande (diferenciação agricola desse Estado, cujas cochilhas permaneciam entregues ao tradicional pastoreio gaúcho), as industrias e lavouras de Santa Catarina e do Paraná.

Em S. Paulo, o café era substancialmente unificador. Significava a grande propriedade, condensação rural, urbanização, industrias e comércio nutridos pela prosperidade velóz, desse ciclo de trabalho intensivo, absorvente, integrativo. O processo de aglutinação étnica foi violento, definitivo.

Os portos

Os primeiros portos modernos do Brasil — Santos, Manáos e Belem — foram construidos graças ao café e á borracha.

(177) vd. P. Ambrosio Schupp S. J., *Os Muckers*, p. 31, Porto Alegre 1901.

Bastaria este fáto para marcar a significação nacional das duas culturas devoradôras de deserto, responsáveis pelo internamento da colonização.

O porto de Santos foi obtido, em concessão, em 1888, (178) pela empresa que devia — com os seus capitais e corajosa iniciativa — aparelha-lo rapidamente, para, em 1895, corresponder ao impetuoso surto de progresso de São Paulo: Candido Gaffrée e Eduardo Guinle são os incançaveis directôres desse empreendimento gigantesco e típico. A S. Paulo Railway (com os 2.500.000 esterlinos de capital inglês) e a Companhia Docas de Santos dão ao café — retardado outr'ora por um transporte trópego — a velocidade dos escoamentos mecânicos, immediatos. Cooperam com a super-produção. Oferecida á concorrência em 1899 a construção do porto flutuante de Manãos, alcançou-a a firma B. Rymkiewicks & Cia., que incorporou em Londres a Manãos Harbour Ltd., cujas obras, orçadas primeiramente em 19.450 contos, começaram em 1902. A borracha — com as taxas de exploração, os serviços de cães — pagaria magnificamente esse auxilio estrangeiro, de ouro e engenharia ingleses. O porto de Belém do Pará, entregue tambem a concorrência, só foi concedido em 1906, ao engenheiro Percival Faquhar, que organizou companhia em Londres, á qual foi o contrato transferido (Decreto de 28 de Fevereiro de 1907, capital de 30.942 contos). O primeiro trecho

(178) Helio Lobo, *Docas de Santos, suas origens etc.*, Rio 1936,

de cáes foi inaugurado em 12 de Outubro de 1909 (179) Ainda a borracha...

As demais docas tiveram de ser feitas por administração ou contrato, nos termos da lei de 1902, que criou a taxa de 2% ouro e uma Caixa especial, para o financiamento dos trabalhos. Surgiu assim o porto do Rio de Janeiro (1903-1910).

Ouro negro

O preço crescente do “cauchú”, a facilidade de deslocamento da população nordestina (em seguida á sêca de 1879), o acêso desimpedido da Amazonia, pelo grande rio aberto á navegação internacional, alardearam a maravilha, criaram a mística do “ouro nêgro”, inventaram a “civilização da gôma elastica”, réplica ao “rush” das minas, dos diamantes, do café, que tinham sido analogos ciclos de invasão sertanêja.

O cearense, que acóde ao Solimões, não sabe o que acontece nos centros industriais do mundo: as novas aplicações da borracha, a intervenção dela em mil utilidades, depois do sistêma de vulcanização, de Goodyear... Vê a cotação subir, a despeito do aumento rápido de produção, do afluxo de seringueiros.

De 2\$400, em 1880, o quilo, elevara-se a 3\$ em 1890

(179) Ministerio da Viação — *Portos do Brasil* — (Suplemento ao Relatório do Ministro), p. 6, Rio 1912.

(e a massa exportada, de 8.679 toneladas a 16.334). Em 1900, o quilo andava por 7\$.

Um trabalhador fazia, de renda individual, numa colheita, 4 contos (180). Dezenas de milhares investiram o Amazonas (60 mil em dez anos, 1887) (181) subiram-lhe os afluentes, entraram, em tropel os seringueiros, instalaram-se nessas florestas, com o “barracão”, o armazem de gêneros, a “montaria” á beira d’agua, o “rifle” para a caça e — como capital verdadeiro — a coragem.

O dono do seringal é o aventureiro que primeiro chega: agréga os adventícios, que toma a seu serviço por um contrato de parceria. Esse acôrdo, para a comun exploração da mata, é atroz e enleiante. E’ um instrumento de servidão. Porque o “coronel do barranco” (182) enlaça o seringueiro em obrigações inestrinçaveis, adiantando, com usura, o “aviamento” do trabalho. Vende-lhe, por preços inclementes, a carabina, o tecido, a munição, o sal, o querozenc. Criva-o preliminarmente de dividas: o homem não o deixará sem as pagar. Fixa-o ao ávido pesquisador de riqueza — pela miséria. Vende, com lucros mirificos, a mercadoria extraída, e — com a

(180) Miguel Calmon, *Valorização da Borracha*, Parecer na Camara, in Boletim da Diretoria da Agricultura, Bahia, 1907.

(181) Euclides da Cunha, *Contrastes e Confrontos*, p. 230.

(182) Vianna Moog, *O ciclo do Ouro Negro*, p. 38, Porto Alegre 1936,

mesma simplicidade do ganho, dispersa e dissipa a fortuna, todas as safras renovada.

Manáos torna-se, em 1890, no coração da selva equatorial, a mais de novecentas milhas do Atlantico, numa latitude que se diria imprópria para a civilização, uma cidade cosmopolita, que recebe de Londres e Nova York, de Lisbôa e Liverpool, de Hamburgo e do Havre, nos cargueiros inglêses e alemães, uma apressada civilização exportável. Antes do Rio de Janeiro, que fica mais longe, que a febre amarela corvêja, nos verões fatais aos europeus, que, em breve, a revolta da esquadra fêcha aos barcos estrangeiros — Manáos obtem as amostras do ultimo progresso, os requintes mais vistosos (os ricaços da borracha amam as exterioridades multicôres), os pequenos milagres da industria americana, do “confort”, da arte moderna de ferro e estuque da Exposição de Paris de 1889, do Palacio de Cristal de Londres, dos edificios altos de Chicago. Conhece o bonde electrico, o “casino” e o “cabaret” boêmios, as casas de modas esfuziantes de “novidades”, fabricas de gêlo, logo as dôcas, um teatro admiravel, que custou 400 mil libras, digno da fantasia do maharajá no seu reino barbaro e farto, arquitetura invejavel, todos os ademanes da metropole nova, construida pelo governador Eduardo Ribeiro (183) (1892-96)... Afonso Penna, em 1907, na sua visita a Manáos, definiu-a, com ênfase: “revelação da Republica”.

(183) Arthur Cesar Ferreira Reis, *História do Amazonas*, p. 260.

Essa prosperidade comunicou-se ao porto de Belem (184), povoou o vale. Refletiu nas fronteiras. Fez valer a posse brasileira sobre o territorio do Acre, cujos direitos — á iminencia de uma guerra, conduzida destemidamente pelos vanguardeiros da borracha, com o auxilio do governo, sem ele e até contra ele, se lhes faltasse — (revolta de Placido de Castro, 14 de Julho de 1899) cedeu a Bolivia, pelo tratado de Petropolis, de 1903.

Em 1874 havia no Amazonas 15 a 16 mil mateiros: era o deserto cósmico. Em 1910, o seu numero passaria de 200 mil. A população do Estado, de 14 mil individuos em 1890, em 1900 subira a 250 mil (185). A vida no recésso daquelas selvas haveria de lembrar a das jazidas de ouro de Minas Gerais e Mato Grosso, no seculo XVIII. Brutalidade, justiça sumária, feudalismo economico, vitória do mais forte, a floresta primitiva, domada pelo homem primitivo. Este — observou Raymundo Moraes — é bem diferente no baixo e no alto Amazonas. (186). Acolá, prepondera o “tapuia” moroso e calmo: é o descendente do indigena de costumes brandos, facilmente catequizado, incluido sem violencia no comércio dos civilizados. Mas

(184) “Nunca S. Paulo e o Rio terão as suas avenidas monumentais, largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de arvores enormes”. F. Venancio, *Euclides da Cunha a seus amigos*, carta de 1904, p. 141. E de Manaós: “grande cidade estriitamente comercial...”

(185) *Recenseamento de 1920*, I, 437, Rio 1922.

(186) Raymundo Moraes, *Anfiteatro Amazônico*, p. 63, S. Paulo 1936.

na zona da “hevea” subsiste o colono vigoroso, o cearense de músculos de aço, o “caboclo” atlético ou sagaz, ágil, bravo, perseverante, que penetra sózinho, com o seu “rifle” e a “passóca” do farnel, varando os igapós, pela espessura da mata, rastreando os seringais, numa luta perene contra os bichos graúdos — que abate a tiro — e os minúsculos, que acabam por abatê-lo... Resiste principalmente ao impaludismo.

O drama amazônico é doloroso e titânico, no seu aspecto biológico. O “inferno vêrde” (qualificação melancólica de Alberto Rangel, acentuada pelas paisagens lígubres de Euclides) repele o homem, com as suas exalações letais, depois de atraí-lo com a sua infinda rêde fluvial. A terra foi desbravada antes de tempo — conjecturou Euclides da Cunha. Bates adivinhou aí a luta das espécies que Darwin esquematizou, e aí situou Wells a fauna dos ictiosauros: o pavoroso e belo cenário da creatura inicial! Teoricamente inviolável, abriu-o a tenacidade do nordestino á civilização tentada, comprada pelo abundante dinheiro da borracha. Em 1904, Euclides profetisou-lhe um destino independente: despegar-se-ia do Brasil, tal um mundo, de uma nebulosa... (187)

Viria, após o delírio, a desilusão de crise vasta.

Em 1875 o inglês Wickham, que morava em Santarém, cumpriu ordens de seu governo para enviar-lhe 70 mil sementes, dos seringais do Tapajós. (188). Essas

(187) *Contrastes e Confrontos*, p. 23.

(188) Também Raul de Azevedo, *Meu livro de saudades*, p. 269, Rio 1938,

mudas géramam as plantações de Ceylão. (189). O trabalho sistemático venceu devagar a aventura dispersiva. Quando no Amazonas se julgava estável a prosperidade, (a exportação da borracha, de 1901-1912, elevou-se a 2.736.660 contos, menos apenas 545.565 contos do que, em igual período, a de café paulista) (190) a India se preparava para dominar o mercado da borracha, exatamente como o Brasil, em 1860, dominára o do café. Era a resposta do Oriente, que perdêra a batalha da rubiacea e — em condições esmagadoras — iniciava a do “cautchú”.

Verdade, Silverio Nery, governador bemfazejo, contratara a construção do porto e forçara o beneficiamento da borracha em Manáos. Não bastava.

Em 1906, uma voz autorizada se ergueu no Congresso Nacional, para prognosticar a ruina próxima da Amazonia. Miguel Calmon, recentemente chegado do Oriente onde fôra estudar as lavouras de Java e Samatra, tendo em vista as da Bahia, opondo-se á valorização do café salientou por igual o perigo que corria a borracha, se logo não lhe acudissem. Palavras proféticas: em 1910 (quando o preço do quilo da seringa alcançou 11\$, seu limite maximo) um como fragôr de catastrophe sacudiu aquela flutuante sociedade (191) que simbolizava no teatro, no Palacio da Justiça de Manáos a magnificencia impreviden-

(189) Vd. John Ferguson, *Ceylon in 1903*, p. 152, Colombo 1903.

(190) T. de Souza Lobo, *São Paulo na Federação*, p. 224.

(191) Pinto Pessôa, *Selva Selvagem*; p. 201, Rio 1923.

te. (192) Luxo, prodigalidade, esplendôr de fachada, imprudencia aurea e prazenteira, a vespervas d'uma falencia global, sem precedentes... (193) Em 1905, a produção de borracha cultivada era de 150 toneladas, em relação a 62 mil, da silvestre. Dez anos depois, a daquela procedencia pesava 107 mil toneladas, para 40.800 do produto nativo, que, em 1925, se reduzia a 30 mil, enquanto os seringais do Levante forneciam ao mundo 452 mil toneladas! (194) A exportação amazonica, de 376.971 contos, em 1910, cae a 58.350, em 1920.

Os ciclos economicos, é certo, torcem-se em espirais... A vez do Oriente chegaria: superprodução, preços artificiais ou forçados, desordem de circulação e politica tambem, de defêsa e direção. O monopolio malaiobritânico surgiu com o plano Stevenson, (talvez inspirado na experiencia brasileira do café), que protegia a borracha, naturalmente contra o principal freguez, a America do Norte. Os que tinham preferido a goma asiatica agora se indignavam com a sua valorização: e lembraram-se da Amazonia empobrecida. A proeza de Henry Ford tem, para nós, em 1924-26, um aspecto de reparação inconsciente e fortuita: vitima da "técnica", resurge a Amazonia como uma condição de reequilibrio universal. As vastas

(192) Saladino de Gusmão, *Riquezas e Segredos da Amazônia*, p. 95, Rio 1932.

(193) Vd. Miguel Calmon, *Fatos Economicos*, Rio 1913; Arthur Neiva, *Daqui e de longe...*, p. 119, S. Paulo.

(194) Mario Duprat Pinto, *Anuario do Ministerio da Agricultura*, 1930, p. 123.

plantações americanas da *concessão* Ford do Pará afiguraram-se a muitos uma solução particular do problema da materia prima: é a descoberta, por uma empresa, das terras onde a produção é autêntica e barata. De fato, é o restabelecimento das condições normais do mercado pela reação contra os planos "altistas". É a resposta da America á India. É, d'alguma maneira, um "monroismo" agrícola. Não se repetirão as "californias" de 1890: porque passou o delirio. Mas se confirma ainda aí a verdade, de que, no Brasil, á febre das explorações intensivas se segue sempre um desanimo largo, espécie de hibernação de energias esgotadas, que afinal despertam, mais calmas, experientes, provadas pelas desilusões, fiéis ao solo... Ouro, algodão, café, borracha...

Café e cacao na Bahia

O preço alto do café, na década de 80, estimulou as plantações da Bahia, que, entre 1890 e 98, aparece dividida entre duas vivas solicitações agrícolas: o café da linha Nazareth e o cacáo do rio Pardo e Ilhéos.

Em pouco tempo vilas prósperas repontam na região da mata. A estrada de ferro atinge Santo Antonio de Jesus e procura São Miguel e Amargosa. Do vale do Paraguassú, por outro lado, alcança Tapéra. Por ambas as linhas desce uma produção crescente, sóbe e infiltra-se uma civilização tentacular. Póde sintetizar esse momento histórico, nas suas colinas fertéis, Amargosa. Freguezia em

1855, arraial tôsco, em 1872, vila em 1877, cidade em 1891, foi, pelo seu activo commercio, pela sua copiosa exportação, apelidada de "São Paulo da Bahia". Em bôa parte esse esforço construtivo se deve á visão economica de um negociante que, a par do seu estabelecimento, compativel com um grande meio (tem o pretencioso nome de "Paris na America") estende os cafezais, aprimora o produto, tenta a colonização italiana, (195) supre a deficiencia do dinheiro circulante com os seus "vales", melhor aceitos do que o papel-moêda, raro e fugidio. Seu exemplo faz honra a uma geração! Não fôra a traçoieira alta cambial de 98, que feriu inesperadamente a prosperidade do café, e fábricas, escôlas, melhoramentos urbanos, assinalariam ali um progresso estável e irradiante. A partir de 1898 a Bahia se desclassifica, na produção cafeeira: é a oportunidade do cacáo.

Como o café e a borracha, o cacáo (do sul da Bahia) é um fatôr de economia universal: o desdobramento das plantações (estacionárias até 1884) repercute como outra revelação tropical, nas bolsas de Hamburgo, Londres, Nova York (aberta em 1925) (196). Os inglêses intentam realizar, na Costa do Ouro, façanha simétrica á do "cauchú" de Ceylão (1879) (197). Têm crédito, transporte, clima

(195) Raphael P. de Miranda, *Cultura do Café na Bahia*, p. 47, Bahia.

(196) *Boletim do Ministerio da Agricultura*, I, 104, Rio 1926.

(197) Torres Filho, *Expansão Economica do Brasil*, p. 309, Rio 1935.

propício e — vantagem de que não dispuzeram os holandeses em Java — braços sobejantes. Pódem presentemente dispôr de um milhão de trabalhadores numa área agrícola de 500 mil hectares, razão por que, com o triplo da produção, conquistaram o primeiro lugar no comércio mundial de cacáo. Em numeros relativos, porem, o coeficiente brasileiro, é mais expressivo. Num decenio afinal (1926-36), o aumento da produção anglo-africana seria de 16%, e o da Bahia, 103%. (198)

Filia-se o movimento de colonização do sul da Bahia á crise das Lavras Diamantinas, depois da quéda dos preços das pedras preciosas, em 1870. Reproduz-se o fenómeno das migrações internas, persistente em todas as épocas da nossa história.

Em 1884 delinea-se a pênnetração. Em 1887 a exportação é quatro vezes superior á de um decenio antes. Surge a Bahia côm o virtual monopólio da amendoa do país. Em 1890, o Brasil remete 5 mil toneladas; em 1897, 7.632. Tres anos mais tarde — o dobro. Em 1905 (em quadra de depressão económica, quando o valor da borraça supera o do café de Santos) o cacáo do Brasil pesa 17.152 toneladas. São 25.142 em 1910; e em 1914 — ao limiar da Guerra — 36.679 (20.838 contos de réis, em contraste com os 7.967, da exportação de 1897) (199).

(198) Ignacio Tosta Filho, *Restabelecendo a verdade sobre o cacau brasileiro*, p. 12, Bahia 1936.

(199) Mario Ferreira Barbosa, *Anuário Estatístico do Estado da Bahia para o ano de 1924*, Bahia 1925.

Como se organiza essa riqueza? De começo, é a invasão, o tumulto, o “far west”. Antigos proprietários recuam diante da audacia, da esperteza e do crime do adventício. Tomam as terras bem e mal, na surpresa dos esbulhos ou na astúcia do “cachiche”, termo que designa o “grileiro” (como em S. Paulo se diz), o especulador do que não possui, o embusteiro que explora a ignorância do sitiante, que rouba o dono legítimo ou engana o forasteiro, mas, apesar de tudo, na febre da ocupação, um agente de cultura... A ordem vem com tempo e vem sem pressão. A sociedade á roda de Ilhéos em 1890 vive a sua época heroica, como o garimpeiro de Mucugê em 1844, como o “emboaba” das Gerais em 1700, como o faiscador de Garças, no Mato Grosso, vinte anos depois. Policiamento, direito, tranquilidade, cristalizam-se em temperaturas próprias. Foram energicas intervenções no sul do Estado que o livraram dos mãos elementos já desaclimatados e esporádicos em 1908 e 1910. O “cachiche” passou. Ficou o cacau.

É o sucedâneo do açúcar na economia — de características estáveis, de índole pacífica — da Bahia, cujas perspectivas sociais foram as do Brasil, nos tres primeiros séculos.

A crise do “ouro verde”

A “corrida” aos cafezais levava consigo a consequência de uma crise iminente e esmagadora: a crise de superprodução.

Em 1896 — inquietos, a vésperas de uma geral baixa de preços — os governos de São Paulo e do Espírito Santo promoveram a convenção de Petropolis, para apreciar o remedio mais consentâneo á extensão do mal.

Nada conseguem.

Em Outubro de 97 a calamidade está no auge.

Em 1896-97 vendiamos 8.680.000 sacas das 12.608.000 da exportação mundial. Ficaram sem comprador . . . 1.581.440. Estimado em 12 milhões o consumo total, verificou-se que o porto de Santos podia abastecer, com saldo, todos os mercados. E os inglêses, os holandêses, os francêses? A quéda de valôr somou-se á da cotação, em virtude da alta cambial provocada pelos ministerios de Bernardino de Campos e Joaquim Murтинho, pelo "funding loan" de Campos Salles, pela regularização financeira do governo deste. A exportação de Santos cae, de 6.053.521 sacas, em 97-98 (a 13\$400 por 10 quilos) a 5.535.361 (a 10\$200), em 98-99. A produção, porém, triplicára em sete anos. O Brasil dispunha, em 1900-1901, de 16.145 mil sacas. Arruinam-se os produtôres de outros Estados. São Paulo resente-se desse declinio na sua massa exportavel, que até 1906 oscila entre 6 e 7 milhões, por preço, de unidade de 10 quilos, que se deprime constantemente, de 8\$800 (1900) a 4\$400 (1906). (200) E' um decenio máo em sucessão a um decênio magnifico. Ao contrário, a aceitação da borracha intensifica o "rusch"

(200) *Valorização do Café*, p. 12, Rio 1906 (do *Boletim da Associação Comercial*).

amazônico, dá ao extremo norte uma importancia inesperada, no quadro da riqueza nacional. Em 1905, a exportação do café em Santos valeu 176.907 contos, e a do "catchú", 226.174! Os industriais estão satisfeitos, amplamente "protegidos" (tarifa Murtinho). Mas uma indefinível angustia estrangula, no sul e no nordeste, a lavoura oprimida pela desvalorização que se acentua de ano para ano.

"O periodo de então (quando se reúne, em 1901, o 1.º Congresso Nacional de Agricultura) era angustiosissimo para o país: ás ancias da crise financeira, juntavam-se os tristes prenuncios de uma crise economica, bem difficil de ser conjurada: todos se sentiam desanimados ante tal emergencia, que a muitos parecia um fenomeno extraordinario, e, por assim dizer, peculiar ao nosso meio. Julgava-se, então, que a crise seria insolúvel, e que, talvez, ao lado da falencia, por muitos esperada, sobreviesse o completo aniquilamento economico do país". (201)

Reclamou-se a intervenção oficial.

Esse apelo ao governo, para que saísse de sua indiferença constitucional, do *liberalismo* economico, próprio da nossa organização politica, para socorrer o café, pôz em jogo a preeminencia de S. Paulo no regimen. Acertou-se que, sem um convênio, que limitasse em quotas a exportação "regulando" a venda, e assim, pelo equilibrio estatístico, mantendo a alta do café nos Estados Unidos, dada a situa-

(201) Miguel Calmon, Discurso inaugurando o 2.º Congresso Nacional de Agricultura, *Fatos Economicos*, p 253-4.

ção dominante do Brasil nesse mercado — jamais a produção se reanimaria.

O convênio de Taubaté é a maior novidade econômica do tempo.

Vale por uma alteração substancial de política, instintivamente no rumo da economia dirigida, o que então não se percebe claramente; é — clamam os outros ramos da lavoura — um favôr concedido (202) ao produto paulista (o que sobejamente se justifica pela preponderancia dele na economia brasileira); e significa — advertem outros — um fatal convite aos nossos concorrentes, para que se prevalessem do bom preço e tratassem de produzir, desalojando algum dia o Brasil de sua posição privilegiada... (203) Estes, viram profeticamente! (204)

Primeira intervenção

O convênio de Taubaté, que entra no ról das grandes medidas politico-economicas da fase de transição, do Estado liberal para o social-democratico (da neutralidade para o intervencionismo) — não veio embrulhado em es-

(202) Vd. *Valorização do Café* (Do Boletim da Associação Comercial), Rio 1906.

(203) Vd. discurso de Calogeras, 1908, Documentos Parlamentares, *Valorização do Café*, II, (Rio 1915).

(204) Vd. Louis Rongier, *Les Mystiques Économiques*, p. 97, Paris 1938.

peculações doutrinárias, senão, empiricamente, induzido por duas experiências que pareciam aboná-lo.

A geadas de 1902, desfalcando a produção, melhorára o preço. Em 1903 surgiu em São Paulo o imposto em especie, “para a incineração de uma parte do excesso de produção”. (205) Acende-se a fogueira que havia de consumir — no prosequimento inflexível do plano de valorização — fabulosa quantidade de café... Frio, que mata o pé; fogo, que reequilibra os “stocks”... Restaria sistematizar a retirada dos sobêjos, para “estabilizar” o preço.

O governador paulista Jorge Tibiriçá propoz a reunião, em Taubaté, de seus colégas de Minas Gerais e do Estado do Rio. O presidente da Republica bafejou o acôrdo, “que inaugurava um método até então desconhecido nos anais do direito comercial”. (206). Urgia, porque a questão das candidaturas, á sucessão de Rodrigues Alves, enfraquecia a olhos vistos o governo federal. Esboçava-se a reação contra o Partido Republicano Paulista, encabeçada por Pinheiro Machado, e de que resultaria a apresentação, contra Bernardino de Campos, do nome de Afonso Pena, vice-presidente da Republica. No quadriênio deste, o convênio cafeeiro não seria possível. (207)

(205) Armando de Salles Oliveira, Discurso em Jahú, 1934, *Defesa do Café no Brasil*, II, 172 (Rio 1935).

(206) Maurice Piettre, *Production industrielle du café*, p. 152, Paris 1925; e H. E. Jacob, *Biografia del Caffé*, p. 324.

(207) Vd. Documentos Parlamentares, *Valorização do Café*, II, 56 (discurso de Cincinato Braga, 1908).

Não lhe daria assentimento o Presidente, que chamou para ministro da viação (pasta que englobava os negócios da agricultura, destacados em ministério á parte em 1916) o deputado Miguel Calmon, infenso, nas comissões e na tribuna parlamentar, á fórmula de Jorge Tibiriçá. (208) Os mineiros tentaram ainda “torpedear” o convenio, alvi-trando tambem, em Taubaté, a fixação de um cambio, a taxa de 12, o que correspondia a uma operação mais complicada, de repercussão profunda. Rodrigues Alves tomou essa sugestão como “sabotage” de adversarios, e na sua “vista geral da administração” (1906) a ela se referiu, com azedume: “Foi uma surpresa o que se passou então. Em vez de se restringirem á questão do café, que era urgente, da atualidade, enveredaram os negociadores do acôrdo pela da moeda...” Venceu o pensamento do Partido Republicano Paulista e foi firmado o convênio em 26 de Fevereiro daquele ano. Consistia na sobre-taxa de 3 francos por saca, proibida a exportação de cafés inferiores. Garantido pela sobre-taxa, seria contraído um empréstimo, até 15 milhões esterlinos, para a “regularização do comercio de café e sua valorização”. (209) Os dous Estados retrairam-se. A União aprovou. A cargo de São Paulo ficou o financiamento do serviço: mediante empréstimos consolidados, em 1908, pelo de 15 milhões de libras a que deu o seu endosso a União. (1 milhão do Desconto Gese-

(208) Vd. discurso de Barbosa Lima, na Camara, 19 de Novembro de 1908.

(209) *Defesa do Café no Brasil*, I, 206, Rio 1935.

leschaft, resgatado com os 3 milhões da casa Schroeder (210) resultantes do arrendamento da Sorocabana, 3 votados em 1907 pelo Congresso Nacional).

Menores safras, resultantes de transtornos climatéricos, tornaram dispensavel outro apêlo á intervenção official até 1917, quando, á iminencia da quêda dos preços pelo excesso da oférta, nas circunstancias desfavoraveis que a Grande Guerra creára, o governo federal emprestou 100 mil contos de réis para segunda e oportuna retenção dos cafés de 9,47 centavos (Novembro de 1917) para 11 centavos (Abril de 1918). (211)

Em 1920, porém, passára a reação salutar do mercado norte-americano. A confusão européa, a super-produção, agravaram as condições do comercio. Os altos preços (27 centavos em 1919) declinaram até os limites desanimadôres de 9 1/2 centavos, em principios de 1921. A lavoura pediu de novo o auxilio da União. Atendeu-a o presidente Eptacio Pessôa, desta vez resolvido a consubstanciar as providencias federais n'um "schema" de defêsa continua. Um empréstimo de 9 milhões de libras permitiu-lhe separar 4 e meio milhões de sacas (liquidadas até 1924).

Em 1924, afinal, transferiu a União para o governo paulista a direção dos negocios de "defesa do café". Foi instalado o Instituto para este fim. Agiria com os fundos

(210) H. E. Jacob, *op. cit.* p. 327.

(211) Roberto Simonsen, *Aspectos da Historia Economica do Café* (tése apresentada ao 3.º Congr. de Hist., 1938).

obtidos com a cobrança da taxa de mil réis-ouro sobre todo café que saísse do Estado. Esse organismo de “controle” da exportação — pelo principio de que a regularização dela, obstando ás ofertas desordenadas, sustentaria as cotações no estrangeiro — cuidaria igualmente do financiamento dos agricultores e da intervenção no mercado, para corrigir flutuações ruinosas. Atos complementares do plano foram, em 1926, o empréstimo de 10 milhões de libras feito pelo Instituto, com o apoio do Estado, para constituir o fundo permanente de defêsa, e a criação do Banco do Estado de S. Paulo, com o principal escôpo de financiar os cafés parados nos armazens reguladôres (212).

(212) Roberto Simonsen, *tése cit.* Depois de 1920-21, a crise mais séria que atingiu o café ocorreu em Outubro de 1929. Para remediá-la foi feito, em Abril de 1930, um empréstimo de 20 milhões esterlinos, cujo serviço correria por conta da taxa de 3 shillings por saca de café em Santos e a amortização pela venda mensal de 137.500 sacas. Os stocks, em 1 de Julho de 1930, elevavam-se, nos armazens reguladores, a 21 milhões de sacas. Depois de 1931, creado o Conselho Nacional do Café, applicou-se em parte o plano do sr. Charles Murray, de destruição das sobras, adquiridas pelo produto d'uma sobre-taxa. Instituto sem similar no mundo — disse o presidente Dino Bueno, na mensagem ao Congresso de S. Paulo, de 1927...

DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA

Os deslocamentos de população assinalados, no Brasil, nos tres seculos da formação nacional, corrigem agora o sentido litorâneo e a timidez agricola da economia do Império.

Migrações

A invasão do Amazonas pelos “retirantes” do Ceará é o fenomeno tipico da história nordestina de 1880.

Na decada subsequente, a onda de “seringueiros” investe a zona limitrofe com o Perú e a Bolívia e acha o Acre. Sóbe em direção ás Guianas e impede a expansão francêsa pelos entre-rios do Oyapock. Desce, no rumo de Matto Grosso, em busca dos itinerarios cuiabanos, avivados por Couto de Magalhães e desbravados afinal pelo

general Rondon. A valorização da borracha revela o deserto; e a queda da borracha não consegue restituí-lo á natureza voraz... O desencanto, do ciclo do "ouro negro", deixou povoado o vale imenso.

Não é menos profundo o movimento povoador que parte da Vacaria, no Rio Grande, e se insinúa, estimulado pela guerra civil de 92-95, pelo sul do Matto Grosso, encontrando, no vale do Paraná, os acampamentos da Companhia Mate Laranjeira, que até 1916 teve o monopólio da exploração dos herbais, tão cobiçados outr'ora por Francisco Solano Lopez. (213) Extinto o monopólio, a colonização lá se emparelha com o surto industrial, e corresponde ás esperanças que a linha ferrea da Noroeste levára aos confins ocidentais do país. O Rio Grande do Sul é igual a si mesmo na planície, por onde corre, tremulando ao "minuano", o poncho "guasca" do peão: mas é diverso na região serrana, onde se localizam as novas colônias alemãs e italianas. Aqui, a agricultura e a industria de feitiço estrangeiro esboçam um tipo social sedentário, pacífico, quasi indiferente ao cavalo, que é, nas cochilhas, o complemento do vaqueano. Dous Rio Grandes se defrontam nas vizinhanças de Porto Alegre: o de S. Leopoldo, de Montenegro, de Caxias ou do Erechim (o município brasileiro de propriedade mais dividida), vinhaiteiro, cerealífero, industrial, da gléba bem repartida, e o

(213) Virgílio Corrêa Filho, *A' Sombra dos herbais mato-grossenses*, S. Paulo 1936.

dos campos, onde as “estancias” nucleiam a vida pastoril heroica, primitiva e tradicional.

O arame, o frigorifico e a melhoria dos rebanhos, a exemplo do que se passava na Argentina e no Uruguai, aprimoram e reorganizam essas “estancias”, que não são mais o “fogão” rude, a casa desataviada, as dependencias pobres do tempo em que o conde d’Eu atravessou a provincia acompanhando o Imperador (1865). Na Argentina a seleção do gado começou em 1826, os cercados de arame em 1844, as instalações frigorificas em 1882. As duas primeiras iniciativas foram de inglêses. (214) O arame, sobretudo, dando á distribuição da terra uma nitidez definitiva, induziu á concentração dos gados, ao afinamento das raças, á boa administração dos “plantéis”, á ordem serena e útil das fazendas. Na primitiva indeterminação das “sesmaria” prevalecia a ocupação violenta; nas linhas dos “aramados” prepondera a discriminação juridica. A par da propriedade desmesurada, os “sitios” pequenos se limitam e se definem. A cada posse corresponde um balisamento notório. Da imensidade das pastagens resalta um equilibrio social: é a garantia da prosperidade no resguardo seguro dos seus direitos. As estacas e o arame farpado contrariam beneficemente a tendencia nómade do pastoreio; fixam-no; aperfeiçoam-no; emprestam-lhe a fisionomia — antes privativa da lavoura — do trabalho estável. O gêlo veiu depois. Imprimiu á industrialização

(214) Orlando Williams Alzaga, *2.º Congresso Internacional de Historia de America*, III, 195, Buenos Aires 1938.

da pecuária um caracter novq: assegurou-lhe a freguezia internacional. Com o sal á moda cearense, Pelotas teve o seu xarque no fim do seculo XVIII: foi, em todo o seculo seguinte, o alimento básico, com a farinha de mandioca, do trabalhador brasileiro, especialmente no norte. Com o gêlo á maneira francêsa e inglêsa (a invenção do frigorifico é de 1872) principiou, no seculo XX, a exportar carne vêrde.

Itinerarios do planalto

A mesma separação de costumes rurais é uma consequencia da imigração intensiva entre os rios Pelotas e Tietê.

O planalto não é mais a ampla região dos gados sôltos, das "tropas" de muares tangidas do "pampa", das vilas-fortes que, segundo Saint-Hilaire, tinham o aspecto agreste de "redutos" no deserto. Terras de fraco povoamento até a dírêta comunicação com o litoral (estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, 1885, estrada de rodagem da Graciosa, 1879) por isso mesmo foram absorventemente investidas pelos colonos loiros que se dividiram, em agricultôres, agarrados aos seus "lotes" de milho e ceanteio, e industriais, derrubadores da floresta de pinheiros, extratôres da herva-mate do oêste.

A estrada de ferro, que transpôz a serra do Mar segundo o plano de Antonio Rebouças (que a queria, entre-

tanto, a partir de Antonina), descobre, para o consumo nacional, o pinho do Paraná.

No seu diário, conta André Rebouças — cuja empresa, para explorar essas reservas florestais, fracassou como uma iniciativa temerária — que em 1872 o engenheiro Wurffbam lutava por introduzir no mercado de Buenos Aires as madeiras dessa provincia... (215) Antes da inuaguração da linha férrea, o tráfego pela Graciosa era de cerca de oitocentas carroças, principalmente carregadas de herva-mate (216). Atingindo os trilhos a campina curitibãna, o barão de Serro Azul (um dos Corrêas, a cujo prestigio politico se devia a vitoria de Paranaguá sobre Antonina, onde predominavam os Araujos, como ponto inicial da ferrovia) logo instalou a sua serraria a vapor de S. Sebastião da Roseira, modelar a seu tempo, (217) e a que se seguiram outras, n'um subito incremento de atividades desbravadôras.

O “rusch” da madeira, sem a importancia das “entra-das” do gado e do café, da borracha e dos diamantes, teve igual sentido de ocupação itinerante dos sertões, invariavelmente em marcha para o oeste. Os pinhais que envolviam Curitiba e deram-lhe o nome (em tupi, “muitos pinheiros”), desapareceram, em trinta anos de devastação

(215) André Rebouças, *Diário e notas autobiográficas*, p. 213, Rio 1938.

(216) Euvaldo Krüger, *Cincoentenario da Estrada de Ferro do Paraná*, p. 66, Curitiba 1935.

- (217) Krüger, *Cincoentenario* cit., ibd.

sistemática. A pequena cidade de S. José dos Pinhais conserva um título vazio de significado: á sua volta não se vêm mais as araucarias elegantes que vestiam a terra plana. O serrador foi procurar as reservas florestais do vale do Rio Negro e dos campos de Guarapuava. A colonização agrícola sucede á penetração destrutiva: pelo menos tomba o pinheiro e fica, com a sua fertilidade intacta, o chão adubado pelos detritos do gigante destruído. O café, este sim, é implacável. A araucaria cáe a machado; e é imensa queimada que prepara o terreno aos cafezais. (218).

A “onda verde” não perdeu a direção de les-oeste, que a conduziu, em 1850, de Taubaté para Campinas, e em 1870, daí para Ribeirão Preto. Alargou a sua área produtiva abraçando, na vertigem da incursão atropelada, serras ainda ha pouco infestadas de índios. O trabalhador paulista socorreu-se do nordestino e do colono europeu, para atacar mais duramente a mata. O belo salário dos cafezais reabriu o caminho interno das “tropas” de escravos que, na década de 70, comboeiros do norte iam vender nas cidades da Mogiana. “Desceram” os “sampauleiros”: caipiras desanimados pela sêca, roceiros expulsos pela “politicalha” sertaneja, aventureiros á busca de melhor vida, ou simplesmente de outra vida, famílias numerosas, milhares de lavradôres em exodo interminável pelo vale do S. Francisco acima. Essa migração interior supriu

(218) Vd. Affonso Arinos, *Historias e Paisagens*, p. 169, Rio 1921.

de braços, na época aurea, a região do café, que se não circunscreveu ao oeste, onde as cidades surgiam como nos contos de fadas, improvizando-se, no acúmulo repentino de elementos de progresso — mas acompanhou o traçado da Sorocabana até o vale do Paranapanema.

Centro e norte

A animação económica em Minas Gerais não se distribuiu com a mesma uniformidade. O norte do Estado, e seus velhos centros de mineração do ouro, conservaram a fisionomia tradicional, de povoações condenadas a perpetuar uma arquitetura nobre e arcaica numa paisagem silenciosa. O sul, a zona da mata e as terras ferríferas à roda de Belo Horizonte — grande cidade que em trinta anos se tornou uma das melhores do país — ritmaram entretanto o seu progresso pelas influencias paulista e fluminense.

O café revelou, enriqueceu a faixa sul-mineira e o Espírito Santo. Na Bahia, porém, declinou, suplantado pelo cacau das plantações do sul, entre Ilhéos o rio Doce.

A população sergipana fixou-se mais no seu Estado optimamente dotado de industrias equidistantes, pequenas propriedades, viação económica. Ao contrário, Recife se tornou, no nordeste, a capital da cultura de quatro Estados, graças ao seu porto moderno, ás estradas de lá irradiantes, á atracção do seu commercio. O algodão — como

no tempo de Tollenare e Koster — substitúe o açúcar adstrito á zona histórica dos canaviais pela crise permanente em que se debate. O periodo das usinas, que assimilaram os engenhos velhos, começou com o governo de Barbosa Lima, que emprestou, sob garantia hipotecaria, dinheiro aos industriais, para transformarem com o maquinário novo as fábricas decrepitas. Passando de engenhos coloniais, com a sua lenta moenda, á categoria de grandes estabelecimentos, a exemplo do engenho Quissanan, em 1877, transtornaram da mesma fórma as relações sociais e a fisionomia economica, no litoral canavieiro. A industria subdividida simplificou-se, no virtual monopólio de zonas, das usinas que devoraram banguês e engenhos. (219) Os senhores desalojados tomaram o caminho das cidades: as usinas destruíram os aristocratas do ciclo da cana, (220) e a Faculdade de Direito de Recife diplomou os bachareis. A Bahia e Pernambuco sofreram diferentemente essa mutação de cenários, na fase de importação dos grandes maquinismos. O governo pernambucano, em 1893, teve a iniciativa corajosa de facilitar a instalação das usinas, salvando do abatimento irremediavel uma elite de antigos senhores. O da Bahia encontrára uma industria débil e desconcertada, e procurou transformá-la em 1898, mediante empréstimos para a construção do primeiro grupo de tres usinas, sistema cujo fra-

(219) Gilberto Freyre, *Nordeste*, p. 195, Rio 1937.

(220) Vd. Júlio Bello, *Memorias de um senhor de engenho*, p. 234, Rio 1938.

casso lamentavam os governadores seguintes, até a liquidação do negocio em 1910, com quasi total prejuizo para o Estado. (221) Algumas usinas particulares na Bahia mantiveram enfim naquele reconcavo de tantas tradições a coerência do ciclo do açúcar. Na policultura, porem, acharia o Estado as suas substanciaes fontes de renda.

Cana de açúcar, algodão. . .

A associação dos produtôres remediou d'algum modo, a partir de 1898, a crise da lavoura. As Conferencias açucareiras interestaduais (1901, 1903, 1905), a Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade Bahiana de Agricultura, a Auxiliadôra da Agricultura de Pernambuco, se, de um lado, orientaram os Congressos, ácerca das necessidades rurais, do outro aproximaram e reuniram os interessados, para a defesa comum de suas aspirações. Resultado disto foi a lei de 11 de Junho de 1904, extinguindo os impostos interestaduais, de tão nociva influencia na economia brasileira. . . (222)

O que se passou em Alagôas serve bem de indice á transição da éra do açúcar, da sua modesta e descoordena-

(221) Vd. *Mensagens* dos governadores José Marcelino e Araujo Pinho, p. 48, Bahia 1908, e Bahia 1909.

(222) Vd. Miguel Calmon, discurso, *Trabalhos da Conferencia Assucareira do Recife*, p. 34, Recife 1905.

da fôrma “banguêseira” para a concentração das fábricas absorventes. Em 1907 havia ali seis usinas apenas, que davam trabalho a 828 operarios. Capital invertido: 3.140 contos. Em 1920, 15 usinas, 941 operarios, 12.063 contos de capital. Dez anos depois, 27 usinas, 6.284 operarios e 81.158 contos de capital. Dos engenhos subsistentes, 40% tinham os fôgos apagados; limitavam-se a fornecer de çanas a grande entrosagem... (223)

Leia-se qualquer mensagem de presidente de provincia alagoano ou paraibano no segundo reinado: a frase é sempre igual. Açucar e algodão, principais, ou unicos produtos de exportação... Em 1797 ou 1810, em 1862, deprimido o preço do açúcar e em alta o do algodão, muitos senhores de engenho abandonavam a moenda e o canavial, para cultivar a sua malvacea. Esse sucedâneo de atividades ambiciosas mas contrariadas, energicas e tantas vezes malogradas, distribuiu pelo nordeste todo, do S. Francisco ao Parnaíba, aquele plantio capaz de retêr as populações nas suas áreas férteis, de nutrir um comércio que as distancias e o clima enlanguêscem, de manter, á roda de suas vilas antigas e paradas, o cabôclo tenaz, que resiste á sêca, á depreciação das safras, ás condições rudimentares da vida, graças ao vigôr e ao estoicismo da raça... Raça méscлада de tapuia. Acobreada nos cal-

(223) Humberto Bastos, *Assucar & Algodão*, p. 72, Maceió 1938.

deamentos que deixaram vizíveis e nítidas as influencias do potiguar (o duro selvagem difficilmente domado), do caeté, do gê... População que se tisna de parentesco africano perto das zonas açucareiras e alcança quasi a pureza indigena no sertão enxuto dos algoduais. Apesar dessa clara herança brasileira, dos nómades primitivos, o homem é fiel á terra. O emigrantismo do cearense (e em regra do nordestino) não é uma propensão, é uma defesa. Retira-se a custo de sua "caatinga" sem agua para ir tentar nas regiões húmidas a fortuna que lá não acha. Os retirantes partem dos municipios flagelados, para a Amazonia principalmente, ou para o sul. Muitos voltam. A proporção do exodo não é de ordem a despovoar o sertão mais inhóspito: mal a chuva de novo o reverdésce, resurge, para retomar o que é seu, o pequeno lavrador resignado e rijo... Ha seculo e meio planta e colhe algodão: é o que de melhor tem para exportar. A sua "roça" de mantimentos, esta é escassa e desigual. Nos habitos do nordestino a produção racional e domestica, do que faria a abastança do colono europeu, cereais, as farinhas, o pão, para o prato e a "feira", ainda não figura, como ha cincoenta, como ha cem anos. A' falta dessa agricultura individualista, que enraiza na gléba o camponez, ele é um desprendido. Desloca-se facilmente. Foge e regressa. Aflúe em massa onde ha um salario, obras públicas (açudes e estradas), usinas e fábricas. Mas as fábricas são

raras. (224) Melhor do que ás atividades sedentarias, ajusta-se no pastoreio, onde lho permite o meio fisico.

No Ceará, no Piauí, no vale do S. Francisco, subsiste a "idade do couro" de que falou Capistrano. Um relatório de 1800 conta que em Aracatí havia carnes secas de cinquenta mil rezes abatidas por ano, e a exportação do algodão passava de 20 mil arrobas. (225) Cearense é o processo de fabrico do xarque, que um cearense levou para Pelotas, iniciando dest'arte a industria "saladera" no Rio Grande. Chamava-se José Pinto Martins: emigrou em consequenca da sêca de 1777. (226) Desta, resultou a "xarqueada" gaúcha. Da sêca de 1877, o ciclo da borracha...

O homem pode queixar-se do transporte, de que carece, das estradas, que são más, ou não existem, das distancias que lhe confinam o trabalho assim inaproveitado, quando chove, e impossivel, quando não chove... Mais do que o litorâneo, que tem a seu serviço os itinerarios maritimos, para ele os inventos modernos constituem uma libertação. O caminho de ferro fecundou uma zona, em prejuizo das demais. Mas o automovel (na decada de

(224) Vd. Raimundo Lopes, *O Torrão Maranhense*, p. 194, Rio 1916.

(225) Barão de Studart, *Notas para a Historia do Ceará*, p. 499, Lisbôa 1892.

(226) Fernando Osorio, *A Cidade de Pelotas*, p. 29, Pelotas 1922.

(1920-30) se insinúa em todas as direções. Mais tarde, a aviação completará o prodígio, da anulação dos óbices geográficos, pelas comunicações imprevisivelmente rápidas... Henry Ford disse bem: "O automóvel está destinado a fazer do Brasil uma grande nação" (227). Porque se antecipa á estrada...

(227) *Hoje e Amanhã* (trad. de Monteiro Lobato), p. 233, S. Paulo 1927.

O CLIMA DE 1902

O exito de Campos Salles

O exito financeiro da presidencia Campos Salles foi total.

O ministro Joaquim Murinho ganhou fóros de financista hábil e exemplar. Economia, impostos, seriedade nos pagamentos da divida externa, drásticas medidas administrativas, restauraram a confiança estrangeira no crédito do Brasil, desmoralizado lá fóra depois de 1889. O cambio subiu a 12, os titulos da divida publica melhoraram de 35%, o tesouro dispunha em Londres de 3 milhões esterlinos em deposito.

A politica do quatrienio não foi tão feliz, mas permitiu ao presidente a realização inexoravel do seu programa. Como Prudente, não se preocupou com partidos, senão com os governadôres, que lhe retribuiram o apoio, apoiando-o. Graças a esse sistêma (que tinha sido o de Juarez

Celman, na Argentina) ao cabo do seu período constitucional podia Campos Salles passar o governo a outro estadista do Partido Republicano, de São Paulo. Os governadores foram ao encontro dele. Tratava-se de crear um processo aparentemente democratico para a indicação do futuro presidente. Uma convenção de delegados dos governadores reuniu-se no Rio. Duas forças pezavam sobretudo: São Paulo e Minas. O retraímento do Rio Grande, em que se robustecêra o "castilhismo", dava a Pinheiro Machado autoridade para movimentar a politica. Uma fórmula que aliasse São Paulo e Minas significaria a estabilidade desejada. Nenhum outro Estado podia disputar-lhes o bastão de comando. A convenção escolheu Rodrigues Alves para presidente e Afonso Penna, que acabava de governar Minas, para vice-presidente. Dous nomes do passado regimen — estranharam os florianistas, que ainda não se tinham dispersado de todo. Ambos conselheiros da monarquia. Por isso mesmo experientes e moderados — aplaudiram as classes conservadoras.

Os conselheiros

Foram eleitos. Nem podia ser de outro modo. A *convenção* valia por eleição prévia. Ficou o costume. Até 1930, a sucessão presidencial girou á roda d'uma *convenção* de representantes dos governadores, substituindo partidos inexistentes, idéas que se não juntaram em forma de movimento forte, senão nos arraiais da opposição,

condenados inicialmente á derrota pela falta de garantia e autenticidade dos pleitos presididos pelas "situações" comprometidas, pelos governadôres-votantes...

Mas os conselheiros não eram personagens inativos e decrépitos. A surprêsa que causaram, foi a ação exuberante de governos lucidos e energicos.

Afonso Pena, em Minas, resolvêra o problema da capital, instalando-a em Belo Horizonte, concepção grandiosa, á americana, de administração cheia de coragem e inspiração creadôra.

Rodrigues Alves encontrava o crédito restabelecido: podia dedicar-se á remodelação do Rio de Janeiro, fazendo em grande o que, em dimensões menores, já se realizára em São Paulo. Chamou, para tanto, auxiliares capazes. Deu o ministerio da Viação a Lauro Muller, que pretendia construir o porto do Rio de Janeiro; a prefeitura da capital ao engenheiro Francisco Pereira Passos, decidido a transformá-la, com poderes amplos (decreto de 29 de Dezembro de 1902) (228), arrancando das acanhadas fórmulas da metropole colonial as linhas elegantes da *cosmopolis* de hoje; chamou o barão do Rio Branco para as Relações Exteriores e para a pasta da Justiça o deputado Seabra. Francisco Bicalho, Osorio de Almeida, Saturnino de Brito, Frontin, dirigiram as grandes obras. Epoca de trabalho vertiginoso; de planos amplos; optimismo administra-

(228) Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, I, 34, Rio 1938.

tivo — em contraste com a crise económica de que não se libertára ainda o país. A República de 1903 não se parece com a de 1897.

Um lustro modificára sensivelmente mentalidades, ritmos, espirito público.

Infiltra-se na ação governamental uma vontade nova, de reparação imediata dos erros antigos, de avanço repentino, a remediar o atraso habitual. O Rio de Janeiro histórico deixa de viver em 1904. A alma da cidade patriarcal transfere-se, em 1905, dos seus sitios plácidos de outr'ora para as artérias ruidosas, que os suplantam: e uma arquitetura diferente denuncia a transfiguração da sociedade.

XIV

O PROGRESSO, AFINAL

1904 igual a 1897

1904 prende-se a 1897. Não havia mais Prudente e Floriano; porém o Partido Republicano paulista e o colête encarnado da mocidade “jacobina”. Lauro Sodré é um dos chefes naturais da oposição: ninguém representava melhor a República da “consolidação”. A seu lado move-se Barbosa Lima, “leader” parlamentar do pensamento florianista e do regimen na sua pureza, dos dias cálidos de 1893. Rodrigues Alves encarna a ordem civil por uma sucessão direta e uma firmeza que lhe denuncia a dupla origem: a escola da monarquia e os principios de sua organização partidária. Fizera Prudente a mística da paz; Rodrigues Alves, a do progresso. Se Campos Salles desse a verba reclamada pelo conselheiro Nuno de

Andrade, teríamos a profilaxia em 1902 (229). Para sanear a Capital federal, Rodrigues Alves assegurou a Osvaldo Cruz liberdade de ação e — o que foi mais — absoluta solidariedade. Quando o jóven higienista lha pediu, concedeu sorrindo: Quer ser presidente do saneamento...

Importava isto uma transformação profunda de costumes. Mexia — não só com os hábitos rotineiros da cidade, como, principalmente, com o seu espirito rebelde. O assassinato do marechal Bittencourt aplacára a fúria jacobina; não a extinguiu. O quatrienio de Campos Salles, foi, ele todo, um recalque de irritações populares, que explodiram, injustas, em 15 de Novembro de 1902, na assuada que acompanhou, até a estação da estrada de ferro, o estadista que acabava de deixar o poder. Alçou o collo a excitação democratica no protesto de Quintino, do Estado do Rio, de Pernambuco, contra a fórmula presidencial de 1902, ou seja, a continuação de São Paulo no governo. Precisava-se de um pretexto ou uma provocação, para deitar a procissão na rua...

Osvaldo Cruz, no seu inflexivel sistêna de higiêne, precipitou a tempestade.

Ao tempo em que iniciava o expurgo da febre amarela, obteve a decretação da "vacina obrigatoria", afim de imunizar, contra a variola, a população. Muitos duvidavam da vacina, e a sua obrigatoriedade ofendia a consciência livre... Os positivistas estranharam; a opposição indig-

((229) Phociön Serpa, *op. cit.*, p. 129.

nou-se, falando em resistência á bala; os jornais atacaram a medida e o povo, nos bairros pobres, se encolerizou. Era uma tirania! O ministro da justiça, Seabra, e Osvaldo Cruz, tornaram-se subitamente alvo da demagogia. Uma feita, no seu carro, o sábio foi apedrejado... Quiz demitir-se; mas o presidente lhe deu todo o apoio. A policia, que reprimiu as primeiras manifestações, passou a ser agredida. E as tropas do exercito eram aclamadas quando apareciam, para ajudar a policia...

A vacina obrigatória

Parecia um prurido de velhos descontentamentos. Era a revolução. A mais extensa nas ruas da cidade, a mais popular de todas as sedições que a alarmaram: porque a politica, que a inspirou, não se imiscuiu claramente com os rebeldes do largo de S. Francisco e da Prainha. Ficou a lutar, na esquina, na barricada da praça pública, das janelas dos prédios, o "pé-rapado". Uma revolta de estilo parisiense: a insurreição das ruas! Começou a 10 de Novembro. E por um incidente insignificante: a prisão, na rua do Ouvidor, de um moço que pretendia falar ao povo. Este — na praça Tiradentes — quiz tomá-lo aos policiais, e um piquete de cavalaria o dispersou. Generalizou-se o conflito. Interrompeu-o a noite. No dia imediato, havia comício contra a vacina no largo de S. Francisco. Faltaram os oradores. Um individuo, entretanto, subindo os degrãos da estatua de José Bonifacio,

fingiu que discursava. O delegado de policia mandou afastá-lo; a multidão vaiou a força; interveiu a cavalaria e espoucaram tiros. Não puderam as autoridades conter a turba: instalou-se, com ferozes propositos, nas praças Tiradentes e S. Francisco, nas ruas do Ouvidor e do Teatro. Às 8 da noite, Lauro Sodré e Barbosa Lima assistiam á sessão do Centro das Classes Operarias, finda a qual a massa se deslocou, rumo do Cattete. O chefe de policia era energico — o Dr. Cardoso de Castro — e o comandante da brigada policial um soldado valoroso — o general Piragibe, veterano da revolução federalista. Correram ao palacio presidencial, logo cercado de tropas, á vista das quais a poulaça retrocedeu. Retrocedeu para levar o seu tumulto ao largo da Lapa, ás linhas de “bondes”...

No dia seguinte verdadeiros combates se feriram na praça Tiradentes e ruas vizinhas, que se ensanguentaram, ás idas e vindas dos pelotões rechassados pelo tiroteio dos amotinados. Estes puzeram fogo nos carros electricos, levantaram trincheiras, lançaram toda a sorte de projectís sobre os atacantes. A policia apelou para o exercito e a marinha. Ainda assim perdurou, indecisa, a sublevação — telefones cortados, iluminação extinta, mortos e feridos pelas calçadas, o comercio fechado... Amanheceu 14 de Novembro com peores perspectivas. Certos de não se poderem aguentar nos quarteirões do centro, os agitadôres prepararam a retirada e a resistencia para a Saúde, onde moram embarcações, proletariado, a estiva. Surgiu a lenda. Como, áquella epoca, fosse heroica a defesa de

Porto Artur, dos russos contra os japonezes, déram o apelido de "Porto Artur" ás "fortificações" da Saúde. Ganhavam relêvo historico alguns perfis de lutadôres. Resurgiu a capoeira, que Sampaio Ferraz suprimira. A alma audaz de "nagôs" e "guanímús" transferiu-se para as ladeiras do Valongo. Bastaria, para que a crise se tornasse fatal, a adesão de elementos militares.

A revolta dos cadêtes

Preponderava, no Club Militar, o desgosto manifestado por Lauro Sodré, o espirito florianista. Acreditava-se que uma simples "demonstração" armada deporiam o governo. Após reunião que ali se realizou (presentes Lauro e Barbosa Lima, os generais Olimpio da Silveira e Silvestre Travassos, o major Gomes de Castro e outros officiais) se soube na cidade que a Escola Militar, á praia Vermelha, pegára em armas. O general Bibiano Costallat diretor da Escola, pessoalmente comunicou ao ministro da guerra, marechal Argollo, a noticia. Os alunos acabavam de insurgir-se, com Travassos e Sodré á frente. Argollo transmitiu a Rodrigues Alves esse aviso que indicava, além da gravidade momentanea da situação, um possivel trans-tórno na ordem geral. Teria forças, o governo, para enfrentar, de uma banda o povo exaltado, e da outra os cadêtes, em cujo comando se investira o general Silvestre Travassos? Aconselharam o Presidente a recolher-se a um navio de guerra. Rodrigues Alves foi igual a Prudente

de Moraes: bateu o pé. Que todas as armas disponíveis fossem, sem demora, opostas aos rapazes da Escola. Os boatos sucediam-se, no Cattete. Os rapazes marchavam; vinham tomar o palacio; desfilavam, Praia Vermelha abaixo... O general Piragibe organizou a brigada de contra-ofensiva e saiu, a encontrá-los na rua da Passagem. Eram 11 horas da noite.

Que-queriam os cadêtes, que premeditára Lauro Sodré, qual o sentido profundo da rebelião. (230)

Falava-se na ditadura do senador paraense, apoiado á corrente castilhistá do exercito, sob o comando de Olimpio da Silveira, ao positivismo, ou á Republica de Benjamin Constant e Floriano... Dizia-se que a manifestação dos alunos se daria em 15 de Novembro, por ocasião da parada, e fôra precipitada, pelos acontecimentos da vespera.

De fáto, a sublevação fôra ocasional. e durou pouco.

Piragibe achou a rua da Passagem escura e silenciosa. Adivinhou apenas, no outro extremo, a tropa revoltosa, que o saudou com quatro tiros, decerto um sinal. Talvez se destacasse o cavallo branco, que, imprudentemente, montava Travassos...

Mas o comandante da policia não tinha nervos nem paciencia para as conversações em tal emergencia. Mandou uma intimação, que foi repelida. A' sua ordem de

(230) Sertorio de Castro, *A Republica que a Revolução destruiu*, p. 200, Rio 1932, e Dantas Barreto, *Conspirações*, p. 15, Rio 1917.

fogo, a brigada descarregou as armas tres vezes. O adversario não respondeu senão ás duas primeiras descargas. Depois, recaiu no seu silencio misterioso. Não quiz Piragibe perturbá-lo com uma investida na tréva: preferiu retroceder, com a impressão falsa de ter por diante forças consideraveis. Houve um equivoco reciproco. O general legalista e os sediciosos, cada qual deixou o campo de luta: e, no Cattete, se chegou a considerar a situação desesperadôra. Um telefonema providencial avisou-lhe o resultado da fuzilaria na sombra. (231) A debelação da revolta!

Quando, ás 6 e meia da manhã, as tropas de reforço, comandadas pelo coronel Caetano de Faria, pelo proprio ministro da guerra, e pelo da Viação, Lauro Muller, com a sua farda de major que raramente vestia, — chegaram

(231) Os telefones tinham sido cortados, menos o do Hospital Nacional de Alienados, cuja linha passa pelo morro dos Ingêses. Afrânio Peixoto, na interina direção do estabelecimento, foi quem comunicou ao Cattete — onde reinava a ansiedade mais justificavel — o inesperado desfecho: os cadetes a retirarem, com a noticia do ferimento de Travassos... Contou-nos Afrânio Peixoto que, pelo mesmo telefone, ocasionalmente o melhor orientador da fase final das operações, dissuadiu Lauro Muller da idéa de bombardear, por elevação, a Escola, o que já era desnecessario, de maneira que, na madrugada, o ataque aos revoltosos foi um simples cerimonia... Na tréva, todos os gatos são pardos: os cadêtes julgavam Piragibe triunfante, e este decerto, imaginando a ofensiva dos rapazes, preferia reorganizar-se em defesa do palacio, no Flamengo. A sua tropa debandára.

á Praia Vermelha, os cadetes se tinham rendido depondo simplesmente as espingardas, reentrando na tranquilidade de suas salas de estudo ou refugiando-se nas residencias próximas. Porque? A razão era transparente. Travassos e Lauro Sodré tinham sido abatidos, feridos, pelas descargas da brigada policial. O senador recolhêra-se a uma casa da rua da Passagem e o general, em perigo de vida, foi a seguir transportado, da casa da rua D. Mariana onde recebeu o primeiro socôrro, para o hospital do exercito. Faleceu ali. Sem os chefes, desorientaram-se os moços. Não sabiam bem a que iam. Tiveram o bom senso de voltar para a Escola. Largaram os fuzis e esqueceram o máo passo.

Onde reaparece um nome illustre

Na Escola Militar do Realengo idêntico movimento se preparára. Apareceram lá os majores Gomes de Castro e Mendes de Moraes. O comandante da Escola surgiu-lhes por diante. Era um general de brigada quasi desconhecido dos homens politicos. Pertencia á grande familia de soldados de quem não se falava mais desde 1891. Era sobrinho de Deodoro, filho e homónimo daquele general Hermes da Fonseca que, no comando das armas na Bahia, relutára em aderir á Republica. Defrontando os dous officiais sediciosos não podia imaginar que o destino lhe armára uma peça definitiva. Mostrou energia calma,

uma força moral oportuna: e impediu o levante. No dia seguinte, o seu nome crescêra na consideração do governo e impressionava os meios militares. A mística de Lauro, diléto discípulo de Floriano, esbarrára na tranquilidade de Hermes, que era da raça de Deodoro. 1904 vingava, talvez, 1891. As barbas arrepiadas do Fundador branqueavam na penumbra a que se recolhêra o herdeiro de sua espada. O exercito tinha — na categoria dos submissos á lei — homens inabalaveis. Olimpio da Silveira e Travassos ficaram para traz, no cáos da sedição popular: a hora de Hermes soára. Comandante do 4.º distrito militar, no ano immediato organizou e dirigiu as primeiras manobras — em Santa Cruz — de largo efeito cênico e esplendidos resultados técnicos. Era um general que apurava a disciplina, a eficiencia e a emulação de tropas rejuvenescidas: ninguem, antes dele, transmitira assim o “espírito novo” ás fileiras e despertára-lhes o entusiasmo do seu officio. Ganhou popularidade justa e incômoda: no seu dia aniversario, em 1905, recebeu manifestação brilhante, de militares e civis. O Presidente seguinte confiou-lhe a pasta da guerra e, em 1908, o imperador da Alemanha o convidou para assistir, em Potsdam, ás célebres manobras do seu exercito. . .

Voltemos, porem, ao epilogo das “arruaças” de 1904. O Cattete estava salvo. Devia ser impiedoso na representação:urgia conquistar os redutos da Saúde.

O epílogo das arruaças

O Congresso, no mesmo dia, concedeu o estado de sítio, por um mez, solicitado pelo Presidente. O coraçoado Deodoro (tal a importancia do levante no bairro da Saúde!) tomou posição, para metralhar os sublevados, e forças compactas infiltraram-se pelo bairro que se transformára em fortaleza. Havia nisso mais publicidade e alarido do que decisão de luta. “Porto Artur” era um reduto illusório. Foi conquistado sem grande trabalho além dos preparativos cautelosos — por marinheiros, o 7.º de infantaria, a policia... Uma Bastilha de papelão — disséram. Mas a crise não fôra adstrita á juventude militar. Que se espalhava pelas guarnições dos Estados provou o levante do 9.º de infantaria, na Bahia, sob o comando do temerario alferes Teodomiro de Queiroz, que, em 16 de Novembro, após ter assassinado o major Fabricio de Matos, comandante interino do batalhão, saiu com ele a reduzir as tropas do governo. Não andou muito. Tombou, colhido por uma rajada de balas, no primeiro encontro, com o 16.º de infantaria, á frente o coronel Sotero de Menezes; e o 9.º regressou para o quartel.

Vitória total

Rodrigues Alves equipara-se a Prudente na energia e na largueza de vistas. Uma anistia oportuna desceu

sobre o seu triunfo um pano de teatro: para que se aplaudisse outra cêna. Não mais o paroxismo político dos dias violentos: agora, o espetáculo vertiginoso, dos melhoramentos materiais. Osvaldo Cruz venceu. Pereira Passos remodelou o Rio. Frontin aprontou a Avenida. Rio Branco, após o êxito do Acre, lisonjeou o sentimento católico do país obtendo a elevação do arcebispo do Rio de Janeiro á dignidade cardinalicia (1905). O primeiro purpurado da America do Sul! O almirante Julio de Noronha reorganizava a armada. O exercito retemperára-se de um espirito construtivo, como devia acontecer depois dos fatos tristes que lhe sacudiram a estrutura, demonstraram a solidez. O Partido republicano paulista saía da terceira presidencia com a galhardia de 1898: manutenção da autoridade, obras públicas, governo forte. Sobretudo o medico que escapára de ser mártir — da ciência que não sabe flutuar com a politica — abria as portas do Rio á civilização nova: saneou-o.

Osvaldo Cruz não foi original, porque, antes dele, em Cuba e Nova Orleans, (232) se havia debelado a febre amarela: mas foi inimitavel, naquele combate com o meio hostil e a própria alta rôda, a ironia da imprensa (233) e a insidia politica; na pertinacia de sua campanha, na sua fé incorruptivel. Com a extinção dos focos da “stegomia” transmissôra da doença, a vigilancia de toda a

(232) Afrânio Peixoto, *Um seculo de cultura sanitaria*, p. 46, S. Paulo 1922.

(233) Olavo Bilac, *Critica e Fantasia*, Lisbôa 1904; Procion Serpa, *Vida gloriosa de Osvaldo Cruz*, p. 138.

cidade pela brigada dos mata-mosquitos, logo a impermeabilização do solo pelo asfaltamento, do prefeito Passos — a epidemia declinou como por milagre. O numero de obitos, 584 em 1904, reduziu-se em 1905 a 53, em 1906 a trinta.

A duplicação do fornecimento d'agua á cidade no ministério de Miguel Calmon (1908) completaria a obra de Osvaldo Cruz: desapareceu da Guanabara o fantasma da febre amarela.

Comemorando o seu 77. aniversário, em 1906, a Academia Nacional de Medicina prestou a Rodrigues Alves uma homenagem comovente.

O professor Azevedo Sodré declarou que o governo limpára o Rio de Janeiro da mácula “de fóco de pestilencia e de ante-camara da morte e cuja fama exagerada por um continuo pregão difamatorio refletia sobre o Brasil inteiro. . .”

A cidade redimida

Rio Branco não tinha melhor oportunidade para alargar o prestígio social da Republica, no continente: obteve que nesta capital se reunisse, em 1906, a 3.^a Conferencia Pan-americana. Patenteava a salubridade dos ares cariocas. O Secretario de Estado americano, Elihu Root, recebido com grandes festas, verificaria “in situ” a redenção operada. . . E mais: o porto, onde podiam encostar transatlanticos, a Avenida Central, com os nóvos edificios de

gosto internacional, a Beira-Mar, o Monroe (copia do pavilhão que figurou na Exposição de S. Luiz, em 1904) na extremidade da artéria nova, por toda parte índices estridentes da prosperidade que destruía depressa as velharias da antiga metropole do Imperador...

1908, centenário da abertura dos portos, comemorou outra abertura de porto... À inclusão do Rio, entre as cidades grandes do planeta, a passagem — resumiria Ruy Barbosa no elogio de Osvaldo Cruz — do Brasil pesteadado, que encontrou, para o Brasil desinfetado, que nos deu...

A PRESIDENCIA PENNA

Minas Gerais á frente

O problema politico, em seguida á destruição da rebeldia armada, reduzia-se a desaforar do Cattete o direito de fazer presidente. Pinheiro Machado comandava, com uma força que Glicério não conhecêra, a elite parlamentar. Invocava o espirito do regimen contra as praxes, já estabelecidas. O Partido republicano paulista indicára Bernardino de Campos. Rodrigues Alves não saíra de sua neutralidade pacifica. Certo é que não québrou lanças pelo correligionário de S. Paulo. Essa posição calma do presidente forte desembaraçou os movimentos do chefe gaúcho. A Bernardino de Campos, para imobilizar a grande organização partidária que hostilizava, opôz habilmente o nome de Campos Salles. Podia assim dividi-la. Em 1905 surgiu o Bloco, como liga politica de senadores e deputados para subtrair ao presidente da Republica a so-

lução sucessória. Acentúa-se o perfil dominador de Pinheiro e adquire o seu relevo definitivo na história do regimen o môrro da Graça, onde ela morava. Estabelece-se uma ponte de entendimentos fáceis, entre o môrro da Graça e o Grande Hotel da Lapa, reduto da representação mineira. Nesse quiêto albergue se hospedavam, fazendo a sua mansa vida de provincia, João Pinheiro, Afonso Penna, Sabino Barroso, David Campista... Venceria Pinheiro Machado a partida, se lograsse o apoio de Minas, para ela deslocando o eixo politico desde 1894 situado em S. Paulo. Bastaria uma ação resoluta dessa mesma bancada mineira tão dócil antes, coêsa e sem ambições. João Pinheiro assume o governo do Estado central e a "liderança" dos seus deputados cabe ao jóven Carlos Peixoto. Ambos podiam empreender com decisão e clareza a ofensiva espiritual que invocava Pinheiro Machado. Delineja-se o conflito. Rodrigues Alves disequilibra a balança em favor de Minas. Campos Salles escreveu ao vice-presidente do Senado desistindo de sua candidatura inviavel. Publicada com atrazo esta carta, consta ter sido aconselhado Bernardino de Campos a ter igual atitude. De resto, o velho republicano sabe retrair-se com dignidade (234). Pinheiro apresenta Afonso Penna. O governo da Bahia, que apresentara a candidatura de Ruy Barbosa, diante da renuncia deste a uma luta inconveniente, e de sua aliança com a opposição, aceitou com entusiasmo o candidato do Bloco. Os demais aderiram a

(234) Motta Filho, *Uma grande vida*, p. 203.

essa fórmula (Afonso Penna e Nilo Peçanha) que tinha por si os melhores indícios de uma renovação de processos, de mentalidades é sistêmas. Conselheiro da monarquia e amigo de Rdrigues Alves, delegado do maior Estado brasileiro, homem de bem, que na administração de sua provincia resolvera com energia a questão da mudança da capital, hõmbreando-se com os estadistas moços na firmeza e no optimismo de sua conduta — Afonso Penna reforçaria as condições do regimen num clima de trabalho fecundo.

Ritmo novo

Bem sentiu o que significava a sua eleição. Empreendeu uma viagem por todo o país, a informar-se das regiões economicas e das situações locais, cuja fórma oligarquica fõra sustentaculo e impopularidade, apoio e precalço para Campos Salles. Não imaginou contrariar, nas diretivas principais, a administração anterior. Chamou para o seu ministerio gente nova, em harmonia com a juventude inteligente de Carlos Peixoto, logo elevado á categoria de chefe parlamentar da politica oficial. Tavares de Lyra na pasta da justiça, Miguel Calmon, com 27 anos apenas, na da Viação, ao lado de David Campista (fazenda), Rio Branco (exterior), Hermes da Fonseca (guerra), davam ao governo incipiente uma tonalidade de ação construtiva e pressurosa. Na Camara, cuja presidencia assumiu Carlos Peixoto, o bastão de “leader” da maioria passou para as mãos juvenis de James Darcy,

representante rio-grandense que dissentia de Pinheiro: é o declínio deste, logo a oposição que se declara, entre o vice-presidente do Senado e a politica do Cattete, é — na incompatibilidade que se agrava, entre o pensamento mineiro e a autoridade do “general” — o prólogo da crise que irá abreviar os dias do honrado chefe da nação. A resposta de Pinheiro não demorou. . .

1906 foi um ano de largas esperanças cívicas com a solução feliz do problema presidencial. 1907, um ano de atividades exuberantes. O quadriênio de Rodrigues Alves completa-se com esse periodo de febris iniciativas. Miguel Calmon, á frente dos negocios da Viação, faz comunicações ferroviarias, povoamento e colonização, como nenhum ministro conseguira ainda: a sua administração elevou a quilometragem de trilhos no Brasil ao dôbro da cifra até então atingida. Ficaram estudadas as articulações racionais entre todas as zonas produtivas, de maneira a cobrir-se o país de estradas, numa rápida valorização dos sertões sempre esquecidos.

Então se completam a ligação de São Paulo ao Rio Grande (cobrindo a via-ferrea o velho caminho das tropas de Sorocaba), do Rio de Janeiro a Vitoria, da Central do Brasil a Pirapóra onde a esperavam os vapôres do São Francisco, de Itapura a Corumbá em procura da fronteira boliviana. . . Foram aprovados os projetos de ligação da rêde da Bahia com a Vitoria a Minas e Pernambuco com a Timbó-Propriá, para se fechar o circuito

ferro-viario do litoral (235). E o contrato para a construção da Noroeste, logo confiada á competencia técnica de Sampaio Corrêa, augurava definitiva integração dessas terras longinhas no "bloco" nacional.

Para o oeste

A Rondonia (236) é de 1907; de 1908 a Noroeste.

A abalada para o "far west", a junção afinal, da selva mais ocidental á costa, que continuára ignorante desses sertões subitamente evocados pelos litigios de fronteiras, por pitorescas expedições de sábios alemães — completa um ciclo histórico.

A viagem do coronel Candido Rondon para ligar ao nordeste mato-grossense o Acre, o Alto Juruá e o Purús (1907), ultimada em 1913, com a "entrada" de Rondon e Theodoro Roosevelt, representa uma conclusão de reconhecimentos pacientes e demorados: as "bandeiras" do "ouro de Cuiabá", as incursões dos capitães del-rei de Portugal, os demarcadôres do fim do seculo XVIII, os naturalistas-antropologos do segundo quartel do seculo

(235) *Miguel Calmon* — "In Memoriam" — p. 41, Rio 1936.

(236) Foi Roquete Pinto que assim denominou a região entre os rios Juruena e Madeira, em 1915. É de 1912 a viagem do nosso grande antropologista e homem de letras, que lhe inspirou o livro de igual titulo (*Rondonia*, 3.^a ed., p. 17, 1935). Vd. *Revista da Sociedade de Geografia*, tomo XXV, Rio 1922.

XIX... Graças a Rondon, são trilhadas as regiões dos Parecis, dos Nambiquaras, do Juruena até o Madeira, incorporando á civilização territorios ricos (mais de 150 mil quilometros, e populações aborigenes exquivas, agressivas, que resistem, e se deixam vencer, pelos agrados e tacto do pioneiro generoso e hábil. Os fios telegraficos (5 mil quilometros!) acompanham a marcha. As estradas abertas orientam a penetração devassadôra, violando os segredos da selva desconhecida do homem branco. Reconhece-se afinal a comunicação entre as bacias do Amazonas e do Prata (237). A imprensa do Rio chama o coronel de "Stanley brasileiro" (238). Roosevelt compara-lhe o esforço ao dos americanos rasgando o canal do Panamá... A Madeira-Mamoré procura, de um lado, a Bolivia; Rondon, d'outro lado, comparavel aos maiores exploradores dos tempos modernos, a ligação entre o Mato Grosso e a Amazonia. Quando se completasse a Noroeste, vazando-se, no planalto paulista, a riqueza dos chapadões mato-grossenses, estaria o Brasil aritculado por um flexivel sistêma ferro-viario que lhè traduziria a propria unidade (239).

(237) Coronel F. Jaguaribe de Mattos, *Les idées sur la physiographie sud-américaine*, p. 50, 1937.

(238) S. Rangel de Castro, *Quelques aspects de la Civilisation Brésilienne*, p. 119, Paris 1930.

(239) Vd. Euclides da Cunha, *Contrastes e Confrontos*, p. 322, nota, Porto 1907.

A mesma dificuldade retardou a construção das grandes estradas brasileiras de penetração: a malária. A Madeira-Mamoré tantas vidas custou que se disse representar cada dormente um operario morto. A Noroeste, entre Baurú e as barrancas do Paraná, foi feita pelo rijo e estoico trabalhador nacional, a despeito das febres, dos indios, do banditismo, do deserto. Uma comissão medica — da escola de Osvaldo Cruz — na Amazonia e em S. Paulo coadjuvou decisivamente a engenharia. Dez anos depois, a Noroeste era uma soberba novidade economica e social entre as componentes da civilização pátria. Um ciclo novo no seu inicio — propoz Artur Neiva: o italo-brasileiro... (240).

“Aos poucos tudo serenou; as povoações surgiram e cresceram, o que fazem ainda de maneira descompassada. Aqui, é Bariguy, que no meu tempo era uma chave de estrada de ferro, onde não parava guarda que não fosse trucidado pelo caingangue... Bariguy é uma cidade com escolas, luz electrica, onde o terreno urbano hora a hora se valoriza.” (241).

Aspectos de “rush” norte-americano: pioneiros, linha ferrea, aborigenes disputando com furor a terra invadida, e, atraz do tumulto heroico, da abalada, a povoação florescente, a agricultura, o progresso sem memória, só vendo presente e futuro... Terras sem passado. De hontem e

(240) *Daqui e de longe*LL, p. 129.

(241) A. Neiva, *ibidem*.

de hoje. A crise da borracha definhou a Madeira-Mamoré; a eclosão do café enriqueceu a zona fecunda da Noroeste (242).

Um apogeu: 1908

No mesmo prazo administrativo foram inauguradas mais de 3 mil quilômetros de linhas telegraficas. Rondon une pelos fios Mato Grosso ao Amazonas. Dirige Sampaio Correa o serviço de duplicação do fornecimento d'agua ao Rio de Janeiro, considerado por Osvaldo Cruz uma condição essencial da sua obra sanitaria. Frontin superintende o serviço de estradas de ferro. Carlos Chagas e Artur Neiva distinguem-se nos trabalhos de profilaxia do impaludismo das zonas vizinhas da Capital, e a mesma organização de defesa sanitaria auxilia os estudos ferroviarios da Noroeste, do prolongamento da Central do Brasil e da Madeira-Mamoré. Crea o ministro da Viação os serviços do Povoamento do Solo (sob a direção de Joaquim Francisco Gonçalves Junior, benemerito engenheiro) e Estatistica Geral (confiado a Bulhões Carvalho, cujo valor técnico tanto se evidenciou no Recenseamento de 1920). A entrada de imigrantes atingiu numeros ainda não alcançados, e vinte nucleos coloniais,

(242) A receita da Noroeste, v. g., no seu primeiro ano foi de 1:847\$, e em 1921, 6.490:000\$... (A. Marques, *Mato Grosso*, p. 135, Rio 1923).

então fundados, logo se emanciparam. Os postos da Bahia e de Recife foram aparelhados nessa oportunidade.

Um ambiente de geral animação econômica podia inspirar iniciativas mais vistosas. O problema social começa a preocupar o governo. Entusiasta da livre-associação dos produtores para suprir e orientar a ação oficial, o ministro confia no cooperativismo. O decreto legislativo n. 1637, de 5 de Janeiro de 1907, trata dos sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Até 1931, é a única lei do gênero no país. Em 1908 fundou o sr. Plácido de Mello, em Friburgo, a primeira Caixa Rural do tipo Raiffaisen (243). Idéas novas, marcavam rumos, predestinavam a revisão dos métodos administrativos, as fórmulas do nosso tempo...

Festejava-se — em 1908 — o primeiro centenário da abertura dos portos.

O sonho de Cayrú realizárá-se nas suas linhas proféticas. A chancelaria de Rio Branco almejava consagrar, com uma brilhante encenação internacional, a “renascença” carioca. Afonso Penna queria mostrar que o regime se normalizárá. Miguel Calmon ufanava-se dos índices de prosperidade que seriam apresentados numa grande feira onde se representassem todos os Estados. Surgiu, da necessidade de documentar-se a situação do Brasil, a Exposição de 1908, que retomava a tradição im-

(243) H. Eboli, *Anais da Conferencia Internacional Algodoeira*, II, 286, Rio 1924.

perial, de analogos certamens (1861 e 1874) imitados á Inglaterra e á França.

Na Praia Vermelha se construiu uma pequena cidade “feerica” de pavilhões monumentais, de perspectivas fantasticas, de esplendôr fascinante.

O assassinato do rei de Portugal contrariou o plano de Rio Branco, de prestigiar o Rio de Janeiro com tão illustre visita. Mas o exito da Exposição foi retumbante.

Onze mil expositôres mostraram a um milhão de curiosos o que o país produzia. A imprensa universal registou o “caso brasileiro”. Na paz pública, a nação de multipla riqueza achára, sem duvida, o seu caminho de civilização apressada e sólida. Entraram capitais estrangeiros. A industria centuplicava a sua força expansiva. Apesar da aparente indiferença do governo federal pela sorte do café, a valorização em São Paulo lhe aguentára os preços: e a borracha melhorava continuamente, no mercado de Londres. Rio Branco sentia-se triunfante.

A Conferencia de Haia coroára, com um reflexo de gloria intelectual, a sua politica voluntariosa.

Ruy Barbosa aceitára a chefia da delegação do Brasil ao grande congresso da Paz, para afirmar os principios idealistas, de profunda fidelidade ao direito, que nos orientavam a ação exterior. Batendo-se pela causa dos pequenos Estados, assegurando-lhes a igualdade, sem considerar que as potencias maiores já não toleravam essa linguagem agradavel á consciencia juridica da America — por certo impediu que fizessemos acôrdos lisonjeiros,

com a Rússia, a Alemanha, a Inglaterra, a França (244). Mas recomendou o Brasil aos aplausos do nosso continente. Ganhamos em popularidade aqui o que perdemos acolá em oportunidades diplomáticas. O Barão regozijava-se. Tudo andaria bem se a honesta politica ajudasse a eclosão das energias economicas...

Crise politica

A politica ,porém, mudou de fisionomia.

Em contraste com a tranquilidade do trabalho, agitava-se o mesmo espirito partidário que, em 1905, interrompera a influencia diretiva de S. Paulo.

(244) Vd. Rodrigo Octavio, *Minhas Memórias dos Outros*, Nova série, p. 313, Rio 1935.

XVI

PINHEIRO

Esperava-se que o sucessôr de Afonso Penna fosse João Pinheiro, que governava Minas Gerais com um espirito novo: com sociologia, com economia pratica, com o bom senso montanhez, com energia exemplar.

João Pinheiro é o Castilhos do Brasil central. Menos o positivismo, tem dele a visão de conjunto e o sentimento da terra. Em 1907, os ouvidos brasileiros ainda não se tinham acostumado ás frases que seriam moda dez anos depois: “realidades nacionais”, (245) “politica de educação”, “economia orientada”. O caso do politico mineiro parece-se com o de Alberto Torres: com as responsabilidades d’um alto governo no principio da carreira, pois por alguns mezes administrára o Estado em 1890, depois se desiludira da politica militante e déra de meditar

(245) Leia-se Azevedo Amaral, *O Brasil na crise atual*, p. 174, S. Paulo 1934.

nos problemas gerais do país. Chamado em 1906 para o governo, falava uma linguagem brilhante e reformadôra: forças imanes, crença no futuro e nas virtudes da raça, certeza de que a produção só seria satisfatória com a técnica, necessidade de instrução rural, de escolas agrícolas, de regeneração do trabalhador dos campos... Aliava a esse plano "orgânico" a austeridade d'uma influencia moral extensa e reparadôra. Mas João Pinheiro morreu em Belo Horizonte em 19 de Julho de 1908. Alguem disse: a sua morte desviou o curso da historia do Brasil (246). Porque retirou á politica presidencial o seu esteio mais rijo.

Pinheiro Machado, que fizêra Afonso Penna, não lhe perdoava a "politica pessoal", de que se incumbira, na Camara, Carlos Peixoto. Como levantára, contra Bernardino de Campos, o "bloco", em nome da liberdade que deviam ter as "forças partidarias" para escolher o sucesôr do presidente, creou uma opposição feçoz a David Campista, candidato officioso para o quatrienio seguinte. O morro da Graça converteu-se em reduto do "shisma" parlamentar. Para destruir a candidatura mincira precisava de outra tão forte que arrastasse os principais elementos da cêna partidária. Apelou para o ministro da Guerra. O marechal Hermes, sobrinho do fundador da Republica, realizára memoravel administração militar. Desfrutava,

(246) João Pinheiro Filho, *Problemas Brasileiros*, p. 29, Rio 1938. A frase é atribuida a James Darcy e abonada por Julio de Mesquita.

na classe, a popularidade de um chefe devotado, de um republicano puro. Crescera, desde 1905, como um símbolo, uma esperança, uma solução. Representava o Exército que desfilara em 15 de Novembro, o “deodorismo”, que esquecera a desilusão de 1891, a idéia do Estado energético, contra o liberalismo civil a cuja conta corriam as deturpações do regimen, possivelmente a mentalidade que, em 97, resistira a Prudente, que em 1904 enfrentara Rodrigues Alves... Se aquiescesse á manobra de Pinheiro, fazendo-se candidato para obstar á vitória “mineira”, a situação anterior a 5 de Novembro de 1897 se renovaria, pelo chόque, entre os “ortodoxos” e o civilismo. Dantas Barreto prometeu auxilio dos generais mais em evidencia... O marechal aceitou. O golpe acertou no coração do governo (247). Foi tambem mortal para Afonso Penna. “Julgo inconveniente que se continúe a sustentar tal candidatura”, declarou ele, em carta ao presidente, de que o “Jornal do Comercio” publicou este resumo (248).

O civilismo

Apresentada a candidatura Hermes, a de David Campista, assim vétada, perdeu o proprio apoio de Minas

(247) Vd. Dantas Barreto, *Conspirações*, p. 92.

(248) Alberto Sarmiento, *No Parlamento* (Discursos), p. 567, Rio 1924.

Gerais, cuja representação se dividiu. Carlos Peixoto deixou a presidência da Câmara. O Partido republicano paulista, com Bernardino de Campos á frente, identificou a fórmula pinheirista com a oposição de Castilhos a Prudente e a de Lauro Sodré a Rodrigues Alves: e jurou defender um nome civil. Ruy, que aderira a Pinheiro contra Bernardino de Campos, aliou-se a este contra aquele, coerente com as suas lutas anti-florianistas, as suas atitudes liberais. A inesperada morte de Afonso Penna (14 de Junho) tornou dramático esse instante da evolução republicana. Ruy disse alto o que, aos cochichos, se insinuava: morrêra o presidente de traumatismo moral, desgostoso com o tumulto que se formára em torno de sua sucessão.

Para concluir o quatrienio, assumiu o governo Nilo Peçanha. Esposou a causa do marechal. Ruy e Albuquerque Lins, unidos S. Paulo e Bahia, foram os candidatos civilistas .

Pela primeira vez uma campanha eleitoral em gigantescas proporções ia sacudir o país. No seu idealismo, de profundo conhecedor das instituições estrangeiras, imaginava Ruy galvanizá-lo á maneira norte-americana, arrancando ás suas fontes de opinião um voto expresso. A sua eloquencia comoveu as elites, abalou, de norte a sul, a nação. Experimentou o afago de uma popularidade sem precedentes. Viajou triunfalmente por S. Paulo, Minas e Bahia.

A “aguia de Haia”, o “genio da liberdade”, o “apostolo da democracia”, titulos que a imprensa lhe deu com a sanção das multidões embevecidas pela sua retórica incandescente, iluminou os horizontes do Brasil com um debate educativo, febricitante e prolixo. Dir-se-ia incumbido pela Providencia de proclamar a nova Republica, da sinceridade demo-liberal, das eleições autênticas.

Mas o adversario era invencivel.

A par da maioria dos Estados ,em mãos de governos aliados do vice-presidente do Senado, contava o marechal com o apoio de sua classe, e contava Pinheiro com a “máquina” ,no seu triplicé aspecto, federal, provincial e municipal. A organização que Campos Salles instalára, para reforçar a ação do centro ,e agora sustentada por Quintino, Glicério, Antonio Azeredo, Sabino Barroso, Urbano Santos, resistiu, incólume, á investida do proprio Partido Republicano paulista. O civilismo perdeu nas urnas o que ganhou nas ruas. O poder verificador era o proprio Congresso, que Pinheiro dirigia... Venceu, sem convencer. Ficou a ressonancia verbal do civilismo. Falhou na estrategia da campanha, porém se infiltrou nas consciencias, preparando, para o quatrienio inquieto do candidato vencedor, a atmosfera impopular em que haveria este de sofrer uma opposição ainda mais tenaz, ágil e rancorosa do que a enfrentada pelos tres presidentes civis, no periodo da estabilização do regimen.

No domínio do morro da Graça

O exito de Pinheiro foi absoluto. O morro da Graça dominou com a sua sombra ambiciosa o Cattete. Mas o governo que ele propiciára não se beneficiou de largos dias construtivos: foi tormentoso, desigual e, por vezes, trágico. Entendeu de desmontar as “oligarquias”, que datavam do principio do seculo: substituiu-as pelas “salvações”. Floriano revive tardiamente, nesse plano de reconstrução temerária. Também oficiais afoitos e telegramas equivocos derrubam governos surpreendidos. Generalizam-se as “intervenções”. E o “estado de sitio” transforma-se em elastica medida de prevenção, prolongando-se mezes a fio, ano após ano, como uma condição normal de governo . . .

Repetem-se acontecimentos infaustos, que desde 1904 não viamos mais.

O ano de 1910 não se encerra sem a revolta dos marinheiros, que, a bordo dos couraçados, exterminam alguns officiaes e ameaçam bombardear a capital, em protesto contra os castigos corporais em uso na armada (23 de Novembro). Para evitar desastre maior, o Congresso concede aos rebeldes, cujos canhões intimidavam o Rio, uma anistia antecipada.

Por esta ocasião visitava a Guanabara o jurista James Bryce. Deduziu com ligeireza um amargo comentário sobre a decadencia da Republica em climas sul-americanos... Será o povo digno desta terra? — perguntou,

consternado (249). De resto, o mal estar se espalhou pelo país todo. Em 9 de Dezembro, rebelam-se os fuzileiros navais na ilha das Cobras. Foram reduzidos á obediencia pela artilharia legal. O estado de sitio, após a frustrada insurreição dos fuzileiros na Ilha das Cobras, aplaca a inquietação das ruas. Mas o choque produzido pelos dous episodios aguça e estimula o sentido militarista da politica oficial. Um grupo de generais envolve-se nos acontecimentos, acentuando uma incompatibilidade inicial com a absorvente influencia de Pinheiro (250), cujas vistas partidárias não passam dos fatos do dia: sua luta com a situação paulista, a necessidade de substituir os governadores oposicionistas pelos correligionários...

As “salvações”

O periodo das “intervenções” antecede, contudo, o quatrienio Hermes. Em Outubro de 1910 a flotilha amazonense bombardeia Manáos, para depôr o presidente infenso a Pinheiro. Nilo Peçanha ordena a sua reposição. Logo em seguida — no primeiro mez do novo governo — diante da duplicata de poderes do Estado do Rio intervem o marechal, para impedir a posse do candidato da opposição (Edwiges de Queiroz, sustentado pelo antecessor,

(249) Vd. Baptista Pereira, *O Brasil e a Raça* p. 45, S. S. Paulo 1928.

(250) Vd. Dantas Barreto, *op. cit.*, p. 208.

Alfredo Backer) e impôr a do amigo de Nilo Peçanha, Oliveira Botelho, sem embargo da ordem de "habeas corpus" que a assembléa obtivera... O Supremo Tribunal perde o seu tempo em conceder tais medidas protetôras de direitos políticos. Erra decérto, deixando-se levar para o terreno das paixões do momento, numa abusiva, perigosa interpretação do remedio juridico. Não lho respeita o governo, no caso dos vereadores do Distrito Federal. Nem se exime o marechal das afeições e compromissos de familia. Interfere em Pernambuco, a favor do velho barão de Lucena que combatia Rosa e Silva, e no Ceará, pelo coronel Franco Rabelo, que fôra secretario do governador partidário de Deodoro. O ministro da guerra, Dantas Barreto, deixa a pasta, para disputar o governo pernambucano. A guarnição federal apoia irresistivelmente o general. Corre sangue em Recife. Numa atmosphéra de terrôr é vencido Rosa e Silva, e assume o poder, reconhecido pela assembléa onde não pôdem figurar os deputados rosistas, Dantas Barreto. O ministro da viação, Seabra, aspira ao governo da Bahia. Pinheiro mandára rasgar o seu diploma de senador por Alagoas, em 1906. Não poudé evitar a sua escolha para o ministério de 1910: Seabra era sustentado pelos mais dilétos auxiliares do marechal. Este vae em visita á Bahia, com o fim evidente de prestigiar o ministro. Um acôrdo imposto á politica estadual, com a partilha dos logares de representação, não impede ou remove o drama. O governador, Araujo Pinho, vê com alegria a sua successão pro-

metida, por um convênio das forças locais, a Domingos Guimarães. Seabra, entretanto, é candidato. Como Dantas Barreto, tem o apoio do centro. Debalde procura Rio Branco obstar á dupla intervenção, em Pernambuco e na Bahia, de repercussão deploravel nos meios diplomaticos, como indícios d'uma profunda anormalidade politica. A' vista dos acontecimentos, chegou a pedir demissão (251). Estava, alem disso, doente. Surpreendeu-o a morte, em 13 de Fevereiro de 1912. O impulso é dado do centro: porém os sucessos têm uma logica propria. Os atritos entre a policia e o exercito, na Bahia como em Recife, os atos defensivos dos governos ameaçados ,a publicidade terrificante, que impacienta e intranquiliza o povo, certamente estavam a exigir uma energia reparadôra, que obstasse á tragedia. O marechal não autoriza nem evita. Silenciosa e cauta foi a sua resistencia a Pinheiro, que se obstinava em preconizar a intervenção em S. Paulo, para a qual se preparáva, em fórmula de uma reação desesperada e extensa, o grande Estado. Poupou ao Brasil uma cêna revolucionaria de amplas proporções, recuando desse proposito. Devia horrorizar-se com o imprevisto bombardeio da Bahia. Brutal e desnecessario.

(251) Alberto de Faria, *Revista da Academia Brasileira*, XXXIV, p. 16, (1930); Rodrigo Octavio, *Minhas Memorias*, nova serie, p. 210.

Super autonomias

S. Paulo armára-se. Fôra o consêlho dado em 1892 a Bernardino de Campos por Campos Salles (252).

Em 1904, nos dias angustiosos da revolta carioca, Rodrigues Alves contára com a força publica do seu Estado, posta a suas ordens pelo presidente Jorge Tibiriçá. Era secretario da justiça, energico e resolutivo, o sr. Washington Luis Pereira de Souza. Um batalhão paulista desembarcou no Rio em 15 de Novembro, na manhã da occupação da Escola Militar. Se Travassos tivesse vencido a resistencia federal, tropeçaria, na "gare" da praça da Republica, com os conterraneos do presidente deposto. Tibiriçá cuidou de manter aguerrida brigada: em Março de 1906 instrutores francêses dêram-lhe o feitio e a técnica de um pequeno exercito. Esse "espirito" defensivo foi utilizado sem mistérios em 1911 e 12. O Partido Republicano militarizára os municipios, mobilizára tropas efetivas e voluntárias. "A propria capital se debatia, por fim, num apertado cerco, pois os pontos estrategicos e dominantes da cidade estavam fortemente guarnecidos" (253).

"A intervenção no Estado de S. Paulo foi projetada — testemunhou, em 1914, o marechal Menna Barreto, mi-

(252) Carta cit. por Motta Filho, *Uma Grande Vida*, p. 273.

(253) Coronel Pedro Dias de Campos, *O Espirito Militar Paulista*, p. 165, S. Paulo 1923.

nistro da guerra áquela época —: tanto que, na qualidade de ministro da guerra, tive ordem do Presidente da República para nomear uma expedição de forças militares, afim de seguirem para ali. Nesse sentido dei ordens por escrito... Posso entretanto afirmar que a aludida intervenção era incessantemente reclamada perante o marechal presidente e perante mim mesmo pelo então ministro da Agricultura Dr. Pedro de Toledo, como representante da opposição ao governo de São Paulo”.

Atesta o almirante José Carlos de Carvalho (avisado em 28 de Dezembro de 1911, por Cincinato Braga e Valois de Castro, da iminencia do conflito), que o governo paulista, com a cooperação do chefe da missão francesa, coronel Balagny, estudára um amplo sistema de defesa das fronteiras e do porto de Santos...

“Antes, porém, da marcha das forças (depõe Menna Barreto) o marechal desistiu da aventura, e, em seguida, fez partir para São Paulo o Dr. Fonseca Hermes, em missão especial, cujo resultado é publico e notorio, poz termo á agitação altamente alarmante dos espiritos provocada por aquella tentativa”. (254).

Suprimiu-se o chόque; mas perdurou o seu equivoco. A politica de agressão do “pinheirismo”, inutilizando as tendencias judicarias do regimen, estimulou o armamen-

(254) Vd. Hermes da Fonseca Filho, *Pinheiro Machado*, p. 190, Rio 1938,

tismo estadual, exatamente onde organizações partidárias robustas e veteranas representavam uma força vigilante.

O sistema federativo retocava-se, com esses traços perturbadores e com esses valores perigosos. Insensivelmente ao Exército nacional se opunha — em tésé — um exercito local. Exército e contra-exército. Milicias de manutenção da ordem interna, como deviam ser, constitucionalmente, as dos Estados, na evolução das crises e no violento rumo da politica se transformaram em “quantidades de influencia”. As “salvações” de Pinheiro agravaram, irremediavelmente, o mal-entendido que nisso houve. Castilhos e Bernardino de Campos ajudaram poderosamente o regimen, em 93. Desapareceram os problemas daquela hora terrível sem perecerem as suas consequências naturais: os disturbios de 1910-1914 mostraram, na deformação das instituições, a sôma de ameaças que se acumulavam nos horizontes do Brasil. Daí a necessidade de governos cautelosos, que perseverassem na politica de “justiça” federal; o acerto momentaneo do método de Campos Salles, reconhecendo, sem melhores indagações, as *oligarquias* regionais; a verdade que pré-gava Ruy Barbosa, de redenção do regimen pela regeneração do voto, pelo deslocamento dos fatôres permanentes do dissidio interno, por que os substituísse a Republica dos podêres harmônicos, da representação autêntica, presidencialismo equitativo e moderado...

Pinheiro vivia no clima agreste e belicoso de sua “divisão do norte”, de suas jornadas heroicas... As “salvações” continuavam!

Díficeis momentos

E' típico o que então acontece na Bahia.

O governador Araujo Pinho renuncia em bôa hora. Apressava-se a eleição do sucessor, e talvez se poupasse a propalada violencia. Afinal á maioria da assembléa que combate o seabrismo ocorre apenas um ardil, aliás extravagante e ineficaz: transfere-se para a cidade longinqua de Jequié, pondo de permeio, entre a representação e a desordem, um sertão sem estradas. Ruy colaborou nessa solução engenhosa. Devéras, não aproveitou á paz. Os deputados seabristas quizeram naturalmente reunir-se no edificio da Camara desamparado pelos colegas mas logo ocupado — para impedir-lhes o ajuntamento — pela policia. Apelaram para o juiz federal Dr. Paulo Fontes, impetrando uma ordem de “habeas corpus”. O ambiente tornara-se funesto. Armada e reforçada, a policia instalara-se nos proprios estaduais; aprestara-se a guarnição federal para atacá-la. Requisitou então o juiz ao governo da Republica os meios necessarios para o cumprimento do “habeas corpus” concedido. Nem se esperou pela apreciação dele, como seria certo, pelo Supremo Tribunal. “A resposta á segunda requisição foi um telegrama ao general Sotero de Menezes — comandante do distrito militar, com a rubrica — “M. Hermes” —, determinando que as guarnições do Exercito e da Marinha existentes na Bahia

cumprissem o mandado do juiz requisitante” (255). O general deu uma hora para a desocupação dos edificios... Como dispunha somente de dous batalhões, preferiu utilizar a artilharia. Era em 10 de Janeiro de 1912. O bombardeio foi breve, exato e terrível. Arderam o Palacio do Governo, a secular Bibliotéca Publica, a do velho Gremio Literario, alguns sobrados... (256).

Surprêsa e consternação refletiram-se em todo o país. Porque tamanho excesso? O Supremo Tribunal — ao calor da indignação geral — reformou unanimemente a sentença do juiz. Demitiu-se ruidosamente o ministro da marinha, almirante Batista de Leão. O presidente mostrou não concordar com os bravios atos do general Sotero, mandando restaurar o governo deposto, Aurelio Viana. Já não surtiria efeito. O general Vespasiano foi um tardo mensageiro de pacificação que se consumára antes, ao estrondo das armas. Mandou-o o presidente para repôr o governador legitimo, por exigencia do barão do Rio Branco — á beira da morte (257). O candidato reconhecido, o sr. Seabra, empossou-se no governo do Estado. Era um epilogo sem sobresaltos d’um drama lancinante. A imprensa do Rio scandalizava-se, dando uma ressonancia aflita aos protestos de Ruy: e a irritação revertia,

(255) Raul Alves, *Historia Politica dos governos da Republica*, p. 178.

(256) Vd. José de Sá, *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*, p. 366, Bahia 1918.

(257) Alberto de Faria, *Revista da Academia*, cit.

em forma duma impopularidade mortificante, sobre o chefe da nação que não pudéra moderar as "salvações". Sergipe, Alagoas, Ceará incluem-se na orbita do pinheirismo: e este habilmente desvia o golpe que o marechal Meina Barreto preparava contra Borges de Medeiros, como candidato á sucessão rio-grandense. Não lhe tócam na politica local; porem tem de abrir mão de sua hostilidade ao Partido Republicano Paulista. O clarão dos incendios da Bahia, os tiroteios de Fortaleza, os assassinatos de Recife se renovam em Belem. O "caciquismo" de Antonio de Lemos (outro "partido republicano" que se esboça) é obrigado a concordar com a "conciliação", de Enéas Martins.

1913 começa sob outros signos. O predomínio de Pinheiro arrefece, na reação dos Fonseca, cujo principal apoio politico estava na Bahia, de Scabra. O exercito confessava o seu descontentamento. Uma publicidade feroz exagerára o perfil politico de Pinheiro até a lenda e o paradoxo.

O peso do morro da Graça sobre a estrutura republicana parecia esmagador.

O presidencialismo não suporta, de resto, dualidade de dirigentes: o presidente e o condestável.

Pinheiro centralizava a politica. O Partido Republicano Conservador era ele. O reconhecimento dos parlamentares dele dependia. A sorte dos Estados enfeixava-se nas suas mãos autoritarias. O perfil de caudilho, que se lhe bronzeára na campanha federalista, adquirira, no inde-

ciso cenário da capital, onde se agitavam as corrêtas sobrecasacas dos senadores, a linha imperativa d'um chefe que sabe ser amêno, compreensível, associativo, e implacável. A sua força era um mixto de influencias: o Rio Grande, o comando do Senado, os consêlhos da maioria legislativa, a autoridade administrativa resultante do seu poder de, na votação da "cauda orçamentaria", cortar ou acrescentar despesas vitais.

Entre os carirís e o contestado

Incorrêra Franco Rabelo, o coronel governador do Ceará e amigo dos FONSECAS, no desagrado do vice-presidente do Senado pronunciando-se imprudente e antecipadamente contra a sua possível candidatura á substituição do marechal. A antipatia de Pinheiro era decisiva: no caso da "terra do sol" foi fulminante. Deu forças á opposição, de Floro Bartolomeu, que conflagrou, contra o governador, os adustos sertões do Cariry e as suas populações misticas. E' quando surge a figura contraditória do padre Cicero Romão Batista.

A "guerra do Cariry" e, no ano seguinte, a do Contestado, lembram, nos contornos do agreste movimento de rebeldia e fanatismo, Canudos e o seu "Conselheiro". Pertencem a um ciclo á parte da nossa história rural. Aliando-se o môrro da Graça com o *beato* de Joazeiro, de fato se juntam correntes morais muitas vezes conluia-

das no decurso das crises politicas: o bacharel e o “jangunço”, o candidato e o seu eleitorado de bacamarte de faisca, o chefe da cidade e a clientéla sertaneja que se atrazára dous seculos na vida, e na luta (258). O padre Cicero não era um demente ou um ascéta, como o seu comprovinciano do Vaza-Barris: comungava com ele, porém, um providencialismo apostólico, um amôr da gente simples, uma vocação hospitalar, de grande protetor do “cangaço”, que lhe déram o prestígio de capitão espiritual e invencível do Cariry. Esse velho sacerdote que descambára em catequista de bandoleiros, considerado “santo” — na originalidade de uma existencia “milagreira” entre assassinos acoitados e “cabras” clavinoteiros que pediam humildemente “a sua benção” — não escondia um acentuado pendôr politico. Era com o “alter ego”, Dr. Floro Bartolomeu, senhor incontestavel e desconfiado de sua região. Não tolerava aí autoridades alheias. Podia de repente mobilizar um exercito de andrajos e carabinas, no qual se misturassem, homiziados de todo o nordéste, jangunços, tropeiros, honestos tabaréos e criminosos calejados, gente simples e corações duros, a elite, a vaza, a aristocracia e o rebotalho, das “caatingas” adjacentes... Isto fez em 1913. Apoiando-se á corrente de Pinheiro Machado se levantou, em armas, contra Franco Rabelo.

⁴⁰ (258) Gustavo Barroso, *O Santo do Bréjo* (romance), p. 88, Rio 1933.

O doutor Floro secretariava o padre. A réplica de Canudos era surpreendente: a argúcia do médico (desde 1908 acólito do beato) fôra buscar no Rio de Janeiro a aliança preciosa. O "Conselheiro" fôra imolado porque se suspeitou de sua conivencia com a opposição federal. O padre Cicero venceu, porque fez jogo inverso: tornou-se no seu oasis cearense, campeão da "legalidade"... pinheirista. O Dr. Floro, presidente da assembléa cindida, intitulou-se governador do Estado, cuja capital mudára para Joazeiro. Sem perder tempo, Franco Rabelo despachou contra ele todo o batalhão policial. Este contava investir um arraial, e encontrou um reduto. Em seis dias os fanaticos (seguramente guiados por hábeis técnicos militares) construíram, inexpugnável, uma trincheira de circumvalação, de tres legoas. O batalhão voltou para o Crato. Os rebeldes crearam alma nova. A segunda expedição fracassou igualmente. Dispersou-se em Barbalha. O comandante teve a idéa original de aconselhar aos soldados a fuga, apontando-lhes o deserto. Diante desse desbarato, o inteligente Dr. Floro tomou a ofensiva. Os *cangaceiros* marcharam sobre o Crato, que se rendeu, e, de roldão, sobre Fortaleza (259). Um espetaculo sem precedentes: o desfile dos "penitentes" de rosarios pendurados do "rifile", o cortejo dos guerrilheiros de "parnaíbas" no cinto e peitos nús condecorados de amulêtos, a grande investida dos "afilhados" do "padim Ciço" (padrinho Cicero),

(259) Sobre essa luta, o notavel livro de Lourenço Filho, *Joazeiro do Padre Cicero*, p. 153, S. Paulo, 2.^a edição.

contra a capital onde a civilização dos últimos tempos se aformoseára em cultos e brilhantes aspectos... As forças supostamente aniquiladas no Vaza Barris, desforravam-se com estrondo. Mesmo alguns fugitivos de Canudos brigavam ao lado dos escopeteiros de Aracatí e Cariris Nôvos. Representavam — veteranos do chóque de 1897 — o sertão bárbaro que recobrava os seus direitos. Tinham-se unido a eles fascinoras e voluntários da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e Bahia. O padre Cicero cresceu no espanto nacional: um “monge” onnipotente do nordeste...

Não foi uma calamidade, porque a resistencia do coronel cêdo se québrou, no desamparo a que a reduzira a inimizade de Pinheiro. Debalde a guarnição quiz auxiliá-lo e, no Rio, o Club Militar pretendeu socorrer o companheiro de classe investido pelo fanatismo abraçado á politica. O governo federal interveiu, para impedir o embate, em Março de 1914: mas nomeando interventor o coronel Setembrino de Carvalho, que assumiu o poder e renovou a situação estadual (260). Pinheiro vingou-se. O estado de sitio coíbiu as demonstrações prometidas, em favor de Franco Rabelo: e o padre Cicero ficou, triunfante e modesto, irresistivel e atento, em Joazeiro, donde não devia mais saír, respeitado como um taumaturgo e tenido como um caudilho. Teve o bom senso de nunca se insurgir contra o centro. O Dr. Floro contentou-se com uma

(260) Carlos Maximiliano, *Comentários á Constituição Brasileira*, 3.^a ed., p. 175 not.

cadeira de deputado federal. O sacerdote suspenso de ordens, acoitando bandidos, medicando enfermos, abençoando romeiros, distribuindo esmolas, sustentando a nevrose mística dos sertanejos que juravam a sua santidade, satisfez-se com a paz armada. Não foi inquietado. A nação respeitou o reduto “sagrado”, a rude Méca, a fortaleza religiosa de Joazeiro. Os “monges” de Canudos e do Contestado sacrificaram-se pela inespertêza de uma luta desigual: a sua visão municipal não atingira as zonas altas do poder central. O padre Cicero, sagaz e coerente, acatou com lealdade as ordens do Rio de Janeiro. E Joazeiro, enquanto ele viveu, permaneceu inacessível às autoridades profanas.

Sertões do sul

O conflito do Contestado é de espécie distinta. Folia-se, contudo, á mesma barbárie rural. O “monge” é o patriarca d’uma sociedade primária e aguerrida. Na ausencia do “chefe” politico, do “coronel”, sucessor do capitão de ordenanças da colonia, do vigario ou do juiz de paz, o “monge” dá a lei, regula a ordem e governa as almas.

Nos confins de “Santa Catarina errava, no começo do seculo, o “monge” João Maria. Estava-se no tempo das cinzas ainda quentes de Canudos e do inicio de Joazeiro, como concentração mística das “caatingas” nor-

destinas. O beato fizéa copioso proselitismo. Como o padre Cicero, era curandeiro e apóstolo. Missionava e medicava. Substituia a autoridade, na solução dos litígios sertanejos, e disseminava a fé através dos caminhos silenciosos, que as obras da linha férrea da Noroeste encheram subitamente de vida e rumôr. Morrendo ele, tomára a direção dos fanaticos José Maria Agostinho, em 1911 expulso, com centenas de "discipulos", dos arredores de Curitiba para a propicia região "contestada", entre Paraná e Santa Catarina. A penetração da estrada de ferro transtornára os hábitos do povo simples e a questão dos limites inter-estaduais facilitou e agravou a luta (261). Onde não ha um policiamento respeitavel, e contendem, rivais, (262) os poderes que deviam assegurar a tranquillidade pública, resaltam, indomaveis, as energias dissolventes. José Maria apoderou-se do sertão que os catarinenses disputavam aos paranaenses, e estes áqueles. Em 1912, perseguidos por um contingente policial do Paraná, os fanaticos reagiram com ferocidade: foi a guerra. A manhosa politica municipal entrou em cêna. Valeu-se decérto dos "caboclos" como de um instrumento de chôque, para complicar um problema na sua origem simples e removivel. Tornou-o imenso o revéz do Regimento de Segurança do Paraná nos campos do Iraní. Entrou em ação uma arma ainda não experimentada nas lutas inter-

(261) Osvaldo R. Cabral, *Santa Catharina*, p. 385, S. Paulo 1937.

(262) Sobre a participação politica na luta, *op. cit.*, p. 389.

nas: a metralhadora Maxim. Com 58 praças foi o bravo capitão João Gualberto assaltado por 300 fanaticos armados de facões, rifles e terçados. Quiz manejar a metralhadôra, e esta falhou. Atacado pelo "monge", prostrou-o a tiros de revolver, porém não lhe evitou o golpe de facão, na cabeça: tombaram mortos, o chefe legalista e o caudilho tôrvo (263). A força debandou.

Logo os dous Estados interessados cuidaram de remeter tropas: a acêsa questão limitrofe poderia transformalas em beligerantes. Achou o governo federal indispensavel uma intervenção em regra, afastando os contingentes estaduais. Mas agiu hesitante e economicamente, repetindo, no sertão do sul, o erro outr'ora cometido no sertão do norte.

Pequenas expedições foram lançadas sem resultado sobre o reduto de Tacuarassú, o arraial de Canudos dos fanaticos do Contestado. Só foi arrasado em Fevereiro de 1914, pela artilharia de montanha (comando do tenente-coronel Duarte de Aleluia Pires). Mas os sertanejos se fortificaram adiante, no Caragoatá, dominio do fazendeiro Manoel Alves, protetor deles, e por isso aclamado... "imperador". Os soldados não podiam desalojar aquella furiosa gente com algumas peças, umas centenas de baionetas, num territorio desconhecido. A campanha prolongou-se, favoravel aos rebeldes bem escondidos e entrin-

(263) Lima Figueiredo, *Oeste Paranaense*, p. 197, S. Paulo 1937.

mheirados. A brigada do general Frederico de Mesquita (Março de 1915) destruiu o reduto de Santo Antonio. Uma vitória precária. Ficou um batalhão em Porto União. Aproveitaram-se da dispersão dos adversários, os bandoleiros, para depredar as fazendas do Campo de São Roque e incendiar a estação de Miguel Calmon. O capitão Matos Costa saiu contra eles, e, surpreendido ao desembarcar do trem, foi morto, com dez praças. Esse sacrifício alertou afinal o governo. Seis mil homens foram mobilizados, às ordens do general Setembrino de Carvalho, o reduto de Santa Maria caiu, ante a impávida investida do capitão Potiguara, a coluna do coronel Estillac Leal tomou o reduto de Santa Maria, e a ferro e fogo os regimentos federais expugnaram as matas inçadas de clavino-teiros, vingando, n'uma ação definitiva, tantas vidas perdidas na zona "contestada" (264). Tres anos durára o conflito...

E' certo que, com os próprios recursos, e a despeito de sua selvagem valentia, os acólitos do "monge" não teriam sustentado tanto tempo o chóque das expedições punitivas. A meúda politica municipal misturou-se com eles. Ocultos interesses acompanhavam os enfeitizados. Em Canudos não se percebe a influencia politica, cumplidades regionais, que transparecem na tragédia do Contestado. A repressão abriu, comtudo, horizontes economicos, restabeleceu, naqueles campos, o respeito á exist-

(264) Romario Martins, *História do Paraná*, ps. 360-71, Curitiba 1937.

tencia humana, ampliou uma área de colonização maior que o Estado de Sergipe. E o exercito praticou com material moderno a técnica militar. A arma automatica, que não ajudou a João Gualberto, em 1912, foi decisiva, em 1915. E corta os ares o primeiro aeroplano de guerra: arrojou-se na floresta do rio Caçador, matando o piloto...

Canudos, Cariry, Contestado. Triangulam a odisséa dos sertões brutos. Foram terríveis tumultos fecundos. Rasgaram as perspectivas do interior bravio e esquecido: internaram a civilização.

Minas e S. Paulo

Logico seria que fosse Pinheiro o Presidente no periodo seguinte, vingando Castilhos, arcedado da mais alta magistratura do país, a que decerto aspirára, pelo Partido Republicano paulista... De fato, a eleição do senador gaúcho retumbaria em S. Paulo como um desbarato: nem a desejava Minas, ofendida na sua consciência conservadora pelos métodos violentos desse governo intervencionista. Em 1905, valera-se Pinheiro dos governadôres para vétar o quarto presidente paulistano. Em 1913 Rodrigues Alves lhe respondeu ao golpe, mobilizando, contra Pinheiro, os Estados alarmados. Perdêra ele o "contrôle" da propria sucessão, em 1905, por não contar com Minas Gerais. Surgira Afonso Penna. O Partido republicano paulista soube, em 1913, entender-se com Minas Gerais,

e essa aliança (erigida em sistema de equilíbrio até 1929) derrotou, antes da luta, o castelão do mórro da Graça. Debalde procurou este recompôr fileiras desconjuntadas. A Bahia lembrava-se novamente de Ruy. Pernambuco e o Estado do Rio pendiam para Nilo Peçanha. Pinheiro teve a habilidade de retirar-se da disputa e o governador mineiro (Bueno Brandão) propoz ao de S. Paulo (Rodrigues Alves) o nome de Wenceslão Braz, cuja vice-presidencia, exercida sem rumôr, lhe dava a interessante autoridade de estadista fóra das paixões, dos odios e das rixas, que rolavam então pelo tablado partidário.

Assim apareceu — para substituir o marechal — o segundo presidente mineiro da Republica. Civil, após uma quadra de vivas atividades militares; pacifista, numa epoca de dificuldades criticas; sereno e sensato, em tempo de atitudes dramaticas; diferente de todos os anteriores, pela moderação modesta e pela tranquilidade natural de suas idéas de governo... Veria entretanto abater-se sobre o Atlantico o temporal da conflagração européa; resistiria aos primeiros impetos da agitação "socialista"; assistiria á explosão de grandes energias economicas, provocadas pelo disturbio mundial; assinaria o Codigo Civil; governaria um país eletrizado de excitações nacionalistas, á voz da guerra iminente; e não teve condestavel...

XVII

EM TEMPO DE GUERRA

Ruy Barbosa acreditava no poder das idéas. Vencido, em 1909, pela máquina eleitoral, em 1913 resurge, novamente candidato da oposição, traçando o seu belo plano de reformas no programa do "Partido Liberal" — réplica que apresenta ao "Conservador", de Pinheiro. Tem de desistir da luta por falta de apoios reais. O nome de Wenceslão Braz fôra aceito como uma solução razoavel por todos os Estados, claramente desejosos de um periodo largo de paz, que contrastasse com o quatrienio turbulento.

O môrro da Graça aparentemente voltára a unir-se ao Cattete, pela ponte dos acôrdos tácitos, depois de 15 de Novembro de 1914. Mas a ponte ruiu, no dia em que Pinheiro, chefe incontestavel do Senado, "depurou" José Bezerra, candidato governnista de Pernambuco, "reconhecendo" Rosa e Silva. Vingava-se de Dantas Barreto, que lhe *vetára* o nome no ano anterior: sobretudo acentuava, numa exhibição de forças, o resto de sua autoridade. O Presidente conciliadôr levantou a luva. Vagando-se a

pasta da agricultura, pela passagem, para a da fazenda, de Calogeras, nomeou José Bezerra ministro de Estado. Desagravava-o.

Dizem que Pinheiro sorriu, e declarou, com espirito: Pois está muito bem: O Senado usou de sua prerrogativa escolhendo Rosa e Silva, e o presidente da Republica usou da sua, nomeando José Bezerra seu ministro da agricultura. E' o jogo regular dos poderes constitucionais! (265)

O ocaso do chefe

Efetivamente, a sua estrêla desmaiava. Não rompe com o governo: procura conservar a exterioridade de sua magistratura de "censor" do regimen e diretor moral da politica. Seguramente adiava a revide para a sua oportunidade: resurgiria maior, no transe da sucessão vindoura. E' — em 1915 — um "condottiere" em supôsto licenciamento, observando com o olho vigilante as correntes politicas. O gigante está presente. Ignora-se o que imagina essa poderosa cabeça varonil tão duramente plantada sobre uns fortes hombros de cavaleiro "guasca". Wencesláo faz a útil politica das acomodações, que começa bem — aplaudida por um telegrama de Ruy Barbosa — com a garantia que dá ao "habeas corpus" do Supremo Tribunal em favor de Nilo Peçanha, candidato ao governo fluminense, contra o das simpatias de Pinheiro. No caso difficil de Matto Grosso age ainda mais discretamente, bafe-

(265) Sertorio de Castro, *op. cit.*, p. 348.

jando a renuncia dos dous pretendentes, para que um terceiro, o eminente arcebispo de Cuyabá, D. Aquino Corrêa, serenasse, com a sua apostolica imparcialidade, os animos exaltados. Quer governar sem estado de sitio, sem violencias desnecessarias... Vae adiante: nova lei eleitoral, fazendo presentes ás mesas juizes togados, (266) poderá regenerar os costumes, reabilitando a representação...

Na tarde de 8 de Setembro de 1915, no saguão sombrio do Hotel dos Estrangeiros, um popular, de cóleras atiçadas pela publicidade hostile a Pinheiro Machado, saltou, como um tigre, sobre o seu alto vulto desprevenido. Apunhalou-o pelas costas. Pela frente não ousariam feri-lo! Caíu fulminado.

O magnicidio de Manso de Paiva — cuja demencia obscuramente se ligou a misteriosas influencias, aliás nunca identificadas — esvaziou repentinamente o cenário politico. Dir-se-ia que caíra, com a “eminence grise”, um arcabouço inteiro. A morte de Pinheiro dissipou a organização parlamentar que, á roda do Mórro da Graça, podia opôr-se ao Cattête. Wencesláo pranteou um republicano de serviços incontestaveis á fórmula de governo. Este haveria de tomar, sem ele, outra configuração. A perda do chefe energico parecia mais sensivel naquela epoca de escuros horizontes internacionais: já roçavam as nossas praias as tentações da guerra apetevida pelo idealismo latino, a profunda irritação occidental contra os Imperios Centrais... E o governo precisava restaurar as

(266) Edgard Costa, *Promptuario da Legislação Eleitoral*, p. 16, Rio 1922.

finanças, deixadas pelo antecessor em condições deploráveis.

A conflagração mundial

A revolta dos sargentos, de 1916, é uma repercussão tardia de descontentamentos militares. Candidato dos insurrectos ao governo provisório, seria o general Dantas Baireto. Em linhas gerais, assemelhar-se-ia o movimento ao de 1904, substituídos Travassos e Sodré pelo ex-governador de Pernambuco e pelo deputado Mauricio de Lacerda... (267) Devéras, nenhum oficial do exercito figurou na Conspiração. (268). Descoberta ela, contra os cúmplices agiu Wencesláo sem excessos, limitando-se a enviá-los para os respectivos Estados, onde foram desligados da tropa. O momento era impróprio para as agitações internas. O Brasil passára a lucrar com a alta universal das materias primas, e a idéa da Patria em perigo, na atmosfera guerreira que envolvia o mundo, despertára a sua consciência civica. A questão estava em saber se interviríamos na guerra.

As simpathias pelos aliados entroncavam-se em multiplos interesses morais e economicos. A invasão da Belgica, a iminente derrota dos francêses, que evitou Joffre em

(267) Mauricio de Lacerda, *Entre duas Revoluções*, p. 44, Rio 1927.

(268) *Mensagem presidencial* de 1917.

La Marne ,a aliança anglo-franco-italiana, a propaganda aliadófila, recebida com entusiasmo pelos meios intelectuais, como tudo o que nos vem de França, prepararam o terreno para a definição americana. A voz de Ruy Barbosa emerge das contendas politicas para estender-se á confusão internacional. Preconiza a québra de uma neutralidade que chama de indiferença criminosa diante dos crimes contra o Direito. Antes dessa pregação, porém, em que o civilismo, na sua coerência idealista, faz soar na bainha a espada a meio arrancada — espiritos cautelosos advertem o país de sua debilidade técnica em face do armamentismo europeu.

Realmente, o que 1914 representou para os povos fóra do quente e desconfiado ambiente europeu foi, antes de tudo, a dissipação das promessas diplomaticas que os entorpeciam em esperanças de paz definitiva. A obra de Haia fóra utópica. A diplomacia gastára palavras inúteis n'uma preparação inconsciente (ou sistemática) das grandes surpresas militares. Ninguém apoiasse mais a sua segurança a um acôrdo internacional...O cataclismo — definiu Theodoro Roosevelt logo em seguida — tinha esse sentido de decepção e advertencia. (269)

Achava-se Miguel Calmon na Suissa quando foi declarada a guerra. Assistiu, em Paris, ás medidas heroicas tomadas pelo governo para obstar á captura da capital. Regressou impressionado pelos processos de mobilização militar, economica e espirital de França, a braços com a invasão, e, numa conferencia publica, na Bahia, trau-

(269) *America and the world war*, p. 3, London 1915.

matizou a opinião descuidada dos brasileiros com os exemplos e idéas que expôz. Varios militares j6vens aplaudiram a lição e solicitaram que a repetisse, para platéa mais numerosa, no Rio de Janeiro. Foi a pedra angular da Liga de Defesa Nacional, que logo fundaram Miguel Calmon, Olavo Bilac e Coelho Neto, com o franco aplauso de todas as classes. O papel benefico da Liga no aprestamento do Brasil para a resistencia a um inimigo ainda oculto, mas possivel, numa epoca de insegurança exterior e agressões súbitas, de mares sem garantias e fronteiras sem privilégios, de tratados sem validez e postulados juridicos enfeitados — só pôde ser calculado pela atmosfera emocional que produziu, (270) pelos estímulos que levou ao voluntariado das armas, pela “moda”, dos exercicios militares, pelo prestígio que deu — popular e sentimental — ás medidas acauteladôras da nossa soberania emanadas do governo .

1917 é uma antítese de 1910.

Então o civilismo excitava os espiritos contra o militarismo, como politica. Agora é a mentalidade liricamente marcial que exacerba as consciências, contra a indiferença civil como alheiamto dos interesses nacionais.

Desaparecêra, com Pinheiro, o condestável; ficára, com Ruy Barbosa, o oráculo.

A sua nomeação para embaixador nas festas do centenário da Independência da Republica Argentina (9 de Julho de 1916) se, de um lado, mostrava que Wencesláo

(270) Vd. Olavo Bilac, *Ultimas Conferencias e Discursos*, p. 84, Rio 1924; e Miguel Calmon, *In Memoriam*, cit.

não continuava Hermes, de outro lado dava a Ruy Barbosa uma tribuna, mais audível que a do Senado, para falar a um continente inteiro. Ele prégou a guerra, com a eloquencia sem meios termos de suas campanhas idealistas: proferiu o primeiro, formidável discurso reclamando a intervenção americana na guerra, em Buenos Aires, na Faculdade de Direito, em 14 de Julho.

O Brasil no conflito

A conferencia sobre “o dever dos neutros” soou como um toque de clarim. Valia como uma declaração tonitronante contra a Alemanha, convite solene ao rompimento, intimação intelectual dos latinos d’aquem-mar a uma attitude resoluta... Ruy, porém, era embaixador. O sr. Bouilloux-Lafont mandou para Paris, pelo telegrafo, na integra, o texto da conferencia. “L’entrée de l’Amérique dans la guerre!” — apregoaram, nesse dia, os “jornaleiros” parisienses (271). O ministro do exterior, Lauro Muller, de familia alemã, dado como germanófilo, não podia gostar do discurso: mas no Congresso de Washington foi apontado como a iniciativa continental d’uma luta franca, pela civilização.

Um homem só, com a imensa responsabilidade de suas idéas, podia, áquele tempo, retirar uma vasta região do globo de sua inércia alarmada. Deslocou a pedra.

(271) F. Nery, *Ruy Barbosa*, p. 152 not.

Logo se formou, no Brasil, pujante, o partido em prol dos aliados. Foi incançável a diplomacia destes, em soprar, com a sua publicidade, a fogueira que nos incandescia a alma racial. Um pretexto bastaria, para a explosão; mesmo sem pretexto algum foi inevitável, após a entrada dos Estados Unidos na guerra. A mensagem de Wilson ao Congresso, propondo a declaração de guerra aos Impérios Centrais, é de 2 de Abril de 1917. O Brasil declarou suspensão a neutralidade em relação aos Estados Unidos, atendendo á mensagem de Wencesláo Braz, de 21 de Maio. Quebrára Wilson a tradição abstencionista de seu país em face da guerra submarina sem respeito pela bandeira neutral. Idêntico motivo desvaneceu os escrúpulos pacifistas de nosso governo. Quando foi torpedeado o terceiro vapor brasileiro, (as relações diplomáticas com a Alemanha tinham sido interrompidas desde o primeiro caso) ouvindo o clamor publico, que exigia a guerra, não esperou mais. Lauro Muller deixára a chancelaria, substituído por Nilo Peçanha. A população era cada vez mais aliadófila. A destruição de navios brasileiros em aguas européas valia como um reiterado ato de hostilidade. Em 25 de Outubro dirigiu-se o Presidente ao Congresso Nacional comunicando o torpedeamento do vapor "Macau", cujo comandante fôra aprisionado, e pedindo o reconhecimento do "estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha" (272). A lei de declaração da guerra foi assinada no dia seguinte.

(272) Otto Prazeres, *O Brasil na guerra*, p. 26, Rio 1918.

Animação civica

Os aprêstos militares datavam de 1915, quando foi creado o serviço de conscrição, a exemplo das nações mais ameaçadas. Em 1915 e 16, inumeros tiros de guerra tinham sido fundados em todo o país. O ano de 1917 foi harmoniosamente marcial. Na capital e nos Estados, a mocidade das escolas e do comércio alistou-se nos seus batalhões de voluntários. O Tiro 7, do Rio de Janeiro, tornou-se celebrê, pelas personalidades illustres que nele juraram bandeira. Estudantes de todos os cursos militarizaram-se, apressadamente instruidos por inferiores do Exercito. A parada de 7 de Setembro de 1917 foi memoravel. Significava uma demonstração de forças imprevistas. Afluiram ao Rio "atiradores" de todas as provincias. Representantes de todos os "tiros" estaduais marcharam em continencia ao presidente da Republica. Formára-se, de fato, eficiente e novo, um exercito, em cujo entusiasmo pulsava um profundo sentimento de Pátria.

Teve o governo a habilidade de fazer a guerra á Alemanha sem sacrificar contingentes de terra nos campos de Europa e limitando á remessa de uma flotilha de policiamento a sua contribuição naval. A indole da nossa participação no conflito (reconhecendo o estado de guerra que a Alemanha nos impunha nos mares) não exigia mais. O peso da colaboração norte-americana abateu a balança do lado dos aliados: salvou-os. O Brasil não aumentou,

com os seus mortos, as “cruzes de madeira” dos cemitérios francêses: a esquadra que, em 1918, saiu a auxiliar, no Atlantico sul, a vigilancia franco-inglesã, prestou útil e incruento serviço. O armistício de 11 de Novembro, dissipou contudo um pesadêlo: a possibilidade de mais ativa contribuição nossa para a catastrophe longinqua. Ficamos com a beleza do gesto, segundo o preconício de Ruy. A politica de Rio Branco, de aproximação com os Estados Unidos, accentuára-se em bôa hora. Se não auferimos o lucro dos países que quizeram permanecer neutros, pelo menos não desmentimos o culto do direito, o amôr da justiça, a coerência do idealismo internacional.

A guerra européa, que desfigurou o mapa politico do universo, não chegou devéras a estas plagas em fórma d’uma calamidade.

Repercutiu como uma convocação dramatica de energias productivas. O seu aspecto tropical foi essencialmente economico. Revestiu-se do caracter comercial d’uma corrida ás fontes de materias primas.

Consequencias economicas

Sempre as crises da Europa se refletiram beneficamente nas exportações do Brasil.

Em 1914-18, entretanto, não houve apenas uma geral animação de trabalho agricola, a repentina valorização dos productos que lá escasseavam: o bloqueio inglês propiciou, ao mesmo tempo, ampla tentativa de emancipação

industrial do Brasil. O êrro velho d'uma industrialização mantida á custa de favôres alfandegarios, tornou-se subitamente um acêrto. Porque, se de longa data impunha ao consumidor, por preço alto, mercadorias que melhor obteríamos do estrangeiro (*proteccionismo* exagerado), pelo menos aparelhára a organização fabril que, ao desencadear-se a guerra, podia lançar os fundamentos d'uma autarquia real. Era a outra face da politica industrialista de Murtinho. Quando as nações de economia colonial se viram na contingencia de improvizar uma aparelhagem que as suprisse dos artefactos subitamente retidos nos portos (bloqueio de uma banda, campanha submarina de outra, recaíndo os pezados prêmios de seguros sobre o preço, já inacessivel, das utilidades que podiam escapar-lhes), contava o Brasil com um esperançoso arcabouço de industrias básicas. Fabricava os próprios panos, as suas lãs e mesmo algum superfluo exportável. A carestia geral movimentou iniciativas valentes. Os Estados do sul triplicaram a sua importancia economica. Sobretudo se positivou a admiravel capacidade creadôra do trabalho paulista.

O quatrienio da guerra, na sua prosperidade, foi um periodo de ensinamentos práticos e magnificos. A elevação dos preços não se circunscreeveu a zonas produtôras: estendeu-se a toda a lavoura. Estimulou as atividades mais diversas. Québrou a rotina agricola dos sertões e descobriu novos itinerarios economicos. Perdeu o Brasil a sua característica tradicional de produtor de café e açúcar e importador do résto. Surge como terreno próprio de

todas as culturas. E' país de algodão, de carnes congeladas, de manganez e ferro, de carvão e oleos, de materias primas da industria bélica e cereais, de fábricas de tecido e usinas elétricas... O signo da policultura e a vocação autonomista de sua vida economica revelam-lhe um "momento" irrecuperavel. Não o perdeu.

Numeros — indices

Vejamos os numeros-indices:

A industria paulista que produziu apenas 69.752 contos em 1900, 189.730 em 1910, em 1915 aparece com o rendimento de 274.147, que em 1920 se elevava a 775.915 (273).

A produção industrial do país, de 1.352 mil contos em 1914, subira á importancia de 3 milhões de contos de réis em 1920.

O consumo do algodão, somente de 14.943 toneladas em 1914, em 1918 andava por 87.695 (274).

A exportação de minerais, de 187 mil toneladas em 1914, alcançou 536 mil em 1917.

A importação brasileira caíu, do peso de 3.478 mil toneladas em 1914, para 1.740 mil em 1918. O valor da exportação subiu ,de 755 mil contos em 1914, a 1.137 mil

(273) A progressão não se interrompe: 1.213 mil contos em 1925, 1.897 mil em 1930 (Alfredo Ellis *op. cit.*, p. 225).

(274) *O Brasil Atual* — Ministerio da Agricultura, p. 19, Rio 1930.

1918. O consumo interno, porem, compênsando a crise do intercambio internacional, absorveu a produção do país, já sufficiente para suprir o "deficit" da importação e reforçar a balança comercial.

Melhor se observará o fenomeno, apreciando-lhe a curva na estatistica bancária (apezar da influencia superficial dos estabelecimentos de credito na evolução da nossa riqueza) :

O valor das letras descontadas subiu, de 262.139 contos em 1914, a 565.830 em 1918; o dos emprestimos cresceu, de 391.829 naquele ano, para 801.635 neste; sobretudo é expressivo o aumento dos depositos, de 649.973 em 1914, para 1.550.219 em 1918.

O cambio (sem embargo do descálbro financceiro anterior a 1915) permaneceu, em 1918, na taxa de 14, que a guerra encontrára.

Finanças

As finanças da União são más em virtude dos "deficits" de exercicio e dos créditos extraordinarios a desequilibrarem, todo ano, orçamentos sem unidade. Cobrem as despêsas maiores que a receita dous recursos abusivamente explorados: a emissão de apolices como apêlo aos capitais do país, e a fabricaçã de papel-moeda. As apolices desde 1868 tinham revelado as possibilidades do mercado nacional de dinheiro. Poderia o país dispensar os emprestimos estrangeiros se lograsse interessar os capi-

talistas nacionais nas obras de vulto, sem onerar simplesmente o Tesouro para satisfazer os gastos comuns do governo. O quadriênio Hermes emitiu 210.816 contos, o de Wencesláu, 253.465, e o subsequente, 519.293. Mais se emitiu papel-moeda. Hermes : 221.008; Wencesláu 856.680; Delfim-Epitacio, 667.951. “Em resumo: — em 16 anos (até 1926) emitiram-se 3.341.000 contos, dos quais se destinaram a cobrir “deficits” 1.090.000, ao passo que mais do duplo — 2.251.000 contos — foram empregados em auxilios ao comercio e á produção” (275). Não havia pessimismo definitivo. O desenvolvimento das forças economicas tornava logo insignificantes os erros cometidos, inconsequentes o atropêlo e a imprevidencia das administrações. O meio circulante continuou escasso. As apolices tiveram sempre bôa colocação. Acumularam-se sobretudo nas cidades de iniciativas industriais moderadas ou nulas, como uma fórmula cômoda, habitual e proveitosa de capitalismo brasileiro. As rendas nacionais avultam sem cessar.

Um decênio todo (1900-10) a receita federal (em papel) não passou da casa de 200 mil contos. Dê 292.242 contos em 1914 (e 74 mil em ouro) alteou-se a 437.196 em 1918 (88.510 em ouro), ponto de partida para uma duplicação quinquenal (276).

Proporcional prosperidade bafejou os Estados, a cuja dianteira S. Paulo se collocára desde 1888.

(275) Brenno Ferraz, *A Situação do Brasil e a estabilização da moeda*, p. 33, S. Paulo 1928.

(276) Em papel: 946.601 em 1924, 1.530.108 em 1929...

XVIII

UM SÉCULO DEPOIS DA INDEPENDENCIA

A sucessão de Wencesláo Braz teve a naturalidade d'um sistêma que se confirma, a placidez d'uma ordem que se não contesta.

Devia a S. Paulo a cadeira. Fôra Rodrigues Alves o seu eleitor primordial. Pois aconselhou — protestando uma neutralidade sóbria — que a Rodrigues Alves se restituisse a cadeira. Para vice-presidente, daria Minas o sr. Delfim Moreira. Os dous grandes Estados revezaram-se, utilmente aliados, projetando sobre a politica, sem chefes permanentes, a invencivel união. “Café com leite”, maliciava o povo. Realmente uma fórmula hábil de substituição de partidos, desaparecidos, de forças morais, inefficazes, de correntes organizadas, por uma definitiva coligação de governadôres. A vice-presidencia servia para estreitar o laço. Importava uma antecipação de compromissos. S. Paulo estaria no Cattete em 1918, e Minas em 1922. S. Paulo voltaria em 1926, e Minas, logicamente, em 1930... O homem capaz de perturbar esse equilibrio caíra, apunhalado, num saguão de hotel, tres

anos antes. O sennador Antonio Azeredo, seu sucessor na chefia da Camara Alta e na situação eventual de diretor da politica fóra dos quadros administrativos, não tinha a autoridade substancial de Pinheiro. O môrro da Graça sumira-se, num turbilhão de fatos nóvos. As forças partidarias dependiam agora das posições officiais: e só o inesperado poderia alterar os definitivos designios de dous ou tres estadistas amigos. O inesperado foi a morte.

Em 15 de Novembro Rodrigues Alves, de saúde combalida, não pode empossar-se. A sua idade avançada fazia temer a breve acefalia do governo. Faleceu o Presidente — cheio de serviços á nação — em 18 de Janeiro de 1918. Habitava o Cattete, inadaptado ás funções, surpreendido por elas sem a necessária prática de encargos tão graves, o sr. Delfim Moreira. Quem preencheria a vaga? S. Paulo havia de pleitea-la para seu governador, Altino Arantes, politico da geração nova, illustre, porém ainda pouco conhecido, por isso mesmo recusado por seu colega mineiro, que também não tivera tempo de encanecer nos póstos de governo: o sr. Artur Bernardes. O Rio Grande do Sul aproveitava-se do ensejo para “vetar”, a ambos... O secretario do interior de Minas era Raul Soares. Dotado de inteligencia limpida, culta e energica, podia incluir-se entre os “leaders” do Brasil a este tempo, pelas qualidades valorosas a que não faltavam tacto e espirito público. Foi o mensageiro do sr. Bernardes para observar no Rio de Janeiro o problema delicado. Se Minas rompia momentaneamente o seu acôrdo com S. Paulo, o candidato devêra vir de outro Estado.

Nenhum nome seria melhor recebido do país que o de Ruy Barbosa. Um mez inteiro, foi o preferido dos meios politicos. Mas se o povo o queria, temiam-no os governadores, sendo que o hostilizava o da Bahia, Antonio Moniz, seu adversario na terra natal.

Corriam então em Paris as negociações da paz. Exquivara-se Ruy da chefia da delegação brasileira, que Rodrigues Alves mandára oferecer-lhe. Recaíra a escolha num senador que aliava á notavel cultura juridica os titulos d'uma extensa e brilhante carreira pública: o sr. Epitacio Pessoa. Paraibano, ministro aposentado do Supremo Tribunal, representante, no Senado, do seu pequeno Estado, a missão da Paz o destacou do plano habitual da politica. Tornou-se justamente uma figura do cenário internacional. Sobre ele, portanto, tinham de pousar os olhos inquietos os emprezários da "sucessão", na sua prèssa de concordar n'uma fórmula que paralisasse a propaganda ruysta.

Presidencia Epitacio

Epitacio Pessoa recebeu com surpresa, na Europa, a noticia de o terem indicado (277). Admiraram-se — lisonjeando-nos — os diplomatas de Versalhes, do exemplo do Brasil, que fixava as suas preferencias num homem representativo fóra das intrigas partidárias, elegendo-o

(277) Epitacio Pessoa, *Pela Verdade*, p. 43, Rio 1925.

sem trabalho, como um prêmio automático, dado ao valôr... S. Paulo e Minas, com o sr. Azeredo como presidente da "coordenação", patrocinaram o convênio em que foi declarado candidato o embaixador. Convenção Nacional, analoga ás anteriores... — exprobrou Ruy, que não quiz recuar da campanha em que os próprios acontecimentos já o tinham enredado. Candidato opositor mesmo sem os fatores de exito de 1909, condenado a idênticas decepções n'um pleito sem as ressonancias daquele, frizou o velho paladino a sua coerência, indo até o fim, na luta sem esperanças, e na prégação sem fadigas. Viajou, para proferir discursos soberbos. Completára, no ano precedente, o seu jubileu intelectual. Podia alheiar-se das contendas, para o descanso de uma velhice trabalhada por incandescentes inspirações liberais: mas não hesitou. Vencido nas urnas, como se sabia, continuou, irreductivel, na resistencia. A hora, era do sr. Epitacio.

Alguma cousa de estranho, perturbador e imprevisto acabava de acontecer. Evitando o orador, que flagelava as oligarquias, os governadores tinham sagrado um presidente fóra de seu grupo, pertencente a um Estado do norte sem comunidade de interesses economicos com S. Paulo, Minas, o Rio Grande, demais disso homem de vontade, sem compromissos de idéas e sem clientéla eleitoral, indifferente, portanto, aos ritmos e ás concordancias de que, até aí, se fizéra a política republicana.

O bem e o mal, imputados ao "epitacismo", não podem separar-se da posição isolada em que se conservou. Foi um governo forte, civilista, de linhas nitidas, sem as

meias tintas do quadriênio de Wencesláo Braz, porque não se enquadrou na moldura d'uma facção orgânica e durável. O que sobreleva, na época "epitacista", é o sr. Epitacio. Começou por um desafio indireto ao preconceito de que as pastas militares deviam ser ocupadas por oficiais generais. Deu a da marinha a Raul Soares e a da guerra a João Pandiá Calogeras. Politicos, e não militares. Gente de paletó. Segundo a praxe da monarquia, abandonada, aliás, pelo seu ultimo gabinete. Calogeras fez um ministerio digno, de vastos melhoramentos. Mas era aquilo temerario. Não sómente pelos equívocos, a que se prestava a direção dos assuntos técnicos por homens políticos, como pelo ambiente de irritações profundas, que o apostolado ruysta deixára, no seu malôgro. O descontentamento das classes armadas devia exacerbar-se com as criticas de imprensa aos ministros civis. Expuzára-se o Presidente a ser suspcitado de infenso ao Exercito. E logo tinha de enfrentar delicados problemas internos, como o da intervenção na Bahia, onde — contra a eleição de Scabra — se levantaram em armas varios municipios do sertão...

Fatos culminantes

Os fatos culminantes do triênio foram a nova defesa do café, o incremento gigantesco das obras contra as sêcas, o Recenseamento de 1920, a visita dos reis da Belgica, a repatriação dos despojos mortais de D. Pedro II e da

Imperatriz, a Exposição Internacional de 1922 e a debelação da revolta de 5 de julho do mesmo ano.

A sucessão dramática

Realmente a mais ardua questão do governo do sr. Epitacio não lhe pertenceu propriamente: foi a da ordem publica no decurso da campanha presidencial, áspera e ameaçadôra, dramática e intensa, que em 1921 e 22 dividiu as forças politicas e intranquilizou o país. A luta não devêra envolver no seu turbilhão o presidente, que protestava imparcialidade, que não esposára candidaturas, que não se metêra na contenda confinada, como em 1919, nos altos conselhos estaduais. No seu livro "Pela Verdade", insistiu em dizer o que não era segredo para ninguem: o nome do sr. Artur Bernardes, seu sucessor, então presidente de Minas Gerais, não surgira de suas preferencias, mas, lançado pela "situação paulista", (278) como uma solução natural, ou um corretivo da mecânica partidária.

(278) Diz o sr. Epitacio, que em Março de 1921 lhe mandara dizer o sr. Washington Luis, presidente de S. Paulo, por intermedio do Dr. Carlos de Campos, que via com simpatia a candidatura Artur Bernardes, que, o Dr. Raul Soares fôra sugerir-lhe, em S. Paulo: queria, porem conhecer antes a opinião do presidente da Republica (*Pela Verdade*, p. 476). O sr. Epitacio respondeu que guardaria estricta neutralidade. Convidado a lembrar um nome para vice-presidente, falou apenas da conveniencia de ser tirado d'entre os politicos do norte, afim de evitar rivalidades regionais uma vez o presidente saíndo do sul.

Depois de Minas, S. Paulo. O problema de 1898, de 1905, de 1909, repetia-se sem variantes sensíveis. Pinheiro perturbára-lhe o ritmo descobrindo o marechal, quando tudo se encaminhava para fixar em Belo Horizonte o eixo dessa política. Contára, para tanto, com a aliança do presidente interino, Nilo Peçanha. Borges de Medeiros, no Rio Grande, aceitou, no episodio de 1921, o papel que assumiria de novo Pinheiro, se vivo fôra, e que tinha sido o de Castilhos, de opôr á junção dos dous Estados mais poderosos uma desaprovação sévera. Como Quintino outr'ora, Nilo Peçanha tambem se definiu adversario da fórmula oficial. Tomou a frente á campanha como candidato da "Reação republicana", tendo por companheiro de "chapa" o sr. J. J. Seabra, governador da Bahia. A luta desenvolveu-se ampla e violenta, mas d'ante mão prejudicada pela certeza do esmagamento eleitoral da "Reação", á maneira de 1909 e de 1919, se não a seguisse de perto a "questão militar", em cujos écos se suspendiam descontentamentos e irritações que vinham de 1897, de 1904... A viagem por todo o país dos srs. Nilo e Seabra ambientou suficientemente o dissidio politico. O peor era a "liquidação" do episodio ao confirmar-se, como teria de ser confirmada, a vitória dos srs. Artur Bernardes-Urbano Santos.

O Congresso, verificador dos poderes, não oferecia razoaveis garantias de legitimidade: aí dominava a corrente triunfante nos Estados. O geito seria — remedio extra-constitucional — um "tribunal de honra", para apaziguar os espiritos...

O sr. Epitacio, porém, não permitiu que se encorpasse a idéa. Nada que ferisse a Constituição — bradou. Aconselhava, isto sim, meticolosa apuração das atas eleitorais e prévio consenso em acatar-se o resultado que exprimissem (279). Borges de Medeiros achava que se resolveria melhor com a “coparticipação de um ou mais juizes do Supremo Tribunal nos trabalhos da apuração como membros integrantes de uma comissão especial”. Seria um novo turno enxertado no processo eleitoral, senão — pela autonomia dessa comissão especial — a propria eleição indiréta, ou pelo Congresso, do presidente... Falhou o alvitre. Acontecimentos marginaes iam agravar terrivelmente esse epilogo de crise nacional. Abandonando, para facilidade de exposição, os trâmites da “questão militar” de 1921-22, encontramos a vespéras de 5 de Julho a figura respeitada e tranquila do marechal Hermes, que o destino retirára da penumbra em que preferira permanecer depois de 1914, para dar-lhe uma projecção analoga á dos dias que antecederam a substituição de Afonso Penna. Presidente do Club Militar, telegrafou, neste character, ao comandante da Região em Pernambuco, concitando-o a abster-se nas lutas locais, evitando “ao nosso glorioso exercito a odiosa posição de algoz do povo pernambucano”. Isto em 30 de Junho de 1922. “In continenti” foi censurado pelo governo. Não se conformou ele com a punição. O sr. Epitacio foi além: e ordenou a prisão do marechal. Fechado o Club, detido o seu presidente, estes fatos preci-

(279) *Pela Verdade*, p. 507.

pitaram a revolta (280). Amanheceu 5 de Julho com os canhões do forte de Copacabana a ameaçar a cidade, e em armas a Escola Militar. Rapidamente sufocada a sedição dos alunos, a do Forte se extinguiu num lance de desesperada bravura: o sacrificio, na praia de Copacabana, de dezoito combatentes, que enfrentaram até o ultimo alento as colunas legais.

O estado de sitio então decretado amorteceu temporariamente a agitação que ia pelo país. As comemorações do centenário da Independencia transcorreram serenas e refulgentes. O sr. Artur Bernardes empossou-se sem maiores obstaculos na suprema direção da Republica, em 15 de Novembro. Mas o abalo produzido pela sucessão, pela revolta, pelas medidas policiaes subsequentes á repressão, pelo advento do candidato contra quem tão largamente propagára as suas iras a “Reação republicana”, preveniam os espiritos e advertiam as consciências ácerca das próximas tribulações, dos choques inevitaveis que teriam, pouco depois, de pôr á prova a estrutura e as molas do regimen. Evidentemente a atitude cauta e oportuna de Borges de Medeiros negando, na hora decisiva, o seu concurso á revolução, contribuiu sobretudo para que se circumscrevesse á capital federal, ao longinquo Matto Grosso, a demonstração armada. Enfraquecera-se ele proprio, comtudo, em face dos adversarios internos, pelo malôgro de sua politica de “véto” e opposição, e logo no

(280) O sr. Epitacio diz que a revolta estava iminente em varios Estados, *Pela Verdade*, ps. 545-6.

ano seguinte tinha de arcar com a insurreição federalista, que soprava as brasas do “irredentismo” de 93. A República experimentava as ultimas consequências do “sistema” de Campos Salles, da “organização” empirica que a vertebrava, de sua “estática”, de ordem e conservação.

1922

1922 limita essa história politica, como se devessem reunir-se numa só época todas as queixas do passado, todas as objeções da prudencia, todas as excitações do desencanto, todas as impaciencias da desilusão.

A idéa da revolução instala-se nos debates públicos, como uma fórmula.

Presente-se que a paz nacional depende essencialmente dos governos estaduais e difficilmente poderia manter-se n’outra crise de sucessão presidencial, assim tumultuosa e embravecida.

Percebe-se que a arquitetura de 1891 está a exigir uma larga remodelação.

O revisionismo de Ruy — potente voz que para sempre silenciou em 1 de Março de 1923 — para certas inteligencias devia prevenir os males crônicos que empurravam a nação, por fatalidade e lógica das cousas, para a aventura das soluções imprevistas. Como em 1889 já não havia fiéis da monarquia que ousassem gritar a sua fidelidade, em 1922 já não tinhamos republicanos de qualquer modo contentes com a República que aí estava.

Nessa instabilidade oscilavam o sentimento público, as convicções coletivas, os programas dos partidos. O mal-estar do “após-guerra” roçava-nos com o seu contágio mórbido. A profunda subversão do velho mundo agitava-nos a sensibilidade fácil. As mutações de cêna bruscas e atordoantes excitavam a nossa imaginação vivaz. E’ de 1922 simultaneamente o grito de Graça Aranha em S. Paulo (Fevereiro) pelo modernismo literário, prólogo do seu rompimento rumoroso com a Academia (simbolizada na helênica serenidade de Coelho Neto) — e a reação tradicionalista da arte que se consubstancia no “estilo colonial”. A juventude aceita, destemida, um futurismo inestético que foi exagerado, petulante e efêmero; e a cultura conservadôra não resiste sériamente ás imposições d’uma epoca revolucionária. Uma palavra híbrida vem da Alemanha e surpreende os liberais: social-democracia. Dir-se-ia que a experiencia da Guerra se cristalizára nas táboas da lei nova: a Constituição de Weimar, de 1919. Como se combinaria essa flôr de decadencia com os principios postulados pelos “fathers” americanos? Que consequencias teriam para estas plagas atlânticas a liquidação dos Impérios centrais, a metamorfóse européa?

Em contraste com a inquietação profunda e geral, as luzes d’uma Exposição magnificente mostravam ao mundo as nossas realidades econômicas. O esplendôr das industrias. As cifras agricolas. Os indices urbanos. Potencial, instrumentos e sínteses d’um progresso que nos enchia de orgulho. Festa de raça, alem disso. Porque exhibía ,através das vicissitudes d’uma evolução extensa, as

qualidades primordiais e fortes do povo brasileiro. As suas energias creadôras; o dominio do seu clima e de sua terra: a sua civilização perseverante; a capacidade do seu trabalho e as medidas de sua ambição ;a sua alma social e o seu temperamento de resistente e estoico povoador de desertos...

BIBLIOGRAFIA

- Moreno Brandão, *Aristides Lobo*, Rio 1938.
- Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, S. Paulo 1923; *Império e Republica*, S. Paulo; *O Encilhamento*, S. Paulo 1923.
- Ivan Lins, *Benjamin Constant*, Rio 1936.
- Ruy Barbosa, *Discurso*, 1890; *Discurso*, 1897; *Documentos Parlamentares*, XIV; *Com. á Const.* (texto col. por Homero Pires); *Conferencia*, 1897; *O Estado de Sitio*, Rio 1892; *Oswaldo Cruz*, Rio 1917.
- Alcantara Machado, *Brasilio Machado*, Rio 1937.
- Rodrigo Octavio, *Minhas Memorias dos Outros*, 1.^a serie, 1934; nova série, Rio 1935; ultima série, Rio 1936.
- Magalhães de Azeredo, *O Vaticano e o Brasil*, Rio 1922.
- Othelo Rosa, *Júlio de Castilhos*, Porto Alegre 1928.
- Artur Cesar Ferreira Reis, *Historia do Amazonas*, Manaos 1931.
- Martim Francisco, *Contribuindo*, S. Paulo 1921.
- Oliveira Lima, *Memórias*, Rio 1937.
- Antonio Carlos, *Bancos de Emissão do Brasil*, Rio 1933.
- Horacio C. Rivarola, *Las transformaciones de la sociedad argentina*, Buenos Aires 1911;
- Fernando Nery, *Ruy Barbosa*, Rio 1930.
- Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, Rio 1913; *O Presidente Campos Salles na Europa*, Rio 1928,

- Almirante Custodio José de Melo, *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, S. Paulo 1938.
- Tavares de Lira, *Organização política e administrativa do Brasil*, tése apres. ao 3.º Cong. de Hist. Nac., 1938.
- Victor Russomano, *Historia Constitucional do Rio Grande do Sul*, Pelotas 1923.
- Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 5.ª ed.; *Contrastes e Confrontos*, Porto 1907.
- General J. B. Bormann, *Dias Fratricidas*, Curitiba 1901-06.
- Braz do Amaral, *Historia da Bahia do Imperio á Republica*, Bahia 1923.
- Antonio Figueira de Almeida, *Historia Fluminense*, Rio 1930.
- Craveiro Costa, *Historia de Alagôas*, S. Paulo.
- Rocha Pombo, *Historia do Paraná*, S. Paulo; *Historia do Brasil*, vol. X, edição de 1914.
- Lucas Boiteux, *Historia Catarinense*, Florianopolis 1920.
- José Lavrador, *Heróes de Noventa e Tres*, Rio 1938.
- Helio Lobo, *Um Varão da Republica*, S. Paulo, 1937; *Docas de Santos*, Rio 1936.
- João Francisco, *Psicologia dos acontecimentos politicos sul-riograndenses*, S. Paulo 1923.
- José Mariano Porto, *Apointamentos biograficos de Gaspar da Silveira Martins*, Rio 1891.
- José Julio da Silveira Martins, *Silveira Martins*, Rio 1929.
- Almirante José Carlos de Carvalho, *O Livro de minha vida*, Rio 1912.
- Pedro Calmon, *Gomes Carneiro, o General da Republica*, Rio 1933; *Historia da Civilização Brasileira*, S. Paulo (3.ª ed.); *Intervenção Federal*, Rio 1936; *Direito Constitucional Brasileiro*, Rio 1937; *O Rei Filosofo*, S. Paulo 1938.
- Valfrido Piloto, *Paranistas*, Curitiba 1938.
- Çandido Motta Filho, *Uma grande vida*, S. Paulo 1931,

- Max Fleiuss, *A Semana*, Rio 1915; *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, S. Paulo.
- Alfredo Varela, *Res Avita*, Rio 1935.
- Elyσιο de Araujo, *Através de meio seculo*, S. Paulo 1932.
- Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, Porto Alegre 1936.
- Alvim Horcades, *Uma viagem a Canudos*, Bahia 1898.
- Pelino Gomes, *O Marechal Bittencourt*, Rio 1898.
- Silvio Roméro, *Discursos Academicos*, I, ed. da Academia, 1934; *Historia da Literatura Brasileira*, Rio 1903.
- Calogeras, *Formação Historica do Brasil*, Rio 1933.
- Nuno Pinheiro, *A' margem da Historia da Republica*, Rio 1926.
- Gustavo Barroso, *Brasil, Colonia de banqueiros*, 3.^a ed.; *O Santo do Brejo*, Rio 1933.
- Georges Lafond, *L'effort français en Amérique Latine*, Paris 1917.
- Carlos Maximiliano, *Comentarios á Const. Bras.*, 3.^a ed.
- Ministerio da Viação, *Portos do Brasil*, Rio 1912.
- Miguel Calmon, *Valorização da borracha*, Boletim da Diret. da Agric. da Bahia, 1907; *Factos Economicos*, Rio 1913; *Tendencias Nacionais e Influencias Estrangeiras*, Bahia 1921; *Trabalhos da Conferencia Assucareira*, Recife 1905.
- Bulhões Carvalho, *Recenseamento de 1920 I*, Rio 1922.
- Raymundo Moraes, *Anfiteatro amazônico*, S. Paulo 1936.
- Raul de Azevedo, *Meu livro de saudade*, Rio 1938.
- Pinto Pessoa, *Selva Selvagem*, Rio 1923.
- Saladino de Gusmão, *Riquezas e segredos da Amazonia*, Rio 1932.
- Mario Duprat Pinto, *Anuário do Ministerio da Agricultura*, 1930.
- Rafael P. de Miranda, *Cultura do Café na Bahia*, Bahia.
- Torres Filho, *Expansão Economica do Brasil*, Rio 1936.
- Mario Ferreira Barbosa, *Anuario Estatistico da Bahia para 1934*.
- Ignacio Tosta Filho, *Restabelecendo a verdade sobre o cacau Brasileiro*, Bahia 1936.

- Valorização do Café*, Rio 1906 (Boletim da Assoc. Com.).
- Armando Salles, *Defesa do Café no Brasil*, Rio 1935.
- Maurice Piettre, *Production industrielle du café*, Paris 1925.
- Virgilio Corrêa Filho, *A' sombra dos hervais mato-grossenses*, S. Paulo 1926.
- A. Marques, *Matto Grosso*, Rio 1923.
- André Rebouças, *Diário e notas autobiograficas*, Rio 1938.
- Evaldo Kruger, *Cincoentenario da Estrada de Ferro do Paraná*, Curitiba 1935.
- Gilberto Freyre, *Nordeste*, Rio 1937.
- Julio Bello, *Memorias de um senhor de engenho*, Rio 1938.
- Humberto Bastos, *Assucar & Algodão*, Macció 1938.
- Raimundo Lopes, *O Torrão Maranhense*, Rio 1916.
- Barão de Studart, *Notas para a Historia do Ceará*, Lisboa 1892.
- Fernando Osorio, *A Cidade de Pelotas*, Pelotas 1922.
- Kind e Okey, *L'Italia d'oggi*, Bari 1910.
- Maurice Lair, *L'Impérialisme allemand*, Paris 1914.
- José Freitas Nobres, *A Epopéa acreana*, Fortaleza 1938.
- Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Rio 1900.
- Afonso Arinos, *Histórias e Paizagens*, Rio 1921.
- Clovis Bevilacqua, *Historia da Faculdade de Direito de Recife*, Rio 1927; *Juristas-Filosophos*, Bahia 1898.
- C. Sussekind de Mendonça, *Silvio Romero*, S. Paulo 1938.
- Clementino Fraga, *Orações á Mocidade*, Rio 1937.
- Artur Neiva, *Esbôço historico sobre a botanica e a zoologia no Brasil*, S. Paulo 1929; *Daqui e de longe*, S. Paulo.
- Rodrigo Octavio Filho, *Velhos Amigos*, Rio 1938.
- Mello Moraes Filho, *Factos e Memorias*, Rio 1904.
- Phocion Serpa, *A vida gloriosa de Osvaldo Cruz*, Rio 1937.
- Noronha Santos, *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, Rio 1934.

- Gaston Cadoux, *Revue d's deux mondes*, Avril 1906.
- Saturnino de Brito, *dados para um estudo*, Recife 1930.
- G. Ferrero, *Fra i due mondi*, Milano 1913.
- Fernando Saboia de Medeiros, *A Liberdade de navegação do Amazonas*, S. Paulo 1938.
- Roberto Simonsen, *Aspectos da Historia economica do café*, tésé apres. ao 3.º Congr. de Hist. Nac., 1938.
- Couty, *Étude de biologie industrielle sur le Café*, Rio 1883.
- Comte Carton de Wiart, *Mes Vacances au Brésil*, Paris 1928.
- Afonso Bandeira de Mello, *Politica Comercial do Brasil*, Rio 1933.
- Matos Faro, *Congresso Brasileiro de Expansão Economica*, Rio 1906.
- T. de Sousa Lóbo, *S. Paulo na Federação*, S. Paulo 1924.
- Maurice Baumont, *L'essor industriel et l'imperialisme colonial*, Paris 1937.
- Carlos Martins, *Uma politica de imigração*, Rio 1929.
- P. Ambrosio Schupp, *Os Muckers*, Porto Alegre 1901.
- Afrânio Peixoto, *A Esfinje*, Rio 1911; *Noções de Historia da Literatura Brasileira*, Rio 1931; *Um seculo de cultura sanitaria*, S. Paulo 1922.
- Oliveira Viana, *Pequenos estudos de Psicologia Social*, S. Paulo 1922; *O Idealismo na Constituição*, Rio 1927.
- Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, S. Paulo 1929.
- Sertorio de Castro, *A Republica que a revolução destruiu*, Rio 1932.
- Alcindo Guanabara, *A Presidencia Campos Salles*, Rio 1902.
- Mauricio de Medeiros, *Outras revoluções virão*, Rio 1932.
- Azevedo Sodré, *Discursos Parlamentares*, Rio 1924.
- Pedro Lessa, *Do Poder Judiciario*, Rio 1915.
- Herman G. James, *The Const. System of Brasil*, Washington 1923.
- Levi Carneiro, *Pela Nova Constituição*, Rio 1937.

- Ismael Bucich Escobar, *Historia de los presidentes Argentinos*, Buenos Aires 1934.
- Cap. Lima Figueiredo, *Limites do Brasil*, Rio 1936; Oeste Paranaense, S. Paulo 1938.
- João Lyra Filho, *O Barão*, Rio 1936.
- H. D., *Ensayo de Mistoria Patria*, Montevideo 1923.
- José Aguiar, *Evocacion del Baron de Rio Branco*, Porto Alegre 1938.
- Coronel Sousa Docca, *Mensario do Jornal do Comercio*, Set. de 1938.
- Leão de Vasconcelos, *As terras e propriedades do Acre*, Rio 1905.
- Guilherme Guerra, *O Dr. Zeballos*, trad. de A. Marchesini, Rio 1925.
- Evaristo de Moraes, *Da Monarchia á Republica*, Rio 1937.
- Coelho Neto, *A Capital Federal*, 5.^a ed.; Fogo Fatuo, Porto 1929.
- F. E. Jacob, *Biografia del Caffé*, Milano 1936.
- Vianna Moog, *Herões da Decadencia*, Rio 1934; *O Ciclo do Ouro Negro*, Porto Alegre 1936; *Eça de Queiroz e o Seculo XIX*, Porto Alegre 1938.
- Enrique de Rezende, *Retrato de Alfonsus de Guimaraens*, Rio 1938.
- Felix Pacheco, *Paul Valéry e o monumento a Baudelaire*, Rio 1933.
- John Ferguson, *Ceilon in 1903*, Colombo 1904.
- Henry Ford, *Hoje e Amanhã*, trad. de M. Lobato, S. Paulo 1927.
- Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro de meu tempo*, Rio 1938.
- Dantas Barreto, *Conspirações*, Rio 1917.
- Olavo Bilac, *Critica e Fantasia*, Lisboa 1904; *Ultimas Conferencias e Discursos*, Rio 1924.
- In Memoriam de Miguel Calmon*, Rio 1936.
- Roquette Pinto, *Rondonia*, 3.^a ed.
- Coronel F. Jaguaribe de Mattos, *Les Idées sur la physiographie sud-américaine*, 1937.

- S. Rangel de Castro, *Quelques aspects de la civilisation brésilienne*, Paris 1930.
- H. Eboli, *Anais da Conferencia Internacional Algodoeira*, Rio 1924.
- Azevedo Amaral, *O Brasil na crise atual*, S. Paulo 1934.
- João Pinheiro Filho, *Problemas Brasileiros*, Rio 1938.
- Alberto Sarmiento, *No Parlamento*, Rio 1924.
- Batista Pereira, *O Brasil e a Raça*, S. Paulo 1928.
- Alberto de Faria, *Revista da Academia Brasileira*, XXXIV.
- Coronel Dias de Campos, *O Espirito Militar Paulista*, S. Paulo 1923.
- Hermes da Fonseca Filho, *Pinheiro Machado*, Rio 1938.
- Raul Alves, *Historia Politica dos governos da Republica*, Rio 1923.
- José de Sá, *O Bombardeio da Bahia e seus effeitos*, Bahia 1918.
- Lourenço Filho, *Joazeiro de Padre Cicero*, 2.^a ed.
- Oswaldo R. Cabral, *Santa Catarina*, S. Paulo 1937.
- Romario Martins, *Historia do Paraná*, Curitiba 1937.
- Edgard Costa, *Legislação Eleitoral*, Rio 1922.
- Mauricio de Lacerda, *Entre duas revoluções*, Rio 1927.
- Th. Roosevelt, *America and the world war*, London 1915.
- Otto Prazeres, *O Brasil na guerra*, Rio 1918.
- Alfredo Ellis, *S. Paulo na Economia Brasileira*, S. Paulo 1937.
- Ministerio da Agricultura, *O Brasil Atual*, Rio 1930.
- Brenno Ferraz, *A situação do Brasil e a estabilização da moeda*, S. Paulo 1926.
- Epitacio Pessoa, *Pela Verdade*, Rio 1925.

★ *Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", à rua Conde de Sarzedas, 38 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em Outubro de 1939.*